

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

Francisco Gomes de Andrade

**Trajetórias e Condições do Camponês: as Relações Sociais nos  
Assentamentos do Ceará**

Fortaleza, 2009

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

Francisco Gomes de Andrade

**Trajetórias e Condições do Camponês: as Relações Sociais nos  
Assentamentos do Ceará**

Fortaleza, 2009

FRANCISCO GOMES DE ANDRADE

**Trajetórias e Condições do Camponês: as Relações Sociais nos Assentamentos do Ceará**

Tese submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia.  
Orientador: Professor Dr. César Barreira.

Fortaleza, 2009.

Aos meus Pais (*in memoriam*) José Gomes Filho e Joana Iradi Gomes de Andrade que me passaram, com carinho, o valor do conhecimento.

Aos meus tios (*in memoriam*) José Andrade, Otacílio Gomes e Alzira Gomes.

À Dr. Obi Viana Diniz, (*in memoriam*) o médico dos pobres, sempre preocupado com os jovens. Seus conselhos jamais serão esquecidos. À Dona Nevinha (*in memoriam*) e D. Consuelo Diniz (*in memoriam*) pelas orientações e estímulos à minha formação.

À minha querida tia Edite Vidal Gomes que carinhosamente e com alegria acompanhou essa minha investida.

Aos irmãos(ãs) José Alberto, Maria Luiza, Tarcísio, Luís, Maria do Socorro e meu cunhado Juarez Marques, muito valiosos para mim.

À minha esposa Germânia que paciente e sempre confiante tem me ajudado a vencer as adversidades da vida.

Ao meu sogro Francisco Nunes (*in memoriam*) e sogra Jardilina Melo (*in memoriam*) que me receberam e apoiaram na conclusão da graduação.

Ao meu filho Marcus Vinícius, minha nora Fladiane, o neto Nicolás e a neta Letícia, vidas que dão vida.

## AGRADECIMENTOS

São mais de 30 anos convivendo com os camponeses. Este trabalho é produto dessa experiência vivida com o seringueiro da Amazônia, particularmente o cearense que “fugindo” menos da seca do sertão nordestino e mais da exclusão social a que foi submetido, naturalizou-se acreano.

A Jesus Cristo, por meio de sua Palavra, encontrei inspiração para compreender o sentido de comunidade, a partilha do pão e dos bens, conforme as necessidades de cada um, gerando justiça e fraternidade, constituindo uma outra sociedade.

Ao Professor e orientador Dr. César Barreira, de forma simples e instigadora possibilitou-me momentos de reflexões e aprofundamento teórico.

À Professora Dra. Beatriz Heredia pelos ricos momentos de discussão em suas aulas, ensejando aprofundar conceitos fundamentais na elaboração do objeto.

À Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) o meu reconhecimento ao importante Programa de Pós-graduação que essa empresa mantém, permitindo aos seus funcionários a especialização e atualização.

Aos Professores do Curso de Doutorado em Sociologia pela dedicação acadêmica: Professores (as): Assuéro Ferreira, Elza Maria, Irllys Barreira, Jawdat, Rejane Vasconcelos, Sulamita Vieira. Aos servidores da secretaria do Curso, Aimberê Amaral e Maria do Socorro Martins. À Dione Marques do Laboratório de Estudos da Violência. Aos colegas Eurípedes, Fátima, Inês Vieira, Marcelo e Rejane Batista.

Ao Prof. Dr. César Vieira do Departamento de Economia Agrícola da UFC, pelo incentivo à realização do doutorado e pelas discussões sobre as trajetórias dos assentamentos rurais no Ceará.

Aos companheiros da Embrapa Agroindústria Tropical: Adriano Albuquerque, Antônio Calixto, Arthur Cláudio, César Sobral, Cláudio de Norões, Eduardo Galas, Elisabeth Barros, Ernesto Tadeu, Emilson Cardoso, Francisco Fábio Paiva, Francisco Marinho, Helenira Ellery, João Alencar, João Bosco, José Machado Pimentel, Levi Moura, Lucas Antônio, Luzia Oliveira Marúcia Barros, Morsyleide Rosa, Newton Barroso, Oscarina Andrade, Pedro Felizardo, Raimundo Braga, Rita de Cássia Costa, Valmir Alves Costa e Vitor Hugo pelo apoio, informações e as várias discussões que subsidiaram a escolha dos projetos de assentamento. Aos colegas da EMBRAPA Acre: Aloisio Cavalcanti, Claudenor Sá, Francisco de Assis, Frazão de

Almeida (*in memoriam*) e Luís Cláudio. Com eles trabalhei em várias comunidades acreanas, acumulando experiência e conhecimento que foram fundamentais para o desenvolvimento desta tese.

Aos companheiros do INCRA, Aristides Monte, Fátima Fonseca e Josemar Landim que gentilmente forneceram-me valiosas informações.

À Regina Lúcia, extensionista do escritório Central da EMATERCE em Fortaleza, com sua experiência e sempre acessível, contribuiu com significativas informações para este trabalho.

Aos amigos (as) e primos que acompanharam minha trajetória e estimularam a que eu desse cabo desse projeto: César Vidal, Francisco Afonso, João Marques, Germano Melo, Hudson Diniz, José Carvalho, José Fernandes, José Maurício, Lairton Rocha (*in memoriam*), Laura Melo, Lucimeire Vidal, Luiz Alcântara, Luíz Nogueira, Marleno Fernandes, Raimundo Rocha, Roosevelt de Matos, Sérgio Vidal e Zezé.

Aos entrevistados (as) Senhorinha da CPT, Deuzália Afonso da direção do MST no Ceará e Zé Antônio dos Santos da FETRAECE. Ao Sr. Antônio de Almeida Jacó, ex-deputado estadual, ao consultor da Embrapa Agroindústria Tropical para o projeto PROETA Eng. Agrônomo Joselito Brilhante, Josafá Martins secretário de agricultura e meio ambiente do Município de Ocara. À coordenadora da ONG holandesa com escritório em Ocara, “Obras Sociais Fé e Alegria”, Sra. Hene de Jog. À secretária de Educação do Município de Ocara, Maria Auricélia Alves. À secretária de Assistência Social do Município de Ocara, Zulene Maria Maia e à consultora da FBB, Tereza D’Avila.

Aos camponeses dos assentamentos Aroeira e São José II (Che Guevara), na simplicidade de suas vidas falaram de suas caminhadas. A eles, meu muito obrigado.

Nós somos aquilo que fazemos repetidamente. Excelência, então, não é um modo de agir, mas um hábito (Aristóteles).

Toda ciência seria supérflua, se a aparência exterior e a essência das coisas coincidissem diretamente (K. Marx).

## RESUMO

Este trabalho analisa os avanços econômicos, políticos e sociais constatados no projeto de assentamento São José II, bem como no projeto Aroeira. Os dois assentamentos, sob a coordenação do INCRA, estão localizados no Município de Ocara, na microrregião de Chorozinho no Estado do Ceará. Para dar conta dessas análises, recorre-se à noção de *habitus* formulada por Pierre Bourdieu. Foi, então, realizada com os assentados uma pesquisa de campo, mediante entrevista, aplicação de questionários, realização de oficinas e observações de suas práticas, para reconstituir suas trajetórias. Envolveram-se, também, outros agentes direta ou indiretamente relacionados com sua história. O estudo está delimitado pelo período 1950 a 2009, cobrindo desde sua condição de meeiro no latifúndio onde foi constituído seus *habitus*, até sua inscrição nos projetos de reforma agrária. Destaca-se no São José II a existência de dois grupos de produtores que se diferenciam pelas disposições incorporadas nas experiências. Um grupo formado por pessoas com idade entre 25 e 40 anos que viveram uma socialização plural, participaram como membros do MST, CPT, enquanto o outro grupo, constituído por indivíduos de mais de 40 anos, teve uma trajetória linear, ou seja, as disposições incorporadas são as do latifúndio. Essa configuração, sob a liderança do grupo mais jovem, estabeleceu uma rede de relações sociais que articula o Estado, o mercado e a cooperativa do assentamento. Com isso, diversificou suas fontes de renda, implantando o modelo agroindustrial múltiplo de processamento de castanha-de-caju, fábrica de cajuína e de ração, com o aproveitamento do bagaço proveniente do pseudofruto do cajueiro, a apicultura e ainda a criação de animais de médio e grande porte. O Aroeira constitui a configuração conservadora que se entende ser de sua socialização no contexto do latifúndio. É uma comunidade voltada para si e, nesse sentido, tacitamente foram forjados mecanismos de autoproteção, como a solidariedade e as relações de confiança que se contrapõem às pressões externas. Este trabalho, também, sustenta ser o capital social estruturado pelo *habitus*, o que permite compreendê-lo assumindo papéis diferentes nas duas comunidades.

Palavras-chave: *Habitus*, trajetória, capital social, assentamento.

## ABSTRACT

This work analyses the economic, social and politic progresses observed in the settlement project São José II, as well as in the project Aroeira. Both projects are managed by the Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) and are located in Ocara district in micro region of Chorozinho, Ceará state, Brazil. To make these analyses possible, it was necessary to get *habitus* knowledge, formulated by Pierre Bourdieu. A field research was then undertaken with people of settlement through questionnaire application, workshops and observation of cultural practices to reconstruct their behavior. Other agents directly or indirectly involved were also interviewed. The study was limited by 1950 to 2009 period of time, covering peasants from original condition of “meeiro” (as a meaning of the worker that work for half of the production of the land) in landholding where they got the *habitus* up to their assignments in the projects to landowner. In the São José project highlights the existence of two growers groups which are differentiated by their experiences and disposition. A group formed by people between 25 and 40 years old which used to live a social experience as member in organized movement such as MST (Movimento dos Sem-Terra) and CPT (Comissão Pastoral da Terra), while the other group were composed by people over 40 years old who have a linear way, such as inherited disposition to landholding period. This configured under the direction of the young group settled a net of social relations that interact with the state, market, and settlement cooperative. As a result, a diversification of income source was experienced by agro industry model through the nut processing plant, cashew pseudo fruit cedar, animal food from cashew residue, honey bee collecting and livestock. The Aroeira project constitutes a conservative behavior understandable by its real estate social origin. This is a community that bends toward itself in the sense of that self-protection mechanisms were developed such as common sense of relationships, reciprocal faithfulness and resistance to external pressures or relations. This work also support that the social capital structured by *habitus* is the one which allows understanding by assuming different roles in the communities.

Key words: *Habitus*, trajectory, social capital, settlement.

## Lista de siglas

CEB	Comunidade Eclesial de Base
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará
CIC	Centro Industrial do Ceará
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNS	Conselho Nacional do Seringueiro
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COPAC	Cooperativa Agroindustrial do Assentamento Che Guevara
COPASAT	Cooperativa de Prestação de Serviços e Assistência Técnica
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPACE	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Ceará
FAEP	Federação da Agricultura do Estado do Paraná
FBB	Fundação Banco do Brasil
FRT	Fundo Rotativo de Terras
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estatística Econômica do Ceará
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PCT	Projeto Cédula da Terra
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PRONAF	Programa Nacional de Agricultura Familiar
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas
SEFAZ	Secretaria da Fazenda
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UDR	União Democrática Ruralista

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
O objeto em construção	
Metodologia e campo empírico	
<b>1 A REFORMA AGRÁRIA E O JOGO POLÍTICO</b>	
1.1 Terra, poder e política	
1.2 As “novas configurações” da Reforma Agrária e suas trajetórias	
1.3 “A reforma agrária de mercado”	
1.4 Os mediadores da reforma agrária: CPT, MST e FETRAECE	
1.5 O movimento social como princípio socializador	
<b>2 OS DEVANEIOS E A REALIDADE OBJETIVA</b>	
2.1 São José II e Aroeira: trajetórias e lutas	
2.2 A interação social como princípio constitutivo da experiência do camponês	
2.3 Dilemas do ajustamento da “nova configuração”: rupturas e continuidade	
2.4 Mudanças sociais e a construção da sociabilidade do camponês	<b>130</b>
<b>3 CONFIGURAÇÕES SOCIAIS EM CONSTRUÇÃO</b>	<b>156</b>
3.1 O Estado e sua autonomia relativa	<b>157</b>
3.2 A contraditória construção dos assentamentos: representações e reciprocidade	<b>167</b>
3.3 Capital social	<b>186</b>
<b>4 CONCLUSÕES</b>	
<b>5 BIBLIOGRAFIA</b>	
Anexo A	
Anexo B	
Questionários e Roteiros das Entrevistas	

## INTRODUÇÃO

Dentro da esfera própria de influência, o “coronel” como que resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais. Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, com rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam. Também se enfeixam em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais, de que freqüentemente se desincumbe com a sua pura ascendência social, mas que eventualmente pode tornar efetivas com auxílio de empregados, agregados ou capangas (LEAL, 1948; 10).

Construir a noção de *habitus* como sistema de esquemas adquiridos que funciona no nível prático como categorias de percepção e apreciação, ou como princípios de classificação e simultaneamente como princípios organizadores da ação, significa construir o agente social na sua verdade de operador prático de construção de objetos (BOURDIEU, 2004; 26).

### O objeto em construção

Esta tese faz uma análise do comportamento de “antigos meeiros”<sup>1</sup> do sistema latifundiário, mas que, atualmente, estão inseridos em projetos de assentamento<sup>2</sup> da reforma agrária do Governo Federal no Estado do Ceará, buscando compreender suas práticas, ou seja, suas formas de vida social.

Destacamos este tema fundamentado na nossa experiência de campo, são mais de trinta anos trabalhando com os camponeses<sup>3</sup>. Trabalho este que começou na região da Amazônia, particularmente no Estado do Acre.

Chamamos atenção para o fato de que alguns camponeses conseguem, em suas trajetórias, se diferenciar de outros nas dimensões econômicas, sociais e políticas.

---

<sup>1</sup> Meeiro é aquele que, plantando em terra de outrem, divide a produção ao meio com o proprietário. O meeiro estudado neste trabalho era também morador do latifúndio e, como tal, morava com a família na propriedade, em casa cedida pelo patrão até enquanto durasse a relação entre ambos. Preferimos essa denominação por expressar com maior clareza, no nosso entendimento, a exploração a que estavam submetidos.

<sup>2</sup> - Mais à frente discutiremos esse conceito.

<sup>3</sup> - Neste trabalho, usamos com igual sentido (sinônimo) os termos camponês e sem-terra, porque vários autores citados utilizam o primeiro e o outro por ter se generalizado na sociedade brasileira a partir de 1980 com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

Nossa primeira experiência data dos anos 1980 quando um grupo de trabalhadores “sem-terra” vindos das regiões Sul, Sudeste e Nordeste chega ao Acre e recebe do INCRA um lote de terra (100 ha), no Projeto de assentamento Pedro Peixoto. É importante destacar que antes de chegarem ao Acre eles eram assentados em Rondônia, fronteira com Mato Grosso, onde plantavam arroz e milho em escala comercial.

Esses produtores chegam ao Acre sem maiores perspectiva, pois a experiência vivida em suas trajetórias – de onde saíram até chegarem à Vila Califórnia onde fica o assentamento - denotava frustração como produtores de arroz, feijão, café, cacau, etc. uma vez que o resultado dessas atividades foi o endividamento e por consequência o abandono da terra. Acompanhei a trajetória desses produtores até o ano 2002. O que observamos foi uma mudança substantiva em suas relações sociais.

Nesse período, eles firmaram articulações com organizações públicas, não governamentais e a Igreja Católica. O fato é que, de acampados nos lotes recebidos, morando em tendas de lonas, o local hoje é uma vila, Califórnia, com mais de três mil habitantes, cortada pela BR 316 que dá acesso permanente a Rio Branco e as demais regiões do país. Eles fundaram uma associação denominada Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado (RECA), com cerca de duzentos produtores, com apoio da Igreja conseguiram recursos com uma organização não governamental (ONG) holandesa e implantaram um sistema agroflorestal constituído por cupuaçu, castanha do Brasil e pupunha para produção de palmito. Em 2002, o RECA tinha implantado três agroindústrias, beneficiamento de castanha-do-Brasil, processamento de poupa de cupuaçu e envasilhamento de palmito. Esses produtos são comercializados nos mercados do Sudeste, Nordeste, Centro Oeste e Sul do país. É comum os filhos desses produtores se formarem em curso de nível superior ou técnico agrícola, sendo que estes últimos retornam à residência dos pais e ajudam nas atividades agropecuárias. A renda obtida por esses produtores permite a compra de veículos, construção de casas de alvenaria, com energia elétrica, saneamento básico, água potável, além de consumo de eletrodomésticos e moveis residenciais.

Outra experiência que acompanhamos até 2002, no Acre, é de ex-seringueiros que receberam um lote de terra (100 ha) no Projeto Boa Esperança. São vinte e cinco famílias que chegaram ao projeto em 1986 e denominaram o local de comunidade São Bento. Os filhos e filhas destes estão nas periferias das cidades, ou na sede do Município, Sena Madureira ou na capital Rio Branco, marginalizados, vivendo no mundo das drogas.

Fundaram uma associação por orientação do Padre da Paróquia do Município que se resume a um armazém, semelhante ao Barracão<sup>4</sup> do antigo seringal. A função dessa organização é abastecer as famílias com óleo, açúcar, café, entre outras mercadorias compradas inicialmente com recursos repassados pela Igreja. Suas residências são construídas com madeiras tiradas da floresta por eles e cobertas com folhas de palmeiras. Suas necessidades fisiológicas são feitas na mata e usam água do rio que passa próximo do local onde foram edificadas as casas.

Um questionamento colocado por eles é que a área disponível da propriedade (100 ha) não era suficiente para reprodução sua e da família, pois, ao contrário do seringal onde viviam da coleta da castanha do Brasil, da extração do látex, da caça e da pesca, no assentamento essas atividades praticamente eram impossíveis de se realizar dado as dimensões da área. Nesta, eles plantavam arroz, milho, feijão e mandioca que transformavam em farinha, comercializada no mercado de Sena Madureira. Era a principal fonte de renda. Importante registrar que esses camponeses, nas primeiras reuniões que tínhamos com eles, comentavam que tudo que levássemos para comunidade seria bom, contudo, quando abordávamos sobre a necessidade de melhorar a qualidade da farinha por meio de sua higienização, eles comentavam que já sabiam tudo sobre a produção da farinha. O que percebemos nessa comunidade é que eles preservavam suas práticas, quer dizer, procuravam reproduzir no assentamento a vida do seringal, com efeito, estava enraizada em suas mentes.

Essas duas formas de vida do campesinato constituem-se, para nós, em *diferenciação*. Diante de tal fato, surgia a interrogação: como alguns camponeses conseguem se descolar de sua situação original enquanto outros permanecem “presos” a um estilo de vida como o caracterizado pelas famílias da comunidade São Bento? Explicar esse fenômeno passou a ser um desafio.

Uma vez que não foi possível desenvolver este estudo tomando como suporte o estudo das comunidades anteriormente citadas, procurei aqui no Ceará, para onde fui transferido em 2002 e passei a cursar o doutorado em 2005, duas comunidades que se aproximassem da experiência que tínhamos vivido no Acre.

Procuramos, então, junto aos técnicos do INCRA informações sobre projetos de assentamentos que preenchessem os requisitos da diferenciação econômica,

---

<sup>4</sup> Barracão, de propriedade do seringalista, fica na sede do seringal, um depósito comum que armazena as mercadorias consumidas pelos seringueiros. É aí que eles são abastecidos e também local de recebimento da produção do seringueiro (a seringa em sua forma natural, extraída da seringueira).

social e política. Também buscamos o mesmo tipo de dados com os colegas da EMBRAPA e da EMATERCE. Vale dizer que conhecemos alguns projetos, onde realizamos alguns trabalhos, como o Projeto de Assentamento (PA) Puxa, em Granja, e o Santa Luzia, em Camocim, mas, como é muito recente a implantação (respectivamente 2004 e 2006), preferimos buscar outras opções.

Com base no que nos foi passado, fizemos visita a vários assentamentos, procurando conhecer a realidade objetiva de cada um deles. Os técnicos do INCRA deram detalhes do São José II, Lagoa do Serrote II e Aroeira, localizados no Município de Ocara a 120 km de Fortaleza, acesso pela CE 122 (conhecida por estrada do algodão que liga Fortaleza a Quixadá). Mereceu destaque, para nós, o São José II (com 45 famílias assentadas), também sugerido pelos colegas da EMBRAPA pois, segundo eles, era um grupo bem organizado e por essa razão tinha sido escolhido para instalação de uma minifábrica de castanha-de-caju, em parceria com a Fundação Banco do Brasil. O segundo, o Aroeira (25 famílias assentadas), as informações que dispunhamos sinalizavam que, em termos de “organização”, era o oposto do São José II. Portanto, esses assentamentos, sob a coordenação da Supeintendência do INCRA Ceará, atendiam o nosso propósito de realizar a pesquisa para compreender o fenômeno da diferenciação.

Neste último, despertou-nos interesse uma conversa com um assentado<sup>5</sup>, idade entre 25 e 40 anos, gerente da minifábrica, o qual participou de outras ocupações como membro do MST e que, ao explicar-lhe o propósito da pesquisa, comentou que seria interessante para eles pois poderia servir de subsídio ao “desenvolvimento” da comunidade. Esse argumento significou para nós um convite e, obviamente, total apoio ao trabalho. Tomamos conhecimento de que um grupo, nessa faixa etária, havia participado do MST e passado pela CPT. Essa experiência fez-nos acreditar ser de fundamental importância para o assentamento e, assim, a ser verdade a boa imagem que o grupo deixa transparecer, tornou-se, ainda, mais curioso compreender como foi objetivada essa “nova” socialização, tomando por base aquela vivência. Outro aspecto de destaque é o número de agentes com quem eles interagem, formando uma densa rede de relações sociais. Isto, provavelmente, possibilitou diversificar as fontes de renda, ou seja, a implantação de várias atividades agropecuárias: produção de mel de abelha, criação pecuária de bovino, ovino e caprino, a minifábrica de amêndoa de castanha-de-caju, estão em fase de instalação as fábricas de ração utilizando o bagaço do pseudo

---

<sup>5</sup> - É chamado de assentado todo trabalhador que mora e trabalha a terra desapropriada pelo Estado.

fruto do caju e cajuína e ainda a produção para consumo próprio de milho, feijão e mandioca.

A respeito desse Assentamento temos o seguinte depoimento:

(...) o Tchê (Che Guevara), ele é praticamente duas famílias, não sei se você conseguiu perceber isso. Então acho que você conseguiu perceber essa proximidade ali do Tchê, praticamente duas famílias. Era uma comunidade que dos sem-terra, que já lutava por terra há muito tempo e era praticamente duas famílias por que uma é casada com o irmão do outro, com o cunhado do outro e tal. O Tchê já tem experiência de famílias assentadas no Zé Lourenço, que foi outro assentamento que nós fizemos. Tem sogros, pais, que dois assentados no Zé Lourenço, que são seus filhos estão no Tchê Guevara, que a diferença foi um pouco, mas nessa época lá no Zé Lourenço não cabia todas famílias e os jovens vão casando e vão buscando o seu jeito de vida. Então, essa é uma diferença muito grande. E a intenção, eles já vinham trabalhando de meeiros, de parceiros, então eles já tinham uma visão num trabalho em que, no roçado individual deles a família teria que está unida. Então eles já vinham com uma cultura do trabalho coletivo, mas também com aquela questão de demanda. (MEMBRO DA DIREÇÃO ESTADUAL DO MST, estudante de Direito).

Che Guevara, como é mais conhecido o São José II, na realidade era o nome da Associação que depois se transformou em cooperativa com a mesma denominação. Trata-se de uma alusão direta ao revolucionário argentino e que eles justificam, dizendo que traduz a luta dos assentados para ter direito à posse da terra.

A respeito do Aroeira, conseguimos informações com técnico do INCRA, responsável pelo projeto. Para esse técnico, trata-se de um assentamento “problemático”, pois, em suas próprias palavras, **esse Assentamento é muito complicado, nós fazemos reuniões, conversamos com eles, fica tudo acertado, quando voltamos lá nada do que se discutiu foi feito, falta união entre eles.** Essa é, também, a visão que têm os extensionistas lotados no Município, conforme depoimentos citados mais adiante.

Na primeira visita que fizemos ao Aroeira, a convite dos técnicos do INCRA, participamos de uma reunião, quando se discutiu sobre a construção de seis residências. No segundo retorno, nos chamou atenção o abandono de seis estufas novas, destinadas à produção de pimenta para exportação mediante parceria com uma ONG holandesa. Percebemos que não havia interesse nesse tipo de atividade, mesmo sendo totalmente financiada a fundo perdido e garantida a compra da produção. Também

tomamos conhecimento do desinteresse pela piscicultura e até justificaram. Inclusive explicaram-nos a razão de optarem pela pecuária (ovino/caprino/bovino), uma área com muitos recursos hídricos (existe no assentamento quatro açudes) e 400 ha de pasto natural, mas o importante é que havia consenso entre eles sobre a opção por essa atividade. Produzem para o consumo da família: milho, feijão e mandioca.

Muitas das informações que tínhamos batiam com o que estávamos observando, menos o problema da desunião. Como eram desunidos, se na questão fundamental, a opção pela pecuária, havia concordância? Outro aspecto ocorreu quando fomos testar os questionários (em número de três). O presidente da Associação nos acompanhava e em algumas respostas que os entrevistados tinham “dúvidas” pediam a confirmação do presidente. Uma forma de superar esse problema foi entrevistá-lo e pedir para responder o questionário destinado exclusivamente aos assentados que não fizessem parte da direção que os representa. Com isso afastaria qualquer dúvida que ele tivesse sobre os objetivos da pesquisa, apesar de que tanto os técnicos do INCRA como nós tínhamos explicado a finalidade do estudo. Ele, como presidente, responderia um questionário específico para dirigente da entidade. Referente aos problemas do assentamento Aroeira:

(...) teve muitos problemas na Vitória (nome da associação do Assentamento Aroeira), para está no que está hoje. Problemas interno mesmo, que só a gente que viveu ali, eu praticamente eu disse eu vou morar na Vitória, praticamente eu morava na Vitória. Por que quando eu chegava em casa ou que eu ia pra algum canto, já tinha alguém lá de manhãzinha cedo me chamando pra resolver um problema lá. Então era muitos problemas que se surgiram com questão de autoritarismo, personalismo, de auto-suficiência, entende, de querer ser o dono, olha, é eu que faço, eu que sou o bom, entende? (MEMBRO DA DIREÇÃO ESTADUAL DO MST, no Ceará, estudante de Direito).

Com efeito, em um olhar sobre a realidade empírica de um “novo mundo” desses camponeses, constata-se variados graus de diferenciação econômica e social dos projetos de assentamento da reforma agrária promovida pelo Governo Federal. Enquanto isso se percebe que alguns desses indivíduos assumiram outras posturas, nas interações interpessoais, percepções “crítica,” da realidade objetiva e como alguns chegam a dizer **estamos abertos às inovações**. A esse respeito, representante do MST no Ceará, por nós entrevistada, fez a seguinte avaliação

(...) se você for conversar, são 48 famílias aqui neste assentamento (assentamento Leni Paz II, onde a entrevistada mora), não vou nem dizer do qual você está trabalhando, que aí também a realidade também é bem cruel. Então, são 48 famílias aqui, você vai encontrar gente aqui que passou o mesmo processo de terra. Que passou dois anos de baixo de lona, que teve a mesma formação do outro, que teve as mesmas, que participou de todos os cursos, mas que tem consciência diferente. Um conseguiu avançar e o outro ainda está em processo. Então essa é o grande problema da gente que trabalha com gente. O que eu não consigo entender é por quê que uns *avançam* os outros não avançam, se estão vivendo a mesma realidade. Por quê que um conseguiu avançar na consciência, no nível de organização, na questão econômica e o outro não avançou na consciência, não avançou na organização e nem avançou na questão econômica, não é?. Eu sou contra aquele dizer por que um é mais trabalhador do que o outro. Não tem camponês vagabundo. Eles são trabalhadores, eles são resistentes. Nós somos isso. Então, eu não sou dessa concepção. (MEMBRO DA DIREÇÃO ESTADUAL DO MST, Ceará, estudante de direito).

Desse depoimento, podemos destacar os que, nas palavras dela, *avançam* nas dimensões econômicas, políticas, sociais. Por outro lado, encontram-se aqueles que reproduzem as práticas herdadas ao tempo da dependência do patrão, são ações num contexto que não corresponde à estrutura do latifúndio. Estes nós consideramos como *conservadores*, mesmo porque o fato está implícito na fala dela.

Decerto, a existência da diferenciação entre assentamentos é uma realidade concreta. Dessa forma, o que pretendemos esclarecer é como ocorre o processo de constituição, em determinados assentamentos, de lideranças expressando capacidade de representação, de negociação dos interesses coletivos, percepções “críticas” da realidade objetiva, do exercício de seus direitos como cidadão, conseguem estabelecer articulação com os agentes externos e com isso investimentos em estruturas produtivas. São esses que *avançam*, rompem com as práticas incorporadas no passado, sem, contudo, negar sua identidade, nesse caso podemos citar o São José II. Em outros assentamentos, observa-se a continuidade de práticas assimiladas no universo arbitrário do latifúndio, seus líderes não conseguem ampliar suas percepções políticas e, com isso, as dificuldades em negociar os problemas do “novo mundo” agora que estão submetidos a “novas” formas de dominação. Ilustra essa circunstância o Aroeira e é isso que denominamos de comportamento *conservador*. A nossa inquietação era encontrar os elementos que nos levassem ao entendimento desse fenômeno, encontrado no seio do

campesinato e, portanto, contribuir para entender o lugar por eles ocupado nos estudos do campesinato brasileiro.

Para compreender o estilo de vida do camponês nas circunstâncias de assentado, fez-se necessário identificar no contexto do latifúndio, as condições de sua existência, ou seja, os princípios que constituíram suas disposições. Foi preciso, então, reaver suas trajetórias, as experiências vividas, isto é, apreender suas manifestações como produto da condensação das estruturas do mundo social pelas estruturas mentais.

O latifundiário brasileiro, por muito tempo, foi referência de poder da sociedade e, mais especificamente, no sertão nordestino; um poder respaldado pela propriedade da terra, mas com ramificações políticas mantenedoras de privilégios e *status*. Era um proprietário de grandes extensões de terra o que tornava quase proibitivo o direito ao acesso, a ela, de trabalhadores rurais. Era nessa ordem social que esses encontravam moradia e pequenas áreas onde produziam seus alimentos. Essas condições tornavam o camponês dependente do latifundiário e, dessa forma, sujeitava-se a uma relação assimétrica, caracterizada por normas ditadas pelo latifúndio, às exigências estabelecidas nas trocas econômicas, comportamentos de lealdade, incluindo o próprio voto, instituição estratégica para assegurar o poder nas disputas. Forman (1979, 112) traduz, assim, a dimensão desse poder: “a palavra do patrão é lei e não deve ser questionada. O seu desejo é cumprido, porque se acredita que ele esteja certo e que assim seja apropriado a proceder”.

Nos anos 50 do século XX, o meio rural e os centros urbanos eram influenciados pela opinião desses proprietários. Foi essa estrutura a principal fonte de assimilação do saber das populações locais, em particular, daqueles que mantinham uma relação de subordinação com o latifundiário. A socialização dos trabalhadores rurais tinha como forte este quadro social e político.

Para Berger & Luckmann (2000, 174), a socialização tem como ponto inicial a interiorização de um acontecimento objetivo como dotado de sentido/significados, isto é, como manifestação de processos subjetivos de outrem; sendo que as primeiras orientações que são as recebidas dos pais, pela sua afetividade, se tornam as mais importantes para o indivíduo. Como a criança não tem escolha dos outros significados, identifica-se automaticamente com eles e, por essa razão, como anotam Berger & Luckmann (2000, 180), “o mundo interiorizado na socialização primária torna-se muito mais firmemente entrincheirado na consciência do que os mundos interiorizados nas socializações secundárias”. No caso do latifúndio, essa última, como conhecimento

adquirido no desenvolvimento das atividades produtivas, é prolongamento da primeira, também incorporada no núcleo familiar. Com efeito, praticamente se limitava ao aprendizado na agricultura como principal atividade que os envolvia, isto é, a transferência de práticas agrícolas de pai para filho.

Acreditar que as determinações que devem ser cumpridas são as corretas resulta da lógica da dependência, pois, Barreira (1994, 20) argumenta que

(...) o coronel-proprietário de terra não só preserva o monopólio do saber sobre o “outro mundo”, como procura mostrar-se um conhecedor privilegiado dessa outra realidade através do realce de suas relações de amizade com o médico, o deputado, o juiz, etc.

Assim, a socialização desses indivíduos resulta das relações que seus pais mantêm com essa realidade objetiva. A escola, outra matriz de socialização, praticamente não existia no meio rural, somente nas cidades e segundo depoimentos dos antigos meeiros, como veremos mais adiante, ficava muito distante para eles se deslocarem todos os dias. As possibilidades de interação com pessoas da cidade, só nas festas da padroeira e nos fins de ano.

Com isso se tem um camponês, que, nas palavras de Pierre Bourdieu, se revela tímido, envergonhado, com diálogo curto e entrecortado. No imaginário deles, predomina a ideia de um ser humano “inferior”, assimilada pela imagem que os patrões fazem deles, de indivíduos “incapazes”, por não disporem de conhecimento formal e, assim, comparam-se ao escravo, que só recebe ordens do patrão porque é ele quem decide.

O mundo social é organizado segundo a lógica da diferença. Implica entender que participam dessa organização todos os agentes, caracterizados por diferentes estilos de vida e, portanto, ele pode ser formado de maneiras diferentes, de acordo com variados princípios de visão e divisão. Bourdieu (2001, 167) enfatiza a participação do sujeito como produtor de sua história, ao dizer que, precisamente

(...) a função da noção de habitus que restitui ao agente um poder gerador e unificador, construtor e classificador, lembrando ainda que essa capacidade de construir a realidade social, ela mesma socialmente construída, não é a de um sujeito transcendental, mas a de um corpo socializado, investindo na

prática dos princípios organizadores socialmente construídos e adquiridos no curso de uma experiência social situada e datada.

Essa elaboração da ideia de *habitus* situa a prática do sujeito como processo de objetivação a partir do conhecimento acumulado durante sua trajetória. O grau de envolvimento, contudo, está delimitado por parâmetros que, nos argumentos de Bourdieu (2005b, 24), são o volume e a estrutura do capital que os agentes possuem, constituindo em maior peso na realidade concreta.

Tal visão, associada à posição do agente no espaço social traduz-se em conhecimentos assimilados na experiência e varia segundo o lugar e o momento.

Conforme Martins (2003, 29), analisando os camponeses brasileiros, eles “procedem de um lento e complicado processo de desagregação da velha economia de origem colonial e escravista”. É desse contexto/trajetória que esses agentes incorporam disposições geradoras das práticas que se constituem processos de elaboração da realidade concreta. Tem-se, por consequência, um camponês cuja experiência é moldada num ambiente autoritário, sob forte influência da família, esta própria produto dessa estrutura. Assim, formulamos a hipótese de que os camponeses, em função daquilo que internalizaram em suas trajetórias e em conformidade com sua posição social, particularmente no universo do sistema latifundiário, caracterizado pelo baixo grau de interdependência e divisão das funções, apresentam estranhamento para jogar nessa outra realidade concreta, ou como diz César Barreira, “no mundo de fora”.

Nos anos 1980, submetido às pressões externas e também internas, o latifúndio sofreu abalos, implicando uma diluição dos interesses<sup>6</sup> desse universo social, isto é, na sua desarticulação e no surgimento dos assentamentos rurais por meio da reforma agrária. Pensamos serem razoáveis os argumentos de Elias (1993, 196/7) para compreender esse processo na medida em que, segundo ele, paralela à “progressiva divisão de funções e pelo crescimento de cadeias de interdependência ocorre a total reorganização do tecido social”. Tal abordagem ajuda a entender a ruptura das relações sociais estabelecidas nesse sistema social com o surgimento de movimentos sociais e envolvimento de instituições que se organizam em defesa dos direitos do cidadão.

Barreira (1994, 84) explica essa ruptura, chamando atenção para o fato de que

---

<sup>6</sup> - Para Bourdieu (2004, 127), o interesse é simultaneamente condição de funcionamento de um campo, na medida em que isso é o que estimula as pessoas; o que as faz concorrer, rivalizar, lutar, e produto do funcionamento do campo.

(...) em princípio, acho que a luta pelos “direitos” não é resultado mecânico de contradições econômicas causadoras de pauperização. É resultado dessas contradições num momento em que a questão da cidadania é colocada pela sociedade como um todo, quando este problema ultrapassa as barreiras urbanas e penetra no meio rural.

A cidadania expressa pela sociedade não deixa de estar associada à ampliação das cadeias produtivas impulsionadoras da reorganização do tecido social. Neste caso, a ruptura das relações entre patrão e meeiro. O outro aspecto desse processo é a *liberdade*<sup>7</sup> buscada pelo camponês. Essa é a força interna ocasionada pelos constrangimentos a que estava submetido o trabalhador e articulando-se às pressões externas a qual, gradualmente vai desestabilizando a estrutura latifundiária.

Outra vertente que pressionou as relações entre o patrão e o trabalhador rural, representado pelo meeiro, foi a globalização. Estudando esse fenômeno, Santos (2002, 55) argumenta que a globalização é, de fato, “uma constelação de diferentes processos de globalização e, em última instância, de diferentes e, por vezes, contraditórias, globalizações”. A que tem ligações com este trabalho ele chama de globalismo localizado, que

(...) consiste no impacto específico nas condições locais produzido pelas práticas e imperativos transnacionais que decorrem dos localismos globalizados. Para responder a esses imperativos transnacionais, as condições locais são desintegradas, desestruturadas e, eventualmente, reestruturadas sob a forma de inclusão subalterna. (SANTOS, 2002, 66).

É caracterizada por vincular o local com o global, de maneira a engendrar nas diversas dimensões das figurações, transformações engenhosas que ora são ajustadas às disposições dos agentes locais, ora parece ignorá-los. Essa forma inclui a conversão da agricultura de subsistência em agricultura para exportação como parte do “ajustamento estrutural”, afirma Santos (2002, 66).

---

<sup>7</sup> Liberdade é uma expressão (categoria nativa) usada por eles como veremos em seus depoimentos e quer significar livrar-se das “leis do patrão”, ter morada própria e terra para trabalhar. Também é usada com o sentido de autonomia.

Concordando com o que enfatiza Santos, a extensão do regime global de acumulação impondo o ajustamento estrutural, contrapõe-se, em princípio, à relação entre o Estado e o poder político, especialmente o latifundiário, de maneira que se tornou oportuna a reorganização política. Certamente, a globalização esgota a política clientelista e personalizada ao transformar as relações sociais em impessoais. Implica em exaurir a força política que detinham os chamados coronéis.

Segundo o discurso do governador eleito pelo Ceará em 1987, Sr. Tasso Jereissati, o ajuste, no plano local era imprescindível para integração ao modelo globalizado<sup>8</sup>. Nas palavras do Governador (1987, 3)

(...) Clientelismo político, malversação criminosa dos recursos públicos, desperdiçados em obras suntuosas e desnecessárias, empreguismo, esbanjamento do dinheiro do povo com a constituição de uma verdadeira “casta” de funcionários privilegiados. (...) Temos que promover mudanças profundas na economia e nas relações sociais no Ceará e em todo o país.

Pelo que ora foi salientado, a reforma agrária brasileira, provavelmente, só veio tomar impulso nos anos 1980, na contextura da globalização, visando a uma redistribuição da terra mais equitativa. Para afirmação desse pensamento, basta dizer que o Estatuto da Reforma Agrária de 1964 não produziu nenhuma consequência concreta.

Para Carvalho (2005, 6), até o momento atual

(...) o Brasil não vivenciou um processo de reforma agrária porque as classes dominantes souberam conduzir o poder político e a repressão policial-militar pública e privada de maneira a que as próprias leis e, mais recentemente, a Constituição de 1988, não fossem respeitadas.

Conforme ainda esse autor, conseqüentemente, as políticas de assentamentos rurais devem ser consideradas como compensatórias e populistas para controlar ou dissuadir a ampliação de movimentos sociais de massa no campo.

---

<sup>8</sup> - Na mensagem à Assembléia Legislativa, por ocasião da posse do segundo mandato, o governador Tasso (1999, 5) afirma: “deixamos o obsoleto modelo industrial protecionista e cartorial e abrimos a economia. (...) Deixamos para trás a crise da dívida externa e nos reintegramos na Comunidade Financeira Internacional”.

Na visão de Martins (2000, 25), outros parâmetros são incluídos, pois a reforma agrária tanto pode ser uma resposta às demandas por meio das pressões populares, quanto pode resultar de necessidades econômicas ou políticas das elites. Afirma, ainda, que

(...) é uma simplificação imaginar que só pode haver reforma agrária com base nas lutas populares. No limite e em condições anômalas, pode até mesmo haver reforma agrária contra a vontade popular, especialmente no combate ao minifúndio. A reforma agrária brasileira de fato combina interesses dos trabalhadores rurais, da sociedade, do capital e do Estado. Sem o que seria inviável neste momento. Quem desconhece essa circunstância, de fato não faz da sua peleja pela reforma agrária. (MARTINS, 2000; 25).

Este autor defende que os assentamentos são a forma de distribuição de terra e nesse caso, a essência de qualquer reforma agrária. Decerto, ela é

(...) todo ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra quando esta representa ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social baseado nos interesses pactados da sociedade. (MARTINS, 2000; 102).

A distribuição de terras, nos termos expressos por Martins, e com a qual comungamos, implicou disputas históricas, ferindo os interesses da classe proprietária. Foi permeada por conflitos, violências e envolvimento das mais diversas instituições, com desdobramentos que causaram significativas mudanças na sociedade brasileira, embora ainda persistam focos de resistência e até mesmo a reprodução de relações arcaicas que não mais cabem na nossa vida contemporânea.

Com isso, abriu-se espaço para o camponês não só se livrar do jugo dos que sempre se apresentaram como seus protetores, mas assumir também o controle da propriedade da terra mediante a política de reforma agrária, política essa há muito reclamada pela sociedade brasileira. É um processo com alguns desdobramentos, como é abordado nos argumentos a seguir

(...) a desapropriação é a ruptura das antigas relações sociais entre proprietário de terra e camponês. É o momento em que se quebra o elo que liga o trabalhador ao patrão através da dependência, proteção e medo que

envolvem a dominação. Começa a engendrar-se um novo elo, entre o camponês e o Estado. (BARREIRA, 1992; 131).

Essa ruptura implica também a objetivação de relações sociais para estabelecimento de uma outra ordem social num universo de complicadas disputas.

Nossa preocupação está dirigida para o comportamento do camponês enquanto “livre” para ampliar as relações sociais, num espaço objetivo em que diversas forças estão em luta, para fazer valer a orientação conservadora ou transformadora (BOURDIEU, 2004a; 52).

É oportuno tratar do conceito de assentamento rural, uma vez que ele representa, em princípio, para o trabalhador rural, a liberdade, como também é o lugar de objetivação de suas práticas. Também, trata-se de uma configuração que Elias (2006, 26) conceitua como “o convívio dos seres humanos em sociedades tem sempre, mesmo no caos, na desintegração, na maior desordem social, uma forma absolutamente determinada”. Podemos pensar, então, que, no geral, o delineamento dos assentamentos refletem concretamente a visão de mundo de seus agentes.

Conforme Alencar (2000, 50),

(...) há assentamentos parcelados e não parcelados ou uma combinação dos dois tipos, conhecida como misto; diferem nas formas de organização, de gestão, em que é importante a história de vida de cada assentado, pois, muitos lutaram décadas por terra, enquanto poucos não têm uma história de luta pela terra.

Assim, em primeira aproximação, o assentamento representa a realização de uma busca e a perspectiva de outra forma de viver com sua família, com direitos assegurados pelo Estado, num universo social em elaboração. É nesse espaço que “novas” relações vão ser gestadas e partilhadas experiências enraizadas e agora confrontadas com outras formas de conhecimentos.

Para Alencar (2000, 51), o assentamento,

(...) representa o lugar do assentado, onde ele vive o dia-a-dia, tem o seu modo de vida, como o vaivém da labuta nos roçados, o cuidado com os animais, o pegar água no açude, o forró, a vaquejada, o banho de açude, a

conversa “fiada” do compadre e da comadre à “boquinha” da noite, enfim, o assentado apropria-se do assentamento e este vai ganhando significado pelo uso, pela apropriação.

É a possibilidade de lutar pelos direitos assegurados a todo cidadão. Alencar (2000, 50) considera o fato de que

(...) um imóvel que passa por processo de desapropriação é um lugar especial. Espaço em construção, espaço que não quer ser somente local de produção, circulação, troca. Quer ser, também, o local de poder real, quer ser território.

Estar inserido num processo de assentamento rural, de acordo com Neves (1999, 2), equivale

(...) à participação em situações de mudanças desejadas, necessárias ou impostas. Nem sempre os atores constituídos como assentados foram incorporados por um exercício de expressão da vontade política; mas por serem atingidos por medidas cuja única alternativa é mudar ou redefinir visões de mundo.

Tomamos como hipótese a noção de que o assentamento significa de fato uma posição diferente da ocupada anteriormente pelo camponês, contudo, não é necessariamente uma ruptura com suas práticas herdadas do latifúndio. A implicação destacada, é que, agora livres, estão submetidos às regras do Estado, isto é, às políticas públicas e ao jogo do capitalismo. Se se libertam de uma forma de dominação, contudo, vão se deparar com outras situações. Nesse sentido, o que o Estado tem proposto, por meio do seu aparato institucional, é transformar esses camponeses em produtores competitivos com seus produtos no mercado. O governo entende que a produção organizada em bases tecnológicas – adoção de insumos químicos e biológicos e tração mecânica – é o caminho para se alcançar esse objetivo e, por conseguinte, aumentar a renda e melhorar a qualidade de vida<sup>9</sup>. Concretamente isto não se verifica na maioria

---

<sup>9</sup> - Melhorar a qualidade de vida é no sentido de elevar o consumo alimentar em quantidade e diversidade que satisfaçam às necessidades biológicas, consumo de bens, como eletrodomésticos e vestuário, garantir

dos assentamentos. E é isso que nos inquieta, pois essa propensão permeia a tecnocracia do Estado e subestima as questões comportamentais.

Dessa forma, como as disposições arraigadas nos camponeses e criadas em situações específicas não estão ajustadas aos interesses dominados pelos capitais econômico, cultural e tecnológico, erguem-se condicionamentos que dificultam a sua adequação ao jogo econômico e que a tecnocracia entende como “resistência” desses trabalhadores. O fato daí resultante é a insatisfação e a incompreensão, por parte dos beneficiários da reforma agrária, ao modelo de assentamento proposto.

Sabe-se é que muitos desses camponeses têm frustrados seus objetivos de busca da liberdade pensados com apoio em um saber elaborado em circunstâncias de coação. Isto tem levado alguns a desistir desse projeto, outros procuram se adaptar como forma de salvaguardar parte de seus sonhos: o domínio da terra para trabalhar e como local de morada.

Para Martins (2003, 231), a luta dos camponeses da reforma agrária é, sem dúvida,

(...) mais pela inserção na economia moderna e globalizada e nos seus benefícios econômicos e sociais, do que refluir ao modo de subsistência, trata-se, no fundo, de um trabalhador-empresendedor em conflito com a grande economia impessoal. Um sujeito cuja orientação é orientada pelos valores da economia moral.

Daí que a nossa convicção de que esse conflito tem raízes no processo de socialização vivido no passado, ou melhor, num rural fortemente diferenciado e “distante” do urbano<sup>10</sup>, segundo, marcado por uma divisão do trabalho simples, dificultando a ampliação do conhecimento, e terceiro, inscrito numa estrutura de dominação e exploração que funcionou como matriz de sua identidade.

No caso do objeto aqui analisado, os argumentos de Pierre Bourdieu e Norbert Elias reforçam nosso pressuposto, ao tomarmos os assentamentos como uma “nova” configuração em processo de objetivação pelas experiências incorporadas por

---

estudos para os filhos e a saúde da família, ter facilidade de locomoção para os centros urbanos, se possível em transporte próprio.

<sup>10</sup> - Um produtor entrevistado, idade mais de 40 anos, alfabetizado, que sempre trabalhou com os pais que eram meeiros, disse que só conheceu Fortaleza depois dos 20 anos de idade, dando a entender as suas limitações de conhecimentos e revelando sua admiração pela grande cidade.

esses agentes, mas também sobre pressões de outros agentes, isto é, numa sociedade globalizada. Trata-se de uma ordem social em que os elos sociais estão em construção.

Nesse sentido, Giddens (1997, 118) destaca a globalização comparativamente à tradição. Esta

(...) diz respeito à organização de tempo e, portanto, também de espaço: é o que ocorre também com a globalização, exceto pelo fato de que uma corre em sentido contrário à outra. Enquanto a tradição controla o espaço mediante seu controle de tempo, com a globalização o que acontece é outra coisa. A globalização é, essencialmente, a “ação à distância”; a ausência predomina sobre a presença, não na sedimentação do tempo, mas graças à reestruturação do espaço.

Ocorre é que o camponês organiza sua vida de forma cíclica, considerando um saber incorporado pelas experiências do senso comum<sup>11</sup>, baseado nos ciclos “naturais”. Preso às situações do imediato, o estilo camponês contrasta com os princípios da sociedade globalizada, nominada por Castells (1999, 497) como de sociedade em rede<sup>12</sup>, uma forma de organização com base na tecnologia da informação que possibilita alcançar toda a estrutura social. Assim, as funções e os processos de dominação estão intrinsecamente organizados em torno de redes (CASTELLS, 1999, 497).

Nesse caso, a experiência camponesa defronta-se com as condições de atualização diferentes daquelas em que foi produzida. Isto se passa quando os agentes perpetuam disposições tornadas obsoletas pelas transformações das condições objetivas ou como acontece, não de forma generalizada com os sem-terra, quando ocupam posições capazes de exigir disposições diferentes daquelas derivadas de sua condição original (BOURDIEU, 2001b; 196).

A referência que Elias (2006, 26) faz às mudanças é que tanto os indivíduos singulares se transformam, como as configurações que eles formam uns com os outros também, contudo, não se trata de mudanças absolutas, independentes; todavia chama atenção para o fato de que

---

<sup>11</sup> - Para Geertz (1997, 114) “a religião baseia seus argumentos na revelação, a ciência na metodologia, a ideologia na paixão moral; os argumentos do senso comum, porém, não se baseiam em coisa alguma, a não ser na vida como um todo. O mundo é sua autoridade”.

<sup>12</sup> - Redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e centralização descentralizada (CASTELLES, 1999; 498).

(...) um ser humano singular pode possuir uma liberdade de ação que lhe permita desligar-se de determinada figuração e introduzir-se em outra, mas se e em que medida isto é possível depende de fato das peculiaridades da figuração em questão (ELIAS, 2006, 27).

Com efeito, a globalização não é em si uma transformação independente dos indivíduos em geral. Deriva, desse fenômeno, a maior interação dos agentes, como era de se esperar numa sociedade organizada em rede e que, por essa razão, há uma pressão por mudanças nas instituições, ou seja, na estrutura global de suas configurações (ELIAS, 1993; 264). É essa necessidade de ajustamento que tem implicações na construção dos assentamentos. Tem-se, de um lado, a visão de mundo dos camponeses manifestando-se no delineamento de suas configurações e, de outro lado, as pressões externas atuando sobre elas na direção de torná-las compatíveis com a expansão capitalista.

A tese formulada por Setton (2002, 68) é de que a produção de referências culturais e a circularidade da informação, no mundo global, ocupam um papel de destaque na formação ética, identitária e cognitiva do homem. Teríamos, assim, duas vertentes socializadoras, aquela ligada ao latifúndio e a outra, contemporânea, que, segundo a autora, comporta uma nova matriz cultural, com tendência a produzir um novo *habitus*, este como “produto de relações dialéticas entre uma exterioridade e uma interioridade”. (SETTON, 2002; 69).

Do que foi dito, concordamos, por consequência, com o seguinte conceito de homem plural

(...) um ator plural é o produto da experiência – amiúde precoce – de socialização em contextos sociais múltiplos e heterogêneos. No curso de sua trajetória ou simultaneamente no curso de um mesmo período de tempo, participou de universos sociais variados, ocupando aí posições diferentes. (LAHIRE, 2002; 36).

Esses contextos múltiplos e heterogêneos emergem no rural brasileiro a partir da reorganização da produção, em novas bases tecnológicas na década de 1970, o aparecimento do bóia fria, a implementação de outras atividades agrícolas e não

agrícolas, aberturas de estradas rurais, facilitando o acesso às cidades, implantação de rede elétrica e telefonia no campo; na dimensão política, o surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos anos 1970, vinculada a Igreja, Movimento Social dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) nos anos 1980, do sindicalismo rural, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

A diversidade das funções e a extensão das interdependências conectadas via fluxos de informação forjam, entre outras engenhosidades, o reencontro da agricultura com a indústria. Esse contexto, decerto, criou a perspectiva para os trabalhadores rurais viverem outra experiência. Tem-se um espaço geográfico de múltiplas possibilidades de interações.

Para Giddens (1997, 124),

(...) a dissolução da comunidade local (...) não é a mesma coisa que desaparecimento da vida local ou das práticas locais. Entretanto, o lugar torna-se cada vez mais remodelado em razão das influências remotas trazidas para área local. Por isso, os costumes locais que continuam a existir tendem a envolver significados alterados. Tornam-se *reliquias ou hábitos*.

É possível pensar a remodelação baseada na mídia, principalmente a universalização da televisão, mas, também, pela introdução das inovações tecnológicas nas atividades da comunidade. Certamente, os próprios indivíduos são afetados, em graus diferentes, pelas implicações refletidas nas condições de espaço e tempo.

Mesmo assim, Carneiro (1997, 182) entende que esse perfil rural constituído nos anos 1970 não levou

(...) necessariamente a descaracterização das culturas locais, ou tradicionais, mas a redefinição ou reelaboração de práticas e códigos culturais, a partir da relação de alteridade com o que é reconhecido como “de fora”, de maneira a poder consolidar a identidade local com base no sentimento de pertencimento a uma dada localidade.

Diante dessas implicações, a questão é saber: quais as conseqüências da modernidade contemporânea na vida dos camponeses nessas “novas” configurações, sabendo-se que eles estão submetidos às pressões da globalização?

Com suporte no que foi dito, podemos agora pensar na elaboração da hipótese de trabalho. Assim, tomamos como objeto de estudo a *diferenciação* existente entre os assentados da reforma agrária, como fenômeno construído socialmente, apoiado no pressuposto de que as disposições por eles assimiladas em suas trajetórias, têm implicações, em graus variados, no comportamento dos indivíduos, ou seja, elas reúnem elementos que tornam possível explicar as *diferenciações* apontadas. Podemos pensar, então, que o estilo de vida<sup>13</sup> deles está entrelaçado com suas trajetórias. Dessa maneira, como ficou sublinhado, alguns são *flexíveis* (avançam) à dinâmica da ordem objetiva, enquanto outros, pelo contrário se mantêm *irredutíveis* (conservadores).

Esses pressupostos nos remetem à análise das categorias: ambiguidade<sup>14</sup>, reciprocidade e capital social.

Para Schefer & Jantsch (1995, 33), a ambiguidade não é uma contradição, embora tenha raízes nas contradições reais da sociedade, daí que afirmam tratar-se de

(...) uma situação resultante de elementos confusa e insuficientemente considerados e compreendidos pelos indivíduos populares. (...) Manifesta-se também como ato abstrato: na mente do indivíduo popular apresentam-se elementos conceituais confusamente sistematizados, sendo que esta sistematização se dá por meio de termos aparentemente contraditórios (SCHEFER & JANTSCH, 1995; 33).

A ambiguidade se revela nos assentados por intermédio dos elementos do passado e do presente, constituindo-se numa situação insuficientemente compreendida e, ainda, nas políticas públicas e/ou modelos de assentamentos que vão de encontro ao que pensam os produtores.

---

<sup>13</sup> - Estilo de vida para Giddens (2002, 79/80) “pode ser definido como um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular de auto-identidade”. Ele chama atenção ao afirmar que é um termo não muito aplicável em culturas tradicionais, pois, implica uma escolha entre uma pluralidade de opções possíveis.

<sup>14</sup> - Ambigüidade é a qualidade do que é ambíguo e este pode ser tomado em mais de um sentido (Dicionário Novo Aurélio).

O entendimento de reciprocidade<sup>15</sup> que empregamos aqui toma como referência o conceito de dádiva de Marcel Mauss, que ensina

(...) no fundo, do mesmo modo que essas dádivas não são livres, elas não são realmente desinteressadas. São já, em sua maior parte, contraprestações, feitas em vista não apenas de pagar serviços e coisas, mas também de manter uma aliança proveitosa e que não pode sequer ser recusada. (1974, 303).

Se as dádivas não são livre, elas guardam algum interesse e com efeito, sustentadas por alianças que não podem ser recusadas. Assim, essa categoria ajuda a compreender as interações dos próprios assentados, que Polanyi (2000, 68) reconhece como bastante facilitada pelo padrão de simetria, “um aspecto frequente da organização social entre os povos iletrados”.

Para Putnam (2006, 182),

(...) a boa regra da reciprocidade generalizada em geral está associada a um amplo sistema de intercâmbio social. Nas comunidades em que as pessoas acreditam que a confiança será retribuída, sem que dela venham abusar, existe maior probabilidade de haver intercâmbio. Por outro lado, o intercâmbio contínuo ao longo do tempo costuma incentivar o estabelecimento de uma regra de reciprocidade generalizada.

A reciprocidade generalizada é uma relação contínua de troca, que pode a qualquer momento ser rompida, contudo, supõe expectativas mútuas de que um favor concedido hoje pode ser retribuído no futuro (PUTNAM, 2006; 181).

Na comunidade a reciprocidade pelo sentimento de pertença funciona como força unificadora das relações sociais e fortalecimento da confiança entre seus membros, mas pode, no caso de uma não-retribuição, ser fonte de conflito. Nesses

---

<sup>15</sup> - Marcos Lanna argumenta que “Mauss generaliza a noção de contrato ao mesmo tempo em que a reformula. Ele não a usa no sentido de um contrato entre os indivíduos, como os filósofos dos séculos XVII e XVIII. É exatamente esse contrato maussiano que Lévi-Strauss substituirá pelo princípio de reciprocidade”. (2000, 179).

casos, porém, a reciprocidade é personalizada e pode se generalizar de acordo com a posição dos indivíduos nesse espaço.

Quando iniciamos esta pesquisa, a preocupação era tornar inteligível aquilo que estamos denominando de *diferenciação* (alguns avançam outros são conservadores), tomando como referencial o conceito de capital social. Assim, os que conseguem avançar dispõem de maior densidade de capital social, sendo que vale para os outros o inverso.

Na proporção em que fomos aprofundando a pesquisa de campo, notamos que o conceito de capital social não era suficiente para explicar o fenômeno que queríamos entender. O que nos levou a questioná-lo foi o fato de que, num dos assentamentos, constatamos ser forte o comportamento conservador, malgrado as críticas sobre sua organização, contudo as relações de confiança, reciprocidade (categorias do capital social como veremos a seguir) são marcantes e de maior significação. Ora, por que, então, não era possível o “descolamento” de seus esquemas de ação incorporados no passado? Não há dúvidas de que, respeitanto o seu conceito, ele ali está presente, porém, não com a pretendida autonomia para superar a situação que a teoria estava produzindo. Como a pesquisa impúnha-nos a necessidade de conhecer a trajetória dos assentados, foi aí que encontramos a chave que nos possibilitou acessar os elementos que nos aproximaram do entendimento dos dois comportamentos: avançar e conservador. Esse achado nos trouxe duas convicções, primeiro, as rupturas não são redutíveis ao capital social e segundo ele é condicionado pelas *experiências dos agentes*. Por outro lado, não insinuamos que essa categoria social seja determinante na compreensão do *avançar* e do *conservar*. A realidade é rica em determinações e ela nos parece razoável para apreender o fenômeno da diferenciação.

Não é tão recente<sup>16</sup> o conceito de capital social. Nas décadas de 1970 e 1980, Putnam desenvolveu uma pesquisa em 20 regiões da Itália. Seu propósito inicial era saber “quais são as condições necessárias para criar instituições fortes, responsáveis e eficazes?” (PUTNAM, 2002, 22). O trabalho de Putnam teve grande repercussão, gerando uma polarização entre autores que se posicionaram a favor do conceito de capital social e outros que lançaram críticas. Abordaremos a seguir essas correntes e, então, estabeleceremos uma relação entre esse conceito e o objeto central deste trabalho: o *habitus*.

---

<sup>16</sup> - Segundo Augusto de Franco, Lúcia Hanifan foi a primeira a usar o termo, em 1916.

O capital social é caracterizado pela confiança, normas, sistemas de participação e redes de relações na comunidade, sendo que os estoques desses fatores tendem a ser cumulativos e a se reforçarem (PUTNAM, 2002, 191). Diz Putnam, em suas conclusões, que a variável explicativa do desempenho das instituições é o contexto cívico, a história, ou seja, a participação cívica é uma forma essencial do capital social, isto é, quanto mais desenvolvido num território, maior será a cooperação entre seus cidadãos que estarão mais dispostos a agir coletivamente. Com efeito, nas regiões menos cívicas, os cidadãos assumem o papel de suplicantes, têm um comportamento clientelista e oportunista. Enfatiza o autor a ideia de que o capital social, “corporificado em sistemas horizontais de participação cívica, favorece o desempenho do governo e da economia, e não o oposto”. (PUTNAM, 2000; 198).

Para Coleman (2000; 16), capital social é definido por sua função. Trata-se de um ativo produtivo intangível, manejado pelos indivíduos e comunidades, a tornar possível a realização de objetivos que não seriam alcançados sem ele e que pertence à estrutura na qual estão inseridos os indivíduos. Segundo Durston (2001, 10), os elementos do capital social são socioculturais e universais e, por essa razão, existe, como potencial, em todos os grupos humanos. Ele é distribuído na sociedade, entretanto, de forma desigual, sendo a classe pobre a que mais se ressentir de sua falta. Ainda que um grupo disponha de muito capital social, ele terá dificuldades de beneficiar-se desse potencial se não dispuser de outros recursos, especialmente os materiais (DURSTON, 2001; 20). Para Bourdieu (2003a, 67), “capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimentos e de inter-reconhecimento”. Na concepção do autor, o capital social está vinculado a um grupo de agentes possuidores de propriedades comuns e unido por ligações permanentes e úteis. Quer dizer, deve existir um mínimo de afinidade entre eles para que o capital social exerça efeito multiplicador sobre o capital possuído com exclusividade (BOURDIEU, 2003a, 67).

No entendimento de Dirven (2003, 5), que identifica quatro formas de capital social, o individual, o grupal, o comunitário e o externo, é importante que saber-se que o capital social também pode ter consequências negativas, como a exclusão de estranhos, as excessivas demandas sobre os membros do grupo, restrições em liberdade individual e normas que nivelam por baixo.

Portes (2000; 150) encontra no conceito dado por Putnam uma relação que chama de circularidade lógica, isto é, o capital social é simultaneamente causa e efeito. Para deixar clara sua crítica, ele elabora o seguinte exemplo: “as cidades com bom estoque de capital social são bem governadas, as pobres não possuem essa virtude cívica”.

Já Parrao (2001; 40) não aceita como suficientemente explicativas do capital social as variáveis confiança, pertença, vizinhança, pois existem grupos em que esses elementos são a essência de sua dinâmica e são transmitidos de geração a geração, enquanto em outros, eles são secundários ou mesmo podem adquirir caráter negativo. Para ele, são importantes as oportunidades que se oferecem e o ativam ou, pelo contrário, tendem a debilitá-lo. Assim, é interessante situar o potencial e a capacidade do capital social em função das situações que se apresentam, para fortalecer ações coletivas.

Os debates da última década do século XX sobre o problema do desenvolvimento situam os fatores culturais como significativos no crescimento econômico e sua incorporação aos modelos de desenvolvimento (FUKUYAMA, 2003; 34). Para ele, o capital social tem raízes culturais, pois são normas e valores compartilhados que permitem aos indivíduos frágeis se unirem em defesa de seus interesses. Outra maneira de observar a contribuição do capital social para o desenvolvimento é quando atua apoiando a democracia. Esse ativo, entretanto, apresenta alguns pontos que merecem maior atenção. Segundo Fukuyama (2003, 41), “dado el carácter heterogéneo del capital social, las dimensiones cualitativas de las relaciones sociales y lo invasivo de las externalidades positivas y negativas, no debería extrañar que haya resultado difícil producir un estándar de capital social único e aceptable, o um médio convenido de incorporarlo em modelos formales”.

A discussão em torno da concepção do capital social foi estudada por Abu-El-Haj (1999). Sua análise inclui os trabalhos de Putnam, Evans e Fox, estes dois defensores de uma abordagem neoinstitucional, contrários à interpretação culturalista de Putnam. Entende Abu-El-Haj (1999, 71) que os dois neoinstitucionalistas “assumem o pressuposto básico de que as instituições públicas têm, além do monopólio da coerção, a exclusividade da mobilização dos recursos sociais”. Nesse sentido, a síntese desse pensamento, segundo o autor, é que os movimentos coletivos são forjados pelas instituições, valorizando seu potencial ou desarticulando sua capacidade de ação. Quando Putnam (2002, 191) considera importante o contexto cívico para o bom

desempenho do mercado e do Estado, está atribuindo à dimensão cultural a essência para existência ou ausência de um associativismo horizontal e é aí que se estabelece a polêmica com os neoinstitucionalistas, que criticam essa posição, afirmando serem as ações políticas dos regimes autoritários responsáveis pela ausência de associações horizontais (ABU-EL-HAJ, 1999, 71). Em seu trabalho, Putnam (2002, 190) considera infrutífero o debate cultura *versus* estrutura, e argumenta ser mais importante saber por que a história facilita certas trajetórias e obstruem outras. Reafirmando sua crítica ao culturalismo de Putnam, o autor reconhece as virtudes das associações horizontais. Referente ao pensamento neoinstitucional, destaca a importância institucional na mobilização do capital social, contudo, há excessivo determinismo que encobre as condições políticas subjacentes à institucionalização, ignorando as forças políticas que realmente determinam os destinos da intervenção institucional. Esta é uma omissão crítica para os formuladores desse pensamento, pois excluem da abordagem um “fator fundamental subjacente ao ativismo institucional: a natureza das elites políticas e seu projeto de poder”. (ABU-EL-HAJ, 1999, 77).

O objeto de estudo só assume importância para o pesquisador quando se lhe atribui algum valor, no que implica, para Weber (2001, 133), que “todo conhecimento da realidade cultural é sempre um conhecimento subordinado a pontos de vista especificamente particulares”.

Assim, a escolha da *diferenciação*, como objeto a ser estudado, que destacamos de um todo, prende-se ao significado que a ela atribuímos por vincular-se às relações da realidade concreta. Como anota Weber (2001, 127) “precisamente porque revela relações tornadas importantes graças à sua vinculação a idéias de valor”.

Com efeito, a significação não pode ser deduzida de sistemas de conceitos e leis, por mais perfeitos que sejam, e também não podem ser justificados nem explicados por ele, pois pressupõem a relação dos fenômenos culturais com ideias de valor (WEBER, 2001; 127). Nesse sentido, nossa escolha pelo objeto é consequência da convivência com os camponeses, das observações de campo durante vários anos, como nos referimos anteriormente, levando-nos à constatação de que aquilo que foi assimilado da realidade objetiva em suas trajetórias passadas, é agora a base para construção social. É este fragmento da totalidade que se apresenta, para nós, dotado de significado. Tomando a epígrafe desta parte, em que o autor toma o *habitus* como princípio organizador da

ação, pensamos que essa categoria nos ajuda a compreender as atitudes dos camponeses, ou melhor, a relação entre sua subjetividade e os condicionamentos sociais exteriores.

A preocupação de Max Weber em definir o objeto baseado no valor implica que o conhecimento da realidade concreta fica sujeito a pontos de vista especificamente particulares. Para conferir rigor e controle na elaboração do objeto, Weber (2001; 140) cria o tipo ideal, como meio de conhecimento da realidade, que “tem, antes, o significado de um conceito-limite, puramente ideal, em relação ao qual se mede a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns dos seus elementos importantes e com o qual esta é comparada”. No plano da crítica ao positivismo, Weber (2001; 127/133) defende a ideia de que o argumento de “a significação da configuração de um fenômeno cultural e a sua causa não podem deduzir-se de qualquer sistema de conceitos de leis”, pois “apenas as idéias de valor que dominam o investigador e uma época podem determinar o objeto do estudo e os limites deste estudo”.

Para Bourdieu (2003; 28), que trabalha a noção de que “o real é relacional”, o que existe são espaços sociais, onde os indivíduos ocupam posições relativas. Argumenta ele: “pode acontecer que eu nada saiba de uma instituição acerca da qual eu julgo saber tudo, porque ela nada é fora das suas relações com o todo”. Pierre Bourdieu apresenta outro ponto de vista - “não construir o que já está construído”, querendo dizer que, para romper com o senso comum, com o pré-construído, um dos instrumentos mais poderosos da ruptura é a história social dos problemas, dos objetos e dos instrumentos de pensamento (BOURDIEU, 2003; 36). Assim, mesmo reconhecendo a rica elaboração de Max Weber, inclusive inspiradora de hipóteses, porém, é em Pierre Bourdieu que encontramos mais elementos para aproximação do nosso objeto. Isto porque, sendo a *diferenciação* produto coletivo, ela está inserida no contexto das relações sociais e, assim, portadora dos significados que nos interessa.

Para seguir as orientações de Bourdieu, uma dificuldade teórica e metodológica que se apresenta é superar a formulação da categoria *diferenciação*. Ao caracterizar as comunidades impomos determinadas condições próprias que formulamos a respeito delas. Com efeito, por essa via, podemos chegar ao que os agentes do Estado têm feito; colocar como se fosse problema próprio dos camponeses a eficiência de sua produção, quando, muitas vezes, não percebem como tal ou, melhor escrevendo, para eles não se trata de algo significativo. Quer dizer, essa linha de pensamento tenta

explicar o resultado de seu trabalho, tomando como fundamento a base técnica em que ocorre a produção.

Diante dessas constatações, a forma de controle da elaboração científica do objeto foi, primeiro, realizar entrevistas com os assentados, mas com a condição de não se limitar a escutar (BOURDIEU et al, 2000; 50). Se nosso procedimento fosse diferente, teria corrido o risco de apenas mostrar as prenoções do agente estudado e, por isso, estaria simplesmente produzindo um artefato. Segundo, trabalhei os conceitos nativos mas, atento para não tomar suas representação como “explicação do comportamento, mas um aspecto do comportamento a ser explicado”. (BOURDIEU et al 2000; 52). É importante reter a ideia de que essas categorias, geradas no espaço social - como anota Lenoir (1998, 105), são suporte para edificação da realidade social - estão em jogo na luta política pelo poder de conservar ou transformar o mundo social, preservando ou transformando a visão do mundo social. (BOURDIEU, 2003; 142). Terceiro, para afastar-se do objeto pré-elaborado, como está dito acima, é necessário recorrer à história social do problema, mesmo porque se trata de uma ação coletiva e, portanto, inscrita nos espaços das disputas pela transformação ou conservação.

Pensar o objeto nesse contexto é ir ao encontro daquilo sobre o qual Pierre Bourdieu chama atenção, se isolar o objeto das relações com o todo, nada se saberá a seu respeito. É como se tomasse a produção independente das disputas constitutivas da realidade. Ela, em si, não revela nada a respeito da socialização, a não ser que as duas comunidades produzam sob condições diferentes. “Ora, é mais fácil pensar em termos de realidades, diz Bourdieu (2003, 28), que podem por assim dizer, ser vistas claramente, grupos, indivíduos, que pensar em termos de relações”. Trabalhar o objeto num espaço de relações é pensar *relacionalmente* e, certamente, se opôr a pensar o mundo social de maneira realista. (BOURDIEU, 2003; 26).

Também Lenoir (1998; 68), comungando com Bourdieu, salienta que o objeto não é independente de seu contexto, no qual assume significado, sendo, portanto, produto de disputas entre os agentes envolvidos segundo seus interesses. Argumenta ele: para o sociólogo, “o que constitui o objeto da pesquisa não é tomar partido nessas lutas simbólicas, mas analisar os agentes que as travam, as armas utilizadas, as estratégias postas em prática”, considerando as relações de força entre as classes sociais e também as representações dominantes das práticas legítimas associadas à definição do objeto (LENOIR, 1998; 68).

## Metodologia e campo empírico

A construção do objeto é possível desde o pré-conhecimento que dele se tem, mas também, apenas por essa razão, ele se mostra significativo, como sugere Weber (2001, 127), para ser estudado. Se nada soubéssemos do objeto, provavelmente nada perguntaríamos sobre ele, muito menos estaria em condições de elaborar hipóteses e obviamente seria destituído de significação, ou melhor, nenhum valor, a ele, poderia ser atribuído. Segundo Weber (2001; 132) “sem as ideias de valor do investigador, não existiria nenhum princípio de seleção, nem o conhecimento sensato do real singular”. Com efeito, se desconhecemos algo, não podemos, de modo algum, assumir uma posição teórica que nos permita fazer interrogações. Sem teoria não se constrói um objeto que se distinga do senso comum, como argumenta Bourdieu (2000; 48): “por mais parcial e parcelar que seja um objeto de pesquisa, só pode ser definido e construído em função de uma problemática teórica que permita submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade colocados em relação entre si pela questão que lhes é formulada”.

A reforma agrária sempre foi, e com razão, uma preocupação de muitos profissionais das diversas áreas da ciência. Uma política que promovesse o direito à terra para aquele que dela precisa para trabalhar foi e continua tema de muitos estudos. Críticas têm surgido questionando a viabilidade econômica de certos assentamentos. O pressuposto subjacente a essas leituras sinaliza para a transformação desses trabalhadores em empresários modernizados com base na tecnologia, fator capaz de aumentar a produtividade e a renda e, assim, oferecer melhores condições de vida. Assinalam os tecnocratas que isso não tem se verificado em muitos assentamentos e apontam a “resistência” desses trabalhadores às inovações como causa determinante dos resultados econômicos negativos. As discussões institucionais privilegiam esses aspectos. Por sua vez, essa vertente predominante na elaboração das políticas públicas recebe críticas por adotarem o cálculo econômico como princípio norteador das transformações, decerto, subestimando as variáveis comportamentais do camponês.

A abordagem que fazemos aqui, de certa forma, expressa o que pensava Chayanov, quando ele chamava atenção para o fenômeno de que, ao contrário da

unidade capitalista, o campesino não orientava seus cultivos pelos estímulos do mercado, embora, tivesse, com ele, relações de troca (1981; 139).

Dessa maneira, tratar da experiência camponesa numa “nova” ordem social requer que sejam explicitadas suas principais características. Isto ajudará a compreender suas práticas, ou seja, sua forma de vida social.

Localizados no Município de Ocara, onde estão outros cinco projetos, sob a coordenação do INCRA, ocupando uma área de 11.564 ha e 342 famílias assentadas, os projetos de assentamento São José II e Aroeira, selecionados para o presente estudo, contam com camponeses de origem do latifúndio da própria região, eles que viviam na qualidade de meeiro, dependente do patrão.

Com área territorial de 765,3km<sup>2</sup>, Ocara conta com cinco distritos: Arisco dos Marianos, Curupira, Novo Horizonte, Serena de Cima e Serragem. Está inserida na Macrorregião de Planejamento de Baturité e Microrregião de Chorozinho. Fica distante 120 km de Fortaleza, acesso pela CE 122 (estrada do algodão que liga Fortaleza a Quixadá). É permanente o tráfego da Sede do Município aos dois assentamentos através de estrada de barro. No período de chuvas, de janeiro a abril, a pluviosidade média anual é de 959,5 mm.

A estimativa de potencial para cajucultura no Município considera que 50% de sua área<sup>17</sup> são constituídos por solos de aptidão própria para essa cultura. Em 2006,<sup>18</sup> com 14.980 ha plantados com cajueiro comum (cajueiro nativo que não passou por qualquer processo de melhoramento genético), alcançou uma produção de castanha de 6.790 toneladas. No mesmo ano, o feijão, com área de 4.522 ha, produziu 2.080 toneladas e a mandioca, com 170 ha, colheu 1891 toneladas de tubérculos. A partir desses dados, é possível deduzir que a castanha é a que mais contribui para o PIB municipal e também como maior geradora de empregos no campo.

Dados do IBGE mostram ser um município em que 70,48% da população vivia no meio rural em 2000, com média de 4,36 morador por domicílio. O censo agropecuário para 1995 – 1996 revela que a estrutura agrária desse município é constituída pelo contraste entre latifúndio e minifúndio, onde 61,4% dos estabelecimentos com até 10ha tinha uma área correspondente a 6,53%, enquanto 93,47% da área total era controlada por 38,6% dos estabelecimentos. O PIB em 2002

---

<sup>17</sup> - Fonte: Embrapa Agroindústria Tropical - CEINFO: Centro de Informações Tecnológicas e Comerciais para Fruticultura Tropical.

<sup>18</sup> - Anuário Estatístico do Ceará 2007.

(IBGE/IPECE) era de R\$ 32.057,00, sendo que a agropecuária contribuiu com 23,23%, a indústria com 1,19% e serviços 75,58%.

Jurema foi a primeira denominação de Ocara e pertencia ao Município de Aracoiaba. As terras dessa localidade foram compradas por Antônio Manoel Moreira da Rocha (Velho Felipe) e seus filhos João Correia dos Santos e João Correia Dodó.

Esses foram os habitantes que chegaro por dono disso aqui que comprou, quem comprou foi o meu avô, João Correia Dodó e depois disso, que eles ero munto unido, que eles começaro, de começo, quando eles começaram (pode continuar) (continua) (continua) - pois é, de começo, quando eles começaro, eles ero, naquele tempo num tinha, casa aqui num tinha casa não pra o primeiro habitante que, que existiu aqui foi uns pessoal chamavam Graxa, entonse ele comprou esse terreno dos Graxa, mas a compra desse terreno, foi uma compra só pela confiança das pessoas né, pela vergonha e o moral que tinha de primeiro, antigamente o pessoal. Que isso aqui era terra divoluta. Aí entonse ele foi e comprou esse terreno por duzentos mirreis na época, que eu num sei dizê a época que ele comprou. (ANDRÉ CORREIA DODÓ, mais de 80 anos, analfabeto, aposentado).

A terra foi dividida entre o pai e os filhos. Entre 1914 e 1920, construíram açude, cacimbões, engenho artesanal de açúcar, capela e cemitério.

Tudo era terra divoluta e tudo foi, passou a ser, depois que apareceu o usu capião né, e aí quem apossado, os posseiro tomaro de conta né. E todo mundo aqui, tem esse casaral, não tem quem tenha comprado um, compraram depois um chão de terra, aqui uns quintal aqui, mas de primeiro quando pegaro a pedir morada e morando, num tem quem comprasse nada não. Pedia morada, o caba fazia aí a casa, aí morava ali e morria na terra e pronto. (ANDRÉ CORREIA DODÓ).

Era nas terras deles que todos plantavam algodão, milho, feijão, mandioca, faziam farinha.

Isso aqui era tudo no aberto num sabe. Aqui o caba que tinha corage de trabalhar e teve intiligência, comprou uma vaquinha, quando era de manhã, abria a porteira do curral, soltava aqui, descia aqui de cabeça baixa, trevessava isso aí tudinho, trevessava aquela rodage ali, que tudo era em mata, num tinha rodage, num tinha nada e saí sabe aonde? Na estrada de Russa. Tudo no aberto. Daqui pra Morada nova, isso aí era tudo no aberto, cê num via uma cerca de arame. Primeiro, o primeiro neto do velho Dodó, que foi mais ele, que ele tinha um terreno no Sabiá, na Morada Nova, um

lugarzinho por nome Sabiá, quando chegou diante do Tabuleiro do Mulungu, um lugarzinho por nome de, comera o nome, era, na Ipueira, isso era antes de chegá no Riacho do Feijão. Aí tinha uma cerca de arame, aí esse neto dele dixeu: "Pai Dodó e a essa cerca de arame, cumé, essa cerca de cordão?" (risos). Num sabia nem o que era, pensava que era o cordão que tava amarrado, era a cerca. Aí era arame farpado. (ANDRÉ CORREIA DODÓ).

O filho João Correia dos Santos, com o título de coronel, é quem dominava o comércio de algodão. Também era o chefe político, pois, segundo o nosso entrevistado, **tinha aquelas pessoa que, antigo que era o chefe do lugar, aí aquele pessoal todinho, ele dizia vocês é pra votá em fulano e pronto, tamo conversado**. Essa fala revela bem o poder que predominava no universo social do latifúndio.

A constituição de coronel é descrita por André Correia Dodó e sua esposa, Maria Amélia Correia

(...) o coronel. Que o coronel João Filipe passou a coronel, passou a ser coronel, o que ele dizia era isso, por que na época que eles ero cabo eleitoral, tem uma história d'uns Marreta, tem um outro que eu num me lembro acumera o nome, era dos dois partido, um era Marreta e o outro eu num me lembro agora, num tô lembrado. Aí, sei que ele passou a ser coronel por que no Baturité, existia lá um homi chamado Ananias Arruda, num sei se o sinhô algum dia viu falá nesse nome. Aí então-se esse homi lá possuía vinte conto de réis, vinte conto de réis e durante, primeiramente parece que até Aracoiaba era, parece que era município de lá, do Baturité. Só quem existia, que possuía esse dinheiro era o Ananias Arruda, do Baturité e o João Correia dos Santos, que era irmão do João Correia Dodó, filho de Antônio Emanuel Moreira da Rocha, aqui de Ocara, que possuía vinte conto de réis. Aí pegou a patente de coronel João Filipe. Pois bem, mas do meu conhecimento ele morreu pobre, num deixou riqueza por que os caba comero antes, ainda em vida.

Como Distrito de Aracoiaba, por volta de 1943, Jurema passa a se chamar Ocara. Em 1963 é elevado à categoria de Município, **mas em 1965 é extinto pela chamada Lei Jorge Abreu, que derrubou todos aqueles municípios que se emanciparam e Ocara retorna à condição de distrito de Aracoiaba** (entrevista concedida por Antônio de Almeida Jacó, ex-deputado estadual).

Com um representante na Câmara de vereadores desde 1972, o Sr. Pedro Cândido de Oliveira<sup>19</sup> ligado à família de João Correia Dodó, apoiado pelo então

---

<sup>19</sup> - Foi eleito primeiro Prefeito em 1987 e depois em 1996, sendo reeleito em 2000 com mandato até 2004.

deputado Antônio de Almeida Jacó, natural de Acarape, inicia um movimento pela emancipação do Distrito:

então, sendo profundo conhecedor da dificuldade existente nesse distrito, eu lutei, iniciei em 1984 o pedido de emancipação, encaminhando à assembléia legislativa, no ano de 1984. Fomos obter respostas positiva em 1987, quando a assembléia legislativa autorizou a realização de um plebiscito aqui em Ocara, no dia sete de setembro de 1987. (PEDRO CÂNDIDO DE OLIVEIRA, 2007, atualmente comerciante).

A justificativa para emancipação política de Ocara, segundo esse entrevistado e muitos outros, eram as dificuldades para se deslocar até Aracoiaba, onde estavam centralizados os principais serviços sociais e econômicos. Eram precárias a atuação das instituições públicas presentes no Distrito, as responsáveis pela saúde e educação e ausência de agência bancária que efetuasse o pagamento dos proventos dos servidores ali residentes.

O ex-deputado citado que trabalhava a emancipação de outros municípios da região, coube articular na Assembléia Legislativa o apoio ao movimento. Para ele, Ocara preenchia os pré-requisitos de número de residências, de renda, isto comprovado com as certidões fornecidas pela SEFAZ.

Com o mesmo propósito, o Distrito de Curupira, do Município de Aracoiaba, sob da liderança da família Brilhante<sup>20</sup>, também, passa a reivindicar a condição de sede municipal.

Então, Ocara e Curupira, mas também havia esta disputa, que eu digo era natural. Naturalmente que, as condições de Ocara sempre foram superiores a Curupira. Curupira, num passado mais remoto, a força da Curupira era a produção do algodão. Curupira teve a sua fase áurea, mas, em termos, digamos assim, de alfabetização, de pessoas que tivessem maior discernimento, sempre Ocara levou alguma vantagem. Eu acho que isso fez com que, também mais próximo, com a construção da estrada do algodão, nós sabemos que as estradas, elas são fator de incremento ao desenvolvimento. Mesmo que não tenha passado dentro de Ocara (refere-se a estrada), mas passou muito mais próximo do que de Curupira. (EX-DEPUTADO Antônio de Almeida Jacó).

---

<sup>20</sup> - O Eng<sup>o</sup>. Agrônomo Joselito Brilhante, professor do CEFET, entrevistado em abril de 2008, nos disse que: “a liderança maior da família Brilhante era meu avô, Odilon de Souza Brilhante, que se instalou em Curupira e, como era grande produtor rural, exercia uma liderança, líder nato, exercia uma liderança sobre as famílias, as demais famílias da região, inclusive com raio de atuação muito além do, da pequena localidade de Curupira que, na época, era distrito de Aracoiaba”.

O processo produziu certo desconforto à comunidade Curupira.

Ah, o grande problema do processo de transformação de Ocara em município se deu pelo fato de ter havido um conflito inicial no seguinte sentido: ao invés de ter havido uma negociação, uma apresentação de uma proposta de municipalização do distrito, é, o grupo de Ocara se antecipou ao grupo de Curupira fazendo investidas territoriais, fazendo contagens de casa, medições de áreas, requisitos que são necessários para solicitação do pedido de municipalização, sem a negociação, sem apresentação de proposta para as lideranças de Curupira. Então, com isso, sendo Curupira, embora sempre a comunidade de Ocara tenha tido uma aparência mais avançada de sede de município, a maior área do município pertencia ao distrito de Curupira. Então era de se esperar que numa proposta de municipalização, fossem sentadas e negociadas com as lideranças de ambos municípios, o que não se deu. Então, quando as lideranças da família Brilhante tomaram conhecimento do descaso das lideranças de Ocara em consultar, em negociar com as lideranças de Curupira, a construção de um município mais forte né, então gerou um conflito, que foi a entrada da solicitação de ambas os distritos querendo se transformar em município, ou seja, a entrada, a solicitação de Ocara querendo se transformar em município, e levando Curupira como distrito e Curupira querendo se transformar em município levando como distrito Ocara. (ENGº. AGRÔNOMO Joselito Brilhante).

Curupira, entretanto, não tinha força política comparada à de Ocara, com representantes na Câmara e na Assembléia. Contava com a liderança do advogado Tarcísio Holanda Brilhante que esteve à frente do processo.

Uma avaliação da emancipação de Ocara é dada pela Professora Helena Costa Correia, presidente do Sindicato dos Servidores do município de Ocara

(...) mudou a cara da cidade né. Ficou, cresceu mais as estruturas físicas, mudou também em relação aos funcionários que, a gente ganhava muito pouco quando era Aracoiaba né. E mudou a aproximação da população com o poder. Por que dificilmente a gente ia a Aracoiaba. Por que, eu lembro que os funcionários, eles, a gente ganhava tão pouco, que precisava juntar três meses pra ir a Aracoiaba buscar, pegar o dinheiro, de tão pouco. (...) A base econômica aqui é muito complicada, por que a nossa economia é baseada na agricultura né. Quando acontece um ano seco, como este ano, que eu tenho a impressão que foi, a perda foi de mais de setenta por cento da safra né. Aí fica muito difícil. Tem o caju também, que não deu muita coisa, não é aproveitado o nosso caju, muito pouco. Muito pouco aproveitado né. Aí, aqui o município, as pessoas sobrevivem mesmo, ou é funcionário público, ou é aposentado, ou vive exclusivamente da "bolsa família". Eu tenho várias vizinhas aqui, mães solteiras que vivem exclusivamente da "bolsa família". Nossa juventude não consegue trabalho

aqui né. Termina o estudo, termina o segundo grau, pronto. Aí, fica sem ter o que fazer, muitos vão embora pra Fortaleza, pra Horizonte, Pacajus. Sai pra outro destino né.

A esse respeito, há uma perspectiva pessimista dos entrevistados quanto à superação desses problemas expostos pela Professora Helena Costa Correia, da geração de emprego e o descrédito da agricultura, que é recorrente pelos ocarenses em suas falas

(...) bom, naquela época se plantava muita mandioca, tinha muita farinha né e milho. Depois disso foi, hoje, a base mesmo é mais a castanha do caju que sustenta né, por que as terra tá tudo cheia de cajueiro e aí num tem mais e outra coisa que num dá mais dinheiro, a despesa é muito grande e aqui é cheio só de pequeno agricultor. (ANTÔNIO CORREIA BARBOSA, ex-presidente do sindicato rural de Ocara).

Uma leitura do índice de desenvolvimento humano (IDH) tomado pelo IPECE como indicador da qualidade de vida, para o ano de 2000, foi de 0,594 (IPECE/PNUD – 2000). Comparativamente aos demais Municípios, Ocara, com esse índice, fica entre os 5% de pior qualidade de vida no Ceará. Quer significar um fraco desempenho da educação, renda insuficiente e baixa longevidade em comparação aos outros territórios municipais. O IDH mais os citados acima nos dão uma ideia da inconsistência das políticas públicas voltadas para equacionando das dificuldades que aquela população enfrenta. Nesse sentido, temos a seguinte opinião

(...) não, hoje eu não diria que existe um pequeno, um principal problema. O problema é um problema comum, praticamente, dos pequenos municípios do estado do Ceará, que é, basicamente, a agricultura de pouca agregação de valor, pouca oportunidade de empregabilidade para os jovens, educação precárias, saúde precária. Isso, mas não são características específicas de Ocara, até por que o potencial de reversão desse quadro, dada as potencialidades econômicas de Ocara, são, eu diria, ainda restritas, mas que poderiam estar melhor, caso haja um desenvolvimento de projetos mais articulados, projetos voltados para o desenvolvimento local, projetos mais criativos, talvez pudessem levar a uma melhoria, principalmente nas condições de empregabilidade, geração de emprego e renda na, na própria localidade e nos respectivos distritos. (ENGº. AGRÔNOMO Joselito Brillante ).

Na perspectiva do Governo municipal, o grande problema de Ocara é água. Primeiro, por ser salobra torna-se imprestável para o consumo. Segundo, o Município é localizado em terreno plano, o que dificulta acumular água.

Em termos de política para a agricultura familiar, o secretário de agricultura e meio ambiente do Município, Josafá Martins, graduado em Geografia, expôs três linhas de ação:

Estamos fazendo um projeto - eu chamo de Centro de Apoio à Agricultura Familiar de Ocara - em que todos os distritos tenham mini-fábricas e casa-de-farinha e esses produtores beneficiem sua castanha, não só a castanha, como a mandioca também, eu acho que é um outro produto que a gente, o Ceará hoje é um grande importador de farinha quando nós temos solo excelente pra se produzir é, farinha e, no entanto, a gente compra farinha. Mecanização agrícola A prefeitura entra com um percentual do valor da hora e o agricultor com outro percentual. Então, no caso, a gente entra com 75% e eles entram com 25%. A gente está, pra esse ano agora, 2007/2008, a gente está querendo desenvolver lá nos assentamentos, pelo menos no Aroeira, que é um deles né é, e no assentamento Cachoeira também e no Che Guevara, a gente quer montar aquelas mandalas né. Então é um projeto que a gente, eu já conversei com eles e nós vamos fazer cinco mandalas lá em Ocara .

A entrevista nos foi concedida em novembro de 2007 e, até julho de 2008, essas proposições não se tinham concretizado. O que verificamos estar efetivamente sendo realizado foi a compra de mel pela CONAB, agência de Fortaleza, da cooperativa com Sede na cidade de Ocara, que recebe esse produto dos apicultores (cerca de 120) do Município. Uma parte é distribuída para merenda escolar, creches, hospital e a outra é levada para Capital.

Hoje o Município já não tem a mesma influência da família Dodó, quando eles detinham a hegemonia. Na medida em que as terras vão sendo ocupadas e outras necessidades são expostas, ou, como argumenta Barreira (1992, 84), “num momento em que a questão da cidadania é colocada pela sociedade como um todo, quando este problema ultrapassa as barreiras urbanas e penetra no meio rural”, então esse poder começa a se diluir, como é percebido pelo o ex-presidente do sindicato: **a família manda, mas não é mais que nem era antes. Não existe mais aquela união que havia,**

**chegou muita gente de fora, num se conhece nem mais o povo.** Isto se verifica, principalmente, na política, que a família Correia Dodó era referência.

Nesse sentido, Ocara é governada por um médico, filho natural de Tamboril<sup>21</sup>, Dr. Leonildo Peixoto Farias, contratado pelo então prefeito Pedro Cândido. O médico entra em conflito com o mandatário municipal, firma alianças com a esquerda, representada pelos Correias, é eleito em 2004, rompe a aliança e firma novos acordos com as correntes emergentes e se reelege em 2008, concorrendo com o Sr. Pedro Cândido de Oliveira. É esse universo de transformações políticas e do próprio espaço físico, de alianças provisórias como bem expressa a Professora Helena Correia - **isso confunde o pessoal** - de promessas difusas que o espaço social vai passando por um processo de reconstrução, mas de forma fragmentada pela dissonante relação do urbano com o rural expressa pelo descrédito da atividade agrícola e/ou do camponês, posto à margem do poder local. É difícil constatar uma articulação entre o local e o poder central em termos de políticas públicas, especialmente quando se fala em projetos de assentamento.

Se antes o Estado organizava os interesses locais, passando pelas mãos dos coronéis, agora a relação com o local é feita sem essa mediação. No campo ou na cidade, os programas de maior impacto são o Bolsa Família e a aposentadoria em termos de renda e a reforma agrária no âmbito da qual, na maioria das vezes, os assentados são beneficiados por um ou por outro desses dois programas. Os recursos desses programas são sacados nas agências bancárias diretamente pelos beneficiários por meio de cartões personalizados. O poder municipal conquanto participe desses programas, mais particularmente na seleção dos candidatos no caso da Bolsa Família, está sujeito às condicionalidades<sup>22</sup> definidas no Programa, além da fiscalização, que se mostra efetiva e punitiva. Essa estratégia dificulta a manipulação da seleção pelo Poder municipal. Neste caso, o fortalecimento do Governo municipal passa pelas alianças locais, firmadas na conveniência dos interesses a elas subjacentes.

---

<sup>21</sup> - Tamboril fica a 301 km de Fortaleza, na Macrorregião Sertão dos Inhamuns e Microrregião Sertão de Crateús.

<sup>22</sup> - As condicionalidades são os compromissos nas áreas da educação, da saúde e assistência social assumidos pelas famílias e que precisam ser cumpridos para que elas continuem a receber o benefício do Bolsa Família.

Como sublinhamos, a nossa intensão era compreender como as relações sociais se constituem no latifúndio e se reconstituem nesse “novo mundo”.

Assim, foi necessário pesquisar primeiro como era a vida do meeiro no latifúndio, as relações entre patrão e o trabalhador, a que constrangimentos eles estavam submetidos e depois com a desarticulação dessas relações, que elementos e/ou condições possibilitaram que alguns deles rompessem e outros não com o passado, ou seja, foi preciso investigar sua trajetória de vida até chegar ao assentamento.

Recorremos à realidade subjetiva dos assentados manifestada pelas respostas às entrevistas realizadas, os questionários aplicados, conversas informais, observações de suas práticas, participação em reuniões, realização de oficinas, leituras de atas de assembléia da Associação, do estatuto e regimento. Esse conjunto tornou possível reconstituir suas trajetórias, tirar conclusões sobre suas práticas e, assim, nos aproximar dessa realidade objetiva.

Realizamos entrevistas<sup>23</sup> (com respostas abertas e gravadas) envolvendo 48% da população do Aroeira e 42% do São José II, aplicamos 9 questionários no Aroeira e 16 no São José II. Entrevistamos um representante do MST, da CPT e FETRAECE. Foram entrevistados 4 políticos, o ex-deputado estadual responsável pela criação do Município de Ocara, dois vereadores da atual legislatura e um ex-prefeito que exerceu três mandatos, sendo dois em períodos consecutivos. Ainda fizemos entrevistas com secretários do Município, comerciantes, religiosos da Igreja Católica e Universal, técnicos dos escritórios municipal e estadual da EMATERCE, dois sindicalistas de Ocara e antigos moradores/parentes dos pioneiros habitantes de Jurema. Estas nos possibilitaram reaver um pouco da constituição do Município. Efetuamos duas oficinas cuja dinâmica se constituiu na identificação, por eles, de seus problemas e suas causas. As informações colhidas referem-se ao período compreendido entre os anos 1950 e 2008. Os que hoje têm mais de 40 anos eram filhos de meeiros nos anos 1950 e/ou 1960. Aqueles que estão com idade entre 25 e 40 anos eram filhos dessa categoria nos anos 1980. Somente dois (do São José II), nascidos entre 1983 e 1985, não passaram por essa experiência. Assim, a composição etária é: São José II, 43,75% com idade entre 25 e 40 anos e 56,25% de mais de 40 anos. Aroeira: 55,55% com idade entre

---

<sup>23</sup> - A grafia dos depoimentos foram mantidos conforme a fala de cada entrevistado por entender que, no caso dos camponeses, ela é sinal de distinção e, assim, oferece maior consistência ao trabalho. Com isso, deve ficar claro que não se trata de uma discriminação.

25 e 40 anos contra 44,45% de mais de 40 anos. Foram dez meses de convivência que muito contribuíram para uma boa aproximação e construção do objeto.

O propósito de tornar inteligível a diferenciação social, como explicitado anteriormente, levou-nos a dividir o trabalho em três capítulos. No primeiro, contextualizamos o rural brasileiro, especialmente o Nordeste e o sertão cearense, evidenciando o poder político colado à sua estrutura fundiária. Trabalhamos o problema da reforma agrária cujo objetivo é mostrar os diferentes sentidos que tomou o debate sobre a reforma agrária em sua ordem cronológica. Também será apresentada a participação dos mediadores e as posições assumidas sobre esse tema. Por último, focaremos o movimento social como princípio socializador dos trabalhadores sem-terra. No capítulo 2 trata das trajetórias e lutas dos antigos meeiros dos projetos de assentamentos São José e Aroeira; serão trabalhados elementos teóricos e empíricos referentes ao objeto da tese. Assim, será discutido a construção da *diferenciação*; também os dilemas de ajustamento à economia de mercado e a socialização do camponês num mundo globalizado. O último capítulo é um complemento do precedente. São discutidas o Estado e sua autonomia relativa, as implicações das políticas públicas e os desafios que lhe são postos nessa ordem social. Nesse caso, trataremos de categorias constitutivas dessa elaboração, como reciprocidade, ambiguidade, conflito e capital social. Essa parte expressará as vertentes de nossa hipótese de trabalho e a sua demonstração. Tornou-se necessário focar o capital social como forma de explicitar o que referimos antes sobre o redirecionamento da leitura que fiz do objeto pesquisado mas principalmente mostrar a sua insuficiência teórica e empírica para dar conta daquilo que pretendíamos compreender.

## 1 A REFORMA AGRÁRIA E O JOGO POLÍTICO

Nesta parte, trazemos uma síntese sobre a questão agrária do sertão nordestino no contexto das disputas políticas no plano nacional e regional. Com efeito, a reforma agrária é expressa, considerando os argumentos dos debates segundo sua ordem cronológica. Em seguida, discutimos sobre a participação dos mediadores e a visão deles nesse processo. Por último, trabalhamos o movimento social como vertente socializadora dos trabalhadores sem-terra.

### 1.1 Terra, poder e política

Em momentos decisivos da economia brasileira, o Estado, de maneira geral, esteve presente, organizando os interesses do campo econômico. Ilustra esse fato o período que corresponde à economia da monocultura, sustentada no cultivo do café que se destacava pela forma de organização do trabalho e utilização extensiva da terra.

Como diz Ianni (1989, 57),

(...) quando a economia agrária exportadora era hegemônica, toda atividade estatal restringia-se a medidas destinadas a preservar ou favorecer o crescimento da produção, sem que se pusesse em jogo a modificação estrutural.

Com a crise internacional de 1930, a economia brasileira experimentou um movimento de transformação em seu processo de acumulação, quando este passou a ter suas bases nos centros urbanos. A industrialização do País passou a assumir a liderança da economia, em face da desarticulação dos grupos oligárquicos no comando do poder.

Representou, portanto, deixar as funções de domínio político dos grupos oligárquicos que exerciam o poder até então em forma ostensiva e quase exclusiva (WELFFORT, 1989; 63). Para esse autor (1989, 64), havia uma dissidência no interior do sistema oligárquico, um grupo que, aliado com a classe média urbana (Aliança

Liberal), se mobilizou contra o antigo regime. Nesse caso, a classe industrial praticamente ausente desses fatos foi a mais beneficiada.

Ianni (1989, 29) destaca o fato de que, pela combinação do capital comercial com o bancário, se deu a passagem do capital agrícola ao industrial. Afirma que foi

(...) através das sucessivas metamorfoses do capital agrícola que a industrialização se tornou possível, em sua maior parte. Por meio de controles e estímulos encadeados, o Estado provoca a canalização de uma parte de excedente econômico agrícola para a esfera industrial.

A agricultura teve papel fundamental nessa transformação da economia. Conforme Oliveira (1987,21), esta é “um complexo de soluções pela expansão horizontal da ocupação com baixíssimos coeficientes de capitalização”, o que implicava a produção de alimentos a baixo custo e exploração do trabalhador rural. Essa é a articulação possível para garantir o crescimento industrial e agrícola, pois,

(...) se é verdade que a criação do “novo mercado” urbano-industrial exigiu um tratamento discriminatório e até confiscatório sobre a agricultura, de outro lado é também verdade que isso foi compensado até certo ponto pelo fato de que esse crescimento industrial permitiu às atividades agropecuárias manterem seu padrão “primitivo”, baseado numa alta taxa de exploração da força de trabalho (OLIVEIRA, 1987; 23).

Esse jogo político manteve a propriedade da terra concentrada e, conseqüentemente, o camponês é excluído do direito à terra. A Lei de Terras, de 1850, já dificultava seu acesso à terra, pois era necessário disponibilizar mão-de-obra para as fazendas de café, que enfrentavam dificuldades com a proibição do tráfico de escravos. Como anota Barreira (1992, 17), no Brasil, “as alianças foram entre o Estado (...) e os grandes proprietários de terra; ou entre uma burguesia urbano-industrial emergente e a burguesia agrária que, mesmo perdendo espaços conseguia permanecer no cenário político nacional”.

Assim, como defende Guimarães (1981, 110/3), ao contrário de outros países em que a grande propriedade surge das ruínas da pequena, no Brasil dá-se o contrário, pois, essa aparece quando o latifúndio começa a se decompor. É pela posse que o

latifúndio é enfrentado, sem qualquer proteção jurídica, é a arma estratégica de maior alcance e maior eficácia na batalha contra esse privilegiado sistema.

Ao longo do século passado, a urbanização tomou impulso, na medida em que a industrialização cresceu.

Desde então é o movimento das atividades urbanas que tende a subordinar o movimento das atividades agrícolas. O crescimento da *urbs* no Brasil demonstra a diversificação social por que passa o país; porém tal mutação é condição necessária, mas não suficiente para que novos *ethos* político se imponham no âmbito da *polis*. Antigos senhores de escravos, habituados a viver como reis absolutistas dentro de seus domínios, têm de passar a aceitar o primado de normas transcendente válidas para todos: esse é o dilema do enraizamento na modernidade. (GARCIA & PALMEIRA, 2001; 47).

Entre o urbano e o rural, essas diferenças precisavam ser superadas, pois, havia pressões externas e internas para reestruturação do segundo. Com efeito, o campo pelo poder da propriedade da terra e as relações sociais derivadas dessa condição, detinha força política capaz de influenciar nas decisões maiores do País. Uma característica que se destaca desse poder é a relação que se estabelecia com o Estado, uma espécie de “troca”. Havia um compromisso “coronelistas” que se traduzia em incondicional apoio, por parte dos chefes locais, aos candidatos oficiais indicados pelos governos de Estado e Federal. O Governo do Estado, por sua vez, dava carta-branca aos governistas em todos os assuntos relativos ao município (LEAL, 1948; 30). A liderança era sustentada pelo *voto de cabresto*, nas palavras do autor, graças à posição de proprietário de terra e sua situação econômica que possibilitava ter sob sua dominação “uma massa humana que tira a subsistência das suas terras vive no mais lamentável estado de pobreza, ignorância e abandono”. (LEAL, 1948; 11). É pela reestruturação dessa forma de organização social do campo que se pressionava, pois, com a industrialização, novas oportunidades econômicas emergiriam.

Se ainda não temos numerosas classes médias nas cidades do interior, muito menos no campo, onde os proprietários ou posseiros de ínfimas glebas, os “colonos” ou parceiros e mesmo pequenos sítiantes estão pouco acima do trabalhador assalariado, pois eles próprios freqüentemente trabalham sob salário. Ali o binômio ainda é geralmente representado pelo senhor da terra e seus dependentes. (LEAL, 1948; 11).

A essa formação social caracterizada pelo poder político colado à estrutura fundiária, desponta o Nordeste<sup>24</sup> com semelhantes características. Com a introdução da cana-de-açúcar e a pecuária bovina, a região é vinculada à expansão do capital mercantil, constituída por uma rede internacional de distribuição comercial, cujo centro decisório ficava baseado na Europa. Acrescente-se que, também, funcionou como economia periférica da nacional.

O Nordeste, como região de maior sucesso econômico do território da colônia na sua fase inicial, consolidou-se como economia periférica da economia capitalista e a ela se atrelou pela transferência de parcela relevante dos excedentes gerados no seu interior. A tais aspectos deve-se acrescentar: as relações sociais de produção que passaram a existir, seguramente deixando marcas profundas na estrutura econômica e social da região; a forma de apropriação do território e a consolidação da exploração a partir da grande propriedade; o trabalho escravo e as condições de sua utilização de forma generalizada nas atividades que definiram a dinâmica da economia colonial. (GUIMARÃES NETO, 1997; 41).

Outro aspecto derivado desse perfil de exportadora de produtos primários que se tornou expressivo para formação da região no período colonial foi

(...) a formação de uma elite de proprietários, militares, letrados, altos funcionários, clérigos, comerciantes que possuem laços parentesco ou de interesses que ultrapassam as fronteiras das respectivas capitanias e que elaboram pouco a pouco uma *identidade* comum, não necessariamente contrária, mas distinta da identidade do colonizador. (BERNARDES, 2007; 52).

Além da identidade destacada por Bernardes, houve outros elementos específicos da história nordestina e que chamou de *sentimento diferenciado de pertencimento* (grifo nosso):

---

<sup>24</sup> - Foi a partir de 1930 que o Nordeste se constituiu plenamente como uma *região* com delimitação oficial, o que, na verdade, consagrava um processo que se havia iniciado em períodos anteriores. (BERNARDES, 2007; 69).

(...)o próprio recorte espacial do domínio holandês, a natureza dessa ocupação e suas conseqüências para camada de proprietários de fazendas, engenhos e escravos, bem como o longo período de luta para expulsar o invasor, propiciaram a formação de formas de solidariedade, de manifestações de interesses e de identidades que também ultrapassavam as fronteiras das capitanias. (BERNARDES, 2007; 48).

Foi significativo para a formação da solidariedade e identidade regionais a criação da Diocese de Olinda, cuja jurisdição ia do Ceará até parte do território de Minas Gerais. Atraiu estudantes de outras capitanias, conformando uma rede de sociabilidade que emergiu politicamente em 1817 (BERNARDES, 2007; 49).

Se o Nordeste se diferenciava das outras regiões por essas peculiaridades, é bastante expressivo o surgimento do trabalhador livre, ao contrário do que ocorreu com a importação de trabalhadores europeia para atender a lavoura cafeeira.

No Nordeste, especialmente na área açucareira, a grande propriedade pôde enfrentar o processo de substituição da mão-de-obra escrava, preservando o controle da terra e, ao mesmo tempo, submetendo uma grande parte da força de trabalho *livre* às relações de produção que não implicavam, necessariamente, um assalariado pleno, mas preservavam ou criavam formas de relações não capitalistas. Contudo, tais relações distinguiam, mas não isolavam, a região das determinações tanto da existência de um espaço econômico e político nacional quanto de sua inserção na economia capitalista em sua dinâmica internacional. (BERNARDES, 2007; 61).

A despeito de a constituição geográfica e política do Nordeste ter ocorrido em 1930, contudo, é com o fim do Estado Novo (1937 – 1945) que o problema regional é colocado em pauta. Bernardes (2007, 69) chama atenção para o fato de que “a *questão regional* foi percebida, formulada e enfrentada, sobretudo, em função dos interesses da elite regional”, mas, lembra ele, sem desconhecer a existência de lutas sociais importantes, tanto urbanas quanto rurais. O que estava a preocupar era a situação de miséria da população rural que, por sua vez, alimentava uma intensa crítica aos efeitos do latifúndio. Com efeito, no entendimento de Barreira (2008, 74)

(...) a seca é o espetáculo da pobreza em sua dimensão ostensiva e rebelde, em que se configuram os vários modos de os camponeses mostrarem sua

tragédia. Organizados ou não, eles percorrem os espaços legais ou ilegais, trazendo a público na cidade a situação de vida no campo.

Não era suficiente o modelo de combate às secas com obras de emergência que apenas beneficiaram a grande propriedade.

O que impulsiona a abertura das obras de emergência não é a sua necessidade ou importância socioeconômica e sim política, ou seja, o que elas geram, em termos de emprego. Ao longo dessas políticas de “combate às secas”, foram construídos alguns açudes, barragens, cacimbões, cacimbas, barreiras e outras obras que visam a minorar o problema de água no sertão. Nessas ações, entretanto, a marca do Estado não é o planejamento e sim o seu lado como empregador – impulsor de empregos. (BARREIRA, 2008; 81).

As condições camponesas, somadas aos privilégios da elite dominante, deram sentido à ideia da existência de uma situação potencialmente explosiva do ponto de vista político e social, exigindo do Estado uma ação diferente da anterior. É valioso ter clareza, porém, de que o ajuntamento de camponeses em busca de *comida e trabalho*, retratando a miséria em que vivem, revela outra face mais autêntica, pois está expressando elementos definidores de sua identidade, são “camponeses desempregados” e não “camponeses pedintes”, portanto, o camponês reivindica emprego para ‘manter sua família’. (BARREIRA, 2008, 77).

Certamente, o descaso em relação ao campesinato por parte do Estado, esquecido na Revolução de 1930 ou quando da promulgação da CLT em 1º de maio de 1943, nas palavras de Garcia & Palmeira (2001, 61), “o campo foi considerado o universo de ‘usos e costumes’, ou seja, das práticas de dominação tradicionais dos senhores de terra”, quer dizer, a apropriação, pelos grandes proprietários, dos recursos de combate às secas, conformou as condições para a organização das lutas dos trabalhadores rurais.

A resposta veio com as Ligas Camponesas, na década de 1950, que começaram a se contrapor a essa ordem, defendendo inicialmente benefícios assistencialistas<sup>25</sup> e, no segundo momento, a reforma agrária. Sob a liderança do

---

<sup>25</sup> - Em 1954 formou-se no engenho Galileia, da cidade de Vitória de Santo Antão, a Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), com três fins

advogado Francisco Julião Arruda de Paula, elas se espalharam pelo Nordeste (Pernambuco, Paraíba, Maranhão e Piauí), ganharam importância onde havia camponeses a serem expropriados em virtude da expansão da cana-de-açúcar ou nas áreas em ocupação, onde os posseiros eram expulsos da terra por latifúndios e grileiros. (ANDRADE, 1986; 27).

No contexto desses fatos criou-se o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), do qual resultou a criação da SUDENE, em 1959. O documento, contendo um Plano de Ação com quatro diretrizes, é avaliado por Bernardes (2007, 74) nos seguintes termos:

(...) nada *revolucionário*, mas, certamente, *radical*, dado que significava novas formas de intervenção do Estado na região, o rompimento com a vigente política de combate às secas, que apenas beneficiava o latifúndio tradicional, um reordenamento da propriedade fundiária na zona da mata e o fortalecimento de uma burguesia industrial e, conseqüentemente, expansão da classe de trabalhadores assalariados. Nada, também, que representasse qualquer ameaça à propriedade privada ou qualquer programa socialista. Contudo, mesmo o que foi proposto, com grande capacidade de negociação política, com grande *racionalidade*, parecia então, para muitos, uma ameaça aos antigos privilégios e a destruição de uma ordem que os garantia, embora fosse a ordem criadora da miséria rural e urbana.

É com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, criado pela Lei N° 4.214 - de 2 de março de 1963, que se coloca em xeque-mate a organização do sistema latifundiário. É o instrumento que vai, em princípio, alterar as relações de trabalho no campo.

A instauração do direito do trabalho modificou radicalmente as formas de construção da dominação pessoalizada até então prevalecente, já que ela introduziu um sistema de equivalências monetárias para tudo o que antes era objeto de trocas mediante contradições. O novo direito tornava perigosas e mesmo ameaçadoras as estratégias tradicionais dos grandes plantadores, que, tinham por finalidade endividar material e moralmente seus moradores e colonos. De acordo com o novo sistema de normas jurídicas, todo

---

específicos: auxiliar os camponeses com despesas funerárias — evitando que os camponeses falecidos fossem literalmente despejados em covas de indigentes ("caixão emprestado"); fornecer assistência médica, jurídica e educação aos camponeses; e formar uma cooperativa de crédito capaz de livrar aos poucos o camponês do domínio do latifundiário.

trabalho efetuado para o patrão deve ser retribuído segundo o valor do salário mínimo, e todas as vantagens anexas, férias, repouso remunerado, décimo terceiro, são calculáveis pelos mesmos parâmetros. (GARCIA & PALMEIRA, 2001; 63).

Ora, manter a terra concentrada e fazer valer o Estatuto levou a que as famílias camponesas fossem expulsas para as cidades, uma vez que os latifundiários não tinham como mantê-las na propriedade.

Assinala Barreira (2008, 102) que

(...) “os proprietários, utilizando-se de vários mecanismos, intensificam o processo de expulsão de trabalhadores, diminuindo sensivelmente o número de parceiros/moradores”. Na década de 1970, o fenômeno torna-se mais nítido com a dramática diminuição do número de parceiros/moradores (categoria típica do sertão cearense) e o aumento gradativo de parceiros que residiam fora da propriedade, separando local de trabalho e morada: as relações de trabalho perdem seu núcleo patrimonial e cedem lugar à formalização e à impessoalidade. A prolongada seca que assolou o Estado entre 1979 e 1983 criou outro panorama no mercado de trabalho rural. O êxodo da população rural para as grandes e médias cidades da região esvaziou o campo, possibilitando que os proprietários de terra definissem regras para a construção dos novos trabalhadores. Este período marcou o incremento do trabalho assalariado – diarista e sazonal – no meio rural.

Com isso o *voto de cabresto* e aquilo que ele implica, ou seja, as relações de trabalho atreladas ao modelo de combate às secas, já dera sinais de esgotamento. Agora, então, o sistema expõe abertamente suas fissuras, precisamente num momento em que, no contexto global, toma impulso o neoliberalismo.

Esse “tsunami” chega ao Ceará varrendo da política a oligarquia coronelista. Segundo Barreira (2008, 103), trata-se do outro pilar das transformações políticas do Estado, um grupo de empresários com discurso de *racionalidade e competência* (grifos nossos), propondo uma nova ordem econômica estadual e nacional.

As transformações políticas referidas exprimem uma ruptura com a estrutura de governar o Ceará pelas oligarquias. Nesse sentido, racionalidade e competência se contrapõem às relações de clientelismo que o Estado mantinha com os latifundiários. A iniciativa para desarticulação da ordem presidida pelos coronéis é de um grupo de empresários que, assimilando o ideário neoliberal, mina com discurso de combate as práticas de um Estado paternalista, corrupto, e que seria necessário

reestruturá-lo nas bases assinaladas para se combater a miséria, as desigualdades regionais pela reconstituição da economia.

Abu-El-Haj & Souza (2003, 259) em seu estudo de caso, apresentam o que eles chamam de duas revoluções silenciosas. A primeira é “o esgotamento da grande propriedade rural e o enfraquecimento das elites tradicionais”, processo que ocorre nas décadas de 1960/1970. A segunda “é observada nos meados da década de 1990, com a derrota das classes médias urbanas e o aparecimento de novas elites políticas de forte inclinação modernizadora e empresarial. Esse processo se inicia no fim da década de 1980”. Trata-se da ascensão do empresariado que lidera o Centro Industrial do Ceará (CIC).

É no CIC que foi elaborado um pensamento-projeto de poder pelo grupo de empresários e que chega ao governo do Estado em 1987, representado pelo Sr. Tasso Jereissati<sup>26</sup>. No discurso de posse, na Assembléia Legislativa, ele, referindo-se ao convite do então governador Gonzaga Mota e às lideranças do PMDB, decidiu aceitar a candidatura para fazer uma política diferente da que vinha sendo exercida nos últimos vinte anos disse que era chegado o momento de dismantelar as estruturas de poder montadas sob a égide do regime ditatorial, responsável pelo agravamento da maioria dos problemas que afligem a população. (GOVERNADOR TASSO JEREISSATI, 1987; 3).

O discurso delimita o período do regime militar no Brasil. Foi o tempo da modernização da agropecuária, implementada nos anos 1970, sustentada nas inovações tecnológicas, no crédito rural e na assistência técnica.

A política de modernização do Regime Militar, com um apoio de cumplicidade dos coronéis no Ceará, incorporou os grandes proprietários, que com acesso a recursos financeiros passaram a cercar suas propriedades e a construir açudes privados. (...) Dentro do processo de inclusão dos grandes proprietários e famílias políticas tradicionais na condução da modernização do campo, os pequenos proprietários e os sem-terra acabaram ficando excluídos do acesso ao financiamento por não terem garantias a oferecer ao sistema bancário ou por não dispor de apadrinhamento político influente. Assim, a principal causa do empobrecimento dos desassistidos tem sido a falta de condições adequadas para produzir os meios necessários a reprodução familiar. (HOLANDA, 2006; 7).

---

<sup>26</sup> - Foi eleito governador mais duas vezes, em 1995 e 1999.

Segundo esse autor, ao final da década de 1980, o quadro de empobrecimento é expressivo, significando que o pequeno produtor não foi integrado ao processo de modernização. Por outro lado, foi um período em que o modelo desenvolvimentista estava baseado no endividamento público e já atingindo o seu limite, o que criou entraves para a reprodução do capital. (HOLANDA, 2006; 8).

Essa questão preocupava o grupo empresarial da CIC. Com efeito, em sua mensagem, são expostos os parâmetros que caracterizaram um poder político superior ao tempo referido.

Clientelismo político, malversação criminosa dos recursos públicos, desperdiçados em obras suntuosas e desnecessárias, empreguismo, esbanjamento do dinheiro do povo com a constituição de uma verdadeira “casta” de funcionários privilegiados, são a marca registrada desse tipo de governo. Esta política nefasta não tem como sobreviver num regime democrático, pois, para se manter no poder eles tem que se valer da miséria da população, para que ela, desenvolva uma consciência clara de seus direitos e de seus interesses, tornando-se submissa e presa fácil de demagogos e aproveitadores. (GOVERNADOR TASSO JEREISSATI, 1987; 4).

Com o foco na miséria do povo, intitula-se como “governo das mudanças”. O discurso é de austeridade, modernização da Administração Pública como diretrizes da nova política, inclusive chamando atenção para o fato de que cabe à iniciativa privada liderar a criação de oportunidades de trabalho, sem deixar de falar nos ajustes constitucionais para correção das desigualdades regionais.

Visando ao estabelecimento da racionalidade e da competência, ou seja, a ruptura com a tradicional política, é necessário reestruturar o arcabouço do Estado para que ele dê conta do papel que está desenhado. Isto se torna premente, na medida em que o curso a ser percorrido incorpora as premissas do neoliberalismo.

Para dar prosseguimento a este projeto, foi eleito Ciro Gomes (1991 – 1995) que, seguindo as premissas de austeridade, demitiu funcionários, extinguiu a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Ceará (EPACE) e costurou uma aliança nominada de “pacto de cooperação empresário/governo”, ampliando, assim, o espaço

político da elite econômica. Com a seca entre 1992-1993 construiu o “Canal do Trabalhador”<sup>27</sup>.

No segundo mandato, o governador Tasso Jereissati (1995 – 1999) continua com o mesmo conteúdo do discurso do primeiro período, isto é, “há que fazer-se verdadeira mudança na forma e no conteúdo do governo”, acrescentando, porém, que “vamos governar com a sociedade, com maior participação, com maior inclusão social”. (GOVERNADOR TASSO JEREISSATI, 1995; 14). No terceiro mandato, é lançado o segundo Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará (1999-2002). O propósito maior é o Ceará alcançar em 2020 similar estágio de desenvolvimento atingido pelos estados do Sul do Brasil. Nesse sentido, a ação do governo deveria se organizar em torno de quatro vetores: 1) capacitação da população para o desenvolvimento; 2) crescimento econômico e geração de ocupação e renda; neste está explicitada a formação de polos de agricultura irrigada em bases empresariais, de alto valor agregado e voltado para exportação e, ainda, o aumento da produtividade na agricultura de sequeiro com incorporação de novas tecnologias; 3) a melhoria da qualidade de vida; e 4) fortalecimento do meio rural e o convívio com os efeitos das mudanças climáticas no semiárido. Aqui é explicitado o problema da degradação ambiental, monitoramento climático, gestão dos recursos hídricos e reorganização agrária. (GOVERNADOR TASSO JEREISSATI, 1999).

É oportuno lembrar que essa reorganização agrária teria que desarticular uma estrutura secular:

as características da estrutura agrária no Ceará, com forte concentração da posse da terra, remontam ao século XVII, quando da concessão das primeiras sesmarias para a formação de grandes fazendas nas áreas do sertão semi-árido, com criação de gado extensivo e baixa ocupação de mão-de-obra, tendo o vaqueiro papel fundamental. A ocupação do território e as relações sociais foram sendo construídas com base no modelo dual: de um lado o coronel-proprietário de terra, detendo forte poder, de outro o camponês. (HEREDIA ET AL. 2004; 51).

---

<sup>27</sup> - Com a seca de 1992/1993, os açudes que abasteciam a Capital com água potável praticamente secaram. Fez-se necessária a edificação de um canal em alvenaria para escoamento de água do açude de Orós até Fortaleza a fim de garantir o abastecimento à população. Essa obra construída em três meses foi utilizada como *marketing* do Governo Ciro Gomes e até na sua campanha à Presidência da República.

A austeridade na Administração Pública, como foi colocado, e a relação Estado - Sociedade civil constituíram-se as bases das transformações na política do Ceará. Decerto, elas implicam a constituição de outra ordem, isto é, para Barreira (2008, 158), “a desnaturalização das bases de poder tradicional, vigentes tanto no campo como na cidade, tem sua expressão mais visível na emergência de uma outra articulação entre empresários e gestão governamental”. Nessa direção, a autora argumenta que

(...) as transformações políticas acentuam, no entanto, as vicissitudes de uma sociedade paradoxal, marcada por enormes diferenças sociais, econômicas e culturais. A modernização política incorpora demandas sociais básicas, mas repõe a dualidade ente beneficiados e não beneficiados de programas sociais. Nesse sentido, o Ceará toma também uma feição nacional em seus cenários de precária incorporação de indivíduos aos múltiplos espaços da esfera econômica e política. (BARREIRA, 2008; 159).

Outro aspecto que merece registro é

(...) a exaustão do binômio gado-algodão seguida da tentativa de modernização do campo contribuíram fortemente para destruição da agricultura tradicional sem produzir, no entanto, um padrão de desenvolvimento rural com capacidade para absorver os trabalhadores rurais sem-terra e promover a agricultura de base familiar realizada pelos pequenos produtores que concentram maior número de estabelecimentos. Portanto, desconcentração da terra; crédito rural, acesso à água, tecnologia e insumos adequados; capacitação para produção, gestão e comercialização são os mecanismos para o enfrentamento da questão agrária e para o fortalecimento de uma economia rural (HOLANDA 2006; 9).

Na medida em que a modernização política repõe a dualidade entre beneficiados e não beneficiados dos programas sociais, é possível pensar que os mecanismos de enfrentamento da questão agrária, conforme Holanda, podem ser insuficientes para promover os camponeses provenientes de contextos como latifúndio do sertão cearense. Essa é uma questão que permeia este trabalho, uma vez que o nosso argumento se sustenta na hipótese de que, em geral, as políticas públicas apoiadas na visão de mercado são equivocadas para fazer *avançar* a maioria dos beneficiários dos projetos de reforma agrária.

Diante do propósito de fazer uma leitura das circunstâncias em que o camponês está inscrito nas interações sociais mais gerais, isto é, no jogo dos interesses nos espaços políticos e econômicos, observamos é que, paulatinamente, a realidade objetiva vai criando e/ou aprofundando vinculações conflituosas.

Nesse caso, os conflitos e a luta pela terra no Sertão do Ceará, como observa Heredia et al (2004, 51) vão sendo engendrados pela modernização da agricultura cearense e expulsão dos parceiros-moradores, que residiam no interior das grandes propriedades, com isso

a partir de 1985, a intensificação dos conflitos somou-se a uma conjuntura favorável à reforma agrária ao nível nacional (no contexto do PNRA) e também do governo do estado, levando os órgãos estaduais de terra a trabalharem de forma articulada com o INCRA, contribuindo para ampliação do número de assentamentos. (HEREDIA ET AL. 2004; 51).

Mesmo assim, a proposição do discurso de combate à pobreza, reforma agrária, de participação, vão encontrando dificuldades como a experimentada pelo governador Tasso Jereissati, ao afirmar que “reconheço que o nosso experimento com o modelo de gestão participativa enfrentou dificuldades práticas de funcionamento na minha segunda administração. (MENSAGEM À A. L. 1999; 21). A modernização pretendida ante a pobreza enraizada traz incongruências que impõem “indagar as condições, a longo prazo, de um paradigma de modernização em contexto de extrema pobreza e carência dos direitos de cidadania”. (BARREIRA, 2008; 155). É nesse universo social que se inscreve o camponês, nessa trajetória cronológica que incorpora os elementos constitutivos de seus sistemas de disposições por nós pesquisados.

## **1.2 As “novas configurações” da reforma agrária e suas trajetórias**

A modernização da agricultura brasileira é vista por diversos autores, entre eles, José Graziano da Silva, como um divisor em termos de qual reforma agrária é necessária para equacionar os graves problemas sociais no campo e nas cidades. Nesses termos

(...) minha posição é que a reforma agrária do ponto de vista do desenvolvimento capitalista, do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas no campo não é mais uma necessidade, seja para burguesia, seja para as classes produtoras. Isso não quer dizer que ela seja uma possibilidade. Quer dizer apenas que a Reforma agrária hoje, na década de 80, é uma necessidade dos trabalhadores rurais, não mais do patronato brasileiro. *Se houver reforma agrária ela será feita pela luta dos trabalhadores*, não mais por uma necessidade intrínseca do desenvolvimento capitalista. (1994, 142).

O autor está se contrapondo aos objetivos da reforma agrária dos anos 50 e 60 do século XX, quando se argumentava sobre a necessidade de se elevar a oferta de alimentos numa sociedade em vias de industrialização, com o mercado interno em estado embrionário. Era, então, tomada como instrumento de sustentação do desenvolvimento econômico. Outra vertente da reforma agrária era a distribuição da riqueza com redução das desigualdades. Ela era um pré-requisito ao desenvolvimento econômico, quando a economia estava alicerçada no “complexo latifúndio-minifúndio”, onde a estrutura agrária era um “obstáculo”, em que a industrialização ainda era insuficiente. (PALMEIRA e LEITE, 1997; 7).

De base econômica ou social, a reforma agrária é uma necessidade histórica que, independentemente da dimensão a prevalecer, ela aponta para mudanças estruturais. O Estatuto da Terra, de novembro de 1964, define reforma agrária no seu Artigo 1º, § 1º, como “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim atender aos princípios de justiça social e aumento da produtividade”.

No discurso do Estado sobre a reforma agrária, embora toque na questão justiça social, é o econômico que é evidenciado, conforme o Artigo 16 do Estatuto da Terra. “A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio”. Para a maioria dos autores, conforme a visão de Palmeira e Leite (1997, 2), a propensão predominante é na direção de solucionar o problema em termos de uma reforma agrária “social” ou de uma reforma agrária “parcial”, ou ainda de alguma combinação das duas.

Nesses termos, vejamos diferentes posições assumidas pelos estudiosos do tema quanto ao sentido da reforma agrária no Brasil

(...) ampliar as oportunidades de emprego no campo de modo a reduzir a pressão da oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho urbano-industrial. O Brasil é um dos poucos países, se não o único, que pode promover uma redistribuição da terra sem afetar os setores mais dinâmicos. Pela primeira vez na história do país, parece existirem condições políticas e econômicas para tanto. (ROMERO, 1994; 131).

Outra visão do autor, embora contemple também a dimensão econômica, aborda a questão da base tecnológica, isto é, apropriando-se das opções tecnológicas disponíveis, intensificar progressivamente a produção mediante a combinação de insumos e equipamentos modernos com a exploração dos recursos de que o ecossistema agrícola dispõe, evitando as perdas comuns nas práticas modernas convencionais. (ROMEIRO, 1994; 82). Por esse caminho

(...) é preciso ficar claro que esta progressividade no sentido da intensificação da produção é perfeitamente adequada às expectativas de ganhos dos potenciais beneficiários da democratização do acesso a terra, bem como ao potencial atual do mercado. A curto prazo, o aumento da produção resultante do acesso a terra de milhões de pequenos produtores não teria problemas em ser absorvidos, tendo em vista os enormes déficit nutricionais do povo brasileiro. A melhoria da distribuição de renda, que resultaria em parte da própria democratização do acesso a terra, teria um forte impacto na demanda por alimentos e matérias-primas agrícolas. (ROMEIRO, 1994; 84).

Para Veiga (1994, 90), a adoção generalizada de máquina e equipamentos e insumos químicos mostrou que as duas formas de organização da produção agrícola, a patronal e a familiar, se equivalem em termos de eficiência técnica. Assim, o fundamental é fortalecer o desenvolvimento da agricultura familiar.

E é esse o objetivo estratégico que dá sentido econômico à reforma agrária. Precisamos de uma reforma agrária que desafogue os minifundistas, oferecendo-lhes a oportunidade de se tornarem agricultores familiares viáveis; uma reforma agrária que transforme arrendatários em proprietários; uma reforma agrária que ofereça terra aos filhos dos pequenos proprietários; enfim, uma reforma agrária cuja diretriz central seja o fomento e o apoio a nossa agricultura familiar. (VEIGA, 1994; 91).

Quanto à posição do camponês no espaço econômico, temos o seguinte argumento:

(...) na realidade, a localização da produção “camponesa” no bojo do processo de implantação da reforma agrária ganha diferentes significados - políticos e econômicos - que direta ou indiretamente estão relacionados ao modelo do *family farming* dos países desenvolvidos. Essas posições vão desde manifestações no sentido da integração econômica do pequeno produtor rural (produtor familiar), (...) até aquelas que se justificam pelas características de subsistência desse tipo de produção. (PALMEIRA E LEITE, 1997; 4).

Numa perspectiva pessimista, Binswanger e Elgin (1989; 10/16) chamam atenção sobre alguns problemas a serem enfrentados pelos países em desenvolvimento para implantar a reforma agrária, uma vez que ela

(...) nesses países requeria reassentamento, o que traz problemas. As pessoas reassentadas devem adquirir capital e talentos agrícolas apropriados a essa nova área. Isso difere fortemente de simplesmente dar terra aos arrendatários preexistentes. Os novos assentamentos dessa espécie necessitam infra-estrutura e serviços caros. (...) Não é provável que a reforma agrária seja um instrumento importante para melhorar o bem-estar dos pobres nos países em desenvolvimento. Mesmo onde ela teria grande sentido econômico, isso não acontecerá porque os beneficiários não podem pagar a reforma agrária, implicando a necessidade de apropriações confiscatórias ou grandes custos tributários, nenhum dos quais é politicamente palatável. Logo, devem ser concebidas outras medidas para melhorar o acesso dos pobres à terra ou aumentar sua renda da agricultura. Mas essas medidas só podem ajudar os pequenos agricultores se os governos abandonarem as políticas que favorecem as grandes fazendas e que colocam prêmios no preço da terra. Um compromisso muito mais forte dos governos e agências é assim necessário para resolver esses problemas de política e, desse modo, reduzir os incentivos à acumulação de grandes propriedades, aumentar a produção agrícola e assegurar maior equidade e maior auto-emprego na agricultura.

Por sua vez, a justificativa da combinação de uma reforma agrária, social e econômica utiliza-se de dois argumentos: 1) a maioria dos trabalhadores que precisa da terra é de baixíssima capacitação para conduzir uma atividade comercial e 2) o que eles querem é apenas uma área de terra, com residência, plantar pequenas hortas e poder

criar animais domésticos para sua subsistência. Nominada de reforma agrária de **acomodação**, ela não está voltada para produção em termos significativos, logo

(...) para esse tipo de reforma agrária, de nada adiantam as desapropriações de áreas consideradas improdutivas, mas longínquas e totalmente desprovidas de um esquema de atendimento às mínimas necessidades urbanas da população sem-terra. Tampouco têm cabimento as propostas de desapropriação de grandes áreas de produção rural junto aos grandes centros urbanos. (CASTRO, 1996; 12).

O outro tipo, esse autor denomina de reforma agrária **produtiva**, para aqueles tecnicamente qualificados. São famílias que, embora ainda não possuam um imóvel rural, provêm de regiões onde existe uma tradição de cultivos agrícolas de bom nível técnico.

A mobilização dessa camada importante da população rural exigirá do governo recursos mais vultosos, pois a proposta de uma *reforma agrária produtiva* deve se basear em projetos integrados de desenvolvimento rural, que impliquem montagem de infra-estrutura de alto custo, disponibilidade de crédito, facilidades de armazenagem e escoamento da produção. Não há como realizar projetos bem-sucedidos dessa natureza senão por meio de princípios capitalistas que passem por soluções de mercado, cuja motivação econômica seja o lucro, lado a lado com o princípio da promoção psicossocial das famílias participantes. (CASTRO, 1996; 13).

Müller (1994, 233), partindo da tese de que “o dinamismo agrário atual não é dado pela terra-matéria, mas pela capacidade de transformá-la em terra-capital”, enfatiza que o progresso agrário está sustentado na condição permanente da terra-capital, que ele chama de máquina agrária e, por sua vez, está vinculado ao tamanho da área, ao padrão técnico e à forma de organização da produção. É, sem dúvida, diz ele, uma máquina formidável,

(...) que produz muito, de tudo e com elevada produtividade, sendo capaz de produzir muito mais sem incorporar mais gente, seja como mão-de-obra, seja como proprietário. Nesse sentido, não há porque distribuir terra e produzir novos proprietários agrários. O fundamental para elevar, diversificar e qualificar mais o excedente agrário não reside em incorporar mais gente nem mais terra ao processo produtivo, mas sim, em dispor de

um padrão financeiro que permita intensificar a exploração do trabalho e da terra e a incorporação de progresso técnico. Distribuir terra e subsidiar produtores abaixo das condições mínimas exigidas pelo padrão agrário moderno é algo tão ultrapassado quanto admitir que as forças de mercado sejam detentoras de forças intrínsecas capazes de superar as injustiças endógenas à máquina existente. (MÜLLER, 1994; 235).

José de Souza Martins, delimitando os parâmetros da reforma agrária, contraria os autores que tomam como referência para seus argumentos, seja a favor ou contra, a perspectiva do crescimento econômico. Diz ele tratar-se de uma questão essencialmente histórica e a situa como “um subtema de conflito maior e mal definido entre o Estado oficialmente laico e a Igreja. (MARTINS, 2000; 89)”. O seu entendimento é de que

(...) a reivindicação da reforma agrária, (...), nasceu nos anos cinquenta como reivindicação dos setores esclarecidos da classe média urbana, de setores católicos conservadores e familiares, marcados por moderado e cauteloso empenho, de alguns setores de esquerda e de uma fração das esquerdas laicas. Portanto, mais por um impulso ideológico e por motivação humanitária voltada para a solução das injustiças sociais do que, propriamente, por ser expressão de uma inadiável necessidade de mudança. (MARTINS, 2000; 94).

Essa origem é que deu à reforma agrária um forte sentido de ambiguidade e da qual jamais se libertou, isto na compreensão desse autor, e por essa razão é que

(...) temos uma questão agrária administrada, sob controle, em grande parte porque, mesmo na máxima exacerbação da luta dos que reivindicam a reforma agrária, ela não se revela comprometedora para o funcionamento dos diferentes níveis do sistema econômico e do sistema político. Ela tende a aparecer residualmente como um problema social não referido a uma questão estrutural. (MARTINS, 2000, 93).

#### As ambiguidades embutidas na luta pela reforma agrária

(...) abrem tanto para a formação de um pequeno empresário agrícola, quanto se abrem para modelos de vida social, de tipo comunitário, que estão em confronto com a individualização e o “egoísmo” próprios de uma pequena burguesia rural. (MARTINS, 2000; 44).

Essas implicações resultam do fato de a questão agrária, como problema suprapartidário, decorrer do modo insuficiente como foi resolvida a questão da escravidão (MARTINS, 2000; 13). Outro eixo referencial que o autor enfatiza é o desencontro dos mediadores que, ao incluírem na agenda do Estado, contudo, não conseguiram legitimar sua inclusão.

(...) não legitimaram ao se recusarem a aceita-la como fato político, que tem como implicação necessária e inevitável a negociação e o acordo quanto à viabilidade, à extensão, à forma e à qualidade da reforma. Porque esta é uma sociedade pluralista e complexa.( MARTINS, 2000; 25/6).

Feitas essas considerações, a concepção de Martins sobre reforma agrária é a de que

(...) a reforma agrária seria pobre se se limitasse a concretizar a demanda modesta dos que falam e pressionam em nome dos pobres e dos que sofrem, não raro sem clareza do que efetivamente é e sem clareza quanto aos limites com que se defrontam. Mais do que uma reforma no regime de propriedade, a reforma agrária é uma reforma social que tem por objetivo, por meio de redistribuição de terras, ressocializar populações deixadas à margem do desenvolvimento econômico e social ao longo de décadas, já para não falar de séculos. Desse modo, seu objetivo é o de criar efetivos mecanismos de integração e participação sociais, (...) um dos principais aspectos da reforma diz respeito, justamente, à dimensão democrática de reinserção social nas oportunidades do presente. (MARTINS, 2003; 33).

Com efeito, o assentamento é a forma de distribuição da terra que Martins (2000, 102) assinala como a essência da reforma agrária.

Contrário a um programa de reforma agrária nesses termos, Graziano Neto (1994, 240) divide em três categorias aqueles que lutam por acesso à terra. Entende que, nas condições do capitalismo atual, a saída para os pequenos proprietários é o acesso à tecnologia e a canais de comercialização. Para ele, uma política de teor agrícola democrática e eficaz é a exigência desse grupo. Por essa razão, esses agricultores não se mobilizam a favor da reforma agrária. Os parceiros e os arrendatários já têm acesso à terra. Os marginalizados, ligados ao movimento dos sem-terra, devem ser tratados pelo governo via políticas de combate ao desemprego e à miséria. (GRAZIANO NETO,

1994; 241/7). Diz ele haver um equívoco ao se pensar que todos os trabalhadores têm na luta pela terra sua preocupação central. Isto é querer adequar as velhas teorias sobre o campesinato europeu à nossa realidade que jamais conviveu com essa categoria.

(...) a verdade é que a luta pela propriedade da terra não corresponde à práxis dos trabalhadores rurais, à exceção das disputas na fronteira agrícola, onde o banditismo impera e a agricultura é atrasada. Ali, a luta do posseiro dá o tom do movimento político no campo. Mas o diapasão dos trabalhadores assalariados está ajustado em frequência distinta. (GRAZIANO NETO, 1994; 248).

Importa, também, fazermos aqui uma leitura dos argumentos dos autores que têm focado suas preocupações no produto da reforma agrária, ou seja, os assentamentos rurais. Como ficou sublinhado nas citações, há significativa divergência de posições em relação ao tema. Assim, a abordagem que faremos a seguir dará uma visão das possibilidades de rupturas e continuidades daqueles que se inserem ou são inseridos num processo de mobilidade social.

Em sentido mais amplo, temos que

(...) o assentamento constitui uma unidade social local de identidade pertencimento, a partir da vivência de experiências comuns. Sua especificidade decorre do fato de que, neste espaço, se objetivam ruptura nas posições sociais e, por conseqüência, nas relações de poder e na visão de mundo, cujos desdobramentos são de diversas ordens. A organização social revela a constituição ou a reconstituição de posições sociais mediante jogo de forças em que se destacam as demandas e as pressões dos que se desejam beneficiários da propriedade da terra. Expressa ainda efeitos que tal aquisição assegura, benefício cuja possibilidade depende de intervenções imediatas ou anunciadas por uma autoridade estatal, de rede de relações onde interagem seus demandantes, opositores e mediadores. (NEVES, 1999; 2).

A autora chama atenção para o fato de que

(...) a inserção num processo de assentamento equivale à participação em mudanças desejadas, necessárias ou impostas. Nem sempre os atores constituídos como assentados foram incorporados por um exercício de expressão da vontade política; mas por serem atingidos por medidas cuja alternativa é mudar ou redefinir visões de mundo. (NEVES, 1999; 2).

O assentamento, em si, já constitui uma alteração do contexto local, tanto no campo político como no econômico e social, pois instituem-se, a partir de sua efetivação, demandas por saúde, educação, transporte, apoio à produção, entre outras, além do que a criação de uma associação inaugura uma prática política por vezes desconhecida regionalmente. (PALMEIRA & LEITE, 1997; 30). Se há um esforço, por parte dos mediadores, no sentido de incorporação política,

(...) com efeito, o que torna rica em desdobramentos a ação da Igreja, do MST, do MAB, do CNS, do sindicato é que essa ação não se esgota a nível do assentamento e das relações locais, mas se potencializa numa rede regional, estadual, nacional, permitindo que uma questão local possa sempre ser tratada como algo mais amplo, que envolve interesses mais globais, eliminando a possibilidade de tratar os assentados estritamente sob a ótica da sua singularidade e particularismo. (PALMEIRA & LEITE, 1997; 30).

Por certo, significa o assentamento uma superação das relações tradicionais e emergência de outras. Essas compõem um campo de disputas onde as tensões expressas mediante possíveis conflitos, acomodações e resistências,

(...) assim, a inserção sempre problemática dos assentamentos nos distintos contextos regionais e no circuito do desenvolvimento local é encarada como o fazer-se de uma nova trama de relações sociais, revelando tensões entre as práticas e as racionalidades dos diferentes agentes (assentados, técnicos, agentes políticos, e outros mediadores) e o campo do poder, campo de forças sociais que disputam os destinos da reforma agrária. (FERRANTE & BARONE, 2004; 4).

Com essa leitura, o entendimento dos autores é o de que

(...) vemos a relação assentamentos rurais/desenvolvimento local como parte de um campo político, cuja trama de tensões é constituída pela mobilização dos atores assentados, sujeitos políticos que travam relações com as instituições públicas (principalmente de âmbito municipal); tanto mediante práticas clientelistas com fins eleitorais, como através da participação nos diferentes fóruns municipais de discussão de planos para o desenvolvimento rural (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e também o Orçamento Participativo). O fato dos assentados serem beneficiados por projetos específicos desenvolvidos pelas Prefeituras (como feiras de produtores assentados e patrulhas agrícolas) gera tensões de diferentes ordens. As relações travadas entre as lideranças assentadas e os agentes políticos do município levam os assentamentos a entrarem ou não na agenda política das prioridades de desenvolvimento local/regional. (FERRANTE & BARONE, 2004; 4).

Considerando os aspectos das relações internas do assentamento, as discussões gravitam ao redor da sociabilidade:

(...) os assentamentos, em sua grande maioria, acabam sendo processos que deslocam pessoas de um lugar para outro, recompondo uma comunidade que cria necessariamente dinâmicas de sociabilidade. Estas, em parte, são adaptações das experiências passadas, mas há também outras que são novas, criadas pela nova situação e pelo novo meio. (GIULIANI, & CASTRO 1996: 8).

Os autores argumentam ainda que

(...) podemos observar, (...), que as tensões e a heterogeneidade existente nos assentamentos não impedem a formação de certos níveis de identidade coletiva. Tais níveis de identidade estão ligados às especificidades de três dinâmicas, contínuas, mas distintas: ao movimento de luta pela terra, à formação do assentamento como dinâmica de reconstrução desse espaço social, e às trajetórias individuais e familiares dos próprios assentados. Considerando os assentamentos como espaços da construção da identidade rural, destacamos as diversas formas de sociabilidade que ali surgem,

abrangendo as redes familiares, as relações de vizinhança e religiosas. (GIULIANI, & CASTRO 1996; 10).

Se existem esses graus de construção de identidade coletiva, contudo, os autores chamam atenção para ponto crítico e complexo em razão da sua origem:

(...) um dos aspectos mais problemáticos, que poderia ser considerado comum à maioria dos assentamentos, é a sua relação entre o individual e o coletivo e isto se deve em grande parte à maneira pela qual tal relação foi tratada tanto pelos movimentos e seus mediadores, como pelos próprios estudiosos. Com efeito, os pequenos proprietários, que conduzem sua lavoura com mão-de-obra familiar, têm sido observados como portador de duas características fundamentais que os distinguiriam de outros grupos. Por um lado, têm sido parte de uma comunidade e, por isso, orientados a práticas mais coletivas do que individuais. Exaltava-se a solidariedade entre vizinhos; observa-se como o trabalho, em face das necessidades conjunturais de um colega, tornava-se espontaneamente coletivo como forma de assistência; mostrava-se como a celebração das festas que acompanhavam as fases produtivas, além de proporcionar lazer, reproduzia a sociabilidade e como prática religiosa também era uma forma tradicional importante de reprodução cultural; sublinhava-se como não havia diferenciação entre o espaço produtivo e reprodutivo e como as relações familiares permitam a transmissão dos conhecimentos técnicos típicos de comunidade ou regiões. Por outro lado, eram vistos como sujeitos capazes de elaborar estratégias de sobrevivência que sempre eram familiares. (GIULIANI, & CASTRO 1996; 13).

Para Martins (2003, 71), apesar da existência de elementos adversos à memória e do seu comprometimento do que se foi que é também do que se poderia ser (...), há uma outra “comunidade” prévia na situação dos sem-terra, que atravessa e ordena sua experiência de luta e reivindicação.

Ela se manifesta na rede de relacionamentos prévios, base de circulação de informações sobre possíveis ocupações de terra, mobilizações, acampamentos.. Essa rede latente indica os relacionamentos preferenciais, arrola os que devem ser notificados e convidados para ações de colheita benéficas pessoais e comunitárias. A rede persiste mesmo quando a sociabilidade do grupo se decompõe, na migração, nas viagens, nos distanciamentos, nas separações. A comunidade é mais do que compartilhar costumes e modos de fazer e pensar. É memória de vínculos de sangue, deveres de obediência e deferência, ritos de lealdade, retribuições, pagamentos simbólicos. (MARTINS, 2003; 71).

Na investigação realizada nos assentamentos de reforma agrária, buscando compreender o “sucesso e o fracasso” de alguns, Alencar estuda dois projetos no Ceará, o Vitória (em Itatira) e Cachoeira Cercada (em Canindé). Assinala que

(...) no Ceará, é reduzido o número de assentamentos que após a imissão da posse da terra conseguiram realizar uma gestão eficiente, eficaz, dentro da perspectiva de desenvolver uma produção agrícola e pecuária que possibilite aos seus assentados gerar excedente, lucro e sustentabilidade social, ambiental e política. (ALENCAR, 2000; 31).

O estudo, ao abordar a gestão dos assentamentos rurais das áreas de reforma agrária, o faz na perspectiva da dimensão econômica, uma vez que são parte de uma formação social capitalista e, portanto, sujeitos às suas leis contraditórias. Nesse sentido, afirma:

(...) refletir acerca das áreas reformadas como unidades econômicas (empresa rural ou cooperativa rural) tendo clareza e segurança de que é preciso haver lucro, gerar excedentes econômicos, se faz necessário para garantir o êxito da gestão e da reforma agrária. Para mim, o espaço reflete os tipos de organização social, e os assentamentos rurais são considerados como modo de produção espacial de determinada formação econômica e social. (ALENCAR, 2000; 39).

Orientado pelo argumento de que o assentamento deve ser assimilado como uma empresa associativista, com uma gestão sustentada pelo planejamento, organização, direção e controle, Alencar assevera que

(...) os assentados têm consciência de que, para superar a servidão, necessitam de capital fundiário, de capital de exploração e de projetos para financiamento das atividades no assentamento, uma vez que trabalham de sol a sol, e o trabalho rende somente para comer. Trabalham em sistema de cooperação, mutirão, roçados coletivos e apresentam resultados que possibilitam, apenas e simplesmente, sobrevivência, e, assim mesmo precariamente. (ALENCAR, 2000; 96).

Referente aos conteúdos emancipadores da consciência popular, Martins (2000, 28) sustenta a tese de que

(...) na prática e na consciência populares não há apenas um modo de vida que ganha sentido histórico na tradição conservadora e numa consciência social conservadora. Há também contradições, em que a experiência popular, enraizada em valores do conservadorismo, propõe uma compreensão do possível histórico sob a forma de utopia. *A utopia fala da necessidade histórica do novo, mas não do modo eficaz de alcançá-lo.*

Outro ponto defendido, em direção semelhante, é que, com a desagregação da ordem agrícola que inscrevia o trabalhador sem-terra nos anos 60 e 70 do século XX, o que se rompeu foi o vínculo de morada. Assim, entende Martins (2003, 53), não é de se surpreender que a morada esteja no centro das motivações e aspirações de acampados e assentados e constitua o referencial de seu imaginário e de suas formulações utópicas. (MARTINS, 2003; 57).

É nela que se encontram os mecanismos de reprodução da família e da sociabilidade familiar, em que se renova a sacralidade dos laços de família e a mística da relação com a terra. São esses ordenadores da peculiar forma de esperança envolvida na luta pela terra e na valorização extra-econômica da terra como mediação da vida. São, portanto, valores fundantes da sociedade tradicional e da tradição. Mesmo que haja outras dimensões, especialmente econômicas, envolvidas na mediação da morada e na própria luta pela terra. (MARTINS, 2003; 57).

Segundo o autor, esse “morar” é mais do que habitar, é um modo de viver que também tem indicadores sociais demarcatórios: a excepcionalidade do dinheiro, a junção de morada e trabalho, o enraizamento. Para Martins (2003; 60), “são todos valores camponeses e da sociedade tradicional”.

Como veremos adiante, a pesquisa que realizamos nos dois assentamentos revela duas trajetórias, um grupo que procura se inscrever no mercado com o propósito de acumular alguma riqueza e outro mais preocupado com a morada e em dispor de uma renda que possibilite a subsistência da família.

### 1.3 “A reforma agrária de mercado”

Numa perspectiva que ficou conhecida como “Reforma Agrária de Mercado”<sup>28</sup> o Governo do Ceará, com apoio do Banco Mundial, criou em 1996 o “Programa de Reforma Agrária Solidária - São José,” sendo que este funcionou como projeto-piloto, cujo objetivo era adquirir imóveis rurais para fins de “assentamentos rurais”, bem como garantir os recursos necessários dos investimentos para possibilitar aos compradores um desenvolvimento sustentável no Estado do Ceará. Os destinatários eram os sem-terra ou minifundistas, desde que organizados em associações, fossem chefes de família ou arrimos, maiores de idade, ou emancipados, com experiência em agricultura e pecuária, tivessem intenção de comprar terras por intermédio da associação e assumissem o compromisso de reembolsar ao FRT do Ceará o valor desembolsado para compra. Em 26 municípios do Ceará, no ano de 1997, foram atendidas 694 famílias em 44 imóveis numa área de 23.624,30 ha. (ALENCAR, 2005; 225/7).

Com a experiência desse programa, o Governo Federal cria outro em 1997, abrangendo os Estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e o norte de Minas Gerais. Trata-se do Projeto Cédula da Terra (PCT) - Projeto Piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza Rural - para ser executado em quatro anos e atender 15.000 famílias. Também com objetivo de adquirir terras e dotá-las de infraestrutura para um público nas mesmas condições do anterior. (ALENCAR, 2005; 229/0).

O Programa Banco da Terra é o terceiro mecanismo de compra da terra, é a continuidade do Projeto-Piloto da Cédula da Terra, com alguns ajustes. Começou em julho de 1999 no Estado de Santa Catarina. No mesmo ano, assinaram convênio com o Governo Federal para execução do Programa os Estados de Goiás, Paraná, Espírito Santo e 72 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. No ano seguinte, ingressaram no Banco da Terra todos os estados das regiões Nordeste, Sudeste e Sul, além do Estado de Tocantins, no total de vinte estados. No Ceará, entre 2000 e 2002, foram adquiridas 66.503 ha, distribuídos em 104 imóveis, atendendo 1.464 famílias. (ALENCAR, 2005; 237/0).

---

<sup>28</sup> - Essa expressão é usada por Alencar, Holanda e Pereira.

Dos anteriores resultou o Programa Nacional de Crédito Fundiário,<sup>29</sup> que faz parte do Plano Nacional de Reforma Agrária do Ministério do Desenvolvimento Agrário e está vinculado à Secretaria de Reordenamento Agrário. É resultado de Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial. Os recursos para aquisição dos imóveis são oriundos do Governo Federal. O Crédito Fundiário é um programa que possibilita aos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra, minifundistas e jovens rurais o acesso à terra por meio de financiamento para aquisição de imóveis rurais. Para cada público, há uma linha de financiamento: 1) **Combate à Pobreza Rural** - para as regiões e os trabalhadores mais pobres; 2) **Nossa Primeira Terra** – para os jovens filhos de agricultores familiares e estudantes de escolas agrotécnicas e Escolas Família Agrícola; 3) **Consolidação da Agricultura Familiar** - para agricultores familiares que desejam ampliar sua propriedade.

Como proposta de complementar a reforma agrária no Brasil, o modelo elaborado, presidido pela lógica do mercado, não apresentou a consistência que dele se esperava. Como pensa Pereira (2005, 15),

(...) não é difícil perceber que o princípio dos compradores e vendedores interessados – pilar central do MRAM (Modelo de Reforma Agrária de Mercado) que foi incorporado no desenho do Cédula da Terra –, na verdade, põe de lado qualquer referência ao contexto existente, como se as relações mercantis de compra e venda operassem numa espécie de vazio social em que predominasse a livre vontade de agentes econômicos racionais. Ora, como foi apontado, existiram diversos fatores de ordem sócio-econômica, política e cultural que pressionaram a adesão social ao Cédula, distinguindo-a completamente daquele tipo de situação imaginária. Portanto, pode-se afirmar que a principal categoria que sustenta o MRAM – e, conseqüentemente, o Cédula da Terra – carece de consistência teórica e empírica. Seu uso só encontra inteligibilidade no âmbito do discurso político-ideológico de legitimação do MRAM.

Combater a pobreza via mercado, por meio do crescimento econômico, é ideia questionada por Aragão (2003, 71), uma vez que não é nem mesmo possível pagar ao banco a compra da terra, pois o que produzem é milho, feijão e mandioca, que, além do baixo preço de mercado, mal supre a manutenção da família.

Dois fatores, entre outros, são apontados por Pereira (2005, 29) como complicadores do Programa: a) ocorreu enorme deficit de participação social nos

---

<sup>29</sup> - <http://www.creditofundiario.org.br/pncf/> acesso em 24/09/2008.

componentes e fases mais importantes do PCT e b) os beneficiários tiveram poder desigual na negociação com os proprietários de terra em todos os casos, demonstrando que a formulação do modelo de reforma agrária de mercado não leva em conta as relações realmente existentes de exploração econômica, dominação política e prestígio social inscritas no monopólio da propriedade da terra em países de estrutura agrária altamente desigual.

O modelo impõe aos destinatários a condição de organizados em associações e experiências com agricultura e pecuária. Em contrapartida, nada consideram sobre a subjetividade desses grupos sociais, ou seja, prevalece a visão tecnicista do Estado, o mercado como instância com igual possibilidade para todos, o que não corresponde à realidade concreta, como veremos no capítulo 3.

#### **1.4 Os mediadores da reforma agrária: CPT, MST e FETRAECE**

Relatar os principais argumentos desses agentes, colhidos de entrevistas, e citar autores que analisam a ação desses mediadores é explicitar a visão norteadora que alavancou o processo da reforma agrária. Para o nosso estudo, a sua importância se revela na medida em que eles possibilitam aos camponeses sem-terra transformarem-se em sujeitos de sua história, das rupturas em suas trajetórias ou até mesmo de continuidades.

Para Touraine (2006, 119),

(...) o sujeito se forma na vontade de escapar às forças, às regras, aos poderes que nos impedem de sermos nós mesmos, que procuram reduzir-nos ao estado de componente de seu sistema e de seu controle sobre a atividade, as intenções e as interações de todos. Estas lutas contra o que rouba o sentido de nossa existência são sempre lutas desiguais contra o poder, contra uma ordem. Não há sujeito senão rebelde, dividido entre raiva e esperança.

Não se pode compreender a realidade objetiva, pela contemplação, mas sim mediante uma determinada atividade. Para Kosik (1976, 22), a estrutura só é apreendida na medida em que o homem se comporta antes de tudo como ser prático. Consideramos

a liberdade buscada como expressão dessa prática, pois trata-se de um ser ativo, mesmo que lhe faltem, por um lado, uma maior conhecimento da estrutura social e, por outro, os meios para consequências objetivas. Comportar-se dessa forma, porém, torna-se relevante pelas perspectivas de gerar, a partir do problema social vivido, um conflito que, segundo Touraine (2006, 130), se faz necessário para que ocorra a ação coletiva.

Um dos mediadores da reforma agrária, a CPT,<sup>30</sup> que inicialmente se chamou Comissão de Terras, foi concretizada no ano de 1975, no Encontro da Pastoral da Amazônia, em Goiânia-GO, promovido pela CNBB e pela Comissão de Justiça e Paz, Seção Brasileira, e teve como coordenador o Bispo do Acre e Purus Dom Moacir Grech. Ligada à Igreja Católica, ela, a princípio, estava preocupada com o regime político, de repressão social e, nesse sentido, conforme Dom Poletto (2004, 2), ela “foi um dos organismos criados para defender as pessoas da crueldade da ditadura e abrir caminhos no sentido da derrota dessa ditadura que fazia o jogo dos interesses capitalistas nacionais e transnacionais”. Com efeito, as expulsões dos posseiros na Amazônia e a degradação da vida no latifúndio são demandas assumidas que justificaram sua criação:

(...) os verdadeiros pais e mães da CPT são os peões, os posseiros, os índios, os migrantes, as mulheres e homens que lutam pela sua liberdade e dignidade numa terra livre da dominação da propriedade capitalista. Os de ontem e os de hoje, pois a CPT só tem sentido evangélico se continuar a ser evangelizada, a ser transformada, a ser recriada para realizar sua missão em cada tempo e em cada lugar por meio de serviços concretos diferentes, a depender das situações e necessidades percebidas nos clamores do povo. (DOM PALETTO, 2004; 4)

Por sua vez, Martins (2000, 146) assinala que o seu surgimento, impulsionado pelo “evangelho de justiça” em favor das vítimas mais desabrigadas e mais desamparadas do regime fundiário, ocorre num complexo terreno de incertezas, tanto teóricas como práticas. Já o MST nasce no interior da CPT, estimulado por demandas políticas e ideológicas estranhas ao trabalho pastoral.

Situa-se, então, como problemática para esses dois mediadores “a função do conhecimento erudito na tradução do fundamentalismo popular e particularista em concepções universalistas do momento histórico e da realidade social que o define. (MARTINS, 2000; 27)”. Ainda segundo este mesmo autor,

---

<sup>30</sup> Sua sede fica em Goiana-GO e seu primeiro Secretário foi Dom Ivo Poletto.

(...) a concepção fundamentalista muito difundida, mais na CPT do que no MST, de que essa consciência já contém um projeto histórico abrangente, resulta numa tese política simplificadora e pobre da conflitividade na História e da função histórica dos conflitos sociais. Em primeiro lugar, porque todas as lutas sociais, sem distinção, são reduzidas ao código de conflitividade próprio da cultura popular. Os conflitos são sempre pessoas, com rosto e nome, diversamente do que é próprio do conflito político. (MARTINS, 2000; 27).

A esse respeito, a coordenadora da CPT no Ceará nos deu o seguinte depoimento:

(...) não dá para generalizar, alguns grupos têm objetivos e sabe porque estão lutando, pode não saber explicitar, mas é um projeto difuso, até mesmo por conta da questão conjuntural, há uma divisão entre eles (os camponeses), uns estão satisfeitos com o governo outros não, esta diversidade complica porque os movimentos não vêm ou não têm essa unidade, em alguns momentos se unem, noutros se dividem. (ENTREVISTADA em 10/06/2008, na sede da CPT).

O outro mediador, MST, representado pela dirigente estadual, nos falou que

(...) ele (o sem-terra) tem um sonho, ele tem o desejo, só que do sonho pro desejo, pra consciência, a consciência de que ele é explorado, a consciência de que ele não tem aquele pedaço de terra. Ele não sabe qual é a razão dela, que ele não tem um pedaço de terra por que os latifundiários foram ocupando, foram expulsando os seus pais do campo, então né, foram é, botando cerca, botando o pessoal na estrada. Ele não tem essa consciência, ele tem o desejo e nesse desejo de conquistar o pedaço de terra, essa vontade né, de poder criar sua vaquinha, de poder criar suas ovelhas, ele tem isso dentro dele. Ele tem isso, ele vai despertando a partir do momento que a gente começa trabalhar o processo da consciência camponesa. (ENTREVISTADA em 24/03/2008, em sua residência no projeto de assentamento Leni Paz II, estudante de Direito).

O pensamento do terceiro mediador, a FETRAECE, conforme um dos seus diretores é que

(...) os sem-terra eram dependentes, eles eram orientados para não pensar, não podiam, se tivessem esse projeto já teria sido resolvido a reforma agrária. O grande sonho é o acesso a terra, o grande desafio dos mediadores é encontrar um projeto que eles compreendam, por isso é que a reforma agrária é só distribuição de terra, precisa de política de formação, capacitação. (entrevistado em 26/05/2008, na sede da FETRAECE).

Entende Martins (2000, 139) que os partidos de esquerda (Partido Comunista Brasileiro e o Partido Comunista do Brasil) que propuseram a luta pela reforma agrária e nela se envolveram de modos diferentes, desde os anos 1950, não se orientaram pela motivação dos trabalhadores:

(...) desde de os anos cinquenta, os diferentes mediadores das lutas dos pobres do campo, na esquerda e na direita (...), lutas dos que estavam de fato sendo alcançados por mecanismos de expulsão da terra, fizeram desse problemas social fundamento de uma luta pela terra. Mas, não fizeram dele necessariamente fundamento de uma luta pelo direito de acesso livre, democrático e regulamentado à terra de trabalho e, portanto, a uma modalidade de emprego inserida numa visão familística e qualitativa do mundo e da vida. (MARTINS, 2000; 139).

Acrescentando ao que foi citado, mais por motivações ideológica e humanitária, os mediadores introduzem nas lutas pela reforma agrária o seu próprio movimento e o impotente hibridismo de classe. (MARTINS 2000; 19). Nessa direção, fica comprometida a maneira própria de agir do camponês, sua utopia de ordem tradicional, isto no sentido de querer preservar os valores familiares, da terra, do trabalho e comunitários, as reais motivações que o capitalismo visa a destruir, mas, simultaneamente, expressam um desejo de poder se beneficiar da sociedade capitalista. (MARTINS 2000; 141).

Nesses termos, dirigente nacional do MST, João Pedro Stédile, deu a seguinte declaração:

(...) minhas motivações ideológicas são de resgatar o que significa o socialismo.  
Pessoalmente, em termos de valores, sou um socialista cristão. Foi na Igreja que aprendi os valores humanitários da fraternidade, igualdade, e uno a isso o socialismo, que é o resgate da igualdade e da justiça social, também na economia e no acesso aos bens. Sonhamos em construir uma nova sociedade no Brasil que consiga resolver os problemas de todos. Onde todo mundo tenha trabalho, não apenas alguns, onde todo mundo tenha casa,

onde todo mundo tenha acesso à educação e não só ao 3º ano primário, como agora, mas tenha acesso inclusive à universidade, onde todo mundo possa ter futuro para seus filhos, onde possa ter direito de participar na vida pública e não apenas nesse arremedo de democracia formal, onde o cidadão só é manipulado a votar em determinadas épocas. (STÉDILE, 1997; 87).

Em um artigo de sua autoria, esse dirigente deixa clara sua posição sobre o tipo de reforma agrária:

(...) necessariamente ela (a reforma agrária) vai ter que organizar a propriedade coletiva dos meios de produção, porque a agricultura já está organizada de uma maneira capitalista. Hoje não adianta mais ter só terra. É preciso ter a propriedade dos tratores, dos armazéns, dos trens que conduzem a produção. Não adianta mais o cara pegar só um pedacinho de terra e dizer: “ta feita a reforma agrária”. Necessariamente com esse desenvolvimento que o capitalismo teve no campo, uma reforma agrária tem abranger a propriedade coletiva de todos os meios de produção que afetam a agricultura. E por isso, ela adquire um caráter anticapitalista. Não é só a propriedade da terra que está em questão, mas está em questão a propriedade de vários meios de produção. (STÉDILE, 1994; 318).

Esse não é o pensamento de Martins (2000; 140), que chama atenção para o fato de que é equivocado pensar

(...) que a reforma agrária num país capitalista é o vestíbulo da revolução socialista, como acontece entre nós, especialmente no MST e CPT, deve ter em conta as reformas agrárias feitas no meio século em diferentes países capitalistas: elas se tornaram de fato o instrumento de prevenção das transformações políticas radicais e o meio de incorporação ao capitalismo de populações marginalizadas ou em via de extinção enquanto categoria social.

Nesse terreno movediço onde essas organizações se movimentam, é produzido o que Martins denominou de desencontro, pois foi desencadeada uma *luta pela reforma agrária* descontextualizada e basicamente divorciada da práxis camponesa, *da luta pela terra*. Foram vítimas do economicismo e, assim, não conseguiram compreender que o problema não era agrícola e sim político, representado pelo regime de propriedade que restaura continuamente as bases econômicas e de classe do conservadorismo político e do autoritarismo. (MARTINS, 1989; 93). Assim, a luta

pela terra, a verdadeira motivação dos camponeses, não é dessa forma compreendida pela pastoral e política dos agentes mediadores.

Quanto ao papel do mediador, comungo com a tese posta por D’Incao e Roi (1995, 30), assinalando que

(...) a primeira tarefa de um assessor, preocupado com a transformação desses novos produtores em sujeitos de sua própria realização, era a de propiciar-lhes as condições para o aprendizado do exercício da liberdade a que eles aspiravam, partindo do respeito ao seu desejo de autonomia pessoal e resistindo à tentação de querer uni-los em torno de uma causa definida fora deles mesmos.

A liberdade que eles trazem consigo foi construída sob determinadas condições de constrangimento, de não ter onde morar e/ou dispor livremente da terra. Por tal motivo, a morada e a terra livre é que têm significado, sendo possível dizer: esse é seu “projeto” concreto de vida. Trazem também um saber, desenvolvido na relação com a natureza e enraizado no seu imaginário como verdade “absoluta”. Assim, a questão não é encontrar um projeto que eles compreendam, como expressa o representante da FETRAECE, mas sim observar aquilo que faz sentido para o camponês, ao seu saber.

A propósito, no Ceará a luta pela terra teve como principais mediadores, além dos já citados: os sindicatos de trabalhadores rurais apoiados pela Contag, a Igreja Católica (por meio das Comunidades Eclesiais de Base-CEB’s e do Centro de Promoção e defesa dos Direitos Humanos).

### **1.5 O movimento social como princípio socializador**

Os movimentos sociais, aqui referidos com origem nos anos 1970, sinalizavam uma insatisfação social que, articulada pela Igreja, atravessou essas décadas ajustando tanto seu referencial teórico quanto suas práticas à dinâmica da sociedade brasileira. Naqueles anos, para Gohn (2004, 281), o sentido desses novos movimentos sociais, contrapondo-se ao modelo clássico, apresentava como diferencial as práticas e

um estilo de organizar a comunidade local de maneira totalmente distinta e tinha como ênfase a questão da autonomia<sup>31</sup>. No plano geral, segundo essa autora, a contribuição dos movimentos sociais brasileiros foi na reconstrução do processo de redemocratização do País e, que

(...) não se trata apenas de reconstrução do regime político, da retomada da democracia e do fim do regime militar. Trata-se de reconstrução ou construção de valores democráticos, de novos rumos para a cultura do país, do preenchimento de vazios na condução da luta pela redemocratização, constituindo-se como agentes interlocutores que dialogam diretamente com a população e com o Estado. (GOHN, 2004; 320).

Com efeito, todos os movimentos são reflexos de nossas sociedades e produzem impactos nas estruturas sociais, em diferentes graus de intensidade e resultados distintos (CASTELLS, 1999; 95).

Situando o conceito de movimento social e seu contexto atual, Touraine (1998, 112/3) nos diz que vivemos em uma sociedade pós-industrial, programada, informatizada, com um conflito central que, ao contrário da sociedade industrial, ele é cultural e não econômico. Com essas observações, destaca a ideia de que

(...) a noção de movimento social só é útil se permitir pôr em evidência a existência dum tipo muito particular de ação coletiva, aquele tipo pelo qual uma categoria social, sempre particular, questiona uma forma de dominação, simultaneamente particular e geral, invocando contra ela valores e orientações gerais da sociedade, que ela partilha com seu adversário, para privar este de legitimação (TOURAINÉ, 1994; 113)<sup>32</sup>.

Para esse autor, há uma dissociação entre o universo econômico e o universo cultural (TOURAINÉ, 1994; 114), o que está subjacente ao conceito reproduzido a pouco. Dessa forma, a ação coletiva perde a primazia de ser acionada pela luta de classes. Eder

---

<sup>31</sup> - Ver o livro de Maria da Glória Gohn, que faz uma avaliação desde de os anos 1970, Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos e a Tese de Rudá Rucci, FUGA PARA O FUTURO Novos Movimentos Sociais Rurais e a concepção de Gestão Pública.

<sup>32</sup> - Os movimentos sociais atuais não estão a serviço de nenhum modelo de sociedade perfeita nem de nenhum partido político, ao passo que, no momento das grandes revoluções fundadoras da modernidade política, os movimentos societários eram subordinados e quase marginais em relação à ação política, como demonstrou François Furet contra Albert Mathiez e Georges Lefebvre a propósito da Revolução Francesa. (TOURAINÉ, 1994; 117).

(2002, 26) concorda, em parte, com Alain Touraine, e chama atenção para o fato de que fatores interacionais, motivacionais e situacionais são consideráveis no desempenho da criação e reprodução da ação coletiva, significando entender que se trata de um reducionismo reter a análise desse fenômeno à cultura<sup>33</sup>.

De maneira mais clara e ampla, entende esse mesmo autor, ser insuficiente expressar a ação coletiva pela posição de classe objetiva e subjetiva correspondente a dois modelos de explicação: socioestrutural e cultural. (EDER 2002; 234). Mais à frente ele anota que

(...) o modelo socioestrutural adota como suas variáveis explicativas a regulação política e o controle das contradições econômicas (e os conflitos a ele relacionados), escolhendo o estado do bem-estar como base de sua interpretação dos novos movimentos sociais. (...) Nessa abordagem teórica, o velho problema da determinação objetiva de uma classe-ator move-se para o nível institucional; em vez de ator coletivo central (o proletário) é possível identificar vários atores coletivos diferentes, (...) o que não muda em nada o objetivismo desse modelo de explicação, cuja premissa é que a ação coletiva resulta da própria posição objetiva. (EDER, 2002, 235).

O modelo cultural baseia-se na hipótese de que os valores pós-materialistas são a causa do novo protesto coletivo. (EDER, 2002; 236). Assim

(...) a dimensão subjetiva do ator que protesta é confrontada com a dimensão objetiva. A nova consciência de classe torna-se constitutiva do novo ator reclamante. Todavia, essa explicação falha ao considerar as repercussões desses novos valores sobre a reprodução das estruturas objetivas. Um ator coletivo pode justificar abertamente suas ações dizendo querer nada mais que um mundo melhor. Contudo, isso implica uma falha, por parte do ator, em reconhecer seus próprios efeitos institucionais. (EDER, 2002; 235).

Conforme o autor, há nesses entendimentos uma estabilização mútua dos dois modelos conflitantes de explicação da ação do protesto, e o que não é expresso em um é encontrado no outro (EDER, 2002; 236). Com tal percepção, ele se interroga como ir além do determinismo socioestrutural e cultural para explicar o novo protesto coletivo.

---

<sup>33</sup> - Eder (2002, 19) assinala que há uma desconexão da classe em relação a ação coletiva que denomina de crise da política de classe. Isto, no entanto, não destrói a capacidade de ação das classes. Segundo ele, ela pode até aumentar, mas verifica-se é que não se pode mais reificar a classe como “ator”.

Nesse sentido, Eder recorre à categoria de *habitus* conceituada por Bourdieu. Como mediador das realidades objetivas e subjetivas, ele lamenta que elas deixem de explicar sua dinâmica de autotransformação. A solução é, pois, a construção coletiva de um *habitus*, além de conter suas próprias atribuições. Na medida em que ele é produto da interação com outros indivíduos (EDER, 2002; 236) tem-se, então, que

(...) sua aquisição pode ser regulada por normas tradicionais; nesse caso, uma forma tradicional torna-se o ponto de partida para aquisição de um *habitus* que, por sua vez torna-se ponto de partida para a ação coletiva. Entretanto, a aquisição de um *habitus* pode ser também o resultado da dinâmica de uma ordem pós-tradicional e, nesse caso, a aquisição de um novo *habitus* torna-se o ponto de partida de um protesto coletivo inovador. (EDER, 2002; 237).

No primeiro caso, o *habitus* assimilado tem como base a forma de vida comunitária, enquanto o outro se desenvolve em universos associativos. Decerto, essa categoria se apresenta como variável explicativa da ação coletiva, além do seu papel original. (EDER, 2002; 238). Avançando em sua proposição, da insuficiência das teorias da racionalidade para explicar a ação coletiva, esse autor propõe uma abordagem para compreender o processo de aprendizagem coletiva que, assim, faz justiça às críticas racionalistas. Nesses termos

(...) o problema da racionalidade e da irracionalidade do protesto coletivo é deslocada dos indivíduos, para as formas de sociabilidade. Isso poderia ser chamado de teoria da constituição da racionalidade ou irracionalidade do protesto coletivo. Isto nos permite reformular a questão da racionalidade do protesto coletivo. É “racional” até o ponto em que a sociabilidade, implícita no protesto coletivo, torna possíveis os processos coletivos de aprendizagem; é “irracional” quando impede esses processos de aprendizagem. (EDER, 2002; 253).

O irracional e o racional estão condicionados, por sua vez, respectivamente, a universos em que o contexto social é dado e determina a sociabilidade, não ocorrendo aí o processo de aprendizado e outros em que são constituídos mediante a resolução comunicativa de conflitos, que é a condição para ocorrer processos coletivos de aprendizagem. (EDER, 2002; 238).

Pensar nesses termos é entender a trajetória histórica do MST como um processo de formação do sem-terra (categoria social) brasileiro, na constituição do sujeito Sem-terra (identidade que identifica os sem-terra do MST) e que por essa razão pode ser interpretado como um processo de formação humana (CALDART, 2001; 212).

Participar do movimento de luta, para Caldart (2001, 43; 214), é compreender o seu problema específico numa ordem mais ampla, como parte de uma correlação de forças que não se alteram só porque decidiram agir para transformar sua situação particular.

(...) muitos sem-terra quando decidem participar de uma ocupação ou entrar num acampamento, o fazem movidos pela necessidade, mas também por uma visão ainda ingênua de mundo: consideram que se são trabalhadores do campo e se dispõem a trabalhar na terra, é justo que logo a consigam e então todos os seus problemas estarão resolvidos. Pouco adianta as lideranças fazerem longos discursos para explicar que a realidade é diferente; somente experimentando pessoalmente os embates da luta pela terra é que, aos poucos, aprenderão de que relações sociais fazem parte, e o que contestam mais profundamente em cada um dos atos coletivos de que participam. (CALDART; 2001; 214).

Com efeito, como enfatiza em seus argumentos, na medida em que vão construindo seus espaços numa outra realidade objetiva, os sem-terra vão firmando uma cultura centrada no bem-estar da coletividade como consequência da própria dinâmica do movimento, que “é capaz de produzir gente, seres humanos que se converteram em sujeitos sociais”. (CALDART; 2001; 216). A autora refere-se sujeitos que não correspondem àqueles produzidos hegemonicamente pela sociedade capitalista, mas uma pessoa capaz de refletir as relações de produção que delas são produto.

À medida que os sem-terra se enraízam na organização coletiva que os produz como sujeitos, passam a viver experiências de formação humana encarnadas nesta trajetória. Mesmo que cada pessoa não tenha consciência disso, toda vez que tomar parte das ações do Movimento, fazendo uma tarefa específica, pequena ou grande, ela está ajudando a construir esta trajetória e a identidade Sem-terra que lhe corresponde; e está se transformando e se reeducando como ser humano. (CALDART, 2001; 215).

Esse processo transformador, observado pela autora na dinâmica da trajetória do Movimento, pode ser compreendido como

(...) constituidor de uma *matriz pedagógica*, ou a materialização de um *modo de produção da formação humana* que tem o *movimento como princípio educativo*, a *luta social* como base conformadora deste movimento educativo, e a *pedagogia da história* como cimento principal que vai interligando as diversas dimensões deste movimento. (CALDART, 2001; 217).

O reconhecimento dessa transformação leva a considerar esse processo educativo como próprio do movimento, ou seja, no transformar-se transformando a terra, as pessoas, a história, a própria pedagogia, sendo esta a raiz e o formato fundamental da identidade pedagógica do próprio MST. (CALDART, 2001; 217).

Parece-nos oportuno exprimir, de forma destacada, a atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) nos anos 1970 a 1980. Normalmente se considera que sua origem se deu no começo dos anos 1960, como resultado da experiência de catequese popular em Barra do Piraí (1956) ou do Movimento da Diocese de Natal, ou ainda do Movimento de Educação de Base. Não se pode negar a influência do esforço da Ação Católica na questão da cidadania, os esforços de renovação pastoral do Movimento para um Mundo Melhor e dos planos de pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e também a rearticulação da pastoral popular após o golpe militar de 1964.

A prática social das CEBs tinha um forte componente educativo de conscientização da condição de dominação e da busca da libertação, segundo os fundamentos do educador Paulo Freire. Esta prática estava voltada para organização e formação política de grupos populares, criação de espaços de contato com outras comunidades rurais do Estado e de outras regiões do país, que viviam as mesmas situações de exploração e miséria. (ARAÚJO, 2006; 70).

Destacava-se, sua prática, pela discussão coletiva dos problemas da comunidade na busca de soluções. Esse processo metodológico favorecia situar a abrangência do problema agrário brasileiro e, por essa razão, possibilitava um

enriquecimento da consciência social dos trabalhadores rurais, consciência de si e do mundo, traduzindo-se, inclusive, numa experiência nacional que muito contribuiu para percepção e unificação dos homens do campo no enfrentamento de seus conflitos, que se estabeleciam por todo Brasil. (ARAÚJO, 2006; 70). A autora chama atenção para experiência das CEBs na resistência dos trabalhadores das comunidades de Tourão e Sítios às investidas dos fazendeiros latifundiários, isto é, desenvolveram uma série de habilidades que foram se tornando forças essenciais da sociabilidade e das individualidades ali presentes. Essas reações implicaram não mais aceitar as relações de dominação postas anteriormente mediante de acordos de arrendamento de terras. (ARAÚJO, 2006; 74). Outra observação da autora que merece registro é o fato de que,

(...)embora as CEBs tivessem expressamente diferenciações e particularidades entre si, todas apontavam para uma prática de cooperação entre os trabalhadores rurais. Eram famílias vinculadas entre si pela terra, pelo trabalho e pela religiosidade. A luta pela terra passou a ter um sentido e a se constituir enquanto uma possibilidade concreta de conquista e, ao mesmo tempo, de maior unidade dos trabalhadores rurais sem-terra. Nas CEBs as reuniões com debates, as festividades, as celebrações tinham um objetivo a seguir, isto é, a luta pela terra de trabalho. (ARAÚJO, 2006; 70).

Para autora, o processo da reflexão como prática para o trabalhador pensar suas condições de vida possibilita experiências valiosas na sua formação e organização política, o que se efetivou em defesa de uma proposta de coletivização das terras como modelo de reforma agrária.

. Como visto, a classe média assumiu a liderança dos movimentos sociais pela reforma agrária. Nesse sentido, para José de Souza Martins, ela praticamente se distanciou da prática camponesa.

A esse respeito, segundo Eder (2002, 244), para quem o *habitus* da nova classe média é um *habitus* pequeno-burguês, objetivamente definido pela defesa da individualização, imposta a ele pelo sistema de *status*, a condução do protesto coletivo por esses agentes está condicionada à posição objetiva dele, pelo fato de o *habitus* situar-se entre as classes mais altas e as mais baixas, estabelecendo um dilema, ou seja:

(...) o dilema do *habitus* pequeno-burguês consiste em sua incapacidade de não se identificar nem com a posição objetiva ou a identidade coletiva da

(alta) burguesia nem com a posição objetiva ou identidade coletiva do proletariado. (EDER, 2002; 244).

Se para José de Souza Martins o desencontro resulta da abordagem política dada ao movimento, para Klaus Eder, o dilema está associado à posição objetiva ocupada pelo bequeno-burguês. Do lado dos beneficiários da reforma agrária, conforme sua origem colonial e escravista, visão defendida por Martins, vêm-se diante de circunstâncias praticamente desconhecidas e a serem enfrentadas, o mercado, o sistema de crédito e as necessidades de políticas públicas para educação, saúde e de apoio à juventude. É um homem que, como veremos mais à frente, traz consigo as marcas dos constrangimentos vividos numa ordem social autoritária que o explorava e excluía da posse da terra e, por essa razão, a liberdade emerge como força geradora para formular suas condições de existência. A experiência camponesa vive, pois, divergência entre suas estruturas subjetiva e a objetiva na qual está inserido.

Certamente, essas circunstâncias criam um impasse entre os mediadores e camponeses na construção social dos assentamentos. Se, por um lado, isso acontece, por outro, não se pode negar o que é relevante no MST - tornar transparente para sociedade a precariedade vivida pelos trabalhadores sem-terra.

Assim, concordamos com a elaboração de Klaus Eder, citado anteriormente, ao acentuar que a prática associativa baseada em relações sociais comunicativas constitui as precondições necessárias para o processo de aprendizagem. Com efeito, aqueles diretamente engajados na luta pela reforma agrária, incorporam outras disposições que vão orientar suas visões de mundo.

## 2 OS DEVANEIOS E A REALIDADE OBJETIVA

Janela sobre a Utopia

Ela está no horizonte...  
 Me aproximo dois passos,  
 Ela se afasta dois passos.  
 Caminho dez passos  
 Por mais que eu caminhe,  
 Jamais a alcançarei,  
 Para que serve a utopia ?  
 Serve para isso ! Para caminhar.  
 (Eduardo Galeano, in: *Palavras Andantes* )

Comparando-se aos tipos da cidade, Fabiano reconhecia-se inferior. Por isso desconfiava que os outros mangavam dele. Fazia-se carrancudo e evitava conversas. Só lhe falavam com o fim de tirar-lhe qualquer coisa. Os negociantes furtavam na medida, no preço e na conta. O patrão realizava com pena e tinta cálculos incompreensíveis. Da última vez que se tinham encontrado houvera uma confusão de números, e Fabiano, com os miolos ardendo, deixara indignado o escritório do branco, certo de que fora enganado. Todos lhe davam prejuízo. Os caixeiros, os comerciantes e o proprietário tiravam-lhe o couro, e os que não tinham negócio com ele riam vendo-o passar nas ruas tropeçando. Por isso Fabiano se desviava daqueles viventes. Sabia que a roupa nova cortada e cosida por sinhá Terta, o colarinho, a gravata, as botinas e o chapéu de baeta o tornavam ridículo, mas não queria pensar nisto.

No dia seguinte Fabiano voltou á cidade, mas ao fechar o negócio notou que as operações de sinhá Vitória, como de costume, diferiam das do patrão. Reclamou e obteve a explicação habitual: a diferença era proveniente de juros. Não se conformou: devia haver engano. Ele era bruto, sim senhor, via-se perfeitamente que era bruto, mas a mulher tinha miolo. Com certeza havia um erro no papel do banco. Não se descobriu o erro e Fabiano perdeu os estribos. Passar a vida inteira assim no toco, entregando o que era dele a mão beijada! Estava direito aquilo? Trabalhar como negro e nunca arranjar carta de alforria!

O patrão zangou-se, repeliu a insolência, achou bom o vaqueiro fosse procurar serviço noutra fazenda.

O patrão zangou-se, repeliu

Aí Fabiano baixou a pancada e amunhecou.

Bem, bem. Não era preciso barulho não. Se havia dito palavra à-toa, pedia desculpa.

Era bruto, não fora ensinado. Atrevimento não tinha, conhecia seu lugar.

Um cabra. Ia lá puxar questão com gente rica? Bruto, sim senhor, mas sabia respeitar os homens. Devia ser ignorância da mulher, provavelmente devia ser ignorância da mulher. Até estranhara as contas dela. Enfim, como não sabia ler (um bruto sim senhor), acreditava na sua velha. Mas pedia desculpa e jurava não cair noutra. (Vidas Secas – Graciliano Ramos).

Aqui evidenciaremos as trajetórias e lutas dos camponeses em busca da terra e morada.

Na epígrafe deste capítulo temos situações vividas por Fabiano que retratam a construção do *habitus* camponês. A personagem percebe-se inferior nas relações estabelecidas com os demais membros da realidade social e, por essa razão, sentia-se explorado pelo patrão e comerciante. As circunstâncias não permitiam que reagisse, pois a dependência do proprietário constrangia Fabiano, que se obrigava a aceitar suas determinações. Era necessário *respeitá-lo* para sobreviver com a família. Nessas condições, interrogava-se sobre a liberdade, mas, como buscá-la, se só tinha a esposa em quem confiava? Quer dizer, assim como na vida da personagem, também, na realidade concreta do camponês, o Estado providente está ausente para garantir sua cidadania. Assim, estaremos trabalhando a constituição do *habitus* camponês, bem como, de suas rupturas e continuidades. Consequentemente, serão discutidas as mudanças nas relações sociais e ampliação das suas articulações.

## **2.1 São José II e Aroeira: trajetórias e lutas**

O projeto de assentamento São José II, criado em 31/09/1999, sob a coordenação do INCRA, tem uma área de 1.522 ha o que representa 30,84 ha por família em média. Benfeitorias que já existiam antes da desapropriação: 45 há (equivale a 110 pés) com cajueiro gigante, quatro açudes e três lagoas, uma casa de farinha, cercas de arame liso, casa-sede e estábulo. Após esta, foram implantados telefone público, linha de ônibus para transportes dos estudantes até a Sede do Município, 120 ha de cajueiro anão e rede de energia elétrica. Já está em funcionamento a minifábrica de amêndoa de castanha-de-caju, a produção de mel e, em fase final de construção, a fábrica de ração, de cajuína. São 45 famílias das quais somente duas já moravam na propriedade, com quatro pessoas em média por unidade familiar.

É oportuno esclarecer que o assentamento São José II está constituído por dois grupos. Um é formado por pessoas com idade entre 25 e 40 anos - são os que *avançam*, e o outro por aquelas que têm mais de 40 anos - são as que se mostram conservadoras, conforme conceito assumido neste trabalho.

Cada família do assentamento dispõe de uma casa, formando, o conjunto das residências, uma agrovila. São casas de alvenaria, com varanda, salas, quartos, cozinha, banheiro com aparelho sanitário e fossa séptica, quintal e duas cisternas<sup>34</sup>. A casa, em geral, é mobiliada com poltronas ou cadeiras de ferro revestidas com tiras plásticas, televisão, fogão a gás, geladeira, mesa de jantar e copa de guardar os utensílios domésticos. Sobre as atuais condições de vida, comparadas com a que tinham quando da conquista da terra, um dos entrevistados assim falou:

(...) quando nós chegamos, nós trouxemos a bagagem tudo misturado num carro porque ninguém tinha nada mesmo, não adianta mentir que nós chegamos aqui sem nada e graças a Deus, hoje, o mais pobre tem sua televisãozinha a cores pra assistir, tem o seu animalzinho de carroça, tem as suas condições de vida né, que não tinha antes. Não é riqueza, mas pra nós é porque a gente que chegemo aqui, aí com nove anos atrás com a bagagem toda num carro misturada porque não tinha nada mesmo. Já hoje tem uns que tem umas motozinha pra andar, uma coisa e tal tem os seus animais de trabalho, tem a sua vida pessoal, tem a sua casa com as suas coisinhas dentro. Isso é uma mudança. (ASSENTADO DO SÃO JOSÉ II, mais de 40 anos, presidente da cooperativa Che Guevara).

A mudança percebida entre o passado e o presente é, fundamentalmente, a posse de bens. Podemos pensar estar implícito, nesse depoimento, referência ao pagamento da renda que não possibilitava essa oportunidade. Contudo, parece passar despercebida as relações estabelecidas com o seu entorno, de modo geral com o Estado, com o mercado e outros agentes sociais.

Foi criada uma associação, em 02 de maio de 1999<sup>35</sup> e recebeu o nome de Associação Che Guevara, numa alusão direta ao revolucionário argentino e que eles justificam, dizendo que

(...) na verdade, Che Guevara (o nome da associação foi escolhido) pela luta (dos assentados para ter direito à posse da terra) . Por que, quando você vem pra um acampamento, você sabe que vai enfrentar muitas lutas, de diversas maneira, a fome, a casa, a dificuldade de uma habitação assim que você, pra você se instalar, a polícia, jagunço, tudo isso você vem pensando e aí nós pensamos assim, Che Guevara, por que Che Guevara saiu da Argentina e aí foi pra Cuba, junto com Fidel Castro e outros. Ele não sabia

---

<sup>34</sup> - Os assentados do Aroeira também dispõem de semelhante estrutura.

<sup>35</sup> - Observa-se que a associação foi criada antes da desapropriação da fazenda São José.

o que ia acontecer, ele não sabia se ele ia ser morto, se ele ia conseguir conquistar Cuba, se a asma dele ia piorar, que ele era asmático e aí, tudo isso nós tiramos assim uma relação pra nós. Então você vai lá e muitas coisas novas nós conhecemos, nós melhoramos, graças a esse **espírito de luta**, por que você se dá, então foi esse o pensamento de Che Guevara, botar o nome Che Guevara aqui na comunidade, pensamento de luta, de você se renovar, de **você conhecer o novo**, foi isso que Che Guevara fez e é isso que Che Guevara, hoje, como comunidade faz a cada dia. (ASSENTADO DO SÃO JOSÉ II, mais de 20 anos.).

É o espírito de luta que move, principalmente os indivíduos mais jovens em busca de outras formas de conhecimento (conhecer o novo), decerto, não se restringindo somente a moradia e a posse da terra, mas determinados a não refluir às precárias condições do passado.

O grupo, do projeto de assentamento São José II, no período de 21 março de 1998 a 15 de janeiro de 1999 de ocupou uma fazenda, de nome Croatá, no Município de Chorozinho, mas, em razão da área ser imprópria para agricultura, não se viabilizou a desapropriação.

Antes da gente vim pra cá (Fazenda São José) nós fomos pra outro, pra perto do Chorozim e lá num foi possível aí os menino ficaram procurando outra área, os meus filho, o Antônio e o Raimundo. Não era, não tinha associação mas tinha as pessoas que, que lutava por esse tipo de coisa que apesar, ói, nós passamos seis mês sem trabalhá, só recebendo comida dada, arrumada da igreja, do movimento, aí bem, aí surgiu essa daqui, aí a gente veio pra cá e graças a Deus quando nós chegamos aqui é, tinha muita coisa do dono aqui, muito criação, muita essas tipo de coisa, tinha os moradô, criava e, graças a Deus nós soubemos respeitar todas coisas, quando nós chegamos aqui fizemos logo uma reunião. O pessoal sempre tem uma desconfiança dos sem-terra né, naquela época, aí quando nós chegamos aqui tinha que dizia vixe, os sem-terra chegaram, vão matar as criação do home. Nós fizemos uma reunião, com meus menino, por que eles era da frente do, nós fizemos logo uma reunião, olha aqui ninguém bole nem num pinto de ninguém. Nós viemos pra cá arrumá terra pra trabalhar e graças a Deus até hoje nós tamo se mantendo dessa maneira, nós viemos arrumá terra pra trabalhá, ninguém tem raiva de nós, nós fizemos essas coisa tudo direitinho graças a Deus. (ASSENTADO DO SÃO JOSÉ II, mais de 40 anos.)

Negociaram com o MST a ocupação de outra área. Foi quando se deslocaram para o município de Ocara em 16 de janeiro de 1999 e acamparam nas proximidades da Fazenda São José, que foi considerada, pela avaliação do INCRA, como não cumprindo a função social e, portanto, foi desapropriada para fins de reforma agrária e, a 31 de agosto de 1999, foi emitido a imissão de posse. Embora tenham ocorrido algumas discussões mais acirradas entre as partes, ocupantes e proprietário, o processo em si foi

conduzido, como dizem eles, **dentro do bom senso**. Certamente, as experiências foram importantes na condução das negociações.

Entre eles, há cinco assentados (de idade entre 25 e 40 anos) que tiveram experiências com movimentos sociais, participaram das lutas do MST em outras ocupações, da CPT, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e de associações:

(...) eu fui convidado pelo movimento sem-terra pra fazer parte da organização e aí eu passei cerca de dois anos e meio no movimento sem-terra na Frente de Março, ajudando, fazendo justamente aquilo que fizeram comigo, ajudando pessoas a buscar uma terra, a buscar uma organização e, depois disso eu vim pro meu assentamento e procuro ajudar da melhor maneira possível. Eu recebi uma formação (treinamento), de associativismo, de cooperativismo, de ajuda, de valores, de todos os melhores valores que a gente possa ter, que possa ajudar a sua comunidade. Aí eu tenho ajudado aqui o Che Guevara, assim, da melhor maneira possível. (ASSENTADO DO SÃO JOSÉ II, faixa etária entre 20 – 40 anos participou de outras ocupações como membro do MST).

Falando sobre sua trajetória de vida e o que influencia suas tomadas de decisão, uma assentada assim se expressou:

(...) faço parte da Comissão Pastoral da Terra, que desde pequena na minha idade de 12 anos que eu me envolvi na pastoral, ela nos mostra também a valorização de você poder produzir na terra, de estar na terra né, de, de ser e de viver na terra, então me mostrou sempre essa importância e esse grupo que está aqui, tem muito essa perspectiva de mudança de vida, a partir da vivência na terra, então isso me influencia muito. (ASSENTADA, faixa etária entre 20 e 40 anos, Professora e ex-presidente da cooperativa Che Guevara).

Além do mais, o grupo teve cursos de preparação para o trabalho coletivo e de formação integrada de produção realizados pelo MST, participou da mobilização de camponeses, das discussões de ocupação e desapropriação de terras e ainda contou com apoio direto desse movimento na conquista da terra. Também tiveram cursos nas áreas de negócios, cooperativismo e agropecuária. A impressão que retivemos das observações de campo e da leitura das entrevistas e dos questionários é que essas pessoas têm um grau de influência predominante sobre os demais companheiros.

A avaliação feita pela representante do MST, depoimento citado anteriormente, o São José II **já tinham uma visão num trabalho em que, no roçado individual deles a família teria que tá unida. Então eles já vinham com uma cultura do trabalho coletivo.** O fato de ser constituído basicamente por duas famílias e considerando a trajetória deles, é provável que esses aspectos tenham contribuído para união da comunidade.

É importante observar, ainda, que existe a busca por opções produtivas que possibilitem outras fontes de renda e não seja investir somente na agropecuária. Tal atitude, podemos pensar como uma forma de protegerem-se dos riscos que representa para essa atividade à distribuição irregular de chuvas no Nordeste brasileiro.

Nesse sentido, o grupo negociou com a Fundação Banco do Brasil a implantação da minifábrica (Ver Boxe 1) de castanha-de-caju, proposta que foi discutida em assembléia do dia 27 de outubro de 2004. É a implementação de atividades produtivas geradoras de renda que a representante da direção do MST situou há pouco como questão da demanda.

**BOXE 1 - Projeto Minifábrica de Castanha de Caju.**  
(Módulo Agroindustrial Múltiplo de Processamento de Castanha de Caju)

O projeto para implantação da minifábrica-de-castanha de caju destina-se, a produtores de castanha-de-caju organizados em associações, cooperativas e sindicatos rurais, tendo como base o trabalho comunitário assistido por órgãos governamentais de crédito, pesquisa e assistência técnica que orientam em todos os elos da cadeia produtiva do caju, voltados para a implantação de uma cajucultura moderna e competitiva para a produção de pedúnculo destinado ao processamento industrial de sucos e no beneficiamento da castanha-de-caju com vistas à exportação da amêndoa.

O público-alvo é caracterizado, principalmente por pequenos produtores rurais na faixa de 2 a 10 hectares que pretendem se especializar na produção de amêndoas de castanha e subprodutos do pedúnculo do caju e de frutas tropicais.

Os pequenos módulos de processamento de castanha-de-caju, sob o ponto de vista tecnológico, representam excelente alternativa, visto que, além de serem empreendimentos de baixo investimento, aumentam de forma significativa a renda do produtor de caju e a oferta de emprego para os trabalhadores rurais do segmento da agricultura familiar.

Desta forma, o projeto teve como objetivo organizar minifábricas na configuração de um Módulo Agroindustrial Múltiplo de Processamento de Castanha-de-Caju. Buscou-se com esse modelo organizacional padronizar e alavancar de forma permanente a qualidade dos produtos e a produtividade dos processos produtivos, mediante melhor coordenação e articulação das atividades realizadas desde a compra da castanha até a comercialização da amêndoa.

O Módulo Agroindustrial Múltiplo (figura 1) tem as seguintes funções:

- adquirir, classificar e autoclavar a matéria-prima pela Unidade Central, repassando as castanhas para as Minifábricas que realizam algumas etapas do fluxograma;
- vender os produtos ao mais alto preço alcançável nos mercados, nacional e internacional;
- coordenar exportações, fazer acordos para transporte, possibilitando uma posição de negociação mais forte;
- promover campanhas de *Marketing* nos mercados consumidores (importadores);
- coordenar negociações, visando acordos com cadeias de supermercado e outros clientes;
- capturar e disseminar informações tecnológicas e comerciais;
- apresentar especificações claras sobre a qualidade dos produtos;
- monitorar as tendências e aspirações do mercado

Na figura 1, são visualizados os passos operacionais do processo de beneficiamento e os vínculos entre a Centra e as minifábricas geridas pelas cooperativas. (Elaborado pelo pesquisador Fábio Paiva).

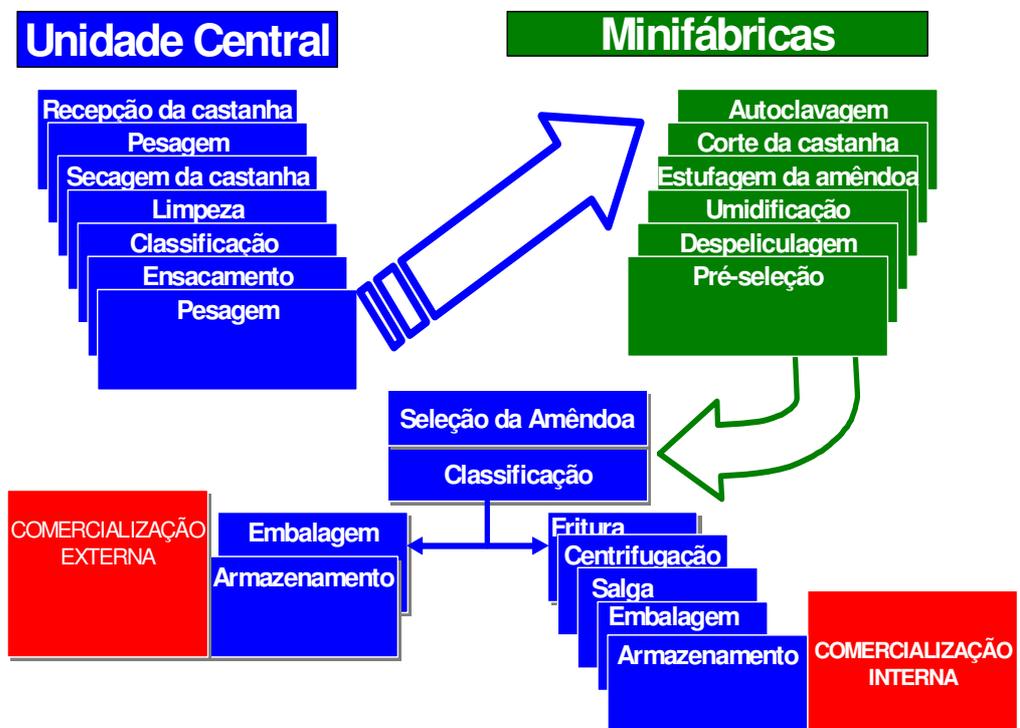
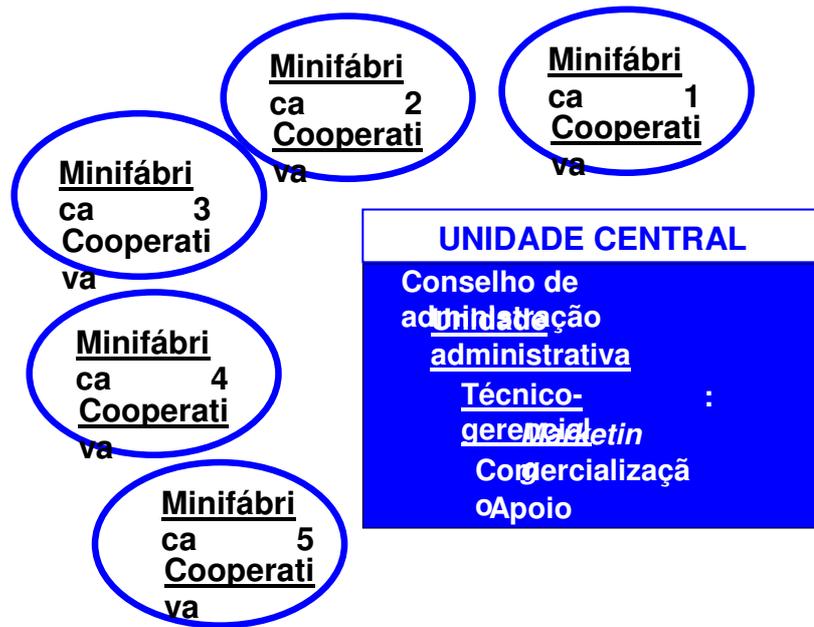


Figura 1 - Fluxograma do Módulo Agroindustrial Múltiplo de Processamento de Castanha de Caju.

A minifábrica começou a funcionar em 14 de março de 2007, com capacidade de beneficiar 210 toneladas de castanha-de-caju por ano. Em 2008 foram entregues 50 toneladas de amêndoas à cooperativa Central<sup>36</sup>. Com o funcionamento dessa, 19 mulheres, esposas dos assentados, têm emprego permanente como descascadoras de castanha. Segundo declaração delas, **é uma renda que ninguém tinha, hoje não precisamos trabalhar no roçado pra ter esse ganho e também é nossa independência, não precisamos mais pedir dinheiro ao marido.** Sem dúvida, trata-se de uma transformação na vida cotidiana dessas pessoas cujas consequências ainda é cedo para avaliar. Em breve serão inauguradas as fábricas de cajuína e de ração animal, esta aproveitando o resíduo do pedúnculo utilizado na produção da cajuína. Em negociação com a Fundação Banco do Brasil, a Associação conseguiu 10 computadores e instalaram no Distrito de Serragem (a 5 km do assentamento) constituindo um centro de capacitação em informática e prestador de serviços - Estação Digital. Assinaram um convênio de prestação de serviços com a Prefeitura de Ocara para capacitação de jovens da comunidade sendo que para os filhos dos assentados os cursos são grátis. Para acesso à internet é cobrada uma taxa de manutenção, de forma que tanto os moradores da localidade como os filhos dos assentados podem acessar ao mundo globalizado.

O outro projeto de assentamento Aroeira (ex-fazenda Aroeira), criado em 27/09/1999 dispõe de uma área de 1.127,7 ha o que significa cada família dispor em média de 28, 19 há. Estruturada para criação animal de grande e médio porte, ou seja, está cercada e tem divisões em cerca de arame liso, casa-sede, estábulos, apriscos, casas para trabalhadores. Possui quatro açudes, um com capacidade de manter água por cinco anos e três para dois anos em média. Após a desapropriação foi instalado energia elétrica, construído casas em alvenaria nas mesmas condições do projeto de assentamento São José II e foi melhorada a via de acesso à sede do município. Assim como os demais projetos sob a responsabilidade do INCRA, também foi criada uma associação em 19/12/1999 a que foi dado o nome de Vitória, simbolizando a luta e a conquista daquela área.

---

<sup>36</sup> - Cooperativa Agroindustrial do Caju LTDA (COPACAJU) que coordena e articula as atividades as atividades das cooperativas a ela vinculada. Hoje, no Ceará, são 10 as cooperativas vinculadas à Central, sendo 5 de assentamentos e outras 5 de comunidades.

Um ponto que chama atenção foi a elevada rotatividade<sup>37</sup> das famílias. Das quarenta e sete famílias assentadas inicialmente, hoje somente duas permanecem no projeto, com outrass vinte e três que ocuparam a vaga das que saíram. Essa foi uma dificuldade para reaver o processo de ocupação da fazenda que, se diga, foi muito mais tenso do que o ocorrido no São José II. O que ocorreu, do conflito dos sem-terra com o proprietário, foi escrito pela esposa de um dos que esteve na liderança das lutas e consta do Plano de Desenvolvimento Sustentável. É desse relato que transcrevemos uma síntese, da **História de Lutas** daqueles que abriram caminho para os que hoje constituem o assentamento Aroeira (ver Boxe 2).

---

<sup>37</sup> - Conforme depoimento da representante do MST mais adiante, a rotatividade que ocorreu no início do projeto foi por falta de preparação das famílias.

BOXE 2. Relato por um dos assentados sobre a ocupação da fazenda Aroeira do Projeto de Assentamento Aroeira

### “História da Luta”

“Dezembro de 1998. Chico Elias organizava um grupo de trabalhadores para ocupar uma terra no município de Ocara, um total de 28 famílias, onde o primeiro ponto seria a fazenda São José, mas por motivo de um dia ou dois, outro grupo ocupou a terra antes de nós. Mas, o organizador ficou sabendo por outras pessoas que existia outra fazenda no mesmo município, por nome de Aroeira, então foi aí que agente decidiu ocupar essa terra, e aí conseguimos logo um carro para irmos a essa terra, e aí partimos para esta viagem.

Dia 18 de janeiro de 1999, foi quando tudo começou.

Sairiam da cidade de Acarape, 28 famílias, para ocupar a dita terra, **terra que Deus não deu pra ninguém, mas deixou para todos.** Foi muito fácil, nenhum de nós pensava que fosse ter dias tão difícil pela frente. Fazendeiro deu ferramentas para nós, para que todos pudessem trabalhar na terra, deu comida para nós, agente achou muito bom, falamos um para o outro, que homem bom é esse Seu Bezerra, mas nenhum de nós conhecia seu coração, e aí aconteceu nosso primeiro despejo. Agente já tinha plantado. Foi no mês de abril de 1999, passamos vinte e quatro horas debaixo de sol e chuva, em barracos de lona, tinha muitas crianças e adultos doentes e o homem que nós achávamos que era bom, começou a ser um monstro em nossas vidas.

Após as vinte e quatro horas no meio da estrada, voltamos para ocupar a terra novamente, todos pensava que estava tudo bem outra vez, e aí passando apenas alguns dias, voltou a acontecer tudo outra vez, ele chegou dizendo que queria conversar com o “cabeça”, que foi o homem que veio com a gente a essa terra, mais conhecido com Chico Cabeça Branca.

Disse que queria uma conversa lá no seu escritório, só que o Chico Elias não foi, com toda armação montada. O Chico Elias, Cabeça Branca, como ele chamava, caiu na armadilha e aí o bezerra disse para seus homens:

**-os acampados estão só.**

E veio com seus capangas. Vieram como uns loucos, apagando fogo, derramando comidas, humilhando, crianças chorando, batendo em algumas pessoas atirando com armas pesadas. Dizendo ele que era ordem da juíza, e colocou aramas nas cabeças de alguns acampados, onde alguns arriscou mais suas vidas, inclusive, ele colocou tudo e todos dentro dos carros que estavam ali e mandou levar em suas casas.

Mas tinha alguns que eram teimosos, que se desviavam do caminho de casa pra outro acampamento, e lá passamos dez dias. Se organizamos, mas Sem-Terra é insistente, e no dia 21 de maio agente voltou e ocupamos novamente. Montamos barracas e depois de tanta luta, alguns companheiros foram desistindo, e depois de tudo isso, o homem volta a atacar, fazendo muitas ameaças, mas nós não desistimos de lutar, onde no meio dessas ameaças, tentou matar dois companheiros, que estavam apanhando feijão, que era nosso.

### **Continuação Boxe 2**

As pessoas que eles queriam matar, Messias, Alexandre, porque o gerente achava que esses dois eram culpados dos bois que mataram, só que nós dois participamos das matanças, mas foi depois da Assembléia Geral ser realizada, junto com todos e assinada por todos. E aí, por esse motivo, o gerente e os dois moradores, com uma espingarda de calibre 12 e um revólver de calibre 38, manejado por um dos moradores, que eram três, atiraram no Alexandre e no Messias, que correram muito assombrados.

Dias depois, o homem voltou á atacar, e aí o Chico Elias vai embora e algumas famílias também, e com eles mais famílias vão desistindo, e o Chico passa a carga toda pra Messias, e ele bota a luta pra frente com a ajuda dos companheiros que restaram, Siqueira e famílias, Messias e famílias.

#### **Órgãos que nos ajudaram:**

- Sindicato Trabalhadores Rurais de Ocara;
- Defesa Civil;
- Igreja Católica de Ocara;
- Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Ocara;
- Cáritas;
- Associação de São Cristóvão;
- Fetraece;
- M.S.T;

A prefeitura de Ocara não foi possível nos ajudar, porque Pedro Cândido era muito amigo do Bezerra, e depois de todo esse apoio, surgiu um convite do M.S.T ,inclusive eu a minha família,eu Messias e alguns companheiros, Aluísio,Irmão Pedro, e na nossa saída ele faz seu último ataque , onde causou muito medo e pânico nas famílias acampadas, querendo ele falar com o Messias, do qual os acampados não revelaram o seu nome, e aí os acampados mudaram meu nome de Messias para Jesus, só assim ele iria parar de me procurar, eles, os perseguidores, pensavam que eu tinha ido embora.

Depois de lutar bastante, durante dez meses, a terra que nós queria chegou a ser desapropriada. Foi tanta emoção que chorei, porque pra mim foi um privilégio vencer uma luta tão difícil, com a ajuda de Deus e de todos os companheiros que ficaram conosco.

Dezembro de 1999, data do cadastramento, onde tínhamos famílias de vários lugares: de Acarape; de Quixadá; de Morada Nova; de Pacajus; e Fortaleza; de Ocara; Maracanaú; Aracoiaba; Capristano;Vila Rica e de Barreira.

**“Agradecemos a Deus por essa luta vencida.”**

Na entrevista que nos concedeu (o esposo da senhora que escreveu o que consta no Boxe 2) restam claros seu “orgulho de bravura”, a riqueza de detalhes dos embates, mas a falta de outros depoimentos, com efeito, empobrece o registro da conquista. No assentamento, esse que esteve à frente das lutas não tem nenhuma liderança sobre os demais. Tem como principal atividade um comércio de peixe que compra fora para revenda aos assentados. Não identificamos uma liderança no Aroeira

que buscasse fontes opcionais de renda. Eles fizeram a opção pela pecuária extensiva (bovina/ovino/caprino) que é portadora de várias limitações, como veremos.

O componente da direção do MST no Ceará, que também participou da conquista do São José II, deu o seguinte depoimento sobre o Aroeira:

(...) nós aí começamos a negociar com o fazendeiro, que tava rodado de pistoleiro lá, já tinha havido tiro, tinha a quantidade "X" (número de camponeses não quantificado) do dia deles (camponeses acampados) saírem. Tinha gente perdido nas matas. Nós fomos, dentro do nosso jeito né, fomos fazer o recuo do assentamento né, tiramos todas as famílias que estava naquela área, botamos no recanto da área. Fomos negociar com o fazendeiro né, começamos a negociar com ele, a colocar que a questão estava no INCRA, tava pra desapropriar, mas que a gente não queria conflito, que a gente queria era a garantia das famílias lá, por que quem ia resolver isso era o INCRA, no nosso processo né. E aí, começamos a trabalhar a partir dali a formação daquelas famílias né, famílias, a maioria vinham das periferias de Quixadá e de Fortaleza, não vinham, eram famílias camponesas, mas que já estavam afastadas há tempo do campo, há um tempo né, então já tinham se afastado um pouco mais, viviam de bicos, vivendo, então, vinha com toda uma cultura diferente, que a gente teve que começar a trabalhar (MEMBRO DA DIREÇÃO ESTADUAL DO MST, estudante de Direito).

Não foi possível falar da “trajetória objetiva do grupo” que inicialmente ocupou a área, referido pela representante do MST e que, na avaliação dela, não tinham interesse em permanecer na terra. Deixa entender que eles perderam sua identidade campesina. Podemos entender essa versão da entrevistada tomando por base as reclamações expressas pelos assentados e citadas neste trabalho. As reivindicações apontadas por eles são a burocracia e os critérios para aplicação do crédito rural, a comercialização da produção, as dificuldades para produzir em face de irregular distribuição de chuvas no sertão cearense. Nos termos a pouco sublinhado, entendemos ser substantivo, para explicar essa atitude, o fato de estarem lançados num contexto social e se acharem desprovidos de elementos para elaboração de estratégia de ajustamento.

Nas atas de assembléia, a referência à saída das famílias é muito vaga. A esse respeito, a versão da entrevistada acima é que faltou ao Vitória uma preparação das famílias, conforme diz ela:

(...) eu acho que foi. Sabe por quê? Num foi falta de estudo depois. Mas o povo já tava tudo com aquela, num sei se eles vieram com a idéia de que ia conquistar um pedaço de terra, depois podiam vender a terra. A maioria deles tinha essa idéia. Ah não, se não der pra mim viver aqui, vou vender, vou sair, a gente começou a dizer que terra não se vendia, a terra é conquistada, não se vendia. E começou a se criar, não, mas aí eu vou ter sete mil reais no meu bolso. Tu não vai ter, tu tem que tá numa associação, cinquenta por cento é coletivo, cinquenta por cento é individual. E eles num entenderam, num aceitaram essas idéias né. De que tinha que se viver em comunidade até hoje.

Quanto à posição dos que hoje vivem naquele assentamento, apenas um dos entrevistados emitiu opinião, argumentando que **a saída das famílias é porque não se conheciam, eram de várias regiões, mas que hoje isso parou.** O técnico do INCRA, responsável pelo projeto, também faz a mesma leitura.

As famílias que chegaram depois da desapropriação, trazidas por amigos ou parentes, têm trajetórias diferenciadas, embora o Presidente da Associação afirme que todos procedem da agricultura. Constatamos que pelo menos quatro estavam trabalhando na construção civil, como é o caso do líder da ocupação, um que foi professor em Ocara e os demais eram meeiros. A seguir alguns relatos sobre suas caminhadas:

(...) eu morava numa fazenda chamada Fazenda Camará, Quixadá né, e então foi na época que patrão vendeu a propriedade e eu num era como morador, mas como renteiro né, na época. Morava na fazenda assim, mas a minha obrigação daquela renda de dez por cento, era que eu dava na fazenda né, na época já minha né, já depois do meu pai e então eu, o patrão comprou a propriedade e eu achei que num adianta, pra mim num tinha mais condição, por que as condição dele era outra diferente e eu num, pra mim num dava, eu disse eu vou embora e saí e vim pra cidade né. Não gostando da cidade, aí foi quando surgiu esse aqui né, que justamente hoje estou e através de conhecimento, dos amigos e do sobrinho que tava aqui na propriedade me convidar e eu vim aqui pra vê né. Aí cheguei e gostei e hoje até aqui estou, graças a Deus. (ASSENTADO DO AROEIRA, chegou em 2001; mais de 40 anos, primeiro grau incompleto).

Dois aspectos a destacar, primeiro a relação de confiança expressa no convite e de fundamental importância para o conjunto da comunidade, como veremos adiante, e, segundo, a preservação da identidade, a identificação, claramente manifestada, com o contexto.

O meu (pai) foi morador numa fazenda treze anos, aí depois ele saiu, comprou um terrenzinho, uns lotes na Pedra Branca, no Quixadá, município de Quixadá, aí nós moremos por lá uns tempos, depois a gente de novo foi pra rua aí eu fiquei sem-terra pra trabalhar. Eu vim através de informação do, dos amigos que já tá aqui né, aí informando que tinha vaga, aí eu vim até aqui, aí arranjei a vaga com o pessoal da comunidade, eu cheguei já bem pertinho, logo quando a negada se assentou, com pouco tempo né, eu cheguei aqui. Que, eu passei uns tempos trabalhando de pedreiro, inclusive eu tenho, a minha carteira foi assinada como pedreiro, eu trabalhei também como vigilante, em Fortaleza, mas e, em firma, carteira assinada. Mas, toda essa coisa eu achei meio ruim a agricultura, por que eu gosto de criar, meu negócio mais é o criar. (ASSENTADO DO AROEIRA, chegou em 2000; mais de 40 anos, alfabetizado).

Esse também revela suas preferências, mas não se trata somente da busca pela moradia, da terra para trabalhar, mas também da opção com a qual se identifica.

Eu tinha muita vontade de morar nesse assentamento, que esse pequeno terrenzinho que meu pai tinha era aqui próximo né, bem pertinho e eu acho, eu via que era muito bom morar nesse, aqui nesse assentamento, tinha muitas vantagens, principalmente pra mim, que eu era agricultor, gostava de criar um bichinho, uma coisa né e tal. Então, foi dessa forma que eu vim parar aqui né. Eu, algum tempo aí atrás, eu consegui a, um contrato de ser professor pela prefeitura daqui de Ocara, mas esse sonho infelizmente me escapou né, por que esse era um sonho que eu queria a longo prazo né. Eu tinha muita vontade de morar nesse assentamento, que esse pequeno terrenzinho que meu pai tinha era aqui próximo né, bem pertinho e eu acho, eu via que era muito bom morar nesse, aqui nesse assentamento, tinha muitas vantagens, principalmente pra mim, que eu era agricultor, gostava de criar um bichinho, uma coisa né e tal. Então, foi dessa forma que eu vim parar aqui né. (ASSENTADO DO AROEIRA, chegou em 2006; faixa etária entre 20 e 40 anos, professor).

Morar ali, livre das obrigações de terceiros, parece ser o sentido do assentamento; a moradia, viver entre amigos é a afirmação da comunidade. Dizem eles: **nós temos nossas divergências, mas, graças a Deus até agora a gente sempre resolve da maneira que vai beneficiar a maioria ou quase todo mundo**, ou, como fala o que liderou as lutas no acampamento, **aqui nós somos solidários uns com os outros, todo mundo é comunitário**. Existe essa preocupação de demonstrar solidariedade, mas também não escondem as divergências que estão vinculadas ao coletivo. Se o açude foi batizado de Sem-terra e o nome da associação de Vitória como símbolos de uma luta, de conquista da terra em que somente dois dos atuais assentados participaram, contudo, não são razões suficientes para outros pensamentos em termos de futuro. Por sua vez, os que chegaram depois ainda não se firmaram o suficiente, como grupo, para externar ambições.

Na entrevista que nos concedeu, a representante do MST no Estado do Ceará fez uma avaliação sobre as relações estabelecidas entre os assentados do projeto Aroeira. Segundo ela,

(...) muitos deles têm o assentamento, e eu num quero dizer quem, que é questão de ética mesmo, como se fosse uma propriedade sua. Quer dizer, eu, eu passei uma experiência ali, grande, que, a gente mudar uma diretoria dali, foi preciso muita luta. A pessoa que tava na direção não quis entregar nada, não queria entregar, ameaçou quem estava, sabe. Escondeu as atas, escondeu isso. Essa pessoa concentrava tudo na mão. Então teve muitos problemas no Vitória, pra tá o que tá hoje. Problemas interno mesmo, que só a gente que viveu ali, eu praticamente eu disse eu vou morar no Vitória, praticamente eu morava no Vitória. Por que quando eu chegava em casa ou que eu ia pra algum canto, já tinha alguém lá de manhãzinha cedo me chamando pra resolver um problema lá. Então eram muitos problemas que se surgiram com questão de, de autoritarismo, de personalismo, de auto-suficiência, entende, de querer ser o dono, olha, é eu que faço, eu que sou o bom, entende? então você deve ter percebido isso. Olha, aqui é eu que faço isso, aqui é eu que faço aquilo né. Aqui se não for eu as coisas num andam, eu que tenho que está no comando disso. Essas coisas tão enraizada ali, enquanto a gente não superar, tirar essas questões, dar chance pra, pros jovens, que tem lá, pra um povo bom que tem lá, mas que morre de medo, que, que não querem participar, que é o que fulano de tal disse, tá dito, num quer mudar. Então tem muitas coisas ali que a gente vai ter que fazer, tem uma... (DA DIREÇÃO DO MST NO CEARÁ, estudante de direito).

Não foi possível registrar nenhuma restrição por parte dos assentados ao comportamento de um ou de outro assentado que passou pela Presidência da Associação e/ou ao atual presidente, para quem são direcionadas as críticas, conforme deixa entender a fala da entrevistada. Um aspecto relevante, é importante que se diga, que, até final do ano de 2008, nas quatro gestões da Associação, esse assumiu tal mandato por três vezes. Reafirmamos que, no início de nosso trabalho de campo, percebemos certa inquietação dele com a nossa presença ao ponto de nas duas primeiras entrevistas ele nos acompanhar. O que afirmamos, a partir da entrevista e das respostas do atual gestor da Associação ao questionário específico para dirigente, é que não há articulação com outras organizações similares. Em seu depoimento, o presidente é enfático ao afirmar que **aqui (no assentamento) quem manda somos nós né, sem interferência de ninguém viu e, exatamente é o que eu queria.** São palavras carregadas de imposições e de vontade própria, traduzindo-se no “isolamento” da configuração. É importante que enfatizemos o que constatamos, a existência de entendimento, entre eles, para viverem em comunidade.

## 2.2 A interação social como princípio constitutivo da experiência do camponês

O indivíduo não nasce socializado, mas propenso a isso e, quando tal acontece, interage com a sociedade, “simultaneamente exterioriza seu próprio ser no mundo social e interioriza este último como realidade objetiva”. (BERGER & LUCKMANN, 2000; 173). Ao viver esse processo num universo social marcado pela dominação e exploração, certamente, a identidade forjada sob coação pode se revelar como “inferior”. No sentido abordado por Barreira (1992, 18) “a dominação não necessita e nem se impõe só pela força, mas pela aceitação e reconhecimento, através de mecanismos ideológicos que tornam a realidade não perceptível por parte dos dominados”. Com efeito, viver submisso às ordens de outrem e desconhecer sua realidade objetiva é se reconhecer e ser reconhecido como “incapaz”, classificação que estigmatiza a pessoa. Era o patrão que o estigmatizava e o fazia pelo poder que detinha, por deter o monopólio da terra, submetendo o camponês à sua dependência tanto para o direito à posse da terra para produzir os alimentos de que necessita como pela necessidade de morada<sup>38</sup>.

Sobre as possibilidades/capacidades de suas realizações, dois assentados declararam o seguinte:

(...) a gente tinha um sonho mas esse sonho terminava em nada por quê a gente num tinha condição, portanto eu tinha muitos sonho, realmente todos nós temos sonho né. Nós pretendemo viver bem, pra ter uma vida melhor, mas as condições era muito fraca e a gente terminava desistindo por que num tinha condições de ... chegar ao ponto que a gente queria né, então a gente terminava desistindo (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO VITÓRIA, mais de 40 anos).

(...) a gente era morador, a gente era uma pessoa que vivia sempre assim, quase assim, escravo do patrão né, tinha que fazer, cumpri com as orde dele. Se num cumprir com as orde do patrão, além de, ainda mais do que ele manda, a pessoa às vezes é de repente, por qualquer motivo, joga o camarada pra fora, e o cara fica na rua mermo né (EX-PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO VITÓRIA, mais de 40 anos).

---

<sup>38</sup> - “Era a morada que assegurava também ao trabalhador acesso à água, à lenha e, eventualmente, à madeira e aos pastos da propriedade e o inseria numa relação de dívida permanente com o proprietário”. (PALMEIRA & LEITE, 1997; 9).

Avaliar que não têm condições de alcançar seus objetivos e recuar, desconhecendo as causas desse constrangimento, é, em geral, concordar com as circunstâncias a que estavam submetidos, aceitando sua classificação.

Como ensina Elias (2000, 23) “um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído”.

O poder do patrão emanava do sistema latifúndio caracterizado por quatro dimensões estritamente articuladas: 1) uma aliança do latifundiário com o Estado que lhe conferia poder e representação, 2) ausência do Estado da proteção econômica, social e política aos sem-terra, 3) atividade econômica restrita ao monocultivo,<sup>39</sup> que caracteriza a divisão do trabalho como simples, e 4) as dificuldades de comunicação com os centros urbanos.

Esses condicionamentos sujeitavam o camponês a não reagir criticamente às coações<sup>40</sup>. Interessava ao patrão manter esse homem sob sua tutela e velada a ordem social, que era uma maneira de reproduzir a dominação, inclusive a estigmatização como elemento da sujeição.

Barreira (1992, 19) assinala que

(...) outro aspecto importante da mediação excludente que exerce o coronel é a preservação do desconhecimento, do que chamamos mundo do mistério. Nesse mundo só penetra quem tem poder e a capacidade de penetrar concede poder aos proprietários.

Esse era o mecanismo de dominação para manter o poder e, nesse sentido, recorreremos aos argumentos de Klaus Eder, citados anteriormente, para entender o latifúndio como uma realidade concreta, dado o que impossibilitava de que ocorressem processos de aprendizagem por parte do camponês. Era como funcionava o sistema político, o Estado ausente da educação, do direito a moradia e da posse da terra. Sobre essas condições, temos o depoimento a seguir:

---

<sup>39</sup> - O monocultivo se caracterizava pela exploração em consócio de milho com feijão e algodão. Após a colheita, era colocado o gado para se alimentar das ramas do algodão.

<sup>40</sup> - Para Elias (2000, 27), “a estigmatização pode surtir um efeito paralisantes nos grupos de menor poder”.

(...) na época nem escola eu num tive, num tive, num tinha escola pra gente aprendê, na época quando eu era criança eu num tive assim, escola, num é, que nem hoje em dia tem né. Aí, o Sr. sabe que hoje em dia a gente num teve saber, só dá mermo pra agricultura né, pra trabalhar e isso aí foi que, o que eu pude abraçar, foi a agricultura e até hoje né, eu num tive outra coisa que num fosse assim a agricultura (ASSENTADO DO SÃO JOSÉ II, analfabeto, mais de 40 anos).

Antigo meeiro, referindo-se ao mesmo assunto, declarou que

(...) é, isso na época, a gente trabalhava como meeiro, não como diarista, naquele tempo existia o diarista né, e nós num era dessa maneira, nós era um meeiro, nós dava a renda de metade trabalhando por nossa conta, o patrão dava as terra, assim, pra gente fazer, brocar, na época era toco, no toco, a gente prantava aquele algodão mocó, colhia aquilo tudo, a gente dava a meia né, e, foi o que o meu pai ensinou, como nós analfabeto, num tinha, a gente num tinha aquela capacidade de, de estudar, de aprender, que é o mior, que a gente vê hoje né, nesse tempo de hoje, que é muito importante e, nós num tinha esse espaço todo, que é de estudar, de colégio, num existia nessa época (ASSENTADO DO AROEIRA, mais de 40 anos, alfabetizado).

Decerto, ao trabalhador não era dada oportunidade para decidir, agir por si mesmo. Com efeito, suas atribuições eram definidas segundo os interesses do latifundiário e por essa razão, o saber assimilado é o “do mando e do faço”. Daí que a relação que mantém com o patrão é de submissão, sustentada e mediada pela morada e pela terra para plantar, sendo que metade do produto do trabalho era entregue ao patrão. Obediente aos princípios do sistema e desprovido de saber, a imagem que faz de si próprio é aquela que os outros fazem dele, de indivíduo “incapaz”, atributo que marca e o classifica como inferior. A incapacidade, longe de ser natural, é, como se vê, uma elaboração das forças dominantes no sentido de reproduzir/conservar o *status quo*. Assim, a incapacidade é a manifestação concreta do indivíduo estigmatizado. Trata-se aqui de uma estigmatização cognitiva e, certamente, abrange o conjunto desses camponeses.

Os depoimentos mais próximos assumem a importância dada pelo camponês à educação. A seguir outro significativo testemunho a esse respeito:

(...) eu fui um jovem sofredor, eu fui um jovem, minha juventude, foi uma juventude, eu só vivia do trabalho pra casa né e num tive a oportunidade de aprender a lê, eu sou analfabeto, então pro analfabeto mermo só tem um caminho, é o rabo da enxada, o machado, a foice, o picarete, a chibanca, é isso mermo, só tem isso (ASSENTADO DO AROEIRA, mais de 40 anos, analfabeto).

Essa manifestação do valor do saber reflete, de maneira geral, os constrangimentos a que eram submetidos no latifúndio. É o saber que dignifica o homem que pode oferecer outras oportunidades de trabalho.

Em Bourdieu (2003, 124), podemos encontrar explicações sobre o estigma e sua ruptura. Tratando do estigma regional, ele enfatiza que é mais um caso particular das lutas simbólicas em que os agentes podem estar envolvidos individual ou coletivamente. Na realidade, o que está em jogo é a transformação ou a manutenção das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas, tanto econômicas como simbólicas. Assim, quando os dominados estão em luta individualmente, não há outra escolha se não aceitar a definição dominante de sua identidade ou então a busca do que ele chama de *assimilação*, que supõe eliminar todos os sinais que façam lembrar o estigma e propor, via dissimulação, a imagem de si o menos distante possível da identidade legítima.

Já na luta coletiva contra o estigma, conforme assinala Bourdieu, há um esforço pela autonomia que ocorre, considerando não a supressão das características estigmatizadas, mas a destruição dos valores que as constituem como estigma. Para ele,

(...) abolir o estigma realmente implicaria que se destruíssem os próprios fundamentos do jogo que, ao produzir o estigma, gera a procura de uma reabilitação baseada na auto-afirmação exclusiva que está na própria origem do estigma, e que se façam desaparecer os mecanismos por meio dos quais se exerce a dominação simbólica. (BOURDIEU, 2003; 127),

Desarticular os fundamentos do jogo representa desestruturar o sistema de dominação firmado pelo latifúndio, isto é, romper com as relações patrão-camponês. Isso numa configuração social, como a caracterizada, em que prevalecia a aliança política do latifundiário com o Estado e a extensão das interdependências ainda se apresenta como muito frágil, praticamente se inviabilizava motivação nessa direção. Ou seja, na qualidade de dominado, faltam-lhe poder para o enfrentamento, uma vez que, os

únicos recursos que dispõe é o respeito (equivalente a obediência) para estabelecer relações (submissas) com o patrão e a força de trabalho sua e da família. São essas as principais condições para acesso a terra e à morada.

Estas implicações, de certa forma, pensamos estarem associadas ao fato de que o conteúdo da socialização é determinado pela distribuição social do conhecimento (BERGER & LUCKMANN, 2000; 179). Como diz um assentado do Aroeira, **a cidade ninguém conhecia, o que a nós sabia fazer era brocar, colher né, e tirar a renda do patrão.** É um reconhecimento de suas limitações e que define sua posição.

Os fatos de não ter acesso à escola, o direito à terra, além das dificuldades de interação com o mundo urbano representavam para o camponês um “isolamento” social, cujo limite de sua socialização era o contexto do latifúndio. As regras da dominação estabelecidas são as “leis” do patrão, pois, na desobediência, qualquer que fosse o seu significado, era mandado embora e na ausência de uma justificativa, ao tino do patrão, este recorria à vontade de Deus ou, como último recurso, à força de seus capangas (FORMAN, 1979; 112). Ante tais condições, a aceitação da incapacidade é convertida numa lógica, instituída pela socialização primária do respeito, da lealdade, da honestidade. Esses valores são assumidos como contrapartida do camponês para assegurar a morada, o acesso à terra, mas também se traduz em dignidade, honra com dimensões éticas e únicos elementos que o identificam como ser humano. Para Barreira (1992, 19), o caráter do camponês foi constituído tomando como valores honestidade, lealdade, gratidão e respeito à propriedade do outro. O respeito, sintetizando os valores morais, passa a orientar sua visão de mundo, ou melhor, é, ele, a prática tanto para estabelecer suas relações, como para apreender o “mundo de fora”.

Barreira (1992, 18), em sua pesquisa no sertão cearense, expõe a lógica interna da dominação dos proprietários rurais e a dinâmica da contestação camponesa, processo comandado pelo coronel, que exerce o papel de principal e único mediador entre o campesinato e o Estado, entre a “comunidade rural” e o “mundo urbano”, assumindo toda relação com o “mundo de fora”.

Essa forma de socialização e ao mesmo tempo de exclusão não só limita a trajetória desse indivíduo como também o prende a um mundo subjetivo restrito cujo saber “profissional” é construído na estrutura de dominação.

Na socialização familiar, também não há escolha possível, pois a realidade objetiva que se lhe apresenta é única e percebida como “ordem normal”, razão pela qual

ela confere uma força de fixação. Esse é o princípio da inevitabilidade constituída por Berger & Luckmann (2000, 180).

É nesse quadro social que o camponês brasileiro “constrói” sua visão de mundo, num espaço de sujeição, dominado exclusivamente pela atividade agrícola e de interações limitadas ao mundo de sua subsistência.

Um dos líderes do Projeto de Assentamento São José II, Associação Che Guevara, falando sobre a interiorização do saber em sua trajetória de vida diz que

(...) dos meus avós, pais eu aprendi muita coisa, .. me ensinaram muito a respeitar o povo e isso eu trago até hoje, né, é muito importante pra o ser humano, o respeito. A minha educação que não tenho, eu tenho letra, mas graças a Deus, tenho ensinamento. Eu guardo isso com muito carinho, muito respeito por todo mundo, ter respeito pelo que faz, eu aprendi que a terra dá liberdade, liberdade de trabalhar, criar os filhos da gente, ... aqui mando na minha casa, no serviço eu mando e como trabalhador eu sou mandado, .... eu tenho a liberdade de chamar um na minha casa, coisa e tal, tenho espaço para isso, ..., *dentro da terra a gente faz a liberdade, que espaço quem faz é a gente, como trabalhador o espaço quem faz é o patrão*, eu aprendi tudo isso ao longo da vida e mais de 50 por cento depois que cheguei aqui (Assentamento), tem mais espaço pra conversar com as pessoas, com os amigos da gente que é o que dá experiência .... (ASSENTADO com mais de 40 anos – Presidente da Associação Che Guevara).

Eis a fala de outro assentado do mesmo projeto:

(...) sempre os meus pais passaram toda vida pra mim ter confiança, pra mim trabalhar, fazer minhas coisas direito, com respeito e é o mesmo que eu faço com meus filhos, até hoje, ..., dificuldades que a gente enfrentava, por que na época nem escola eu num tive, num tive, num tinha escola pra gente aprender, na época quando eu era criança eu num tive assim, escola, num é, que nem hoje em dia tem né, ... quando a gente trabalhava fora, que nem eu trabalhei muito tempo de meia, a gente trabalhava de meia, metade é da gente, metade do patrão, a gente tem que trabalhar todo dia, se passar ao menos um dia sem trabalhar, nem que esteja doente, o patrão já está achando ruim,.. *a lição é que a gente trabalhava muito e, quando era com dois, três ano o patrão recebia a terra e eu perdia o trabalho, num é, dava a terrinha destocada, arrancada o mato*, aí foi quando surgiu esse assentamento, eu conversei com os meninos, como era a vida da gente, aí nós resolvemos procurar o assentamento pra vê se a gente melhorava de vida, nos trabalho da gente. (MAIS de 40 anos, alfabetizado, participou das CEB's).

A reflexão (sublinhada) que o produtor faz reflete o poder do latifúndio, a ausência do Estado para fazer cumprir os direitos pessoais e ainda o desconhecimento do trabalhador sobre seus direitos.

Eis mais uma fala de um assentado do Aroeira:

(...) eu aprendi a ser (agricultor) é, saber trabalhar com as pessoa né e trabalhar né, (...) (com) meus avós (que) eram agricultores, meu pai e nós também, nós somos agricultor e (aqui no assentamento) tenho aprendido muito né, ..., cheguei agora no dois mil e dois, coisa assim né, dois mil pra dois mil e dois, tenho me dado muito bem, tenho aprendido muito com as, com os ensinamento, com as reuniões, com os movimentos né, até eu já fui presidente, .... Hoje, eu cheguei aqui nesse assentamento, num tinha tanto, eu trouxe só a família mesmo, hoje eu já tenho gado, tenho minhas ovelhas né, minhas criações de porco né, a minha esposa trabalha muito, é agricultora também. À vista do que eu vivia lá fora, trabalhando de meia com os fazendeiros né, você trabalhava, só tinha o direito de trabalhar, aí o fazendeiro levava tudo né, a gente ficava sempre naquela de *num ter uma solução*. A gente trabalhar com patrão é sempre a coisa mais difícil, o patrão bota certas dificuldades né, tem aquela sujeição do pai, do pai da gente trabalhar e também os filhos, também seguir as mesmas né, normas da fazenda né. E a gente trabalhar de meia, partia no meio. (MAIS de 40 anos, ex-presidente da Associação Vitória, primeiro grau incompleto).

Esses depoimentos, quando tratam da sociabilidade familiar, são carregados de afetividade. A impressão que nos deixou é de querer manter aquele saber como uma tradição que homenageia seus antepassados. É um conhecimento que não se desenraiza mesmo que diante de um universo que se propõe negar o que nada lhe acrescenta como valor. Mas é também uma fala reveladora de avaliação de dois mundos profundamente distintos.

Sendo praticamente impeditivo o acesso à escola, a subjetividade do camponês está partilhada entre a família e o sistema de dominação. Nesse caso, a socialização secundária, conceituada como saber especializado, com raízes na divisão do trabalho, relacionada a um campo específico da realidade objetiva (BERGER & LUCKMANN, 2000; 185), também é exercida pelos pais.

Para a representante do MST do Ceará, quando o camponês vive isolado no latifúndio, falta-lhe a “consciência”, diz ela:

quando ele está mais próximo da cidade, é tanto que, ele tem mais consciência, agora quando ele está isolado, aonde ele só escuta o que o

patrão diz né, que vem ali o pessoal, o patrão chega, define a outra semana pa passá, e vai a mulhé tomá conta da casa, vai a esposa, vai o homi, toda sua família ali envolvida. O patrão é, é o amigo, é o pai, é o médico da família, é o padrinho dos filhos, então quando ele se cria essa relação, diferente lá, ele não tem essa consciência. Na medida que ele vem pra cidade, a própria realidade dos meios de comunicação, da convivência com outras pessoas né, de um agente pastoral que chega lá, de um sindicalista que chega ali na comunidade que é mais próximo isso, ele já tem uma consciência diferenciada daquele verdadeiro camponês, daquele que tá lá no campo ainda vivendo, o patrão é tudo. Se o patrão disser "você vai ter que ir quatro horas da manhã", ele vai ter que tá quatro horas da manhã lá, por que o patrão deu ordem que ele tem que estar quatro horas.

A importância da socialização secundária é poder estabelecer relações com outros indivíduos, perceber um outro mundo fora do núcleo familiar, com a consequência de criar outras capacidades. Na sua ausência, podemos pensar em indivíduos de “capacidades singulares”, cujo estivo de vida é, praticamente, uma réplica do que assimilou no latifúndio, é dizer, seu *habitus* é um “clone” da única estrutura social que viveu.

Contudo, restrito a forma e grau de socialização familiar, certamente que sua capacidade de reflexão sobre a realidade objetiva e orientadora de suas práticas e ações revela-se, ao pesquisador, como insuficiente para incursões transformadoras. Seu agir limita-se às percepções do imediato, às carências vinculadas à reprodução. Assim, a percepção da exploração é sentida pela divisão do produto do trabalho com aquele que controla o acesso à terra e “quando ameaçado pelos abusos do patronato, o camponês procura um patrão melhor, no lugar de culpar o sistema” (FORMAN, 1979; 111). A ameaça do patrão induzindo o camponês a uma busca constante de outros “endereços” faz parte do jogo e funciona como sanção para que sejam mantidas as regras das disputas. Com efeito, o respeito como valor básico da família é a lógica utilizada na correlação de forças para se contrapor ao poder que se exerce e se afirma, como bem assinala Bourdieu (2001a, 163), “sob a forma mais sutil, a da violência simbólica como violência desapercibida”.

A ênfase dada pelos entrevistados à condição de meeiro expõe uma contradição na estrutura do latifúndio, isto é, entre a dominação e a exploração. Esta só se realiza pela dominação. A divisão da produção, a sua materialização e como regra do jogo de interesse do patrão, passa a revelar, ela própria, os conflitos de interesses que permeiam as relações nessa ordem social e a sinalizar mudanças na hierarquia “do

mando e do faço”. Numa perspectiva de tempo é a exploração que no primeiro momento é alvo de limitações e na sequência a ruptura da própria estrutura. Assim, é a estrutura de plausibilidade, categoria usada por Berger & Luckmann, que denuncia a própria artimanha, desencadeando um processo de avaliação, ou melhor, de amadurecimento sobre os condicionamentos sociais e dessa maneira se sentir como escravo. Nesse caso, a contradição implícita na exploração faz nascer a necessidade da liberdade, esta, porém, como propensão à conquista da terra. É nela que desenvolveu seu saber e dela retira o “sustento” seu e da família. Na qualidade de dependente, contudo, prevalece a condição de incapaz, representada pelo respeito como prática que opera ofuscando os interesses que alimentam o latifúndio. Barreira (1992, 24) chama atenção para o fato de que “o pouco espaço de contestação camponesa no sertão é delimitado pelo grau de dependência e pelo medo”.

Isto é assim, possivelmente, não só pela presença de percepções naturais, mas porque a distribuição do conhecimento ainda é mínima, pela precariedade da extensão das interdependências e, principalmente, pela especificidade da plausibilidade que dá sustentação ao latifúndio, criando fortemente um sentimento de inevitabilidade como já expressamos anteriormente. Em tal configuração, o camponês se reconhece como se supõe ser e o proprietário da terra é reconhecido como patrão<sup>41</sup>. Nessas condições, a socialização incorporada não é suficiente para visualizar opções possíveis, como afirma o assentado do Aroeira: **a gente ficava sempre naquela de num ter uma solução**. O autorreconhecimento reafirma, provavelmente, o reflexo do estigma que “curto-circuita” a vontade do sujeito de agir e ser reconhecido como agente.

Para Elias (1993, 207), esse fenômeno é explicado pelo baixo grau de surtos civilizadores produzidos pela extensão das interdependências, o nível da divisão de funções e a estrutura interna das próprias funções, argumentos que afirmam o conceito de socialização bem-sucedida e que significa entender que a identidade representa plenamente a realidade objetiva na qual está inserida. Com efeito, a identidade do camponês constituída segundo as relações de dominação do latifúndio, apresenta-se como passiva, obediente e, como nos referimos antes, de “capacidade singular” porém, perceptiva e avaliativa.

---

<sup>41</sup> - Berger & Luckmann (2000, 216) conceituam socialização bem-sucedida quando há um elevado grau de simetria entre a realidade subjetiva e a objetiva, fenômeno que ocorre em sociedades com uma divisão muito simples do trabalho e mínima distribuição de conhecimento.

Barreira (1992, 77) argumenta que a situação vivida pelos camponeses só é percebida em momentos que precedem os embates. Primeiro, a descoberta do mundo de opressão, injustiça e inexistência de direitos e, no segundo, caracterizado pela busca de saídas, “novas leis”. Pensamos que se pode compreender esse comportamento pelo fato de o respeito haver se transformado em lógica para garantir a sobrevivência, mas que também como valor moral reconhecido pela estrutura de plausibilidade como conduta de confiança. A impressão que fica dos depoimentos é de que aquele que caísse na “desgraça” de algum coronel estaria “condenado” pelos demais em toda a região. Alguém que ousasse transgredir pagaria caro, pois o que deveria prevalecer era o respeito, sinal de submissão. Concordando com Barreira, a ausência de organismos mediadores (sindicatos, Igreja, movimentos sociais entre outros), foi provavelmente, significativo para prevalecer esse panorama político.

Ao falarem de suas adolescência e juventude, a trajetória vivida, tanto pelos assentados do São José II como do Aroeira, teve sempre o mesmo percurso, ou melhor, viveram submetidos ao mesmo esquema de exploração:

(...) na idade de doze anos eu fui trabalhar de alugada, eu trabalhava qui nem homem, só que o homem ganha, mais eu ganhava só a metade; mas mesmo assim, ia eu e meu irmãozinho de oito anos, ..... a gente trabalhava a semana todinha, a gente contava olha, dá 24 conto né, e aí quando era no final de semana a minha mãe ia lá buscar e fazia de compra pra ajudar os pequenos, .. todo serviço eu fazia, quebrava milho, apanhava feijão, apanhava algodão, fazia tudo. (ASSENTADA DO SÃO JOSÉ II, mais de 40 anos, coordenadora da futura fábrica de cajuína).

(...) era, era sempre trabalhando na roça mermo, lutando, desde, de, que eu me entendi no mundo que a vida era essa, lutando, com meus pai, portanto que nem, nem aprendi a lê não, era só trabalhando na roça mermo, sabe. Era trabalhando na roça, era tirando capim pra bicho, era luta, era na luta né. (ASSENTADO DO AROEIRA, mais de 40 anos, analfabeto).

(...) na juventude era necessário ajudar, é, trabalhar mais meu pai, com dez anos, quinze anos, você não tinha direito a lazer, nem a outra coisa parecida que uma criança com essa idade deveria ter, ajudava ou nós ia passar fome, eu e meus irmãos (ASSENTADO DO SÃO JOSÉ II, idade entre 25 e 40 anos, primeiro grau completo, participou do MST).

Com efeito, o latifúndio é um espaço de lutas e distinção que só pode se manter pelo poder simbólico, graças à colaboração dos que lhe são sujeitos porque contribuíram para construí-lo como ele se apresenta. Podemos, então, pensar no estigma como uma necessidade incorporada na estrutura das contradições do espaço latifundiário, gerador do respeito como uma lógica de “ganhos” e do sentimento de liberdade como propensão para conquista da posse da terra, é dizer, a busca do enraizamento. É dessa forma que se pode apreender a identidade campesina, moldada, num ambiente autoritário, basicamente pela família, ela própria produto dessa estrutura. E, nesse sentido, é frágil a base para engendrar lutas transformadoras a partir deles, mesmo porque, como expressa Bourdieu (2001b, 175), as disposições incorporadas nessa ordem social vão ensejar práticas imediatamente ajustadas a essa configuração, como é o caso da prática do respeito ao patrão e, também, porque o latifundiário é caracterizado pela “homogeneidade” das ações, implicando princípios de socialização uniforme, ou seja, os *habitus* aí incorporados são estruturas pouco diferenciadas e, dessa maneira, geradoras de práticas similares. Decerto, trata-se de *habitus* coletivo. Bourdieu chama de

(...) *habitus* espontaneamente orquestrados entre si e ajustados de antemão às situações nas quais funcionam e das quais são o produto (...) tendem a produzir conjuntos de ações que, a despeito de quaisquer intrigas ou acertos voluntários, parecem grosseiramente harmonizados entre si e ajustados aos interesses dos agentes afetados. (BOURDIEU, 2001b.; 177).

Assim, esses camponeses se reconhecem e são reconhecidos pela aproximação de seus estilos de vida, suas percepções e apreciações. Pensamos, ainda, que esse *habitus* espontaneamente orquestrado é o que fundamenta e explica o engajamento desses camponeses nos movimentos sociais pelo direito à terra de trabalho.

Nos termos sublinhados acima e tomando o conceito de *habitus* como “um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas. E, nos dois casos, suas operações exprimem a posição social em que foi construído” (BOURDIEU, 2004b; 158) a compreensão que temos do *habitus* camponês designa uma vinculação entre a estrutura objetiva e o estilo de vida, quer dizer, existe uma correspondência entre a posição ocupada na condição de existência e as características distintivas produzidas pelo *habitus*. Nesse sentido, outra observação é

de que a necessidade de moradia e da terra gera prática adequado à estrutura estruturante, enquanto a percepção da obediência e sentir-se escravo dá sentido à prática e dessa forma explica o comportamento do respeito. Temos, assim, a interiorização, pelo camponês, das condições de existência (a sujeição) e sua exteriorização na condição de incapaz, conservador, tímido. Ocorre, também, em oposição à sujeição, aos constrangimentos do latifúndio a conquista da liberdade, imaginada e vinculada à moradia, à posse da terra e ao trabalho para produzir sua subsistência. Paradoxalmente, se a prática do respeito, como condição para estabelecer relações com o patrão, é instituída, mas, numa relação de sujeição essa ação contrapõe-se à propensão à liberdade. A simultaneidade de uma (respeito) e de outra (liberdade) só se explica e reforça argumentos anteriores, na medida em que, o camponês, na qualidade de subordinado, se vê sem recursos para o embate e pela inexistência de instituições socializadoras secundárias.

O *habitus*, porém, como uma necessidade ajustada ao ambiente social que foi engendrado, capaz de explicar o comportamento do camponês, certamente, trata-se de um agir não ajustado a outras condições de existência, que é a circunstância para sua manifestação. É esse processo que passaremos a discutir nos capítulos que se seguem.

### **2.3 Dilemas do ajustamento da “nova configuração”: rupturas e continuidade**

Não há como compreender a “nova configuração” inscrita no espaço econômico constituído por grupos de interesses, sem considerar de um lado a visão que os camponeses têm desse espaço e por outro lado as influências do Estado e do mercado. Nesse sentido, nos é imposto primeiro analisar as relações internas, quer dizer, agora, livres do patrão, que tipo de configuração os camponeses vão delinear, como se referiu um assentado anteriormente, **dentro da terra a gente faz a liberdade, que espaço quem faz é a gente, como trabalhador o espaço quem faz é o patrão**. Seria preciso saber que liberdade é essa, que espaço é esse; e segundo tornar inteligível as correlações de forças no mercado. Adiantamos que essa discussão será complementada no capítulo três.

Falando a respeito da posse da terra e da liberdade conquistadas, a percepção e apreciação dos assentados são muito aproximadas. Expressam sempre o caráter predominantemente autoritário e explorador do latifúndio e, dessa maneira, reafirma-se esse caráter como norma universalizada adotada para assegurar a reprodução do sistema de dominação.

(...) na verdade ela (a terra) é tudo. Por que, assim, eu sempre pisei, eu digo que pisei em terra alheia. Eu sempre, onde eu ia, aquilo ali tinha um dono. Por mais bonito que fosse a safra, a lavoura, eu não tinha uma alegria comum, assim, uma alegria total. Eu sempre eu via, eu me alegrava por que eu ia ter parte, mas hoje, às vezes, assim, o inverno é mais ruim, mesmo que a lavoura seja fraca, eu sei que aquilo ali vai me ajudar, vai me sustentar, então a minha alegria bem maior, por que hoje eu trabalho unicamente pra mim. Eu não preciso mais hoje alimentar pessoa, uma pessoa, que muitas vezes, não tá preocupada com social, não tá preocupada com sua vida e tá preocupado somente com si e com a sua família. (ASSENTADO DO SÃO JOSÉ II, faixa etária entre 20 e 40 anos, primeiro grau completo ex-presidente da associação Che Guevara, participou de outras ocupações como membro do MST).

O sentimento que expressa é de estar livre do patrão, da exploração a que estava submetido como meeiro, do sonho realizado de ter o controle da terra, da produção como produto do seu trabalho. Com efeito, a conquista da terra significa a liberdade realizada, ela que foi construída em contraposição à sujeição, à divisão do produto do trabalho.

Hoje aqui, eu trabalho aqui, certo que eu trabalho com recurso do governo, mas eu trabalho considerando, trabalhando dentro do que é meu né, trabalho no que é meu. Se eu tivesse sentindo qualquer dozinha de cabeça eu num vou pro meu trabalho, eu num saio perdendo nada com isso né. Aí eu acho que, eu acho que a minha liberdade aqui é melhor, de todo jeito eu acho melhor. (ASSENTADO DO AROEIRA, mais de 40 anos, ex-pedreiro, alfabetizado).

Mesmo dependendo dos recursos do governo, mas é a liberdade que se destaca como importância, quando menciona trabalhar no que é seu.

(.....) a gente não tinha terra pra plantar né, não tinha nada, então hoje a gente tem a terra pra plantar, ... a terra é quem dá a vida, dá o pão de cada dia, pra cada um de nós, a gente pode plantar pra gente mesmo, pode

plantar um cajueiro ou um milho, um feijão, mandioca, o que for, o que for necessário, o que for preciso. Então, a experiência é bom por que você é livre. É livre não depende de ninguém, depende só de você mesmo e de Deus, que, dependendo do inverno, por que antigamente é, só existia patrão, é, antigamente existia muito é, *escravidão* e hoje em dia o que tem mais de melhor é a liberdade. (ASSENTADO DO SÃO JOSÉ II, faixa etária entre 20 e 40 anos primeiro grau incompleto).

À visão do presente é claramente colada a uma recorrência ao passado. O espaço físico se lhes apresenta como um mundo à parte, livre, onde sua “ambição” se realiza nesses limites. O lugar da morada e o domínio da terra para plantar o sustento seu e de sua família, sonhos que, hoje, se realizam, parece manifestar o “fim de uma busca”<sup>42</sup> para eles e para seus filhos – 85% dos entrevistados não querem que seus filhos sejam agricultores - vivem essa ambiguidade (esta categoria será trabalhada no capítulo 4) de identificar-se com o que aprenderam a fazer, contudo, a negam: **vivo da agricultura porque não tenho outra opção, não tenho estudo**. Fala recorrente de vários assentados dos dois projetos. Entendemos ser a revelação dos constrangimentos vividos no latifúndio. Essas estruturas mentais são em essência produto da interiorização das estruturas do mundo social. Certamente, é a explicitação do estigma cognitivo.

A mudança estrutural, ou seja, a desarticulação do latifúndio implicando a liberação dos que aí estavam inscritos e a consequente apropriação do domínio da terra por eles, não é percebida senão como a liberdade conquistada. A terra tem exatamente esse significado, assegurar a liberdade e não como um meio para se inserir numa sociedade regida pelo lucro<sup>43</sup>. A mudança percebida é viver **uma vida sossegada, sem ser oprimido ou aqui trabalhando na terra pra gente, ter morada certa é uma melhora pra família da gente, pra vida da gente**. Essa é a perspectiva. Provavelmente, o limite de suas aspirações, dado pelo processo de sua socialização.

Dispor livremente da terra para produzir significa mudança de posição no espaço social, mas também agora, numa relação direta com o mercado que contrasta com a vida no latifúndio em que o patrão era a única referência, ou seja, a cadeia de relações sociais amplia-se, numa complexidade de interesses explícitos e/ou implícitos;

---

<sup>42</sup> - Veremos adiante que essa percepção não é generalizada, sendo mais heterogênea no São José II do que no Aroeira.

<sup>43</sup> - A produção regida pelo lucro tem como principal atributo contratar assalariado, pagando-lhe salário. No caso da agricultura familiar, a terra é, prioritariamente, trabalhada por seus membros sob a orientação do chefe da família.

contudo, no geral, reproduz os conhecimentos incorporados no latifúndio, ou de outra maneira, os princípios sociais de suas experiências. O sistema de consórcio entre culturas alimentares (milho com feijão ou mandioca com feijão), os vocabulários usados na comunicação entre eles e a timidez nas conversas com “estranhos”, além de predominar, visivelmente, o sentimento de inferioridade, a manifestação concreta do estigma, ideologicamente produzido no contexto do latifúndio, como dito acima, através da privação do conhecimento pela ausência do Estado. Agora na condição de livre da mediação do patrão e tendo o domínio da terra, mas, vivem ainda o reflexo da situação passada:

(...) nós não tem letra (estudo) e de qualquer maneira (é) a (letra) da enxada, eu nem sei fazer meu nome, *mas eu arrumei aqui dentro um jeito de eu falar mais de quem sabe lê, porque primeiro de tudo eu tenho respeito*, agora se eu fosse uma pessoa inteligente assim, que tivesse letra (estudo), eu podia ta na agricultura, agora outra coisa eu tinha. (ASSENTADO DO SÃO JOSÉ II, faixa etária mais de 40 anos, antigo morador, analfabeto).

Há toda uma revelação das suas limitações, uma autoclassificação, como sublinhado anteriormente; a imagem que fazem de si é de “incapaz”, contudo, a implicação do *modus vivendi* forjou a prática do *respeito* tomado como mediador de suas relações sociais:

(....) nós num tem poder de conseguir tudo que nós quer, porque num tem capacidade, nós num pode não .... (ASSENTADO DO AROEIRA com mais de 40 anos, analfabeto, sobre a associação negociar projetos de seus interesses,).

A relação assentado – sociedade, expressa pela classificação degradante, sugere um reflexo da organização latifundiária quando da sua hegemonia em que predominava o pensamento do coronel, ou seja, de maneira geral, reproduzem as relações de sujeição as que estavam submetidos. Assim, a imagem que se tem desses camponeses é aquela produzida pela classe dominante:

(...) a gente é discriminado, onde a gente chega, sente os cochixinho, outros dizem assim, sem-terra, aquilo é uns ladrão (ASSENTADA DO SÃO JOSÉ II, faixa etária mais de 40 anos, alfabetizada).

É também, no entanto, a imagem que eles assimilam e reproduzem, como se expressou acima o antigo morador do projeto São José II. Não ter estudo é não ter capacidade para trabalhar outra atividade que não seja agricultura.

A dificuldade é assim, do dinheiro né, que você não tem condições de, hoje as carístia é tudo, hoje tudo é caro né, pra você fazer. Você pega num dinheiro pra você pagá uma diária, uma, faz serviço, se você for pagar, o dinheiro todo é pouco né. Aí você tem que fazer com suas posse. Por isso que a pessoa não pode fazer muita coisa por isso, por que, por causa das dificuldade aí. (ASSENTADO DO AROEIRA, analfabeto, mais de 40 anos)

Certamente que a percepção é correta, porém, se situa no imediato do ambiente, revelando, assim, os limites de suas apreciações, também, mostra-se à margem das lutas simbólicas pela conservação desse *status quo* e, que possivelmente, com maiores consequências para o assentamento.

Dessa maneira, vive a “nova configuração”, a reprodução das atitudes passadas e, dessa forma, uma contradição com o espaço econômico, uma vez que a terra como meio de produção numa economia capitalista está voltada para o mercado, implicando relações sociais correspondentes às suas especificidades.

O que existe é a experiência do camponês, como sistema de disposições para a prática que não corresponde à posição ocupada, ou seja, às relações sociais aí vigente. Bourdieu (2001b, 197) assinala que “os que eram justamente os mais bem adaptados ao estado anterior do jogo têm dificuldade de se ajustar à nova ordem estabelecida: suas disposições tornam-se disfuncionais e os esforços despendidos para perpetuá-las acabam contribuindo para enfuná-los mais profundamente no fracasso”.

Certamente, é a incorporação de conhecimentos da realidade objetiva na qualidade de meeiros que pesa, ou melhor, os argumentos do autor nos levam a compreender a relação entre a subjetividade dos camponeses assentados e os condicionamentos do ambiente que estão inseridos.

Esse descompasso, provavelmente, como *efeito de trava* que segundo Elias (1994, 172) trata-se de um *habitus* de natureza peculiar. Ele,

(...) ao estudar os processos de desenvolvimento social, defrontamo-nos repetidamente com uma constelação em que a dinâmica dos processos sociais não planejados tende a ultrapassar determinado estágio em direção a outro, que pode ser superior ou inferior, enquanto as pessoas afetadas por essa mudança se agarram ao estágio anterior em sua estrutura de personalidade, em *habitus* social.

Outro autor que comunga com esse pensamento é Schumpeter, quando afirma:

(...) não apenas é objetivamente mais difícil fazer algo novo do que fazer o que é conhecido e testado pela experiência, mas o indivíduo se sente relutante em fazê-lo e assim, seria mesmo que as dificuldades objetivas não existissem. O pensamento volta repetidamente à trilha habitual, mesmo que tenha se tornado inadequada e mesmo que a inovação mais adequada em si mesma não apresente nenhuma dificuldade particular (1997; 92/3).

A relutância do indivíduo em adotar práticas da realidade objetiva que lhe são desconhecidas reflete o paradoxo entre as condições de existência dessa outra realidade e o estilo de vida resultante da contraditória construção do *habitus* camponês, ou melhor, pela força do *habitus* tornando, praticamente automático a ação do indivíduo.

Eis a razão para agirem como agem menos em sintonia com o espaço econômico do que com as preferências que lhe são próprias, não pela resistência às regras dessa ordem social e mais porque não é ele sujeito absoluto de suas práticas, ações que, por serem produtos da relação entre o *habitus* e o latifundiário, não estão fundadas nos princípios do jogo do mundo capitalista e, por ser assim, dependente dessas disposições, seu estilo de vida se manifesta em todas as dimensões da realidade concreta.

Temos na tabela 1 a posição dos assentados sobre a dependência da comunidade em relação ao futuro, no sentido de melhorarem suas condições sociais.

Tabela 1 - a relação de dependência da comunidade em relação ao futuro. ( % ).

Instituições	São José II	Aroeira
Mercado	zero	zero
Comunidade	6,25	12,50
Estado	25,00	37,50
Mercado e Comunidade	zero	zero
Estado e Mercado	zero	zero
Estado e Comunidade	31,25	37,50
Estado/Mercado/Comunidade	37,50	12,50

Fonte: pesquisa de campo.

As relações de dependência (zero) podem estar expressando uma percepção de que a ação dessas instituições tomadas isoladamente é insuficiente para melhorar as condições de vida deles. Os dados referentes a depender só da comunidade podem ser interpretados, à primeira vista, como fracas as relações de interconhecimento, contudo, não interpretamos assim. Quando 12,50% do Aroeira pensam depender deles próprios para melhorar de vida, parece que estão revelando um pensamento conservador e que, mesmo sendo uma minoria, sustentamos ter forte influência nas decisões da comunidade. Nesse caso, pode-se argumentar que no imaginário desses predomina a utopia da autonomia. No São José II (6,50%), essa atitude comportamental é muito baixa, o que é compatível com os avanços verificados nesse assentamento. Em relação ao Estado, essa interação é mais acentuada, sendo que 37,50% dos que vivem no Aroeira responderam depender de projetos do governo, o que é confirmado em seus depoimentos, como veremos logo a seguir. De qualquer maneira, o Estado é percebido por um e por outro projeto como importante em suas expectativas. Devem ser considerados os recursos oficiais alocados nesses projetos, para estradas, programas de saúde, para transporte escolar, o acesso ao crédito bancário e que, obviamente, não passam despercebidos por eles.

Os dados para Estado e Comunidade (31,50% e 37,50%, São José II e Aroeira, respectivamente) refletem duas perspectivas: a primeira é de que o Estado deve ter o dever moral de ajudá-los e a segunda a comunidade só será beneficiada se seu conjunto comungar dos mesmos propósitos.

Indagados sobre o que é importante para viver bem, a resposta deles deixa entender que o Estado tem a obrigação de oferecer as condições necessárias para esse fim.

Ter uma boa renda mensal e que isso depende de bons projetos do governo, ..., quando vamos vender nossos produtos não tem valor, só sai perdendo. (ASSENTADO DO AROEIRA, mais de 40 anos, alfabetizado).

... o governo melhorar nossa estrutura, ter projetos para aumentar a criação, um bom inverno, os filhos estudarem e conseguir um bom emprego e me ajudar ou se quiserem ficar aqui também é bom. (ASSENTADO DO AROEIRA, faixa etária mais de 40 anos, analfabeto).

Educação pra os filhos, organizar-se através de cooperativa, ter trator,...daqui alguns anos vai melhorar muito se o governo continuar incentivando o agricultor familiar, a renda vai aumentar, a qualidade de nossa produção também vai melhorar, antes a preocupação do Estado era só com o grande. (ASSENTADO DO SÃO JOSÉ II, faixa etária entre 20 e 40 anos, primeiro grau completo, foi membro do MST).

Essa posição em relação ao Estado, reconhecida como dotado de poder para ajudá-los, mas colocado no condicional, reflete uma visão crítica, contudo não consequente para pressionar em favor de suas demandas. Entendemos esse agir movido por seu condicionamento, ou seja, o enraizamento da pobreza<sup>44</sup> não os qualifica a elaboração de percepções mais ambiciosas, ao contrário, ela é geradora de desconfiança. Decorre daí que as alianças com os mediadores para desconstrução de uma relação de forças dominantes e que contava a convivência do próprio governo, tinha um propósito determinado, não sendo suficiente para o descolamento de suas condições existenciais. A impressão que as declarações deixam, é que, na visão deles existe dois mundos, o deles e o dos grandes e se reconhecem sem força política para superar as condições de existência que vivem.

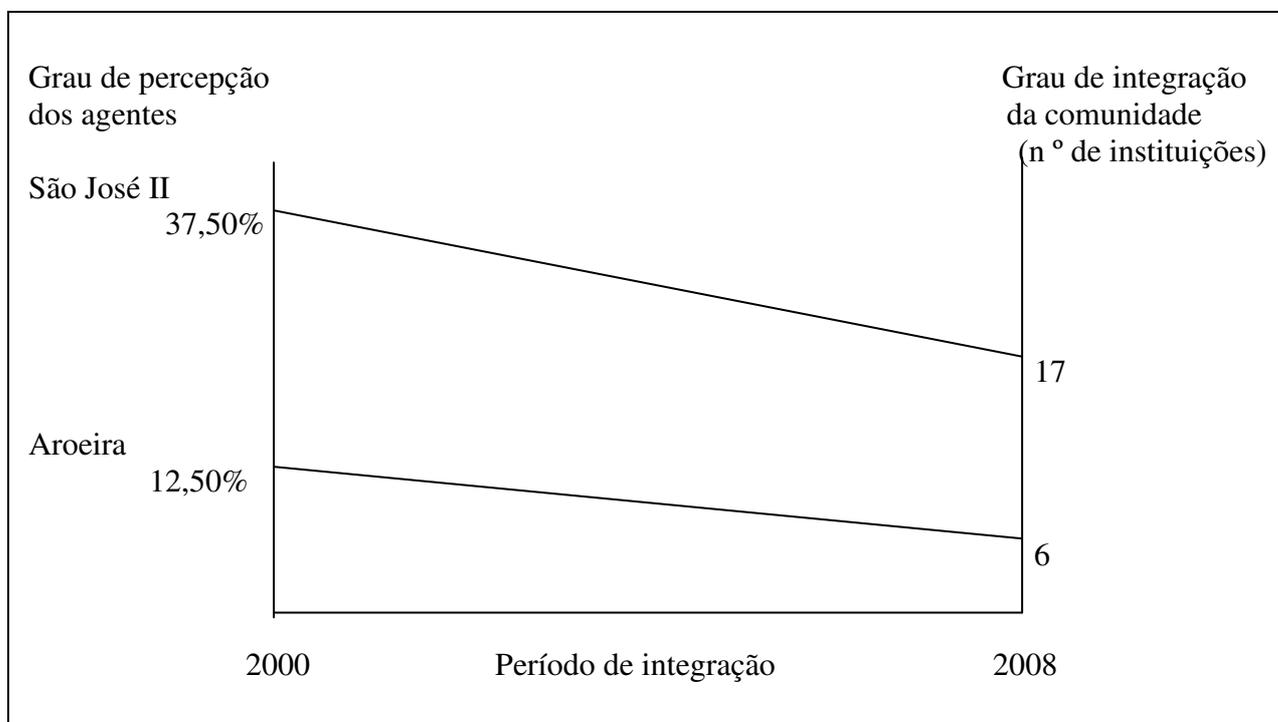
A figura 2 a seguir, refere-se a integração da comunidade à sociedade. Esses dados mostram a percepção que os camponeses têm de sua dependência em relação às

---

<sup>44</sup> -Pobreza aqui tem o significado de ser analfabeto ou apenas alfabetizado, não dispor de informações e/ou conhecimentos que o ajudem na compreensão de seus problemas e, ainda, não dispor de bens materiais e recursos financeiros próprio.

instituições relacionadas, enquanto o número de instituições articuladas com a comunidade representa o grau de sua integração social.

Nesse sentido, quando olhamos para o item Estado/Mercado/Comunidade, o São José II, com avaliação de 37,50%, parece revelar o mercado como uma dimensão



**Figura 2** - Integração comunitária à sociedade

importante em termos de futuro, embora isoladamente não tenha significado. É possível pensar tal situação, relacionando-a com as múltiplas atividades geradoras de rendas que lá são desenvolvidas. Já para o Aroeira, ela é apenas 12,50%. Dessa forma, podemos afirmar que no São José II o grau de integração com a sociedade é mais expressivo, enquanto no outro projeto é muito baixo. No geral, o mercado é visto com reservas, sendo que os assentados do Aroeira se mostram mais reticentes.

A dificuldade para estabelecer relações sociais com o espaço econômico limita a expansão das interações. Nesse caso, é possível pensarmos uma configuração (Aroeira) construída sobre uma base de pensamento conservador. É um comunitário, praticamente, voltado para si. De forma geral, as disposições corroboram tal perfil, também não podemos afastar o poder de influência que alguns lideranças têm sobre os demais, inclusive isto já ficou evidenciado nos depoimentos dados pela representante do MST e do próprio presidente.

Nos depoimentos de assentados que não responderam ao questionário, o mercado é visto, também, com reservas:

(...) na época de vender os nossos produtos não tem valor e quando vai comprar o preço tá lá em cima. (ASSENTADO DO AROEIRA, faixa etária entre 20 e 40 anos, alfabetizado).

Ninguém ganha com a venda, ninguém sabe direito como é, quando a gente vai vender os empresários não valorizam o que a gente produz e quando vai comprar ninguém pode pagar o preço que eles cobram, o pessoal do campo não é valorizado. (ASSENTADO DO AROEIRA, mais de 40 anos, analfabeto).

Com efeito, pode se argumentar que a experiência vivida o faz explicitar essa crítica sobre o mercado. Assim, é necessário discutir a sua face “oculta” que é parte do mesmo jogo.

O entendimento de Bourdieu (2005b; 40) sobre esse espaço econômico é que se trata de uma construção social, o que ocorre por meio de relações de concorrência entre os capitais para controlar uma parte desse espaço que lhe garanta a realização da produção. É a instância, onde as empresas definidas pelo volume e a estrutura do capital específico que possuem determinam a estrutura do campo (BOURDIEU, 2005b; 24). Sendo assim, a dimensão sob o domínio de uma empresa é tanto maior quanto maior for seu capital. Bourdieu (2005b; 25) focaliza, ainda, os capitais cultural, tecnológico, jurídico, organizacional, comercial e simbólico como fatores diferenciais de sucesso (ou fracasso) que podem garantir vantagens na concorrência.

Para distribuir os agentes das duas configurações no espaço que lhe é específico precisaríamos realizar um censo econômico municipal para distribuir-los conforme o volume e a estrutura de seus capitais, o que não é objeto deste trabalho.

A formação educacional nos dois assentamentos pode ser avaliado pelos dados da tabela 2.

**Tabela 2:** Formação educacional ( % )

Grau de instrução	Che Guevara	Vitória
Analfabeto	25,0	37,5
Alfabetizado	18,75	37,5
Primeiro grau	43,75	12,5
Segundo grau	12,5	12,5

Fonte: pesquisa de campo.

Observa-se elevado percentual de pessoas com baixo grau de escolaridade, 47,75% no São José II, considerando analfabeto mais alfabetizado. No Aroeira esses valores somam 65%, percentual significativamente elevado. Isto pode esclarecer a constante recorrência à incapacidade e daí às dificuldades que eles e, principalmente o segundo assentamento, têm de estabelecer parcerias.

Na tabela 3 está relacionado o capital econômico das duas associações.

**Tabela 3:** Capital Econômico

Patrimônio	São José II	Aroeira
Bovinos (cab.)	coletivos	85
	individuais	25
Ovinos (cab.)	coletivos	50
	individuais	30
Pomar cajueiro (individuais)	Gigante	110 pés
	Anão	2 ha
Minifábrica de castanha	1	—
Fábrica de ração (coletiva)*	1	—
Fábrica de cajuína (coletiva)*	1	—
Piscicultura em gaiola (coletivo)	110	—
Apicultura (coletivo)	140 cx.	—
Açudes (coletivos)	5	4

Fonte: pesquisa de campo.

\*Em fase de construção.

O capital tecnológico, em termos de tecnologia utilizada no processo produtivo, está disponível em proporção maior no São José II, se considerar as minifábricas, a apicultura e o pomar de cajueiro anão<sup>45</sup>. Como já ficou dito, todavia, a base tecnológica dos dois assentamentos, em termos de agropecuária, são muito semelhantes e portadora de elementos conservadores:

(...) eles, esses mais antigos aqui, os mais antigo, ainda praticam a agricultura que aprenderam com seus avós, (...), é, é, o consórcio, muitas vezes eles não querem aderir o plantio com matraca, que é uma máquina de plantio rápido eles muitas vezes não querem aderir, eles acham que aquela, a cova, fazer uma cova na enxada, ainda é melhor. Mas isso vem sendo, assim, transformado de uma maneira é, de uma maneira bem natural, não tem sido, não tem sido nada imposto, a gente vem fazendo comparações e por isso a gente vem trabalhando os dois grupos. Um grupo, ele sempre interage com outro. a gente sempre pede informações, tenta melhorar, faz comparações das culturas! (ASSENTADO DO SÃO JOSÉ II, faixa etária entre 25 e 40 anos).

Referente a pecuária bovina, na associação Vitória eles utilizam capineira para alimentação do gado, vacinas e tratamentos à base de recursos naturais:

(...) existe alguns tratos, existe alguns tratos é, como, na questão de anti-inflamatório né, de sarar, a gente ainda usa algumas, remédios medicinais ainda de, de mata né. Como a aroeira e cuidado com o gado! No caso de alguns animais que tem uma ferida, então você usa ali uma, uma água de aroeira pra cicatrizar, como cicatrizante. Muitas vez cê até bota pro animal ingerir, se for alguma coisa interna, a maioria usa medicamentos mas tem vacinação periódica, tudo isso eles têm aderido normalmente sabendo que é uma necessidade. Quanto a pastagem é toda ela de capim natural. (ASSENTADO DO SÃO JOSÉ II, faixa etária entre 20 e 40 anos).

A tecnologia desempenha papel relevante nas transformações das relações de força no espaço, contudo, ela só é eficiente se associado a outras espécies de capital.

O organizacional inclui a informação e conhecimento sobre o espaço onde se estabelece suas relações sociais. Ilustra essa dimensão a forma como eles organizam suas interações com o mercado. A comercialização, particularmente no Aroeira, eles

---

<sup>45</sup> - Cajueiro anão, planta com altura média de 3 metros e copa com diâmetro médio de 5 m. Outra característica é que ele inicia a produção já no terceiro ano e atinge a produção comercial no sexto ano.

têm maior relação de negócios (venda de animais: ovino e bovino) com atravessadores<sup>46</sup>, porém, o preço recebido pela venda de seus produtos não satisfaz os seus anseios, conforme relato mais adiante. A tabela 3 nos mostra ser baixo o volume de capital econômico de posse dos dois assentamentos, sendo menor o do Aroeira, e o que nos parece mais sério é que ele dispõe de uma só fonte de renda, a pecuária. No caso do São José II, são várias, venda de amêndoas, pecuária, apicultura e a perspectiva para o ano de 2008 de comercializar ração e cajuína, inclusive com geração de emprego na própria comunidade. A produção da amêndoa é entregue à Central de Cooperativas, que faz a comercialização que pode ser no mercado interno ou exportada. A produção de mel é vendida a uma cooperativa com sede na cidade de Ocara e vende a produção para Fortaleza. A produção de peixe está desativada em razão do baixo volume de água do açude. Vale registrar que cerca de dez assentados desse projeto firmaram convênios com várias prefeituras para construção de cisternas em seus municípios. Nessa há uma preocupação com os negócios, conforme depoimento a seguir:

(...) eu acho assim, que nós tamo com nove anos e nós tamo aprendendo ainda. Com nove anos nós vamos, vamos aprendendo, acho que daqui a cinco anos qu'eu, qu'eu penso assim, melhoria é nós começarmos aprender é, a, a, gestão, gestão de algumas, algumas coisas que nós temos ou que venha a ter. Acho que se nós aprendermos, principalmente como gerir um negócio, como melhorar, como desenvolver uma função, uma atividade, eu acho que daqui a cinco anos a gente pode tá bem melhor estruturado, vamo tá com uma fonte de renda, vamos tá, é, algum, muitas coisa eu penso ainda que nós vamo melhorar, acho que em nove anos nós já temo aprendido muitas coisa e em catorze né, com mais cinco, acho que já dá pra gente tá desenvolvendo algumas funções de melhoria. (ASSENTADO DO SÃO JOSÉ II, faixa etária entre 20 e 40 anos, gerente da minifábrica).

É no mercado que se dão as disputas intercapitalistas para assegurar a maior taxa possível de lucro. Com efeito, tal objetivo, nesse espaço de possibilidades para todas as empresas, depende da posição ocupada por ela segundo a distribuição do capital no campo econômico sob todas as formas (BOURDIEU, 2005b; 35). Certamente, as empresas de menor volume de capital apresentam-se em desvantagem competitiva, porém, no caso da cooperativa Che Guevara a rede de relações de que

---

<sup>46</sup> - Atravessador é aquele agente econômico que compra a produção do camponês pagando pelo seu produto um preço sempre (muito) inferior ao praticado no mercado.

participa funciona como proteção da renda ali gerada o que não acontece com a associação Vitória.

Como sublinhado nas páginas precedentes, a identidade desses camponeses, moldada nos limites do latifúndio, referência que foi por muito tempo para sua socialização, caracteriza-se por um pensar e agir divorciado do mercado, ainda que alguns aspectos da vida humana sejam suscitados por ele a incorporar seus produtos/princípios. Nesse caso, são consumidores de eletrodomésticos, adotam algumas tecnologias, tanto pecuária como agrícolas e a introdução de processos agroindustriais, como nos casos das minifábricas de castanha, de ração e cajuína.

Dois pontos afloram. A restrição ao mercado: **nossos produtos não têm valor, quando vamos vender o preço não compensa** (depoimentos de vários assentados dos dois projetos). Expressam dúvidas e desconfiança que reforçam a atitude assumida de se reconhecerem desprovidos de “poder político” para o jogo econômico, uma ausência que está em função da trajetória percorrida. Como veremos mais adiante, a diversidade das experiências vividas por eles, principalmente pelos de idade entre 25 e 40 anos (estes, particularmente do São José II), proporcionou-lhes uma visão diferenciada daqueles de idade superior. O segundo ponto é a naturalização do processo produtivo. Recorrem sempre à condição de um bom período chuvoso, conforme a vontade de Deus, que garanta uma boa safra.

A produção econômica só funciona na medida em que produz em primeiro lugar a crença no valor de seus produtos e também a crença no valor da atividade de produção. (BOURDIEU, 2004b; 128).

A agricultura se apresenta como uma espécie de refúgio por não se ajustarem a outras atividades, ou seja, ela não é vista como um negócio e, por essa razão, renuncia-se a investir na sua valorização e/ou na agregação de valor. Podemos, assim, compreender o que falamos anteriormente sobre a insatisfação com a agricultura, ao ponto de orientar seus filhos para outras atividades. Não há dúvida quanto a se identificarem com a agricultura, com a comunidade, como afirmam eles: **o campo é mais assim, mais livre, mais liberdade. Tem as coisa mais difícil, mas, mas o campo é mais melhor ainda mesmo porque a terra é nossa liberdade.** Trata-se

concretamente do enraizamento historicamente perseguido e que agora é possível pela posse da terra. Não deixem de reconhecer que:

(...) agricultura, acho que, todo mundo sabe que, nem todos os anos é bom pra dá legume, pra quebrar castanha, que é o que nós tem, nem todo ano dá muito e no ano que não dá, a gente sente muita dificuldade, que a gente não tem emprego, o Sr. já pensou é, se você, se a gente não tem emprego e nem a safra que a gente faz dá, produz aí você passar até chegar outra, outra safra, aí a gente, a gente não é fácil também não. (ASSENTADO DO SÃO JOSÉ II, mais de 40 anos, alfabetizado).

Assim, também compreendemos a “resistência” à adoção às inovações tecnológicas, pelo risco que representam para agricultura as variações climáticas. Essa atitude expressa uma divergência da concepção schumpeteriana de empresário, pois nos argumentos desse autor, já citado, somos levado a entendê-lo livre de certas “amarras”, pois, dessa maneira, tem liberdade e intuição para fazer coisas novas, mesmo que elas já venham sendo feitas, mas fazer de uma nova forma (SCHUMPETER, 1978; 32). As experiências dos camponeses com a adversidade natural os tornam cautelosos e sem perspectivas de buscar saídas, repetindo o que já falamos - estão sitiados pelos ciclos naturais. A vida comunitária significa fortalecer a vida em comum, fato que se explica pela unanimidade de que a terra representa a liberdade e como o grupo tem as mesmas origens, comunidade e posse da terra têm o mesmo significado, existe entre elas uma vinculação, expressa pela possibilidade de enraizamento e liberdade. Elias (2000, 39) chama atenção quando acentua que a opinião do grupo exerce forte influência sobre os sentimentos e a conduta de seus membros, funcionando como força reguladora.

Diante de tais argumentos, somos levado a pensar que as visões desses grupos de assentados, ao pensar, no condicional, que o Estado pode ajudá-los, as adversidades naturais como fatores limitantes, ver o mercado com desconfiança, a divisão da produção como meio de exploração realizada pelo patrão, trata-se de reflexões sensitivas, reduzidas ao imediato do local. É um olhar sobre a realidade objetiva de forma fragmentada que por isso o agir está voltado para o “aqui e agora”.

Assim, privilegiar a comunidade como instituição de muita importância na vida deles é pensar que tal configuração, como coletividade, é carregada de afinidades e por essa razão, garante o futuro, obriga que o Estado assuma compromissos.

Com efeito, não afirmamos serem essas novas configurações constituídas, nesses termos, por um pensar homogêneo, embora ligado a um passado tradicional.

Constatamos no universo pesquisado o velho e o novo, formas de pensar naturalizadas, bem como aquelas outras incutidas por informações elaboradas em universos diferenciados nos atos refletir, de agir, nas atitudes e, fundamentalmente, na forma de se inserir. É uma diversidade de visões presentes que se destacam pela amplitude e pela qualidade que incorporaram em suas trajetórias, ou melhor, experiências apropriadas de processos interativos de socialização que possibilitaram outros conhecimentos, como é possível deduzir da fala de um assentado do São José II sobre sua opção pela agricultura:

(...) é, na verdade, assim, eu não escolhi a agricultura, eu já nasci dentro da agricultura. E aí eu tinha uma visão totalmente errada de agricultura, devido, assim, ter muita discriminação, que agricultor não vai pra frente, que agricultor **puxa cobra pro's pés**, que agricultor não consegue as coisas, então aquilo ali muitas vezes me desmotivava, mas quando eu comecei a trabalhar numa maneira mais coletiva de ver a opinião de outras pessoas, de começar a entender que agricultura não era aquele bicho papão, então foi aí que comecei a mudar meu ponto de vista, e hoje eu hoje tô aqui como agricultor por opção. Hoje se você me der outra, assim, se você me pedir pra ser, pra ter outras é, atividade, eu com certeza não vou aceitar, por que eu sei que hoje agricultor é mais que **arrastar cobra pro's pés**. Eu sei que agricultor é trabalhar a terra da maneira correta, eu sei que hoje agricultor é você se organizar pra trabalhar um grupo que produza bem, que produza com qualidade e com qualidade e com quantidade. (GERENTE DA MINIFÁBRICA, faixa etária entre 20 e 40 anos).

Sobre o que significa **arrastar cobra pro's pés** diz o mesmo assentado:

(...) ah, isso é uma expressão assim, comum né, principalmente as pessoas que moram ou que pretendem é, sair pra uma outra atividade. Mas eu acho que não, acho que pra muita gente ou pra maioria, principalmente o Nordeste, é um meio de vida. Por que puxar cobra pr'os pés é trabalhar de enxada. Então acho que assim, por... é uma expressão campesina, acho que até errada, por que tanta gente sobrevive, dessa, dessa função de agricultura e as pessoas ainda usam esse termo. (ASSENTADO DO SÃO JOSÉ II, gerente da minifábrica faixa etária entre 20 e 40 anos).

Afirmar a opção pela agricultura porque nasceu dentro dela como se ela fosse parte dele é seguramente a identificação com seu estatuto de camponês e assim ter assimilado seus princípios. A reflexão explicitada sobre seus esquemas de percepção e romper com uma determinada forma de agir, sem, todavia, negar suas origens,

certamente, que tal transformação ocorre na medida em que o indivíduo participa de experiências que até então para ele eram desconhecidas, ou seja, que tenha vivido uma trajetória heterogênea. Também é preciso acrescentar, como produto da inscrição de sua comunidade na globalização da sociedade atual, como chama atenção Giddens (1991, 27), “o que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena: a ‘forma visível’ do local oculta as relações distantes que determinam sua natureza”. Ilustra esse argumento a introdução da minifábrica de castanha gerando emprego e renda para mulheres que deixam de realizar atividades na agricultura e mesmo no lar como “donas de casa”. É uma tecnologia gerada num outro contexto de relações sociais.

Certamente, trabalhar a agricultura para produzir com qualidade e em quantidade não traduz uma visão camponesa. Chayanov (1981, 138) chama atenção para o resultado do trabalho camponês, uma vez que

(...) a quantidade do produto do trabalho é determinada principalmente pelo tamanho e a composição da família trabalhadora, o número de seus membros capazes de trabalhar, e, além disso, pela produtividade da unidade de trabalho e (...) pelo grau de esforço do trabalho, o grau de auto-exploração através do qual os membros trabalhadores realizam certa quantidade de unidades de trabalho durante o ano.

Afastar-se desse princípio é o que está claro na fala do assentado acima. Implica ter interiorizado outros conhecimentos que agora as circunstâncias possibilitam que sejam exteriorizados, na construção desta nova configuração, assentamento São José II.

## **2.4 Mudanças sociais e a construção da sociabilidade do camponês**

As dificuldades de integração dos centros urbanos com o rural, nos anos 50 do século XX, dado a precariedade da infraestrutura que ligava esses dois espaços físicos, tornavam difícil o acesso dos indivíduos às interações sociais, a outros conhecimentos e à formação intelectual. As famílias das classes abastadas tinham maior acesso às instituições socializadoras, pois, normalmente residiam nos centros urbanos,

onde se concentrava o ensino formal. Desse ponto de vista, é que se pode pensar os latifúndios como “ilhas” em que a vida girava ao redor de um poder local; a força dele como indutor da dinâmica dessas realidades objetivas e, ainda, monopolizadora das decisões, o que não quer dizer que as pressões externas não atuassem, mas submetidas a filtragem, resultando num grau de influência insuficiente para abalar a organização da estrutura. Tinha-se um estilo de vida com poucas opções e decisões orientadas por princípios definidos no local. É nesses termos que se pode nominar de configuração tradicional, isto é, de relações sociais conservadoras. A omissão do Estado da sua missão institucional de caráter público ensejava que o latifúndio fosse, ele próprio, guardião dos princípios que governavam aquele universo.

Estruturada por tais condicionamentos, decerto, contrasta com a modernidade, em que as sociedades contemporâneas estão conectadas por fluxos de informação. Para elas, nas palavras de Castells (1999; 497), as “redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades”. Observa-se uma modificação de forma substancial na operação e nos resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. (CASTELLS, 1999; 497).

Como observa outro autor; contudo,

(...) na ordem pos-tradicional, mesmo na mais modernizada das sociedades atuais, as tradições não desaparecem totalmente; na verdade, em alguns aspectos, e em alguns contextos, elas florescem. (GIDDENS, 1997. 123).

A globalização das relações sociais e o que afirma Giddens (1997; 124), que “os hábitos são regularmente infundidos por informações extraídas de sistemas abstratos”<sup>47</sup>. São, pois, o reverso dessas relações conservadoras, ou melhor, são universos sociais que funcionam minando os fundamentos dessas estruturas.

A sociedade atual, nos termos ora expressos, adiciona novas instâncias de construção partilhada da subjetividade dos indivíduos. Quer significar que, numa sociedade em rede, em que o global e o local se articulam, o indivíduo recebe influências de universos com outros valores, sejam eles próximos ou distantes (GIDDENS, 2002, 27), porém, é importante estar atento para o fato de que

---

<sup>47</sup> - Para Giddens (1991; 30/4/5 e 84), sistemas abstratos são mecanismos de desençaixe, que ele chama de compromisso sem rosto. Um desses mecanismos é o dinheiro, o outro é o sistema especializado e ambos estão condicionados pelas relações de confiança.

(...) essa circulação e a intensidade de penetração de novas formas de pensar e agir, em outras palavras, a circularidade de novas maneiras de conceber e interpretar o mundo, serão sempre apropriadas e experimentadas de forma particular e singular, pois estão continuamente sujeitas aos condicionamentos sociais e às trajetórias individuais ou de grupos. (SETTON, 2005; 347).

Chama atenção o condicionamento a que está sujeito o camponês, pela posição social que ocupa para assimilar um saber elaborado em espaços distintos do seu e que afetam o seu dia-a-dia.

É nesse contexto que a sociedade brasileira, em particular o rural, começa a se definir por outra arquitetura, a partir dos anos 70 do século XX.

As mudanças sofridas pela sociedade brasileira, nas últimas décadas, não se limitaram à sua economia, e nem as mudanças na sua economia se limitaram ao campo, e nem as mudanças sofridas pelo campo se limitaram à agricultura, e nem as mudanças na agricultura foram apenas econômicas, e nem as mudanças econômicas no setor agrícola se restringiram à modernização tecnológica ou à integração ao mercado ou ao complexo agroindustrial e, finalmente, nem as mudanças sofridas pelo setor agrícola para além da modernização se limitaram aos seus *efeitos perversos*. (PALMEIRA & LEITE, 1997; 23).

Com a modernização da agropecuária brasileira, o rural passa por uma profunda transformação e deslocamento de seus elementos. São forjadas novas relações sociais. Mais do que isso, há uma reestruturação em que se destaca a implantação de um sistema de comunicação que conecta o urbano e o rural. Outro autor que comunga com essas transformações diz que

(...) o mundo atual das atividades agrárias não é apenas pautado pelas relações monetarizadas, tampouco pela industrialização de sua esfera produtiva. As relações sociais, políticas e culturais são outras. Movimentos sociais de produtores-proprietários, a sindicalização dos trabalhadores, o acesso à previdência social, o envolvimento com os meios de comunicação de massa, o crescimento das empresas cooperativas revelam uma nova sociabilidade. Além de monetarizado e industrializado, é também um mundo moderno, contemporâneo ao mundo metropolitano com feições internacionalizadas. (MÜLER, 1994; 223).

Este aparelhamento do campo continuou sua trajetória de transformações, de tal forma que hoje é inadequado se falar da classificação de outrora, conhecido como setor primário.

Para Graziano da Silva (1997, 77) não se pode mais ver o rural brasileiro com base nas atividades agropecuárias e agroindustriais, pois ele ganhou novas funções e “novos” tipos de ocupações.

É nesses termos que podemos pensar, hoje, o rural brasileiro, um mundo em que o camponês mesmo afirmando a conquista da sua liberdade, mas que se encontra entrelaçado numa rede de relações, afetado por uma matriz cultural que implica a percepção do pensar e do agir. Um dos assentados, já citado, fala de sua trajetória e do conhecimento extraído das experiências vividas em outras interações sociais: **o conhecimento você adquire muitas vezes dentro de casa, você não adquire muitas vezes no trabalho braçal. Então ele se adquire dentro das lutas populares, lendo um jornal, vendo um jornal na televisão.** É essa visão de mundo que está sendo apropriada pelo camponês, uma “consciência” ditada pelo universo social conectado.

Outro depoimento com esse mesmo sentido nos foi dado pela representante do MST no Ceará:

(...) a questão dos novos valores né, você trabalha ali é, são valores totalmente diferentes. Se você pega, você vai num, num, num local, se tiver um sem-terra, você percebe. E você percebe por que, se você entrar sobre qualquer assunto, ele tem uma posição formada.

Participar das atividades do MST implica interagir com os companheiros de regiões diferentes, com adversários no plano ideológico, tomar conhecimento dos direitos institucionais, participar de estratégias de enfrentamento e de encaminhamento das ações, de formação de lideranças. Trata-se de viver uma pluralidade de experiências e assimilação de novos valores.

Na perspectiva da globalização, Giddens (2002; 36) acentua que “mudanças nos aspectos íntimos da vida pessoal estão diretamente ligados ao estabelecimento de conexões sociais de grande amplitude”. São, por conseguinte, as condições de ruptura com o legado deixado pelas relações passadas, com os ciclos naturais e que Giddens

(1991; 29) chama de, o “deslocamento” das relações sociais e sua reestruturação mediante de extensões indefinidas de tempo-espço. Aí a confiança<sup>48</sup> tem relevância destacada, pois para esse autor (2002; 11), ela em sua forma mais específica “é um meio de interação com os sistemas abstratos que esvaziam a vida cotidiana de seu conteúdo tradicional ao mesmo tempo em que constroem influências globalizantes”. Proposição que é cara aos camponeses, por suas vinculações ao seu mundo, ao seu imediato. Um dos líderes do São José II expôs o seguinte argumento: **os mais antigos só querem investir na agricultura, plantar milho, feijão, mandioca**. Essas escolhas representam o cotidiano do camponês e também a sua subsistência.

Com efeito, são múltiplas as opções de conhecimento e consumo postas aos indivíduos, principalmente pela mídia<sup>49</sup>, possibilidades que, mesmo sendo sujeitos a determinadas restrições, não deixam de ampliar seu potencial reflexível, passando a orientar suas práticas e ações, a refletir sobre a realidade, construí-la e experimentá-la com base de outros parâmetros.

A esse respeito fala uma das assentadas do São José II sobre o fortalecimento da Associação e sua visão, ela que viveu experiências no MST e CPT:

(...) ela (associação) não é forte suficiente pra conseguir sozinha as demandas, não, porquê eu acho que ninguém é forte sozinho, né, mas ate hoje é, é um grupo né, dentro daqui do assentamento, a nossa associação, um grupo que discute, que se senta, e que planeja e que quer buscar, ajuda também conhecimento de outras pessoas fora que possam ajudar tanto na discussão como na elaboração, mas eu me sinto, assim, dentro dessa associação, com um grupo fortalecido, ele não é forte o suficiente pra buscar sozinho, mas é um grupo fortalecido e aberto pra buscar com outros parceiros. (ASSENTADA DO SÃO JOSÉ II; idade 25 a 40 anos).

Essa posição diferenciada das falas sublinhadas anteriormente, expõe em perspectiva uma relação de confiança como mecanismo de desençaixe. Sugere o entendimento de uma reflexão sobre as próprias práticas, o que implica escolhas,

---

<sup>48</sup> A confiança pode ser definida como crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema, tendo em vista um dado conjunto de resultados ou eventos, em que essa crença expressa uma fé na propriedade ou amor de um outro, ou na correção de princípios abstratos (conhecimento técnico). (GIDDENS, 1991; 41).

<sup>49</sup> - Strinati (1999, 231) “Nem o consumismo nem a televisão constituem fontes genuínas de identidade e de crença, mas já que não existem alternativas confiáveis, a cultura popular e os meios de comunicação de massa servem como os únicos pontos de referência disponíveis para a construção das identidades coletivas e pessoal”.

mesmo que as opções que defronta estejam determinadas, impondo-se como no caso das inovações tecnológicas. Essa atitude, explicitada quando percebem a necessidade de se **buscar outros parceiros** e/ou de que o conhecimento pode ser adquirido nas lutas, apresenta-se ao pesquisador como uma crítica, ainda que velada, a um passado, mas que está presente na comunidade. Esses direcionamentos levam-nos a retomar a questão do risco, da liberdade, do respeito numa outra dimensão.

Com suporte no que ora foi expresso, o que queremos entender é se o passado comparado ao presente tem menos ou nenhum peso nos esquemas de percepção e apreciação. Vejamos em primeiro lugar o caso do assentamento São José II.

Ficou evidenciado foi que o os dois assentamentos, no presente, inscreve-se numa perspectiva de múltiplas possibilidades, numa ordem social diferente do passado e com isso estabelecer “novas” relações sociais. As implicações para o indivíduo inscrito nesse universo são estar ele vinculado a redes de informações, ser portador de uma visão crítica, de esquemas de ação incorporados num processo de participação de disputas políticas e com isso rompe com sua socialização passada, ou, por outra, faz uma triagem daquilo que lhe pode ser útil, como disse o assentado: **eu sei que hoje agricultor é mais que arrastar cobra pro's pés**. Esse próprio assentado, filho de meeira, teve sua socialização doméstica fundada no respeito, **aprendi a trabalhar na agricultura com minha mãe que trabalhava de meia**, ou, nas palavras da mãe dele:

(...) é, primeiro que eu criei eles é, mesmo trabalhando de roçado, mesmo de agricultura mas eu, eu criei eles, eu ensinei pra eles que é, pra gente ter uma vida boa a gente tem que, que ter confiança né, a gente ter confiança, eu ensinei pra meus filhos serem umas pessoas que não mexe nada de ninguém, serem umas pessoas que procura agradar todo mundo, por que na verdade é, essas coisas a gente num, a gente conquista assim né, por que se eu tivesse criado os meus filhos assim, na rua ou num tivesse ensinado o que era bom pra eles, hoje em dia também eles aprenderam comigo por que toda vida eu fui uma pessoa assim, o que eu vou fazer eu vou com muita atenção, tudo que eu faço é com muito carinho, quando eu vou assistir assim uma reunião, uma coisa, tudo é com muito carinho e assim eu fui, graças a Deus, ensinando meus filhos e procurando conquistar o de melhor né, por que, logo que eu cheguei nesse assentamento eu era assim também e eu gosto muito, assim, quando aqui no assentamento eu faço parte de tudo, eu num perco uma assembléia, eu participava de todo tipo, participo ainda de, assim das reuniões fora, assim, todos os curso que vem pra cá eu participo e eu acho que ele puxou a mim, gostar de né, de participar das coisas, por que na verdade a gente só sabe de tudo se tiver por dentro né. (ASSENTADA DO SÃO JOSÉ II, idade acima de 40 anos, alfabetizada).

Pensar a agricultura noutra perspectiva, reconhecendo que foi vivendo outras experiências, relações sociais, que elaborou outro saber, como falou o assentado, inclusive a orientação para que seus filhos sejam agricultores, é atributo que sinaliza uma ruptura com o passado ao mesmo tempo em que afirma a identidade de agricultor.

Sem dúvida as variações de chuvas, no Ceará, caracterizam-se como risco “natural”, porém, nos tempos atuais, o risco e a confiança estão relacionados, sendo que “a confiança normalmente servindo para minimizar os perigos de tipos específicos de atividades (GIDDENS, 1991; 42)” e que aflora como mediadora do indivíduo com o conhecimento, a especialização<sup>50</sup> e fundamentalmente com as oportunidades de escolhas<sup>51</sup>. Toma-se, pois, a confiança como dispositivo, forjada nas interdependências, na circulação das informações, ou que ela existe no contexto da consciência geral de que a atividade humana é uma criação social, em vez de tê-la como um dado divino. (GIDDENS, 1991; 41). A liberdade, por sua vez, deixa de ser representada pela conquista da terra para ser uma busca constante, como consequência das experiências vividas, **eu acho que a gente nunca tem, assim, uma liberdade completa (assentada do São José II, idade 25 a 40 anos)**. Essa inquietação reflete outra percepção do mundo com o qual se pode estabelecer relações sociais antes negadas. Num plano mais amplo, é o que Giddens (1991; 91) chama de reencaixe, que expressa a remodelação das relações desencaixadas de forma a comprometê-las a condições locais de tempo e lugar. Certamente, a relação de confiança em sistemas abstratos garante que se assumam compromissos. Com isso, o respeito, antes portador de submissão, agora se institui como instituição de valor moral embutido nas “novas” relações sociais.

Uma assentada, a respeito do seu aprendizado e da vontade de mudanças, nos disse:

(...) não, é assim, quando a gente toma uma decisão na assembléia é por que a gente sabe, quando a gente vai discutir né, coisa de agricultura, cada um que tá ali discutindo, a ansiedade é de mudar de vida, mudar de vida não é deixar de ser agricultor não, é ser um agricultor numa vida digna. Então isso eu aprendi muito além das experiência desde eu criança que trabalho na agricultura, eu aprendi também muito isso nas reuniões sempre. Às

<sup>50</sup> - Para Giddens (Moder. E Ident., 126) o ritmo mais ou menos constante, profundo e rápido da mudança característico das instituições modernas, juntamente com a reflexividade estruturada, significa que, ao nível da prática cotidiana, e também da interpretação filosófica, nada pode ser tido como certo.

<sup>51</sup> - Falar de uma multiplicidade de escolhas não é o mesmo que supor que todas as escolhas estão abertas para todos, ou que as pessoas tomam todas as decisões sobre as opções com pleno conhecimento da gama de alternativas possíveis (GIDDENS, Moder. E Ident., 80).

vezes eu fazia parte do conselho gestor que é uma coisa mais ou menos assim que tá aquele pessoal todinho da Embrapa, do SEBRAE, Bando do Brasil, do INCRA, tá todo aquele povo, tá todo mundo junto né. Então ali a gente aprende tanta coisa assim, pra, na hora duma decisão, a gente ter muito mais sabedoria pra responder e pra tomar as decisões. (ASSENTADA DO SÃO JOSÉ II, mais de 40 anos, alfabetizada, coordenadora da fábrica de cajuína).

Esse argumento também nos ajuda a compreender o papel que o grupo, com essa identidade plural, desempenha no assentamento São José II, pelas palavras de um deles, quando conversamos sobre a existência de percepções diferenciadas:

(...) na verdade nós trabalhamos com humildade. A nossa compreensão é que as pessoas de menor conhecimento são importante por que elas as vezes questionam, nos faz pensar, ajudam nas decisões. As pessoas muitas vezes não têm um conhecimento teórico, um conhecimento político, mas por eles acreditarem no conhecimento desse grupo, que não é um, dois, são várias pessoas aqui dentro, então, esse outro grupo nos ajuda nas discussões, nas decisões, então eles têm confiança e nós procuramos dar o melhor de nós pra deixar um patamar igual, não, muitas vezes de conhecimento, por que isso é muito individual de cada um, algumas pessoas buscam, outras não, mas, assim, de homogeneizar pra nós vivermos iguais, que o nosso conhecimento, que venha só nos ajudar e não atrapalhar pessoas ou atrapalhar a mim mesmo, como organização. É tanto que esse grupo dentro, hoje, do assentamento, ele não tem nenhuma separação. É um grupo que conhece, que busca, que luta, mas que tá, quando chega dentro do assentamento, todo mundo é igual, não tem desigualdade nenhuma. (ASSENTADO DO SÃO JOSÉ II, idade 25 a 40 anos, ex-presidente da associação Cheguevara).

Ao falar de existência de outro grupo dentro do assentamento, quer nos revelar o sentimento conservador daqueles que não caminharam por trajetórias distintas, não experimentaram momentos de negociação, de decisão, ou seja, de aprendizagem, ao discutirem os próprios interesses, mas que nem por isso são colocados fora do processo, dos “contratos” de compromissos.

É importante registrar o fato de que a confiança de que estamos falando, como dispositivo conector da comunidade com sistemas e/ou “estranhos”, não tem o mesmo sentido da confiança estabelecida entre os membros que compõem a comunidade. A primeira é engendrada por um fluxo de informações estabelecido, que pode ser mediante redes, entre elementos de configurações distintas, em resumo, e para o nosso caso, confiar no conhecimento do técnico e/ou nas inovações tecnológicas. Essa

articulação é exercida pelo grupo de identidade plural, por perceber que os avanços sociais, econômicos e políticos, hoje, estão em função de se buscar parcerias, como fala uma assentada, **precisamos de acompanhamento técnico para melhorar a produção, de mais crédito, dependemos de outros avanços para aumentar a produção (assentada do São José II, idade 25 a 40 anos, professora e ex-presidente da associação Che Guevara)**. Essa posição não quer significar que qualquer parceria seja necessariamente aceita. Disse um produtor do mesmo projeto:

(...) muitas vezes nós já tivemos discussões aqui com diversas entidades, por quê as coisas vêm de maneira desordenada, quando chega aqui dentro, é preciso muitas vezes a gente modificar algumas coisas, então, assim, se esses poderes tivessem uma melhor visão das comunidades, conhecesse mais as comunidades, com certeza que a gente, nós teríamos assim, um desenvolvimento bem melhor do quê o que nós temos hoje. (ASSENTADO DO SÃO JOSÉ II, idade 25 a 40 anos, gerente da minifábrica de castanha)

Essa reflexão expressa, consciente ou inconscientemente, outra preocupação, que é com aqueles de menor grau de instrução, conforme fala já citada. Sabe-se que a introdução de inovações também precisa ser negociada internamente, com esse grupo. Como na comunidade todos se conhecem, cada um sabe quem é o outro e há um sentimento de pertença:

(...) aqui tudo é igual, um não tem mais do que o outro não, aqui ninguém vê arenga de mulher, aqui ninguém vê arenga de homem, não Sr., são todos, graças a Deus, na santa paz. Quando a gente passa quinze dias, eu moro aqui, quando eu passo quinze dias sem vê os daculá, quando a gente vê, vixe Maria, já é uma alegria, parece que faz uma ano que gente num se via. (ASSENTADA DO SÃO JOSÉ II, acima de 40 anos, coordenadora da fábrica de cajuína).

Com efeito, o interconhecimento e pertencer à mesma comunidade são elementos que influenciam na construção de uma relação de confiança. Vejamos o que mostra a tabela 4.

**Tabela 4** – Relações de confiança: Assentamento São José II ( % )

Discriminação	Concordo totalmente.	Concordo em parte.	Não concordo nem discordo.	Discordo em parte.	Discordo totalmente.
1 - Pode-se confiar na maioria das pessoas que moram nesta comunidade.	71,43	28,57	0,00	0,00	0,00
2 - Nesta comunidade, é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você.	0,00	21,43	7,14	17,14	61,29
3 - A maioria das pessoas nesta comunidade está disposta a ajudar caso você precise.	85,71	14,29	0,00	0,00	0,00
4 - Nesta comunidade as pessoas geralmente não confiam umas nas outras quanto a emprestar e tomar dinheiro emprestado.	28,59	28,59	0,00	14,23	28,59

Fonte pesquisa de campo (Assentamento São José II).

A resposta à primeira pergunta, em que 71,43% confiam na maioria das pessoas que moram na comunidade e 28,57% concordam em parte, mostra existir entre seus membros uma relação de confiança relevante. Esta também é ratificada pela resposta à segunda indagação quando 61,29% discordam totalmente da presença de indivíduos que querem tirar alguma vantagem de seus companheiros. A terceira inquirição refere-se à solidariedade entre eles e 85,71% se manifestaram dispostos a ajudar a quem precisasse de ajuda. Uma explicação para essas significativas interações é dada pela representante do MST, ao afirmar que o São José II é basicamente constituído por duas famílias. A outra é oferecida por Barreira & Alencar (2007, 138), “o processo de luta, à proporção que é mais duradouro, envolve mais embates políticos, reforça os laços de solidariedade e de associativismo que desembocam nos trabalhos coletivos de

exploração da terra”. Vale lembrar que a ocupação do São José II foi a segunda experiência vivida por eles.

A relacionada a empréstimo de dinheiro (nº. 4), se olhar pelo prisma de suas dificuldades financeiras e suas necessidades imediatas, também oferece uma resposta positiva, todos se conhecem, cada um sabe das limitações do outro. Este, nesse caso, é o fator limitante da operação e não necessariamente que haja desconfiança. O importante é perceber que a relação em discussão é inerente à comunidade, melhor dizendo, é construída tendo por substratos princípios comuns nas relações diretas do mundo local, sendo, portanto, de natureza diferente da confiança vinculada aos fluxos, sublinhados há pouco. O fato é que os dois grupos do São José II, aquele mais ligado ao passado e o de trajetória mais extensa, mesmo com visões diferentes, firmam alianças, o que só é possível justamente pela confiança existente entre eles e, assim, ela opera como a chave que abre as negociações com os agentes externos.

O projeto da minifábrica passou por negociações internas, como revela o depoimento a seguir:

(...) na verdade, esse, todo o patrimônio aqui, vem em nome da associação né. Como a associação, ela representa todo o assentamento, todas as funções, todos os trabalhos, os projetos do assentamento, então não tinha, é, pessoas pra trabalhar especificamente dentro da fábrica. Aí, a gente conversando coma fundação, eles tava vendo uma maneira de botar as fábrica pra funcionar, por que, devido essa falta de tempo e de pessoa, num tinha um grupo formado pra trabalhar aquilo ali. Já não era toda a comunidade que tava querendo aderir o projeto da mini-fábrica. por que o projeto, ele ainda não tinha funcionado, ele foi, o projeto foi divulgado numa maneira que não conseguiu desenvolver. Então muita gente assim, já num tinha credibilidade, já num acreditava que fosse funcionar. Então, por esse propósito é que algumas pessoas ficaram de fora. (ASSENTADO DO SÃO JOSÉ II, idade 25 – 40 anos, gerente da minifábrica de castanha ).

Também passou pela negociação a criação de uma Cooperativa Agroindustrial do Assentamento Che Guevara (COPAC), a fim de concretizar o projeto da minifábrica e solucionar alguns problemas, como diz o gerente da unidade processadora de castanha:

(...) nós pensamos, a melhor maneira de montar uma cooperativa, por que cê trabalhar só com os interessados, algumas pessoas que realmente tivesse

é, vontade de trabalhar com a minifábrica e também pra ajudar na questão do mercado, de vender, de comprar. Então a gente, foi isso o pensamento da gente montar a cooperativa, aí conversamos antes com a associação, ficou decidido que quando a gente montasse a cooperativa, todo o patrimônio é, é, da, que era em nome da associação, seria repassado, ou doado pra cooperativa administrar os trabalhos. Algumas pessoas ficaram de fora. Elas ficaram de fora da cooperativa, mas do processo, como a compra de castanha, é, os trabalhos com a cooperativa, a gente sempre tá comprando as castanha dele como sócio, a gente tá beneficiando primeiro, toda a cooperativa e os associados da associação aqui do assentamento, como também você beneficia as comunidades vizinhas, que tem necessidade. (ASSENTADO DO SÃO JOSÉ II, idade entre 25– 40 anos, gerente da minifábrica, primeiro grau incompleto).

Com isso a Associação se habilitou a conseguir financiamento para capital de giro e comprar a castanha-de-caju para beneficiamento e também se vincular à cooperativa Central, que tem a função de receber e comercializar, no plano nacional e internacional, a produção das cooperativas vinculadas.

Como já expresso, os assentados não cooperados, bem como os de outras comunidades vizinhas, participam vendendo sua produção para a Cooperativa. É esse tipo de aliança que o grupo que lidera a comunidade tem conseguido sempre com a percepção de que a diversidade de posições é uma arma que os ajuda a se firmarem, **um grupo que discute que se senta e que planeja e que quer buscar ajuda**, nas palavras de uma assentada, ou na avaliação da Associação em negociar projetos para a comunidade, feita por um dos mais idosos do São José II:

(...) olhe, todo projeto, um deu fracasso. Tudo bem, né. Um deu fracasso. O mel, deu fracasso. Num houve nada, a abelha tá por ali, de qualquer maneira tá em pé né. E os outros projeto foi o, o gado, também tá em pé né. As ovelha não tá em pé. Mas lai vem o mais de valores, é o cajueiro. As duas hectare que foi plantado, de projeto, tá lá. As duas hectare dando caju, todos pé de cajueiro que foi plantado tá dando. Por isso que, que ela tem força de, depois de pagar esses projetos, ela tem força de, de adquirir mais. (ANTIGO MORADOR DA FAZENDA, analfabeto, mais de 40 anos).

É essa relação de confiança construída interna e externamente que fundamenta as ações da configuração e que muitos têm chamado de capital social, tema que será discutido no próximo capítulo. Para Giddens et al. (1997. 130/1), “no domínio da vida interpessoal, estar aberto para o outro é a condição de solidariedade social”. Tomando esse argumento desse autor, analisemos os dados da tabela 5. Refere-se à

pergunta sobre o que eles acham a respeito da troca de ideias com pessoas estranhas (não conhecidas) e que chamamos de sociabilidade.

**Tabela 5:** sociabilidade ( % )

Respostas	São José II
Muito importante	50,00
Importante	31,25
Pouco importante	12,50
Não é importante	Zero

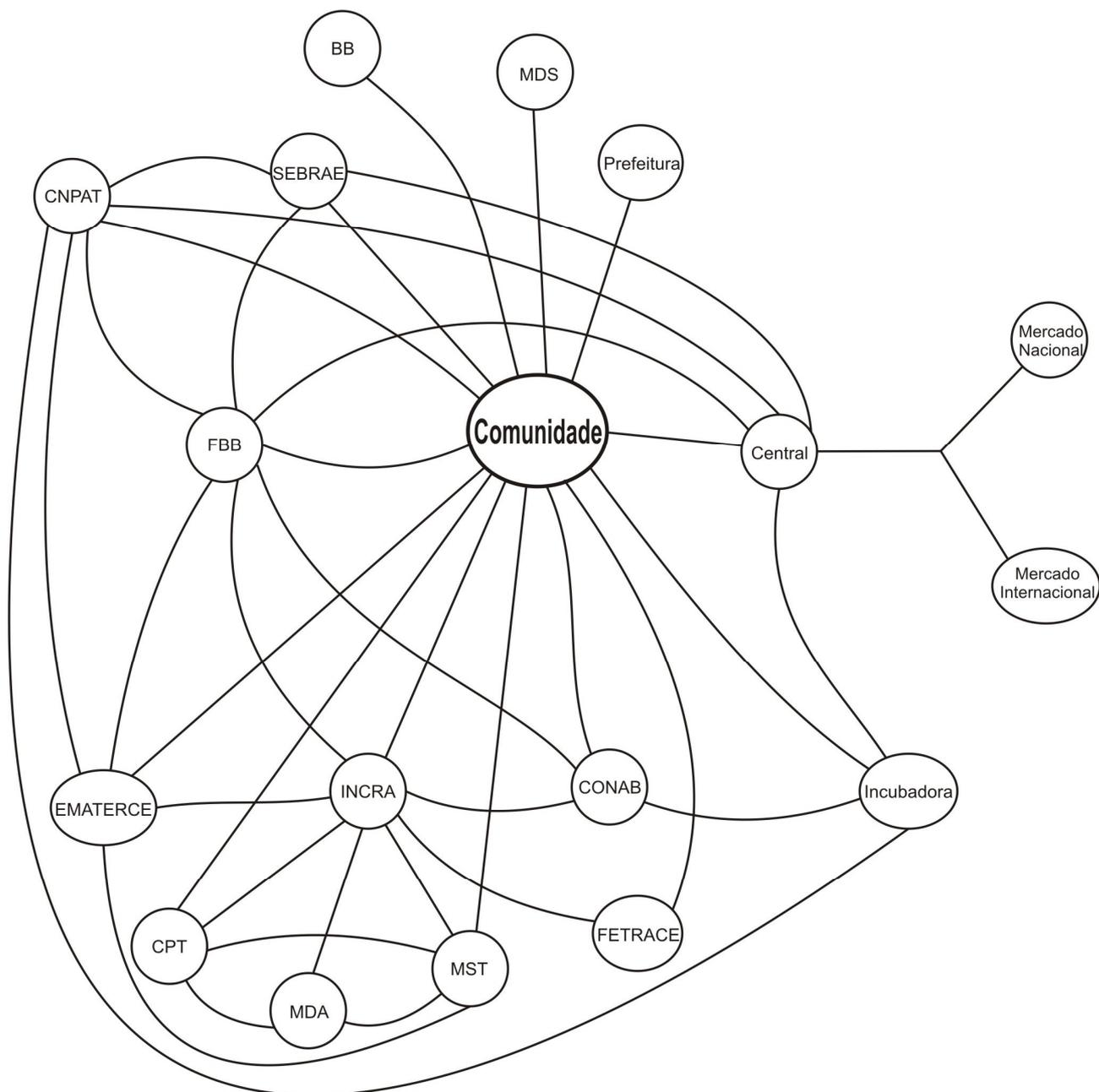
Fonte: Pesquisa de campo.

Como se vê, 50% disseram ser muito importante interagir com pessoas de fora da comunidade que somados aos 31,25% (importante) tem-se um resultado (81,25%) bastante expressivo, sugerindo estarem abertos a novas ideias. Ou por outra, são agentes que, no geral, estão abertos à solidariedade social.

Por sua vez, a figura 3 nos mostra a diversidade de interações da cooperativa Che Guevara com os agentes externos, quer dizer, sua rede de relações sociais.

A existência de uma rede de relações não é um dado natural, nem mesmo um “dado social”, constituído de uma vez por todas e para sempre por um ato social de instituição (...), mas o produto do trabalho de instauração e de manutenção que é necessário para produzir e reproduzir relações duráveis e úteis, aptas a proporcionar lucros materiais ou simbólicos. (BOURDIEU, 2003; 68).

Podemos pensar que, no geral, as experiências assimiladas pelo grupo jovem nas lutas foi fundamental para estabelecer relações sociais com os agentes externos e construir a rede de relações duráveis e úteis. É oportuno observar que, de um lado, esses últimos utilizam as disposições passadas para as articulações internas e com os agentes externos as experiências assimiladas nos movimentos, nas experiências plurais.



**Figura 3:** rede social do assentamento São José II

Nesse sentido, as redes se estabelecem em função de interesses recíprocos, mas também de confiança e inscrevem a comunidade no contexto da vida social, isto é, ampliam suas relações sociais ao articularem o Estado, o mercado e a cooperativa.

Podemos dizer, *grosso modo*, que os interesses são representados pelas conexões que vinculam os indivíduos/instituições (No anexo A está a relação das instituições e suas atribuições). Assim, não estamos tratando de um interesse específico

e isto ocorre quando um indivíduo/instituição está conectado a diversos outros de interesses diferentes<sup>52</sup>.

Por essa forma de “organização”, fluem informações de preços, tecnológicas, perspectivas de safras, preços de insumos, políticas públicas, entre tantas outras, de maneira a deixar os agentes atualizados sobre os interesses específicos, no caso aqui, do mercado de castanha-de-caju. Essa forma de interação, certamente, orienta as tomadas de decisões dos que participam da rede.

No caso da amêndoa de caju, ela funciona como mecanismo forjador de “poder” na compra da matéria-prima, na medida em que força os intermediários a elevar os preços de aquisição no entorno da comunidade, beneficiando o que eles chamam de seus *vizinhos*. Em 2008, o valor das vendas de amêndoa pela Che Guevara foi de R\$ 68.806,00. Por outro lado, na circulação a Unidade Central tem ganhado espaços no mercado, distribuindo diretamente a grandes atacadistas a preços praticado pelo mercado, ou seja, livre da intermediação.

Dois aspectos são relevantes para o desempenho da rede. Primeiro os módulos alternativos de processamento de castanha-de-caju desenvolvidos pela EMBRAPA Agroindústria Tropical permite obter 85% (média) de amêndoas inteiras e, segundo, preservam os produtos de qualidade sabor, cor e odor, atributos superiores aos da grande indústria (Entrevista com o pesquisador da EMBRAPA Fábio Paiva).

A consideração desses aspectos deve-se ao que ocorre nesse espaço econômico. Segundo Leite (1994, 171), dados de 1992 mostram que as dez maiores indústrias de amêndoa de castanha-de-caju eram responsáveis por 82,9% das exportações. Quer dizer, os espaços desse mercado eram controlados pelos agentes que detêm maior volume de capital. Já do lado do produtor, sua relação é com o atravessador, que compra 83% da castanha a preços inferiores aos negociados entre o Sindicato dos produtores e a indústria (PAULA PESSOA & LEITE, 1998; 20). Essa relação se deteriora mais ainda, quando se verificou que uma variação negativa de 9,2% nos preços da nossa amêndoa no mercado internacional resultou numa redução de 52,8% nos preços pagos aos produtores. Quando acontece o inverso, os produtores também são apenados. Os autores veem nessas articulações pontos de estrangulamento que implicam a competitividade do setor no mercado internacional, na medida em que

---

<sup>52</sup> - O poder da rede advém dessa propriedade de multiplicação inerente ao processo de fazer conexões, representado aqui pelo fato de que cada linha pressupõe dois pontos e de que cada ponto pode estar na origem de uma infinidade de linhas (WWF – Brasil, 2006; 19).

se mantém a mesma base tecnológica e conseqüentemente produzindo amêndoas de qualidade que não atende as expectativas do consumidor.

Na perspectiva das minifábricas, quando elas estão instaladas fora do módulo agroindustrial, ou seja, isoladas em comunidades, seus custos operacionais, problemas na aquisição e armazenamento e falta de padronização das amêndoas eliminam suas vantagens competitivas, expondo-se à ação dos intermediários.

Ainda sobre a influência do passado ou do presente de qual tem maior peso nas orientações das ações, é interessante analisar o que ocorre com o assentamento Aroeira.

Essa configuração dispõe de um potencial de água acumulada, em condições para produzir anualmente 91 toneladas de peixe, conforme consta no Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA.<sup>53</sup> De acordo com o Plano, para melhor aproveitamento dos recursos hídricos armazenados nos açudes deveria ser implantado um projeto de criação de peixe cujo objetivo era dispor de uma “nova fonte de renda econômica e suprimento protéico”. A gestão da atividade seria desenvolvida coletivamente por uma equipe de produtores com acompanhamento técnico da COPASAT (PDA, 2001; 77). A esse respeito fala um assentado:

(...) o projeto de piscicultura foi bolado, só que tem o, a piscicultura hoje, apesar de eu não ter conhecimento bem mas por onde andei passando por aí e até conversando com pessoas mesmo que chegou aqui falar a respeito do projeto, é um projeto grande, com responsabilidade muito grande, ... , que não é pra todo mundo naquele açude, num é todo mundo que pode ta ali mexendo com aquele peixe, tem que ter uma equipe né, separada pra cuidar, pra dar comer aqueles bicho no horário certo né,. Se um dia aquele pessoal num der de comer, num cuidar desse peixe, aí que é que vai acontecer, esse peixe vai ter uma mortalidade, vai ter um grande prejuízo, dentro de 24 horas se num cuidar do peixe, o prejuízo é total, então muitas vez num dá pra gente, pra todo mundo, aí fica uma parte empregada e ficam outros desempregados né, por isso nós achamo que o peixe é um projeto bom e no mesmo instante é um projeto dispendioso, que você pode ficar a qualquer momento sem nada né. (EX-PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DO AROEIRA, idade mais de 40 anos).

Mesmo reconhecendo como uma boa atividade, contudo, há restrições, a insegurança quanto a realização de uma renda, com efeito, revela falta de apreciação

---

<sup>53</sup> - O PDA do Aroeira foi elaborado pela Cooperativa de Prestação de Serviços e Assistência Técnica (COPASAT), contratada por convênio firmado entre o INCRA e o SEBRAE, cabendo ao INCRA realizar o acompanhamento das atividades contratadas.

para valorização da produção. Esse comportamento é explicado por Bourdieu (1979, 107) que enuncia:

(...) o esforço para dominar o futuro não pode ser realmente compreendido senão quando as condições indispensáveis para que seja assegurado um mínimo de probabilidades de sucesso sejam efetivamente oferecidas; enquanto assim não for, não resta outra atitude possível senão o tradicionalismo forçado, que difere essencialmente da adesão à tradição, pois que implica a consciência da possibilidade de agir de outra maneira e da impossibilidade de realizar esta possibilidade.

Oferecer um mínimo de segurança, uma atividade que é desconhecida, pode apresentar-se como portadora de riscos, dessa forma são levados a optarem por processos produtivos do seu domínio.

Entrevista dada pelo técnico da EMATERCE, lotado no Município de Ocara, confirma a posição dos assentados quanto ao projeto de piscicultura:

(...) eu presenciei uma vez uma reunião que a gente da EMATERCE participou, até nós estamos fomentando um projeto produtivo pra lá, que muitas vezes fica definido alguma questão mais por interesse pessoal do que pelo interesse do conjunto. Um exemplo, é que teria um projeto a ser aprovado de piscicultura, ou de qualquer outra coisa que eles quisessem e, a maioria decidiu por ovino/caprino, pois poderiam trabalhar isoladamente, não com o conjunto.

O entendimento do extensionista é de que o trabalho coletivo foi fator limitante à implantação do projeto e que será discutido no capítulo seguinte. Essa versão está aprovada em Ata de Assembléia Geral da Associação Vitória do dia 13/09/2007, quando foi apresentada a eles, por um representante do Governo do Estado, uma proposta de financiamento para piscicultura, fruticultura, contudo, a opção foi pela pecuária, a bovina e caprino/ovino. A justificativa dada pelo Presidente da Associação foi:

(...) a terra aqui é muito fraca para agricultura, com um palmo de profundidade já apresenta o “barro de louiça” outros locais com cinquenta centímetros, é um barro que não deixa a água escoar, então as plantas morrem. Essa é a fazenda mais rica de Ocara, tem 400 ha de pasto natural,

são quatro açudes, o grande passa cinco anos para secar e os outros mais ou menos dois anos. Aqui é bom pra criação.

Pesquisador da EMBRAPA, com especialização na área de solos, confirma esse tipo de problema, porém ele pode ser solucionado com algum investimento, mas é necessário que se faça uma sondagem para saber da sua extensão. O fato é que nas imediações existem muitos cajueiros e outras fruteiras, mas não é uma condição suficiente para recomendar a implantação de pomar.

Outro projeto que não apresentou resultados positivos foi o de pimenta. Uma ONG holandesa, Obras Sociais, Fé e Alegria, com sede no Rio de Janeiro, desde 1973, e com uma coordenação em Ocara a partir de 1984, discutiu com os assentados da Aroeira o cultivo orgânico de pimenta, destinado à exportação para Holanda. O projeto, com custo zero para eles, foi implantado em seis estufas (estava previsto para atender vinte famílias, mas só seis aceitaram, alegando falta de tempo, mas na realidade não acreditavam na atividade) com a seguinte avaliação da coordenadora da ONG no Município:

(...) quando nós chegamos lá, nós explicamos o projeto todo pra eles. Então, o projeto, ele iria pagar todas as despesas até a criação da cooperativa, todas as despesas, durante quatro anos. Então nós já estamos com dois anos e meio de projeto. Nós não sabemos se vai continuar, por que ninguém sabe do dia de amanhã né! Então, quando a gente falou que todas as despesas iam ser pagas pelo projeto, eles se interessaram. Mas se tivesse que sair alguma coisa do bolso deles, eles não queriam não. Então eu acho assim, que o problema deles é que eles, se eles tiver que assumir uma responsabilidade, séria, eles correm. Mas se for tudo já mastigadinho pra eles, sem despesa nenhuma pra eles, aí eles querem. Que a gente também, antes de começar o projeto da pimenta, a gente teve a idéia também de colocar um projeto de criação de peixe, por que o açude lá é bem grande né. Aí eles falou "Ó, nós não queremos, por que isso é um trabalho que tem que ter responsabilidade, tem que tratar os peixes na hora certa, tem que cuidar disso, daquilo, nós não queremos peixe não, que dá muito trabalho".

Na visão de um dos beneficiados, não houve produção porque “o veneno” (inseticida orgânico) aplicado não controlou as pragas.

O secretário de meio ambiente e agricultura de Ocara emitiu a seguinte opinião sobre esse projeto de pimenta:

(...) quer dizer, eles mesmos não acreditam. É como eu te falei, você só pode fazer alguma coisa se você acreditar naquilo que você tá fazendo. Como é que você tá dentro de um projeto que tem recursos à vontade, o cara traz tudo. Monta a estufa, traz o recurso, a matéria prima. E o pior não é nem só isso, garante a compra ainda. E o cara diz que não dá certo. Aí fica difícil você querer que, produzir com uma pessoa que não acredita que possa produzir. E nós temos solo, temos clima e tem a água né. Eu acho que poderia ser feito. Acho que falta, vamos dizer assim, falta alguma coisa que não dá pra gente saber bem o quê que é.

A opinião de um produtor é que o projeto:

(...) era para produzir pimenta de primeira qualidade, para *enfeitar os pratos dos holandeses*, não foi aprovado por eles e hoje está abandonado. Se tivesse sido para fazer polpa tinha sido melhor, não precisava selecionar, um dos escolhidos conseguiu vender pimenta em Ocara e ganhou R\$ 800,00 e hoje ninguém sabe o que fazer com as estufas. (ASSENTADO DO AROEIRA, com mais de 40 anos e beneficiado do projeto, presidente da associação).

Percebe-se clara divergência entre o que pensa a Coordenação do projeto, o secretário e a visão dos produtores que, inclusive, é bem evidente a ironia quando falam sobre o objetivo final do projeto – **enfeitar os pratos dos holandeses**. Com efeito, está bem clara a opção pela pecuária, manejada conforme o conhecimento deles, pois é a atividade que os incita a se articular com o mercado. Como assinala Martins (2000; 32), a economia mercantil simples ou economia do excedente é o modelo econômico que orienta a ação e as demandas dessa população. A pecuária está ligada à tradição deles e por isso percebem nessa atividade determinadas vantagens como a baixa necessidade de força de trabalho, liberando boa parte desta para outras atividades voltadas para o consumo, como é o caso da produção de alimentos e da liquidez da pecuária (boi/caprino/ovino) no mercado. Quer dizer, prevalece o imediatismo, já que a transformação em dinheiro é descomplicada e rápida. Decerto, é ela portadora de outros fatores geradores de contrastes muitas vezes não percebidos por eles.

Na perspectiva da união, o técnico da Secretária Municipal do Meio Ambiente que presta assistência técnica a eles vê na desunião do grupo o principal entrave à implantação de projetos produtivos.

Bom, a visão que eu tenho do, dos produtores que lá se encontram, é que ainda está faltando lá, um pouco de união entre eles pra definir melhor trabalho de agricultura sustentável dentro daquela região, pois muitas vezes os interesses pessoais de um ou de outro, acabam atrapalhando um total. E acabam dificultando, também, o crescimento daquela região.

Os dados do tabela 6 mostram as atitudes dos entrevistados referentes à confiança e à solidariedade entre os membros da configuração.

**Tabela 6** – Relações de confiança: assentamento Aroeira ( % )

Discriminação	Concordo totalmente.	Concordo em parte.	Não concordo nem discordo.	Discordo em parte.	Discordo totalmente.
1 - Pode-se confiar na maioria das pessoas que moram nesta comunidade.	62,50	37,50	0,00	0,00	0,00
2 - Nesta comunidade, é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você.	25,00	37,50	12,50	0,00	25,00
3 - A maioria das pessoas nesta comunidade está disposta a ajudar, caso você precise.	75,00	25,00	0,00	0,00	0,00
4 - Nesta comunidade, as pessoas geralmente não confiam umas nas outras quanto a emprestar e tomar dinheiro emprestado.	12,50	75,00	0,00	12,50	0,00

Fonte: Pesquisa de campo.

Dos dados acima, pode-se observar que 62,5% confiam na maioria dos que moram na comunidade. As respostas a segunda indagação, 37,50% concorda em parte e 12,50% não concorda nem discorda sobre alguém tirar vantagem do outro, sugere-nos

incerteza, mas também não se generaliza o fato da vantagem que é reprovada por 25% ao dizerem que discordam totalmente. Na terceira pergunta, 75% asseveraram estarem dispostos a ajudar aqueles que precisam de alguma ajuda. Esse dado revela ser expressivo a solidariedade entre eles. O item 4 pode ser analisado da mesma forma que foi o São José II, sob o prisma das dificuldades financeiras e suas necessidades imediatas.

A respeito das relações estabelecidas nesse projeto, um dos entrevistados deu o seguinte depoimento:

(...) aqui eles são assim, cada um que cuida de si né, das suas coisa, dos seus animais, do seu gado, suas ovelhas, enfim, todo mundo nas suas área de trabalho e todo mundo fica na sua posição né, mas em termo de... um precisar do outro, ou, digamos assim, fazer uma aliança pra ajudar outras pessoas aqui dentro mesmo que tá necessitando, todo mundo chega junto. (ASSENTADO DO AROEIRA, idade mais de 40 anos).

Outros dois assentados disseram-nos o seguinte:

**o primeiro** – (...) tô muito satisfeito aqui (assentamento Aroeira), criando a minha família (...) as pessoas hoje, a família tão individual mermo, cada qual nas suas área, trabalhando nas suas área mas um povo humilde, um povo bom, um povo que num véve com cachorrada, num véve brigando, véve tudo unido né, nós véve feliz aqui dentro né. (ASSENTADO DO AROEIRA com mais de 40 anos, analfabeto);

**o segundo** – (...) bom, eu já tive assim um objetivo que era ter uma casa própria, de ter um carrim né e criar gado, ovelha, isso eu já tô conseguindo, já tem gado, já tem ovelha, já tem casa, só falta agora o carro, né. (ASSENTADO DO AROEIRA com mais de 40 anos, analfabeto).

Os indicadores apontados pelos próprios produtores traduzem o grau de satisfação que predomina no ambiente social quer pela boa interação entre eles, quer pelos objetivos alcançados.

Com efeito, a essência dessas relações está no fato de que, como já dito, muitas dessas famílias foram levadas para o assentamento por amigos ou parentes, sinalizando nesse gesto de interconhecimento a base para se confiar e, se solidarizar e com isso, ainda que tacitamente, buscar firmação da comunidade. Também são elementos desse fortalecimento comunitário, os objetivos que são comuns: a morada e a

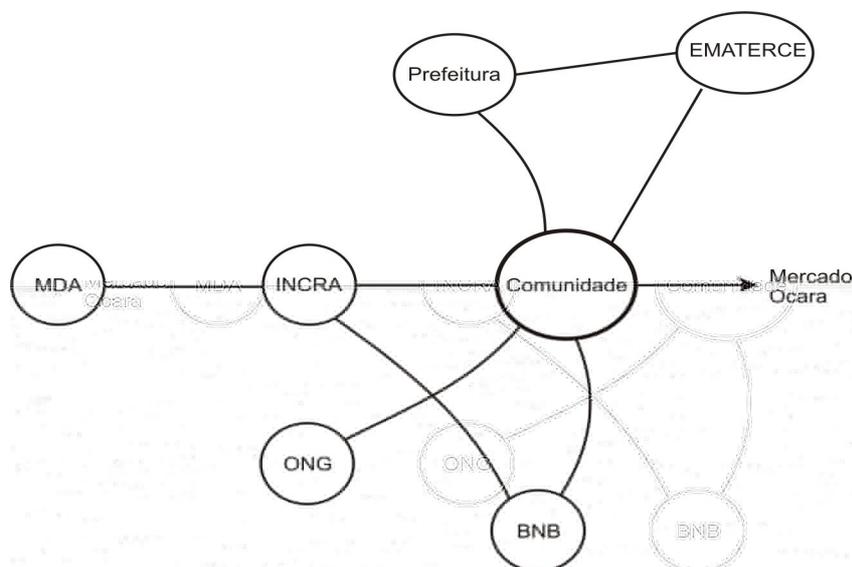
terra para criar/plantar. Podemos pensar esses conteúdos, provavelmente constitutivos das relações de confiança e de dependência. Sennett (2007; 166) argumenta que “a ligação social nasce, de forma mais elementar, do senso de mútua dependência”. Esta se evidencia na medida em que eles percebem que é o conjunto da comunidade que tem força para efetivar suas demandas por saúde, escola, crédito bancário para custeio e investimentos e estradas.

O que está claro é a questão do trabalho coletivo, que interfere na liberdade de cada um, menos a falta de confiança nas relações internas. Pode haver outros desdobramentos em termos de divergência, o que não foi alcançado pela pesquisa. A solidariedade entre eles existe, ainda que seja uma estratégia para acesso às políticas públicas. Também o fato de se conhecerem e saberem-se iguais os faz solidários. A evidência revelada é de que o sonho da liberdade plena, simbolizada no nome da Associação “Vitória”, está “comprometido” pelo trabalho coletivo, mas que não se trata de questões personalizadas.

Por sua vez, comparativamente ao São José II, o grupo do Aroeira revela um maior grau de homogeneidade no pensamento e na ação. Conforme já falamos de suas origens, trajetórias vividas, o que é importante aqui reter são as possibilidades de suas relações com os agentes externos à comunidade. É importante, então, observar que as condições de existência da Associação Vitória estão fundadas na conservação de seus valores, na utopia da liberdade plena, na segurança da família, ou seja, no significado que a terra representa. São esses elementos que garantem a unidade. Nesse sentido, querer crescer, como afirmam eles, e reproduzir as práticas tradicionais, como observado pelos agentes externos, traduz-se, em primeiro lugar, numa percepção dirigida para suas necessidades imediatas e, em segundo, na manifestação da força do passado, na forma de uma “consciência” conservadora às mediações alternativas. E, nesse sentido, os argumentos de Bourdieu são oportuno, aderem ao “tradicionalismo forçado”, por não acreditarem no êxito de outras possibilidades. Com efeito, não passa pela introdução de outras tecnologias a inflexão desse estado inercial. Adotar esse encaminhamento é provocar um circuito nas interações e, em vez de aproximar, produz estranhamento.

Assim, diferentemente do grupo da Cooperativa Che Guevara, em que a decisão de se buscar uma trajetória alternativa parte deles, na outra, a orientação é pela sua percepção de mundo, orientada pelo senso formado na dolorosa experiência do latifúndio e que por isso mesmo formula sua utopia da liberdade, mas reticente quanto

ao desconhecido. Na figura 4, prevalecem as relações institucionais públicas como reflexo de suas disposições.



**Figura 4:** rede social do assentamento Aroeira

Quando comparamos o São José e o Aroeira (respectivamente figura 3 *versus* figura 4) ficam claras as diferenças qualitativas. Nesse sentido, observa-se que as relações da segunda estão praticamente redutíveis à comunidade. Decerto, as consequências são as limitações à reprodução dos diversos tipos de capital. Uma explicação que pode ser aceita é a de que a pecuária dificulta as parcerias com ONG's, dado seu impacto ambiental. Outra é a “resistência” em estabelecer alianças, como veremos nos dados da tabela 7. Essa conduta, pensamos, decorre das disposições incorporadas no passado (o isolamento que viviam no latifúndio) e que encontra nessa configuração as condições de se reproduzir. A situação apropriada para isso é o assentamento sob o domínio do grupo, um espaço em construção orientada pela visão que têm da realidade social e o sonho da liberdade pensada na experiência vivida.

Eis o depoimento de um assentado do Aroeira sobre o significado da posse da terra para ele e sua família:

*é muito importante por que só a gente ter o sossego, a gente tá aqui, a gente é (...) dono disso aqui, a gente num é empregado de ninguém, a gente num é mandado por ninguém, nós pranta, colhe né, se dé pra vender, se vende sem pagar meia a ninguém, nós se considera hoje os dono disso aqui, nós todos daqui, somos dono disso aqui, quem manda samos nós né, sem*

*interferência de ninguém viu e, exatamente é o que eu queria.* (MAIS de 40 anos, presidente da Associação Vitória).

Assim, a relação com o “estranho” é marcada pela dúvida de quem sempre esteve esquecido, como insinua um assentado do Aroeira, já citado - **a lei era a do patrão** – e referindo-se ao tempo de meeiro e sobre a falta de justiça, acrescenta ele: **é que nessa época não tinha esse direito né, esse direito no meu tempo, pro cara morar só tinha direito de, se não der certo ir embora e não tinha nada.** É possível dizer que essa situação não estabelece relações de confiança entre patrão e meeiro, pelo contrário, vive-se uma relação tensa, dissonante. Por outro lado, a limitação das interações e a ausência do Estado previdente, provavelmente, aprofundam seu estranhamento que vai se reproduzir no ambiente objetivo do assentamento.

E eu acho também que talvez eles (assentados), entre si, pode até eles, assim né, eles confiar uns nos outros. Mas se chega alguém de fora lá, aí já, né, tem um tipo de, de desconfiança, por que pode a gente entrar lá dentro e fazer com que aconteça alguma coisa lá, que de repente vai contra tudo que o INCRA tá fazendo lá dentro né. Então eles tomam muito cuidado com quem entra lá de fora, que não seja pessoa do INCRA, que não seja do governo. Então pode, a gente sente isso por que a gente não é governo né.. (COORDENADORA DA ONG holandesa em Ocara, que firmou parceria com esses assentados para produção de pimenta).

É nesses termos que podemos pensar nas dificuldades das relações de confiança com os agentes de apoio, pois, como ficou sublinhado, prevalece a visão da experiência vivida. Os dados do tabela 7 são claros a respeito do comportamento deles quando perguntamos sobre a troca de ideias com pessoas estranhas.

**Tabela 7** - sociabilidade

Respostas	Aroeira
Muito importante	12,5 %
Importante	25,0 %
Pouco importante	25,0 %
Não é importante	37,5 %

Fonte: Pesquisa de campo.

Pode-se perceber que o grupo faz restrições às pessoas que não são da comunidade quando 62,5% afirmam ser *pouco importante* e *não é importante* trocar ideias com elas contra 37,50% que disseram ser *muito importante* e *importante*. Esses dados confirmam as dificuldades que eles têm de instituir alianças. Martins (2000, 49), contudo, chama atenção para um ponto negligenciado por boa parte dos agentes mediadores:

(...) as contradições do campesinato não se resolvem na solidão do seu penoso viver. Resolvem-se antes no fortalecimento de concepções conservadoras e na sua contraditória integração num mundo de viver e produzir cuja lógica está exatamente na sua destruição como grupo humano particular. Sua visão de mundo se funda na sua própria experiência do mundo. Esse é o seu limite e o seu possível, marcado essencialmente não só pela luta pela terra, mas sobretudo pela luta sempre renovada contra o perecimento histórico.

Portanto, falar de um agir “consciente”, pode-se referir ao seu legado a que nos reportamos, antes vive o campesino com a sociedade contemporânea uma contradição, uma vez que o próprio espaço onde se inscreve como qualquer outro incita seus agentes a orientar suas ações alinhadas a sua especificidade.

Pensamos que o processo de socialização, ou seja, as disposições incorporadas no passado atuam, possivelmente, nas orientações dos indivíduos de forma significativa, como no caso do Aroeira. Noutra perspectiva, a experiência em ambientes heterogêneos favorece uma subjetividade mais dinâmica, mesmo àqueles formados em condições de divisão simples do trabalho. Estes, provavelmente, quando confrontados com universos onde a circulação da informação flui de forma a alcançar diversos estratos sociais, eles incorporam outras experiências, como é o caso do assentamento

São José II, em que o grupo articulador, em sua trajetória diversificada, assimilou a *negociação* como uma disposição geradora de parcerias, inscrição em redes sociais, isto é, como esquema de apreciação e percepção das práticas e das possibilidades disponíveis. A ruptura com o passado é dada pela oportunidade que o indivíduo tem de ser influenciado pela pluralidade de ambientes concretos. O contrário, é preservar os princípios incrustado ao longo de sua trajetória singular.

### 3 CONFIGURAÇÕES SOCIAIS EM CONSTRUÇÃO

Discutimos neste último capítulo a construção das relações nos assentamentos (São José II e Aroeira), as implicações das políticas públicas e os desafios postos nessas ordens sociais. Nesse caso, estaremos tratando de categorias constitutivas dessas formações como reciprocidade, ambigüidade, conflito e capital social.

A relação de reciprocidade entre assentados e Estado envolve a elaboração das políticas públicas. Certamente não é um processo livre de interesses, sendo pressionado por diferentes representações<sup>54</sup>. Assim, nossa tese é de que essas políticas, como veremos adiante, são portadoras de incongruências, quer dizer, algumas são incompatíveis com o que pensam esses trabalhadores.

O entendimento de reciprocidade que empregamos aqui toma como referência o conceito de dádiva de Marcel Mauss. Para este autor, as dádivas não são livres de interesses e por outro lado, mantém alianças que não podem ser recusadas.(1974, 303).

Essa elaboração nos leva a compreender essa categoria como uma construção social, na medida em que os indivíduos “souberam criar e satisfazer interesses mútuos” (MAUSS, 1974; 313).

A respeito do tema, Pierre Bourdieu faz a seguinte observação:

(...) a troca de dádivas pode se dar entre iguais, contribuindo para reforçar a “comunhão”, a solidariedade, através da comunicação que cria os laços sociais. Mas pode também dar-se entre agentes real ou virtualmente desiguais, como no *potlatch* que, a crer nas descrições dele feitas, institui relações de dominação simbólicas duradouras, relações de dominação fundadas na comunicação, no conhecimento e no reconhecimento. (2004<sup>a</sup>, 167).

---

<sup>54</sup> Bruno (2008, 9) considera, em sua pesquisa, a noção de representação “a partir de uma perspectiva que procura agregar diferentes dimensões e, tanto incorpora as entidades formais (associações, sindicatos, grupos de pressão, etc.) como os seus porta-vozes, as lideranças e “quadros” políticos e classistas. Representação também entendida como prática social e como construção de uma retórica de identidade e de legitimidade”.

Essa afirmação encaminha nossas discussões para três dimensões: a reciprocidade envolvendo os assentamentos (São José II e o Aroeira) com o Estado, com o mercado e internamente entre os membros da comunidade.

### 3.1 O Estado e sua autonomia relativa

Entender o Estado como instância definidora das políticas públicas é ter claro que ele está permeado por interesses dos diversos capitais. Queremos expressar é que esses são colocados no seio do Estado como demandas em disputa e que são hierarquizados de acordo com o volume de capital. Também não se trata, no entanto, de estar totalmente preso às injunções,

(...) na busca pela legitimação e reconhecimento de suas ações, o Estado desempenha um papel único e indispensável na defesa e no fortalecimento da ordem social. Envolve-se na doutrinação e no *consenso* e se encarrega do imenso aparato de coerção e repressão sob o qual mantém um ambiente social baseado na exploração da classe trabalhadora. (BARQUET, 2003; 87).

Se essa proposição é plausível, menos não é o argumento de que cabe ao Estado, em relação principalmente às classes dominantes, articular os diferentes interesses presentes em sua estrutura. Ele age assim, justamente porque aí se fazem presentes, e, ainda, por se tratar de interesses contraditórios, permitem que o Estado assumira certa autonomia perante uma ou outra fração de classe no poder (POULANTZAS, 2000; 136). É dessa autonomia que o Estado se vale para organizar e definir as políticas. Quer dizer, alguns organismos estatais, com esse objetivo, são detentores de autonomia relativa maior ou menor em relação a outros. Por sua vez, os interesses são encaminhados e/ou estão presentes por meio de suas representações. Com efeito, o que se tem, concretamente, como resultado é

(...) o estabelecimento da política do Estado deve ser considerado como a resultante das contradições de classe inseridas na própria estrutura do Estado. Em suma, a política atual do Estado, é resultante dessas contradições interestatais entre setores e aparelhos de Estado e no seio de cada um deles. (POULANTZAS, 2000; 134/6).

As lutas populares, também, cortam o Estado de lado a lado, contudo, vale esclarecer, a sua presença nesse espaço é exatamente como classe dominada. (POULANTZAS, 2000; 145). Isto quer significar, então, que os compromissos assumidos pelo Estado perante as classes dominadas não passam de estratégias de afirmação da hegemonia do bloco no poder.

Os aparelhos de Estado consagram e reproduzem a hegemonia ao estabelecer um jogo (variável) de compromissos provisórios entre o bloco no poder e determinadas classes dominadas. Os aparelhos de Estados organizam-unificam o bloco no poder ao desorganizar-dividir continuamente as classes dominadas e ao curto-circuitar suas organizações políticas específicas. (POULANTZAS, 2000; 142/3).

Esse pensamento retrata bem o jogo de interesses concretamente alojado na *materialidade do Estado*, nas palavras do autor. Assim, tomamos como referencial seus argumentos para compreensão do que acontece na realidade concreta dos assentados.

Além do que já expressamos sobre a modernização de nossa agropecuária nos anos 1970, interessa, ainda, como complemento, abordar o que de substantivo ocorreu nas relações sociais nesses dois assentamentos. Ficaram evidentes a presença do Estado e as implicações nas transformações das relações de trabalho, mais especificamente no arcabouço da dominação. Conhecida por modernização conservadora<sup>55</sup> por manter o *status quo* da estrutura agrária, contudo, alterações substanciais se observaram nas relações entre o Poder municipal e o governo Central.

Nesse contexto, Palmeira & Leite (1997; 19) asseveram haver um esvaziamento do poder dos chefes locais, com o nascimento e reconhecimento de novos mediadores.

---

<sup>55</sup> - Termo gravado por José Graziano da Silva.

Não que os mediadores percam necessariamente o controle sob suas clientelas, mas esse controle passa a ser mediatizado pelo controle que terão que exercer sobre determinados postos na máquina do Estado - um Estado mais do que centralizado - tornando-se mais complexo o seu trabalho de dominação. A patronagem exercida pelos grandes proprietários, já abalada pela saída em massa dos trabalhadores de dentro das fazendas, deixa de ser um mecanismo exclusivo de articulação dos camponeses com o Estado e com a sociedade. Abre-se a possibilidade de *patrões alternativos* e de *padrões alternativos*, ao mesmo tempo em que se amplia o espaço para organizações estranhas ao sistema tradicional de dominação. (PALMEIRA & LEITE, 1997; 19).

No pensamento dos autores, percebemos uma reestruturação nas representações do patronato, por consequência, a gestação das políticas agrícolas passa necessariamente pelo crivo de suas representações, uma vez que elas passam a ocupar os espaços institucionais na defesa de seus interesses.

Os produtores rurais passaram a contar, em 2007, com um legítimo representante no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), do Governo Federal. Indicado por uma comissão composta por integrantes do Governo e da sociedade civil. (RELATÓRIO DO CNA, 2007; 69).

#### O relatório ainda destaca que a CNA

(...) mantém em sua estrutura a área de Relações Institucionais, com a atribuição de acompanhar as matérias em tramitação no Congresso Nacional de interesse da agricultura, servindo de elo facilitador da interlocução do Sistema CNA com o Legislativo. Sua atuação, portanto, é ditada pela dinâmica do processo político legislativo. (RELATÓRIO DA CNA, 2007; 27).

Fundamentalmente, entretanto, o que resta claro é a renovação do processo de representação, bem como é racional a preocupação com a dinâmica presente nos espaços políticos.

Em pesquisa coordenada pela Professora Regina Ângela Landim Bruno, que se propôs compreender a sustentação política do agronegócio brasileiro assinalada na ação patronal e de suas representações, a autora as define como

(...) um espaço privilegiado de intensificação dos laços sociais que une reciprocamente as classes e grupos patronais rurais e agroindustriais. É também espaço de reafirmação de valores, de construção projetos de vida, da defesa de interesses os mais variados, da identificação dos adversários e dos aliados e, ainda, da renovação e atualização de suas práticas sociais, culturais e políticas. (2008, 9).

O entendimento que o conceito nos revela é que as representações devem estar atentas às mudanças engendradas pelas dinâmicas social e política, como está claro no próprio relatório da CNA. Assim, na medida em que as interdependências sociais foram se alargando, outras características vão emergindo na realidade objetiva. Então

(...) é possível destacar o aparecimento de novos sujeitos sociais e políticos e, conseqüentemente, uma diversificação nas demandas e reivindicações; a instituição de novos campos de conflitividade relacionados com práticas de trabalho escravo e/ou degradante e a questão do meio ambiente; o imperativo de um maior reconhecimento político e necessidade de visibilidade social perante o Estado e a sociedade e o “despontar” do agronegócio como força hegemônica. (BRUNO, 2008; 10).

Depreendem-se alguns importantes aspectos que nas configurações passadas estavam ofuscados pelo sistema tradicional de dominação, como, por exemplo, agora os padrões não mais aparecem como mediadores dos camponeses com o Estado. Em vez disso, trabalham na perspectiva de dar visibilidade às representações e maior abrangência ao agronegócio. Nestes dois últimos casos, o propósito é ganhar legitimidade para operar nos espaços de poder com respaldo da própria sociedade, implicando, por sua vez, como tentativa, eclipsar os movimentos sociais. Quanto às mudanças, são de processos liderados com apoio da representação, de percepções identificadas nas dinâmicas da ordem social.

Nessa direção, a presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) manifestou seu pensamento com críticas ao Governo e possíveis ameaças, afirmando que

(...) a agropecuária tem uma enorme lista de demandas não atendidas e corre sérios riscos de sofrer derrotas que podem deixar milhares e milhares de pessoas na miséria: o endividamento, que o Governo Federal atendeu pela metade e simplesmente adiou a quebraadeira para o próximo ano; a imposição de índices de produtividade que vão colocar todas as propriedades em risco de serem desapropriadas para fins de reforma agrária, mesmo as mais produtivas; a permanente ameaça de invasão do MST; a falta de controle sanitário que ameaça toda nossa pecuária – bovina, de leite, suína e de aves -; o sucateamento da infra-estrutura de transporte que onera os preços de nossos produtos e por isso reduz nossa renda; a contínua queda de preços dos produtos do campo por causa deste câmbio que só beneficia as importações e que está destruindo a produção rural e a indústria brasileira, que enfrenta a competição desleal de países como a China. (MENEGUETTE, 2006; 1).

Resta claro que está em pauta uma série de interesses que perpassam o Estado, inclusive, como parte do jogo, exprimem a possibilidade de desorganização do agronegócio pela ameaça da desapropriação de propriedades para atender a reforma agrária. É como se houvesse uma inversão dos papéis, em que os dominados dão as cartas na definição das políticas públicas. A UDR, por sua vez, organizou uma mobilização de rua, batizada de *Acorda Brasil*, no dia 28 de maio de 2004, na cidade de Presidente Prudente - SP:

(...) o manifesto teve como principal objetivo divulgar a importância do agro-negócio no cenário sócio-econômico brasileiro, como também cobrar dos governos e instituições uma política agrária que respeite as Leis, e acima de tudo o verdadeiro produtor rural. (GARCIA, 2004; 1).

Essas formas de atuar, assumidas pela classe patronal, são claramente a tentativa de *travar* os movimentos sociais, descaracterizando-os perante a sociedade como legítimos em suas demandas e, por outro lado, buscando legitimidade para seus pleitos.

Com esse mesmo sentido, em julho de 2008, o encontro da Via Campesina,<sup>56</sup> em Cascavel - PR, foi confrontado por fazendeiros da Sociedade Rural do Paraná:

(...) a 7ª Jornada de Agroecologia, promovida pela Via Campesina, começou ontem em Cascavel (PR) com um protesto de fazendeiros, liderados pela Sociedade Rural Oeste do Paraná, que criticavam o uso de prédio público para realização do encontro. A manifestação reuniu cerca de 200 pessoas. A Polícia Militar evitou o confronto entre manifestantes e camponeses, que chegavam de vários Estados e também do Paraguai e da Argentina para o encontro, que deve reunir cerca de 4.000 pessoas. A PM bloqueou o acesso ao campus da Unioeste, onde ocorre o evento até sábado. O presidente da Sociedade Rural do Oeste do Paraná, Alessandro Meneghel, 43, disse que o protesto, além de mostrar que "esses movimentos ditos sociais utilizam os prédios públicos para seus atos", foi também para revelar "ao povo a demagogia daqueles que querem produzir sem agrotóxicos e sem transgênicos". José Maria Tardin, da Via Campesina, disse que a manifestação dos fazendeiros mostra "a disputa entre a produção independente defendida pelos agricultores familiares e o modelo dependente que homens do agronegócio defendem". Meneghel tentou justificar a baixa adesão ao protesto dos fazendeiros. "Esse pessoal [da Via Campesina] pode reunir muita gente, já que ninguém trabalha. Mas nós temos nossas obrigações". (FOLHA DE SÃO PAULO, 24/07/2008).

O representante da Associação dos Produtores Rurais de Mato Grosso, enfocando a amplitude que o agronegócio abarca e destacando sua importância para sociedade. Diz ele:

(...) o agronegócio é ter um leque muito grande. Ele vai desde a produção de alimentos; a produção de máquinas; a produção de insumos, a geração de empregos e a condições de vida melhores para as pessoas que estão envolvidas nesse processo. Porque tudo é uma seqüência: o agronegócio não é só o boi, não é só a soja, não é só o milho. Não, ele engloba muita coisa em torno dele. Porque os bens e serviços que vivem dessa produção, é um leque muito grande: você não faz plantação sem trator. Já o trator, tem a oficina; tem a fábrica de pneu; ele tem a fábrica de peças; ele tem uma série de outros envoltimentos de componentes também que seguem na mesma direção. O fim é o mesmo. São vários princípios para um fim, canalizam para um negócio. (BRUNO, 2008; 181).

---

<sup>56</sup> - A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa (<http://www.social.org.br/cartilhas/cartilha003/cartilha012.htm>)

Essa é a força que o agronegócio quer mostrar na realidade, uma grande aliança englobando as mais diversas demandas. Mais do que um conceito ligado à organização da produção, ele incorpora a dimensão política e, por essa razão, o agronegócio deve ser tratado como um conceito político. Com isso, a estratégia de sua legitimação fica ancorada na existência de uma possível reciprocidade com a sociedade, fazendo-a acreditar num esforço empreendedor que vai melhorar para todos. Esse jogo ofusca seu verdadeiro escopo, que é pressionar o Estado por políticas que lhe favoreçam e desestruturar as ações dos grupos dominados, bem como, dos movimentos sociais.

No caso dos assentados da reforma agrária, suas demandas também têm ressonância nas instâncias institucionais, mas nos limites há pouco sublinhados. Outra questão, contudo, de vertente ideológica, é inserida no jogo dos interesses das políticas públicas. Recorremos a José de Souza Martins, que chama a atenção para o fato de que foram a CPT e o MST que colocaram na agenda do Estado a questão da reforma agrária. Só que, conforme este autor, ela foi apresentada segundo uma visão que não traduz o verdadeiro sentimento dos representados, que é a luta pela terra de trabalho.

Com a conquista da terra, os trabalhadores rurais pretendiam garantir uma produção baseada em relações de solidariedade com a prática do mutirão e troca de serviços tradicionalmente presentes nas comunidades rurais e entre pequenos produtores rurais; uma organização da produção com base no trabalho coletivo posta pelas CEB's que tinham uma prática de produção de pequenas roças; e com um comércio capaz de disponibilizar a produção interna no mercado fora do Assentamento. Todas estas atividades assumiram, essencialmente, coletivo. *Esta questão era nova no Assentamento de Santana* (grifo nosso), porém a prática social das CEB's conservada por eles os encorajava a prosseguir naquela escolha. (ARAÚJO, 2006; 95).

Considerado como forma de organização pioneira, o modelo coletivo de se trabalhar a terra foi adotado pelo INCRA.

Nos projetos de assentamento no Estado do Ceará, tanto o trabalho como a posse da terra são coletivos.

Os assentamentos rurais a partir dos anos 1980 assumiram, duas formas de apropriação da terra: a parcelada e terra coletiva. Destas duas estruturas de organização do assentamento, se desdobram formas diferenciadas de produção. No caso daqueles cuja base era a terra coletiva podemos enumerar: a) a forma de produção coletiva, os trabalhadores rurais estão objetivamente dependentes e associados entre si, dividindo os frutos do trabalho; b) a forma de produção se estrutura com uma área de terra reservada exclusivamente para exploração coletiva e outra para a exploração individual familiar, podendo a comercialização dos seus produtos (coletivos e individuais) ser efetuada pela mediação de uma cooperativa (absorvendo todos os assentados), quanto pela própria família (ou até por pequenos grupos associados entre si). (ARAUJO, 2006; 24).

Informações colhidas junto aos técnicos do INCRA dão conta de que os assentamentos no Ceará, em sua maioria, organizam-se por meio de associações, e poucos, três ou quatro, num universo de mais de trezentos em cooperativas. Em ambos os casos, a gestão do assentamento é feita por intermédio de uma diretoria que desenvolve as atividades em grupo de trabalho, complementando-se às vezes com as comissões que tratam das questões sociais, sobretudo, nas áreas de saúde e educação. Geralmente as decisões ou deliberações maiores dão-se em de assembléia geral, que ocorre ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente quando necessária.

A área é considerada comunitária, haja vista que o INCRA, atualmente, não parcela o imóvel e a forma de exploração da terra adotada pelos assentados é mista, ou seja, unidade familiar e coletiva. Nesse sistema, a unidade familiar, isto é, a família, trabalha num espaço individual definido em planejamento de ocupação espacial da área, no qual estão destinadas também as áreas de uso coletivo (sítios, capineiras, mangas ou soltas e açudes, também os equipamentos agrícolas e animais – bovinos, caprinos e ovinos).

A exploração individual, comumente definida em regimento e de forma tradicional para uma produção de subsistência, vai dando-se paulatinamente, pois trabalham anualmente de dois a três hectares. Eles plantam milho consorciado com feijão, plantam a mandioca para alimentação dos animais.

O rebanho individual também é limitado, ficando em torno de vinte a trinta cabeças por família, entre bovinos, caprinos e ovinos, dependendo do tamanho e potencial forrageiro do assentamento. Algumas áreas de reforma agrária dispõem de rebanho coletivo, onde ocorre a distribuição de leite para todas as famílias e tem o gado

como uma poupança. No assentamento São José II, os ovinos pertencem ao grupo de crianças e mulheres e no Aroeira pertencem ao chefe da família.

Vale salientar que, atualmente, para desmatar qualquer área, é solicitado ao INCRA que, por sua vez, pelo Termo de Cooperação Técnica com a SEMACE, autoriza ou não o desmatamento previsto.

As “mangas ou soltas” são áreas de pasto nativo da região destinadas ao rebanho pecuário (bovino, caprino e ovino) usadas coletivamente. Sejam individual ou coletivo, os animais são levados para o pastejo entre junho e julho e aí ficam até o começo das chuvas. Essa maneira de manejar o rebanho decorre do fato de se ter custo praticamente zero com a pastagem natural, ou seja, economia de trabalho para o camponês e uma racionalidade nas despesas.

De acordo ainda com o regimento da Associação os assentados, em grupos, trabalham um dia por semana para desenvolver as atividades coletivas, que se destinam, muitas vezes, à implantação de capineiras, construção e/ou recuperação de cercas internas e do perímetro do assentamento, recuperação da casa-sede, limpeza dos açudes e das estradas internas, ou seja, todas as atividades de manutenção da propriedade.

Até 1985, o INCRA trabalhava com o parcelamento, com o PROTERRA, que fazia a aquisição das terras e repassava para as famílias (ARAÚJO, 2006; 140). O assentamento baseado na terra, e no trabalho coletivo tem, no entanto, ensejado discordância entre os assentados, como veremos mais à frente.

Para o trabalhador sem-terra, o que assume valor, em termos de reforma agrária, é o local da morada, é a terra como sinônimo de liberdade, são os projetos do Governo. É o que constatamos em campo. A esse respeito, entrevistado do Aroeira diz:

(...) pra mim é ótimo, por eu ter onde eu plante hoje, não pago renda e trabalho pra mim mesmo. Crio né, gado, ovelha, animais né. E tenho uma casa pra morar e isso é muito bom já pra gente. (...) O governo ajuda né, com recurso, com crédito né. (MAIS de 40 anos, analfabeto).

Livrar-se da renda paga ao patrão e dispor de ajuda do governo para conduzir seu próprio “negócio” é a realização dos seus sonhos.

Por sua vez, a condição de sua miséria são as forças naturais e/ou sobrenaturais, elementos esses que se “organizam” em suas estruturas mentais e dominam seu pensar e agir voltados para o concreto imediato. Reflete sobre o que lhe é

sensível. São esses fatos que se lhes apresentam como comprometedores de sua existência<sup>57</sup>. Um do São José II falou sobre sua dependência:

(...) bom, primeiro a gente depende dum inverno bom, primeiro né, que depende de Deus um inverno bom e segundo a gente depende também é, algum projeto (...) a gente que vive em assentamento, a gente tem que trabalhar muito bem, a gente trabalha, a gente vai planta feijão, milho, como no ano passado, eu plantei, eu perdi tudo. (ASSENTADO, idade entre 25 e 40 anos, analfabeto).

Outro do Aroeira manifestou a seguinte opinião:

(...) ela (agricultura) é muito dependiosa, é cansativa, ela, a pessoa tem muito que acreditar fortemente e acreditar na agricultura, por que se ele for duvidoso, ele finda sem nada pra sempre. Que a agricultura, ela sempre é assim, ela dá e ela tira né. (ASSENTADO, idade entre 25 e 40 anos, alfabetizado).

É assim que compreendo serem tratados como conservadores por José de Souza Martins, ao agirem em conformidade ao modo de vida do passado e organizarem sua produção vinculando à força de trabalho familiar, ao consumo, ou seja, nas palavras desse autor “um modelo centrado na economia mercantil simples (MARTINS, 2000; 32)”, adotando práticas do senso comum.

Não estamos diante de um pensamento e de uma ação diferentes do passado e, nesse sentido, o coletivo não tem espaço para os seus significados. Três motivos explicam essa questão. Primeiro não há registro de práticas coletivas no latifúndio, pois a forma de organização da produção era familiar com base na divisão do produto obtido entre o patrão e o trabalhador, sendo que a parte que sobrava para este era no limite para sua reprodução e da família, como fala uma ex-meeira: **a gente fazia inda era mais só pra pagar né, o que tava devendo por que a gente prantava o feijão, o milho, tudo bem, ficava em casa, mas a gente prantava algodão, essas coisas assim só sobrava pro patrão, só dava pra ele mermo.**

---

<sup>57</sup> - Referindo-se a sua ida para o assentamento, um assentado expressou sua crença: “quando Deus determina uma coisa no pensamento da pessoa, num tem como se desviar, né. Deus manda que você faça isso né. (...) E Deus mandou que eu viesse prá cá né. (...) ... tava determinado d’eu vim”. (ASSENTADO DO AROEIRA mais de 40 anos, analfabeto).

Nessas condições, era quase impossível a prática coletiva. Segundo, o sistema de submissão, com o trabalhador assumindo compromissos como o de votar em quem o patrão ordenasse, era de interesse deste manter cada família numa área de terra sob seu controle para assegurar seu poder político e reproduzir as condições de dominação. Em tais circunstâncias, e esse é o terceiro motivo, com o monopólio da propriedade da terra, existia sim a percepção do privado e essa foi a relação que ficou, no imaginário desse camponês. Com isso não estamos excluindo o trabalho coletivo nesse sistema social, realizado na forma de “troca de dias de trabalho” entre as famílias. O que chamamos atenção é que foi elaborado na mente do camponês o ideal da terra própria para trabalhar, da morada, como nos disse uma assentada do São José II, quando falou da diferença entre o passado e o presente:

(...) a diferença de antes pra hoje né, é mermo que a pessoa saiu assim dum, dum canto bem ruim e chegou no céu por que talvez, por que a gente já se sente assim, por que só essa de você ter o seu canto pra morar, de você *ter a sua terra* pra trabalhar, num ter que tá agüentando abuso de ninguém eu acho que é uma coisa muito boa. (ASSENTADA DO SÃO JOSÉ II, mais de 40 anos, coordenadora da fábrica de cajuína).

Ter liberdade, não ser tomando por escravo e a garantia para família são dimensões que nos possibilita a pensar como força de um desejo que se sobrepõe a qualquer alternativa de acesso à terra.

### **3.2 A contraditória construção dos assentamentos: representações e reciprocidade**

Com o objetivo de representar os assentados, discutir suas demandas, as associações desses projetos de assentamento encontram dificuldades de encaminhá-las.

Consultando as atas das assembleias da Associação Vitória, vimos que em grande parte, elas relatam questões de ordem interna, de comportamento de assentado, eleições da diretoria, aprovação da entrada de assentado, discussão sobre critérios para o trabalho coletivo. Em ata de 06/01/2002, discutiram e aprovaram proposta de procurar, junto ao INCRA, recursos para custeio da safra, já que as perspectivas, segundo eles, eram de bom “inverno”. Nas atas de 13/01/2002 e 03/02/2002 constam a mesma

discussão e a aprovação por unanimidade da compra de um trator de pneu com equipamentos agrícolas. Até hoje, porém, julho de 2008, a proposta não se concretizou, não foi encaminhado a nenhuma instituição para elaboração do projeto de financiamento.

Para o presidente da Associação Vitória, o objetivo dessa “é implantação de projetos para o associado” e, quanto à existência de planejamento, diz ele: **é planejado pela diretoria de acordo com a situação que se apresenta.** Outra informação do mesmo presidente é que **só ocasionalmente essa interage com outras com objetivos semelhantes ou não.** Ao contrário da cooperativa Che Guevara, que comercializa a produção de amêndoa e a de mel de seus sócios, no Aroeira, a venda dos animais para abate é feita individualmente, para intermediários e/ou açougues de Ocara. No caso dessa, parece claro que está ela voltada para as questões comunitárias. As perspectivas que a direção tem, expressa nos objetivos e num possível exercício de organização de suas ações, são as do senso comum, o que corresponde à sua posição social.

Procurando identificar os principais problemas existentes nos dois assentamentos realizamos uma oficina, primeiro com os produtores do Aroeira, nesse eles apontaram: **a falta de recursos; de escola para crianças e para alfabetização de adultos; liberdade para aplicação do crédito, uma vez que, os recursos já vem definidos e não podem ser alocados em atividades por eles tidas como prioritárias, neste caso citam a obrigatoriedade na compra de animais com certificado; repartição da terra; pouca participação nas reuniões de assembléia geral, entendida por eles como falta de união, acomodação e houve quem falasse que muitos estavam satisfeito com o que já tinham; renda insuficiente para sustentação da família, falta de política do governo para compra da produção e trabalho coletivo.**

No assentamento São José II, empregando a mesma metodologia, identificamos semelhantes problemas.

Das questões assinaladas, os assentados de ambos os projetos que participaram das oficinas elegeram como principal **a pouca participação nas assembleias** e que entendem como falta de união. Ele é visto como a causa dos demais. Essa é a visão de mundo deles, “fragmentada”, entre o local e o todo, da posição que ocupam no espaço social, que já foi discutido. Pensamos, no entanto, que não se trata de um problema gerado na própria comunidade, como eles pensam e assimilam. A falta de união associada à participação nas assembleias sugere entender como produto da relação técnico-produtor, pois, por outro lado, nas fala de vários deles observamos

claramente que é a solidariedade existente entre eles que prevalece. Nesse caso, é possível considerar que a Associação é uma “imposição” tecnicista.

Nesses termos, vale lembrar que os programas Novo Mundo Rural e a “Reforma Agrária de Mercado” tinham como estratégia de ação o incentivo para formação de associações<sup>58</sup>. Chamamos a atenção para o fato de que há uma preocupação dos tecnocratas do Estado em querer “organizar os produtores”,<sup>59</sup> entendendo que, por essa via, pode se unir e facilitar o acesso às políticas públicas. A esse respeito nos fala uma extensionista da EMATERCE, lotada no escritório central de Fortaleza, com mais de 25 anos de trabalho no campo:

(...) acreditamos que nossos agricultores não tem a cultura do associativismo, preferindo viverem individualmente. Ora, Tanto o Programa de Reforma Agrária do INCRA como o de Crédito Fundiário, pelas suas normas, induzem aos agricultores a viverem de maneira coletiva. Mas é muito claro para nós que este fato se constitui um problema, com dificuldades para trabalhos coletivos, para trabalhos participativos, tomadas de decisões. Acontece que o poder fica sempre nas mãos de uns poucos e a tendência é sobreviverem individualmente dentro de um pseudo-associativismo. Existem casos extremos em que os agricultores preferem abandonar o imóvel e não se submeter às regras de associativismo. (EXTENSIONISTA, 29/05/2008).

Assim, querer organizar os produtores é supor a existência de um “caos”, ou seja, é possível pensar nessa proposição tecnicista, como orientada para organizar a produção conforme a lógica do mercado, é dizer, preparar os camponeses para jogar o jogo do mercado. Certamente, o que prevalece é o poder do Estado de fazer valer a visão da tecnocracia e, dessa forma, reproduzem-se os critérios de obediência do latifúndio, do “mando e do faço”. Pensamos, então, que os assentados aceitam a associação mais com o pensamento de que ela é a solução das suas dificuldades para poder melhorar de vida.

Como expresso a pouco, a Associação é pensada pelos técnicos como um mecanismo de união e/ou organização da produção. Querer unir os produtores por essa via parece-nos uma estratégia mais complexa uma vez que eles não têm experiência para se juntarem e tomar decisões em perspectiva. Não que essas situações sejam

---

<sup>58</sup> - Ver Tese do Professor Francisco Amaro Gomes de Alencar, *Uma Geografia das Políticas Fundiárias no Estado do Ceará*. Fortaleza: UFC, 2005.

<sup>59</sup> - Essa expressão é, normalmente, falada pela maioria dos técnicos do Estado.

insuperáveis para se construir algo que os represente. Falamos da ausência em suas trajetórias de esquemas de ação para esse fim e não considerar esse aspecto deixa-os vulneráveis a interesses que não convergem para seus objetivos de vida. Dessa forma, a percepção de que a pouca participação nas assembleias significa desunião, a nós parece uma reprodução da visão tecnicista e, nesse caso, tem-se um aparente paradoxo, são desunidos, mas conseguem ser solidários conforme já discutimos.

Consta no Estatuto da Associação Vitória o seguinte artigo:

ARTIGO 3º - Compete a Associação Comunitária dos Assentados do Assentamento Vitória: a) *Organizar os assentados, por meio de reflexão e estudos dos problemas e dificuldades da mesma e procurar as soluções mais adequadas a cada problema, de acordo com o desenvolvimento da comunidade;* e) *Lutar pela implantação de uma justa política agrária, fundiária e agrícola bem como por uma melhor organização e comercialização da produção agrícola, eliminando, assim, a figura do atravessador do nosso meio.*

Não está no imaginário desse grupo social uma ação política nessas dimensões, não percebemos, na pesquisa de campo, qualquer motivação nesse sentido. Seu horizonte tem como limite a conquista da liberdade. Freire (1993, 107) entende que o indivíduo nessa condição vive uma “situação-limite”, em que no plano da “consciência real”, ele está impossibilitado de ver além da sua realidade objetiva. O entendimento que exprime é de dependência do Estado. Afirmação um deles: **para melhorar de vida é necessário que o governo tenha bons projetos** (fala de assentado, já citado). Essa avaliação revela-se, praticamente, como a situação-limite e, nesse caso, parece dificultar ampliar as relações sociais com outros agentes. Como já falamos, há uma preocupação com o imediato e a visão não comporta uma utopia política que transborde seus pensamentos quase que exclusivamente voltados para segurança da família:

(...) eu tô aqui, já tenho dito, vou criar meus filho, acabá de criar minha família aqui dentro e passar realmente o que eu aprendi né, e mais alguma coisa através dos estudos que hoje tá mais fácil, que pra mim já num teve, mas eu agradeço tudo isso. (ASSENTADO DO AROEIRA, mais de 40 anos, analfabeto).

O fato é que as associações criadas para “organizarem os produtores”, se voltam para administrar questões que se tornaram problemas para eles, como é o caso do trabalho coletivo. Com efeito, a desmotivação em participar das assembleias implica recair sobre a diretoria a responsabilidade da gestão, que é o que vem ocorrendo. Esta implicação decorre do fato de no imaginário deles, a Associação representar uma burocracia, dependência, como expressam em suas falas.

Uma estratégia esquecida pelos agentes mediadores é vincular as diversas associações dos assentados, formando uma rede dessas representações, uma vez que os interesses são muito semelhantes, criando, assim, um meio de circulação de informações, fortalecimento das ações, mas, sobretudo, um universo plural de experiências que possibilita a geração de outras consequências.

O objetivo deles era a conquista da terra e da morada. Quando dizem **não mais vou esquecer o acampamento** (ver Boxe 3), **lá éramos todos unidos, quando chegamos aqui muitos acham que já conseguiram tudo, muitos estão acomodados**. Nada mais revelador de seus propósitos do que esta afirmação.

### BOX 3 O Acampamento

É, na questão do acampamento...

Quando você trás os sem-terra, ele começa a ter um choque, por que voce trabalha em várias comunidades. Então vem, digamos que, eu esteja, eu vou fazer uma ação agora, eu esteja trabalhando o município de Quixadá, de Ibareta, de Choró e Limão. Pro acampamento, vem trabalhador desses quatro, desses três município. Junta tudinho, leva prá uma terra só, na mesma hora, pra chega tudo junto. A partir dali, eles já começam a ter um mundo diferente, por que ele vai começar a ouvir do outro, cada um a sua história.

"Olha, como é que era lá onde tu vivia?" De repente, via uma pessoa que não era o camponês, mas que vendia água na cidade, que vendia o leite né, que era um carroceiro, mas que o sonho era ter um pedaço de terra. Então vai começar ali, a ter uma história diferente na troca de experiência de vida

. Dentro do acampamento, a primeira coisa que a gente faz, ao raiar do dia, que geralmente a gente não entra durante, entra no raiar do dia na terra. Ao raiar do dia, a primeira coisa que a gente faz é uma grande assembléia. . Nessa grande assembléia, cada um vai se apresentar, por que muitos não se conhecem né.

= No acampamento?

- É, no acampamento. Ao realizar esta grande assembléia, a gente já tira a equipe que vai negociar lá no governo, avisar pro INCRA que a terra foi ocupada, tal. Que uma primeiro contato já leva, também, a sua pautinha de reivindicação. E ali no acampamento se tira, forma, vamos dez família, vamos juntar dez, dez famílias. De uma a dez famílias eles vão forndo os núcleos.

Agora as dez família junta, cada um, cada núcleo, cada grupinho de dez vai escolher um coordenador e uma coordenadora que vai representar o seu grupo. Nesse sentido a gente faz uma coordenação de acampamento né. E a partir daí, quando eles, olha vocês agora, vocês formaram agora, os núcleos de base. Aí vamos começar a dizer o que é um núcleo de base.

Vamos, agora vamos vê qual é o dia da nossa assembléia, o horário. Ah, toda tarde! Aí toda tarde. E o mutirão pra nós terminar os barraco. Quem é a equipe de barracos.

Quem é que vai pros mato tirar os pau? Quem vai colocar a lona? E é muito mais fácil trabalhar no acampamento, por que o sonho de um é o sonho de todos. Então você começa a dividir as tarefas ali. E no final do dia, o que era um desconhecido, já é uma grande família. O acampamento é uma coisa muito bonita de resistência. A partir daí a gente começa a trabalhar a resistência. E é muito mais fácil trabalhar no acampamento, porque o sonho de um é o sonho de todos. Todos aqueles que estão ali, querem um pedaço de terra. Por isso que é mais fácil, eles se resistem, eles enfrentam o sol, a chuva, muitas vez a violência, junto ali, por que aquele sonho, deles é um sonho comum. Que já uma diferença quando vira assentamento. Como o sonho comum era a terra e no assentamento todo mundo já conquistou a terra, agora cada um tem seus sonhos individuais. Já não tem mais aquele sonho comum, que era conquistar a terra, por que já foi conquistado. Que era ter uma vida diferente que já se tinha, que mudou um pouco a sua vida. Então no assentamento, já começa a mudar. A partir daí, no acampamento a gente começa a criar as normas do acampamento. Mas aí, tudo precisa d'uma norma. Como é que vai funcionar o nosso acampamento, né? Qual é o horário que a gente vai distribuir a alimentação? Por que no acampamento tem um barraco que é só de alimentação.

BOXE 3 (continuação)

. Toda alimentação que vem, ou que o INCRA envia, ela vai prá um barraco, ela num vai cada cesta pra cada um. Por que se for, cada cesta pra cada um, quando parar a alimentação, o acampamento vai passar fome. então nós tínhamos o barraco de alimentação. constrói um barraco, tem lá: "barraco de alimentação". Pra esse barraco de alimentação, tem uma equipe que distribui alimentação todos os dias, ou duas vez por semana, depende do quê eles criam né. Às vez eles criam, "não, a gente recebe alimentação na sexta-f, no sábado e passa a semana todinha com aquela alimentação, só vem receber de novo no outro sábado. então começa dar organicidade, a dar vida no assentamento, há quem anima né, as noites culturais, as rezas, os cultos né, por que tem evangélico, tem católico né. Então você começa a criar essa vida do acampamento, né. Essa vida em comum e começa a fazer os cursos. o FIPE, trabalhando a formação política.

Da entrevista dada pela representante da Direção estadual do MST no Ceará.

Nessa mesma direção é o questionamento da compra dos animais com certificação. Assumem que comprariam os animais a um preço bem inferior na própria região. Não relegamos o problema da especulação muito discutida pelos técnicos, o que expõe o “compromisso” do Programa em resguardar vantagens para os produtores. O que exprimimos é a avaliação que eles fazem, isto é, os critérios utilizados, da relação entre o preço de compra e de venda para o abate, descurando o risco que representa a aquisição de animais não certificados. Deles é “exigido”, porém, comportamento empreendedor, a participar de um jogo num campo onde suas fichas para ingresso são insuficientes. O mercado, como vimos, é uma construção social por capitais, que definem seus espaços de competência.

Esse homem age desta maneira menos por estar habituado à miséria e mais por impulso de seu estigma cognitivo, incorporado em sua trajetória singular. A fala de um assentado do São José II retrata a questão: **se eu fosse uma pessoa inteligente assim, que tivesse letra, eu podia ta na agricultura, agora outra coisa eu tinha.** Essa autoclassificação, decerto, traduz a força desse sinal distintivo.

Parafraçando Karl Polanyi, ressaltamos que o alto significado da terra e da morada tem um propósito de salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem aos seus propósitos. Trata-se de um agir para não refluir ao tempo da miséria do latifúndio.

Estudos da Antropologia, segundo esse autor, sobre sociedades primitivas, destacaram “a não-modificação do homem como ser social”:

(...) seus dotes naturais reaparecem com uma constância marcante nas sociedades de todos os tempos e lugares e as condições necessárias para a sobrevivência da sociedade humana parecem ser as mesmas, sem mutações. (POLANYI, 2000; 65).

Recuperando a discussão sobre a socialização no latifúndio, vimos que primeiro ele desenvolve a prática do respeito para estabelecer laços sociais e como estratégia para sua sobrevivência. É o ensinamento afetivo que assimila e ainda hoje orienta suas interações. Não há registro de seu envolvimento com a comercialização, pois metade do produto do seu trabalho era entregue ao latifúndio e a outra parte era consumida pela família.

(...) a gente passava muita dificuldade por que a gente comprava assim no inverno, passava o inverno comprando né o dito patrão, dono da terra, então o pouco que a gente fazia inda era mais só pra pagar né, o que tava devendo por que a gente prantava o feijão, o milho, tudo bem, ficava em casa, mas a gente prantava algodão, essas coisas assim só sobrava pro patrão, só dava pra ele mermo. (ASSENTADA DO SÃO JOSÉ II, mais de 40 anos, alfabetizada)

Esse elemento que selava o “contrato” da parte do camponês e da parte do patrão era ceder terra e/ou morada. Foram essas relações sociais, é possível aludirmos, que ensejou a necessidade da liberdade e não um caráter econômico. Não havia espaços para trocas significativas, mesmo porque predominava a divisão simples do trabalho. Ainda que houvesse alguma motivação econômica, mas, nas circunstâncias daquele contexto, prevaleciam as obrigações impostas aos trabalhadores. Quer dizer, no geral as condições existentes eram insuficientes para viverem experiências de mercado. Estamos falando, então, de um homem quase exclusivamente voltado para o trabalho e, sendo assim, nos parece ser equivocada a leitura que aponta o mercado como panacéia de seus

problemas<sup>60</sup>. É a essa incongruência que nos referimos, desse homem voltado para sua comunidade<sup>61</sup>, mas que, até por força do contexto capitalista, é tomado pela tecnocracia, como dotado de avareza e, com efeito, ao dar maior ênfase aos aspectos econômicos, implica seu isolamento de outros elementos sociais. Nesse sentido, são definidos objetivos como do PRONAF (ver Boxe 4), de profissionalizá-lo para inserir no mercado ou como consta

#### **BOXE 4 PRONAF**

Criado em 1995, apenas como uma linha de crédito de custeio, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar passou por grandes mudanças e ampliou seus instrumentos de atuação. Ao longo de 13 anos, passou de 150 mil contratos e R\$ 350 milhões emprestados a agricultores familiares para mais de 1,6 milhões de operações e R\$ 8,4 bilhões aplicados (dados da safra 2006/2007).

#### **Novas regras simplificam acesso de agricultores ao Pronaf**

Agricultores familiares de todo o País passam a contar, a partir de 1º de julho, com a simplificação das normas para a obtenção de crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A solicitação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) junto ao Conselho Monetário Nacional (CMN) foi resultado das demandas de movimentos sociais dos agricultores familiares, de extensionistas rurais e dos agentes financeiros em tornar as normas mais simples. “A simplificação do Pronaf atende as expectativas dos agricultores familiares e promoverá maior produção no meio rural brasileiro. Os juros ficam mais baixos e os limites de crédito, ampliados. Com isto, os agricultores terão um crédito mais ágil, moderno e adequado às suas necessidades”, destaca o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel. A medida, publicada na última terça-feira (1º) no Diário Oficial da União (DOU), traz entre as mudanças a extinção dos grupos C, D e E do Pronaf, constituindo uma única categoria intitulada Agricultura Familiar. As taxas de juros serão reduzidas. Para os financiamentos de custeio, as taxas ficarão entre 1,5% e 5,5% ao ano (hoje, variam entre 3% e 5,5% para esses grupos que estão sendo extintos). Já as operações de investimento terão juros entre 1% e 5% anuais, enquanto atualmente variam entre 2% e 5,5% ao ano. Para o secretário da Agricultura Familiar do MDA, Adoniram Sanches Peraci, com a simplificação do Pronaf, os agricultores familiares poderão solicitar o crédito rural de acordo com a sua necessidade. “As taxas de juros serão definidas pelo valor financiado e, com isso, o critério da equidade do Programa será mantido”, ressalta. Os grupos A (crédito para a reforma agrária) e B (microcrédito rural) não serão alterados, permanecendo como funcionam atualmente. As linhas especiais (como Pronaf Floresta e Pronaf Jovem, entre outras) continuam a existir, mantendo os enfoques sociais e ambientais do Programa e as mesmas taxas de juros e limites de financiamento das linhas normais. Para essas linhas especiais do Pronaf, passa a valer a queda nas taxas de juros prevista para 1º de julho. Alguns exemplos dessa queda nas linhas especiais: Pronaf Agroecologia, Pronaf Mulher, Pronaf Floresta e Pronaf Agroindústria, que passarão a ter taxas entre 1% e 2% ao ano, enquanto hoje elas variam entre 2% e 5,5% anuais. (<http://www.mda.gov.br/saf> ; Acesso em 06/09/2008).

do Programa de Reforma Agrária de Mercado visto no capítulo 2.

O PRONAF estabelece como objetivo:

(...) criar, desenvolver, adaptar e aperfeiçoar programas, projetos e atividades de apoio diferenciado aos agricultores familiares nas linhas de crédito rural, infra-estrutura e serviços municipais, assistência técnica, extensão rural, pesquisa agropecuária, capacitação, profissionalização e inserção no mercado. (PRONAF, <http://www.mda.gov.br/saf> ; Acesso em 06/09/2008).

Essa mudança de atitude buscada pelo Programa encontra, geralmente, discordância entre os técnicos com experiência no serviço de extensão rural, conforme o depoimento seguinte:

(...) a capacitação é insuficiente para que os agricultores assumam seu papel e conheça seus direitos, tenham consciência do seu papel enquanto assentados. Muitos não tem a consciência de que passaram de posseiros, parceiros, trabalhadores rurais para empreendedores como proprietários que passam a ser. (EXTENSIONISTA DO ESCRITÓRIO CENTRAL DA EMATERCE, 29/05/2008).

Concordamos com esse argumento, mesmo porque a pesquisa de campo registrou certa desconfiança desses produtores em relação ao mercado, como assinalamos há pouco, em depoimentos dados por eles. Também não se trata de uma transformação mecânica meeiro-empendedor. O que existe é um descompasso entre o pensar conservador do camponês e a lógica do mercado, ou seja, a ausência de disposições que correspondam à realidade objetiva em que atualmente se inserem.

Nesse sentido, lembremos do conceito de empreendedor de Joseph Schumpeter, citado anteriormente, que, em outras palavras, enfatiza sobre a natureza dos hábitos arraigados de pensar e dessa maneira: “no peito de quem deseja fazer algo

novo, as forças do hábito se levantam e testemunham contra o projeto em embrião (SCHUMPETER, 1997; 93)”.

Recorrendo ao depoimento de um assentado do São Jose II a respeito das práticas de seus companheiros tidos como conservadores: **eles, esses mais antigos aqui, os mais antigo, ainda praticam a agricultura que aprenderam com seus avós, (...), é, é, o consórcio, muitas vezes eles não querem aderir o plantio com matraca<sup>62</sup>, que é uma máquina de plantio rápido** (substitui a enxada no plantio de sementes) **eles muitas vezes não querem aderir**. Esse comportamento mostra quão radicado é o *habitus* no indivíduo. Para romper com essa “força dominadora” e se ajustar ao campo em questão, somente ao preço de uma transformação criadora (BOURDIEU, 1979; 16). Continuando seu raciocínio, esse mesmo autor acrescenta que “por não se transformarem no mesmo ritmo das estruturas econômicas, disposições e ideologias correspondentes a estruturas econômicas diferentes, ainda atuais ou já caducas, coexistem na sociedade global e por vezes nos mesmos indivíduos”.

Baseado nesses argumentos, pensamos que as “tensões” entre a tecnocracia e os camponeses têm raízes nas divergências entre as estruturas subjetiva e objetiva do *habitus* camponês, quer dizer, esses perseveram as atitudes econômicas segundo a economia mercantil simples que, o técnico governamental, geralmente não entende. Dizendo de outra maneira, pelas dificuldades que eles têm de se adaptarem às exigências do mercado, pois, no entendimento de Thompson (1998, 19),

a inovação é mais evidente na camada superior da sociedade, mas como ela não é um processo tecnológico/social neutro e sem normas (“modernização”, “racionalização”), mas sim a inovação do processo capitalista, é quase sempre experimentada pela plebe como uma exploração, a expropriação de direitos de uso costumeiros, ou a destruição violenta de padrões valorizados de trabalho e lazer.

É possível, então, pensar na construção de um modelo alternativo de organização da produção ao sistema capitalista? Os obstáculos que se opõem, contudo, a essa proposição revestem-se de uma complexa resistência, praticamente inviabilizando

---

<sup>62</sup> - Trata-se de uma máquina manual de fácil operacionalização no plantio de sementes. O agricultor utilizando as duas mãos pressiona a sua parte inferior de saída das sementes contra o solo abrindo uma cova e deixando cair as sementes. Esse equipamento substitui a enxada com a vantagem de reduzir a jornada de trabalho praticada em áreas de iguais dimensões, como reconhece o produtor entrevistado.

essa empreitada. Portanto, a expropriação de que fala o autor é possível ser enfrentada pela resistência às inovações do processo capitalista, pela lógica da solidariedade construída nessas configurações. No geral, o comportamento dos assentados do Aroeira parece sinalizar nessa direção.

Ficou destacado anteriormente ser o mercado consequência das interações de agentes e a participação nele definida pelo poder da organização que os representa e pelo volume e estrutura do capital de que se dispõe. Por sua vez, deve estar claro que as representações camponesas, no caso suas associações, são, no geral, a reprodução do estilo de vida campesino, de seus esquemas de percepção e avaliação. São essas circunstâncias que se levantam como “obstáculo” à inscrição dos camponeses na economia de mercado. Quer dizer, apresentar-se ao mercado como proprietário dos meios de produção e assumir o perfil de empresário do tipo schumpeteriano. Certamente, assim, se romperia com a identidade campesina e se tornaria igual aos empresários, constituindo-se um só corpo presente no seio do Estado. Decerto, estaria filiado às representações patronais. As dificuldades dessa transformação estão relacionadas, de maneira geral, com as possibilidades objetivas e efetivamente percebidas pelos camponeses, cuja visualização é derivada do seu estatuto social, isto é, das relações sociais vigentes no sistema latifundiário.

A Secretaria da Agricultura Familiar do MDA definiu como missão:

(...) a Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário - SAF/MDA, tem por missão consolidar o conjunto da agricultura familiar de modo a promover o desenvolvimento local sustentável por meio da valorização humana e da negociação política com representantes da sociedade, respeitando os desejos e anseios das organizações sociais e praticando os princípios da descentralização, da democracia, da transparência e da parceria, com responsabilidade. (<http://www.mda.gov.br/saf/> acesso em 06/09/2008).

Por sua vez, um produtor fez a seguinte observação:

(...) eu esperava que aqui crescesse melhor né, crescer mais, tivesse mais desenvolvimento, mais investimento né. Que o governo viesse mais, investir mais nas área de assentamento, por quê o que eu vejo hoje. Vou até encompridar a história aqui, por que eu tô vendo hoje assim, é diferente os assentamento por que, o governo faz assim, vem uma reforma agrária aí desapropria uma fazenda dessa e coloca quantidade de família né, tanto ser aqui como em outros assentamento e de repente aí as porta fica fechada né.

Joga aquele pessoal lá dentro, pessoal sem condições de trabalhar, o pessoal não tem como desenvolver. Pra receber um projeto é uma burocracia muito grande, passa por processo, muitos processo até chegar ao agricultor e quando chega na mão do agricultor é uma coisinha, já vem aquela coisinha pouquinho e com séria dificuldade pra ser aplicada (ASSENTADO DO AROEIRA, 25 e 40 anos, primeiro grau incompleto).

Certamente tal vontade declarada do Governo não está em direção ao encontro do que os produtores esperam do Estado, quando o tomam como seu provedor, para que possam melhorar de vida. Ora, o governo, sob o impulso do poder, tem tendência à generalização dos valores/preceitos predominantes na sociedade.

A autoridade tem tendência expansiva. Tem a tendência de expandir a ordem que representa em direção a uma saturação do espaço territorial. A aceitação da validade dessa ordem implica uma tendência para a sua universalização no interior da sociedade que a autoridade governa. (SHILS, 1999; 62).

Foi assim com o sistema coletivo e com a criação das associações. Com efeito, o modelo de assentamento estabelecido pelo Governo mostra-se gerador de incongruência. É isso que verdadeiramente as informações de campo revelam. A implicação desse fato são as ambiguidades que só são possíveis de compreender tomando como referência o contexto acima.

Os assentados dispuseram-se a ocupar áreas de terra, mesmo que para isso tivessem que se confrontar com o Estado e segmentos sociais contrários a esse tipo de ação coletiva, com único objetivo - dispor do domínio da terra e com ela a liberdade sonhada. A conquista dessa aspiração, de certa forma, ficou “arranhada,” quando passaram a conviver numa ordem social de relações “desconhecidas”, como o coletivo, que contrasta com suas práticas ou com aquilo que ele carrega, diga-se, está enraizado. Em tal realidade objetiva, esse desajuste torna-se incompreensível, pois lhe faltam elementos que tornem a situação esclarecida. É isto que estamos chamando de ambiguidade, isto é, a falta de clareza do que está em jogo.

No caso, tanto do São José II como do Aroeira, a ambiguidade manifesta-se na polarização da liberdade *versus* coletivo. A liberdade representando a autonomia de fazer o que entende que deve ser feito, como expõe o presidente da Associação Vitória sobre o coletivo e individual: **cada um cuida de si né, das suas coisa, dos seus**

**animais, do seu gado, suas ovelhas, enfim, todo mundo nas suas áreas de trabalho e todo mundo fica na sua posição né, ....** Já o coletivo é percebido como uma espécie de divisão dos meios de produção e que tira autonomia de decidir; burocrático, no sentido de que sua decisão deve ser submetida ao entendimento de outros (nesse caso submetido ao plenário da assembleia da Associação). No imaginário desses grupos sociais, certamente, relembram o tempo de meeiros que nada podiam decidir. Nas palavras da representante do MST **eles veem o coletivo como um patrão.**

Perguntados sobre a preferência, se o domínio da terra como é hoje, coletiva e individual ou se só individual, propriedade própria, somente um assentado optou pela mista, os 19 restantes presentes às duas oficinas disseram se tivessem o mesmo acesso ao banco que têm hoje, preferiam a individual.

Também nas entrevistas é um tema exposto por eles:

(...) é que, é muito diferente do, numa coisa particular, lá fora né. Com a coisa particular, lá fora o Sr. diz assim, rapaz amanhã eu vou fazer aquela cerca, amanhã eu vou brocar aquele roçado, vou fazer aquele açude, eu vou mudar aquela casa. o Sr. vai e faz mais os seus trabalhador, por que aquilo é seu, é a sua fazenda. Dentro do assentamento não, se você for fazer uma coisa hoje, aí você tem que falar com o presidente, o presidente vai marcar uma reunião com o povo pra saber se o pessoal aprova, pra saber se eu posso fazer aquilo. Aí, muitas vezes, no dia da reunião a pessoa num consegue falar aquilo que quer por que tem outras coisa na frente, aí assim as coisa vai ficando um pouco difícil né, mas é assim que tem que funcionar, por que se for fazer assim, por conta própria, que nem nós falemo indagora, acontece da pessoa perder até a terra né, perde até a morada no assentamento. (ASSENTADO DO AROEIRA, faixa etária mais de 40 anos).

Percebe-se a preocupação em ter uma “liberdade”, a burocracia das decisões como algo que lhe é estranho e até o receio de perda da terra e da morada. O assentamento é orientado por um regimento<sup>63</sup> que norteia as formas de convívio, o sistema coletivo de trabalho e de criação de animais e das áreas para produção individual. A Assembleia Geral é a instância superior, onde, por votação, todas as questões referidas à configuração são discutidas, inclusive os conflitos pessoais, é aplicada a punição àquele que transgride o que prevê o artigo 3º, letra g. do regimento. Pode-se inferir que não foi possível desenvolver uma estrutura organizacional ágil e

---

<sup>63</sup> - Esse é o regimento do São José II. Do Aroeira, o que temos em mão é o Estatuto da Associação. O presidente alegou que o assentamento não tem regimento.

capaz de dar respostas às inquietações dos beneficiários da reforma agrária. Como já nos referimos, é esse modelo portador de implicações, apresentando-se à percepção deles como incompreensível.

Torna-se esclarecedor o que fala a representante do MST no Ceará:

(...) olha, um dos grandes problemas quando se vira o assentamento é compreender o trabalho coletivo, o trabalho individual. Vendo assim, é uma coisa impressionante. É impressionante mesmo. Primeiro por que é, o trabalho coletivo, se ele não é bem trabalhado, ele termina causando um grande problema, por que se ele não for bem trabalhado, muita gente vai se sentir que, ao ir pro trabalho coletivo, ele vai estar fazendo a mesma coisa que fazia pro patrão. Não tem, ah, eu tenho que trabalhar dois dias e eles ainda visam de não trabalhar os dois dias pra ele. Ele tem que dar os dois dias pro coletivo. Como se o coletivo não fosse ele. É como se aquele ali eles não levassem em consideração pra questão dele, por que se o coletivo somos todos nós, o que nós produzimos naquele coletivo será dividido por nós, né (Da Direção do MST CE).

Um assentado do Aroeira comentou sobre a discussão de uma proposta de investimento coletivo para construção de cerca e recuperação de benfeitorias (que ele chama de **enterra na terra**)<sup>64</sup> ou compra de caprinos/ovinos individual:

(...) aí a gente tá vendo se tem essa prioridade da gente comprar (ovino/caprino) né, por que se você pegar hoje um projeto desse que custa o valor de cem mil reais, tão falando aí, se investir na terra, só mermo *enterrar na terra*, se acaba (...) a família tá toda de novo na mesma situação né, sem recurso sem nada. (ASSENTADO DO AROEIRA, na faixa etária entre 25 e 40 anos).

O que nos parece claro é que essa dimensão ideológica do coletivo não é parte do seu mundo. Negar esse sistema, mediante investimento individual, não quer dizer que estamos diante de um empreendedor, direcionando suas atividades para o mercado, com objetivo de barganhar. Não se trata disso, mas de perceber o modelo como uma ameaça à família ou de perder a terra no caso de transgressão. Nesse caso, a ambiguidade é muito mais visualizada no Aroeira. E, não por coincidência, é aí onde os esquemas de ação do passado estão mais preservados e, certamente, a ambiguidade

---

<sup>64</sup> - Enterrar na terra: **porque não é produtivo, o bom seria o financiamento das ovinos/caprinos, preparar uma área para plantar capineira irrigada, isso é que dá renda pras famílias e individual que cada um cuida com mais zelo o que é seu** (EX-PRESIDENTE da associação Vitória).

funciona como trava das rupturas. Como o Estado e o MST cobram deles respectivamente serem empreendedores e com ideal socialista, posições que eles não têm como corresponder, procuram adaptar-se - **mas é assim que tem de funcionar (...)** **para não perder a terra.** Percebem o risco de ter que deixar o assentamento, como assinalado anteriormente pela extensionista da Ematerce.

No São José II essa categoria é pensada assim:

(...) aqui não tem muita liberdade. Em certas coisas sabe, tem o coletivo, não existe o coletivo né, o assentamento sem o coletivo ele num vai pra frente, tem o gado coletivo num é, tem, ainda tem um restinho de ovelha, tem só os carneiro coletivo, as ovelha é do grupo de criança e o grupo de mulher. Sabe por quê? Tem que ser coletivo, pois é, que com o coletivo, as coisa andam pra frente, é. Aí a pessoa, nós tem que tirar do investimento e comprar todo de gado individual. Tem muitos que conserva, mas teria muitos que num teria mais nada né, e como a gente comprou coletivo, uma parte coletiva, uma parte individual, inda hoje o do coletivo ta aí, servindo até pra pagar uma conta nossa no banco né, e se nós tivesse ele todo individual, talvez nós não tinha pago a primeira parcela do investimento ainda. (ASSENTADA DO SÃO JOSÉ II, com mais de 40 anos).

Aqui o coletivo é entendido como um sistema que fortalece o assentamento, embora a liberdade tenha sido afetada. Esse aspecto é confirmado pela representante do MST no Ceará **“o Tche (Che Guevara) se afirma, acha que a saída é o trabalho coletivo.**

Outro elemento produzido pela incongruência é o conflito. Nesse sentido, ele é qualitativamente diferente nos dois assentamentos. Assim, vamos tratá-los separadamente.

No Aroeira, ele envolve as categorias liberdade *versus* coletivo. Certamente, são elementos de origem distinta, empiricamente se confrontam e só podem ser compreendidos se considerar passado e presente. Suas consequências refletem-se diretamente na gestão da Associação, com baixa participação nas assembleias, e em punição para o associado, conforme seja o caso. A representante do MST no Ceará dá o seguinte depoimento:

(...) pra quem vive no assentamento, fica difícil compreender isso. Ora, como é que, como é que eu vou convier com isso né, com essa questão. Se

a sociedade taí, se ninguém proíbe ninguém beber, se ninguém... Então você cria um, um conflito na sociedade que você vive, ali no assentamento, seu território, com a sociedade lá fora né. Então são várias questões pequena na organização, na organização interna, tentando se compreender. Por exemplo, ah, você não vai pra o coletivo, se você não for pro coletivo, você paga tal pena. Se sente, obrigado ir pro coletivo. Então, muito deles às vez, assim: "Olha, eu vim aqui pra me libertar ou pra trabalhar, pra patrão?" Eles vêem o coletivo como patrão. Então é tudo uma questão assim, muito forte de consciência. Isso é um conflito, um conflito muito grande que a gente tem.

O trabalho coletivo, no Aroeira, já assumia proporções que fugiam o controle informal, pois, na ata da Assembleia de 20/07/2003, consta a definição de critérios para quem faltasse: no caso de falta, que não fosse por doença, pagar à associação uma diária de R\$ 10,00. A inadimplência implica não receber recursos de origem federal, estadual, municipal ou de qualquer outra fonte.

Como expressamos anteriormente, a pecuária é em si portadora de conflito, principalmente nas condições em que estamos analisando. Como se trata de criação extensiva em pasto nativo, ela requer grandes áreas, para dar conta da sua reprodução. Como os assentamentos dispõem de pequenas áreas, e por ser coletiva a área de pastagem, isto limita o número de animais por ha e, obviamente, o plantel por produtor. A ampliação do plantel, pela reprodução vegetativa, pouco a pouco vai crescendo, exigindo novas áreas de pastagem e conseqüentemente a incorporação de mais terra. Tal situação desencadeia outras implicações, como é o caso de colocar esses animais num mercado mais exigente em termos de qualidade e custo<sup>65</sup>. Outra questão é que Ocara é abastecida com carne bovina vinda de Goiás, conforme o ex-presidente do Sindicato rural de lá. Tal concorrência força a que os produtores vendam os animais para abate a preços aviltados. Nessas circunstâncias, a pecuária é, sem dúvida, uma das razões geradora de tensões.

É interessante observar que o conflito, e até mesmo a ambigüidade, não são condições suficientes para comprometer a solidariedade do grupo, pois, como diz um deles - **aqui eu me sinto no meio d'uma família, né, aí eu não tenho o que dizer daqui, eu acho muito bom.** Quando perguntados se seus vizinhos poderiam tomar conta dos filhos caso ele precisasse viajar por um ou dois dias, todos responderam que *definitivamente sim*. Para Sennett (2007, 169), os laços de confiança começam a se

---

<sup>65</sup> - Para se ter uma ideia dos custos, basta dizer que em áreas de pasto cultivado a capacidade de suporte animal é 13 vezes mais do que em pasto nativo, que é o caso do assentamento.

desenvolver à medida que as pessoas aprendem de quem podem depender. Dessa forma, no cotidiano do grupo, tudo se passa como se as questões do assentamento não interferissem nas relações comunitárias, ou seja, é possível dizer que os conflitos não são personalizados e, assim, podemos reafirmar ser a reciprocidade o alicerce de sustentação da comunidade.

**Nós temos dificuldades em colocar em prática aquilo que foi aprovado em Assembléia, existe uma acomodação.** Essa fala é de um assentado do São José II, na realização da oficina e que reflete, possivelmente, a preocupação com o fortalecimento da comunidade.

Na cooperativa Che Guevara, esse tipo de crítica está referida a algumas ações de gestão da diretoria como afirma um dos cooperados, **há tempo foi aprovado em assembléia para diretoria procurar o Banco do Brasil para renegociar nossas dívidas e recursos que estão no INCRA para compra de canos e ainda não foi liberado.** Outro aspecto lembrado no evento é que alguns conseguiram algum projeto individual e houve um certo afastamento<sup>66</sup>. Essas questões evidenciam a preocupação, principalmente do grupo que busca avançar, com a estruturação da cooperativa no sentido de que ela corresponda aos compromissos assumidos com os agentes parceiros e, assim, assegurar outras negociações.

O presidente da cooperativa deu o seguinte depoimento:

(...) hoje o principal problema é reunir o pessoal em assembléia, vai cansando/acomodando, o pessoal acha que já tem tudo, aí não se pode decidir sem aprovação da assembléia, se lutar consegue alguma coisa (...) esse problema acontece com o coletivo, no início eram dois dias agora é só um dia, eliminamos o plantio de agricultura (milho, feijão, mandioca) coletivos. (PRESIDENTE DA COOPERATIVA, com idade superior a 40 anos).

Outro depoimento que consideramos como mais explicativo da acomodação, **os mais velhos só querem investir na agricultura, não acreditam muito na fábrica de ração, cajuína** (sócio da cooperativa, idade 25 a 40 anos gerente da minifábrica de castanha). Essa é a polarização existente entre eles no assentamento. Pensamos que, permeando esse fato, está o risco que ele representa para o imaginário

---

<sup>66</sup> - Não ficou bem claro qual seria esse projeto. Por uma questão de ética, eles não falaram, mas supomos que seja o contrato que alguns conseguiram com algumas prefeituras para construção de cisternas.

daqueles que se mostram mais conservadores. Com efeito, a posição do outro grupo é continuar investindo na ampliação das estruturas - **a proposta que estamos discutindo para levar pra assembléia é do lucro de R\$ 14.000,00 a R\$ 15.000,00 que vamos ter esse ano (2008), ficar na cooperativa para capital de giro e investir em alguma ampliação** (idem). O investimento se destina a compra de uma caldeira de processamento de castanha de maior capacidade.

A compra da castanha pela Cooperativa aos sócios e não-sócios da comunidade tem sido um problema. Alguns querem comercializar pelo sistema tradicional, como fazem com o atravessador. Vendem sem fazer a limpeza, inclusive o costume era colocar pedras para elevar o peso. Hoje os intermediários estão comprando a R\$ 0,90 o quilo, a cooperativa paga a R\$ 1,20, mas selecionada (livre de qualquer tipo de impureza). Informações da consultora da FBB, dão conta de que a compra nessas condições ainda resulta na sobra R\$ 0,15 por quilo, ou seja, equivale a entregar à Cooperativa a R\$ 1,05. A solução encontrada pela direção da cooperativa Che Guevara foi contratar mão-de-obra da própria comunidade para fazer a seleção entretanto, ainda persiste esse tipo de conflito.

Na perspectiva das relações internas da comunidade, retomamos aqui o paradoxo **falta de união versus solidariedade**. O que constatamos foi um elevado grau desta última nos dois assentamentos, - **somos solidários porque precisamos um do outro** - é o que falou um da Associação Vitória. A sinceridade como foi falada não deixa dúvidas serem os laços sociais a base de sustentação daquela configuração. Semelhante posição é afirmada por outros do São José II dizendo: **a maneira como a gente trabalha tudo junto, por necessidade; o homem por si não é solidário, é a questão do toma-lá-dá-cá; a solidariedade se desfaz no momento em que se dá e não se recebe**. Decerto, os laços de solidariedade se firmam nas relações dessa dependência (mútua) e, é assim, por serem iguais, nas necessidades, na visão de mundo, por se conhecerem, pois, acreditam que podem contar com o outro e, por isso, podemos falar da existência de um sentimento de pertença ao grupo. Então, podemos falar de reciprocidade (simétrica) como manifestação visível da solidariedade. Isto nos leva a reafirmar a assimilação da **falta de união** baseada na visão tecnicista.

Subjacente a essa relação, e eles percebem muito bem isso, o conjunto da comunidade é que dá força para conseguir os recursos de que necessitam, pois, como afirmam sobre a opção da propriedade privada;

Ah, é o seguinte: pelo um lado a gente, pela associação torna-se mais fácil que os governo ajuda mais esse tipo de gente, que tá na terra né, que é dada pelo governo assim, pra gente trabalhar e a terra própria é mais dificuldade, tem o quê, vai botar pelo banco, isso é um negócio mais difícil, num tem abatimento, o juro do dinheiro corre em cima de juro, isso vira um pouco mais difícil, é, seria bom, por que as opinião é, é a da gente né, mas por outro lado, ficava um pouso mais...(ASSENTADO DO AROEIRA, mais de 40 anos).

Essa é a outra face da reciprocidade, fazendo funcionar em favor do grupo um conjunto de instituições (assistência médica mensal, transporte escolar, financiamentos subsidiados, estradas trafegáveis o ano todo etc.) que não alcançariam se ela não existisse. É importante, portanto, que ela seja salvaguardada.

Certamente, é a solidariedade que dá vida à comunidade, ou seja, é a substância da organização comunitária. Portanto, nas duas comunidades, as pessoas interagem, sabendo que precisam uma das outras, o que para Weber (VOL I, 26) é quando se pode falar de relação comunitária, “quando as pessoas começam a orientar seu comportamento pelo das outras”.

Com efeito, situar nossa apreensão do São José II e principalmente do Aroeira com origem nessa dinâmica não nos autoriza a falar em reciprocidade entre assentamento e mercado e/ou Estado, mas sim de tensões, hierarquia e até de ameaças, ou ainda, da “destruição violenta de padrões valorizados de trabalho e lazer”, mesmo que a versão do discurso do segundo contenha a promessa da esperança.

Se no Aroeira, o conflito é, possivelmente, consequência do modelo de assentamento coletivo estabelecido pelo Estado, no São José II, ele é engendrado pela ruptura de um grupo que viveu uma trajetória plural e por isso com visão diferenciada dos demais. A esse respeito fala um deles:

(...) acho até boa, acho até boa essa, essa mistura. Acho que a gente tem muito que aprender, tanto nós que somos (mais jovem), tanto eles que são assim, tem uma certa idade, que tem um pensamento de agricultura diferenciado né, ou diferente e como nós, que temos já, assim, já aderimos a novas tecnologias facilmente, conhecemos assim um pouco, somos mais fáceis de receber né, pela juventude, pelo interesse também de vida que é diferente, mas eu acho isso importante, por que você pode usar o conhecimento dessas pessoas com as funções, você pode dá uma, uma melhoria, entendeu! Uma melhoria na, na, na agricultura de forma geral. Isso tem funcionado, tem ajudado algumas coisa aqui. (...) então, esse outro grupo nos ajuda nas discussões, nas decisões, então eles têm confiança e nós procuramos dar o melhor de nós pra deixar um patamar igual, não, muitas vezes de conhecimento, por que isso é muito individual de cada um,

algumas pessoas buscam, outras não, mas, assim, de homogeneizar pra nós vivermos iguais, que o nosso conhecimento, que venha só nos ajudar e não atrapalhar pessoas ou atrapalhar a mim mesmo, como organização. É tanto que esse grupo dentro, hoje, do assentamento, ele não tem nenhuma separação. É um grupo que conhece, que busca, que luta, mas que tá, quando chega dentro do assentamento, todo mundo é igual, não tem desigualdade nenhuma. (ASSENTADO DO SÃO JOSÉ II, com idade entre 25 a 40 anos, gerente da minifábrica de castanha).

Essa visão dual dentro do assentamento funcionou como chave para fincar relações fora do assentamento, mas, simultaneamente, perseverar com as relações internas. Isto, como argumentado anteriormente, implica estabelecer de relações de confiança, uma categoria do capital social.

### 3.3 Capital Social

Na elaboração de Durston (2000, 25), o capital social em suas duas formas de manifestação - individual e comunitária - é parte da cultura compartilhada e, até certo ponto, assimilada pelos agentes que compõem a comunidade. Assinala que o capital social é um fenômeno comunitário, porque as instituições locais de cooperação e cogestão resultam da interação de estratégias individuais, sendo que a incorporação das práticas de capital social pelos indivíduos, em seus projetos de vida, não resulta de decisões conscientes, pois transmitidas de gerações anteriores. O autor levanta, todavia, a tese de que o capital social institucional comunitário pode ser criado intencionalmente por agentes externos. O próprio Durston (2000, 25), porém, sugere que se aprofunde o estudo sobre essas duas formas, uma vez que “los procesos por los cuales el capital social institucional comunitario o ‘meso’ surge del ‘micro’ o individual y, eventualmente, de otros orígenes son poco comprendidos, complejos y variados”.

Contrário à posição de Putnam, sobre a participação cívica, Durston (2000, 13) explica que não necessariamente o capital social resulta em níveis elevados de participação nas sociedades democráticas, e pode, na ausência de um conjunto de condições favoráveis, ser insuficiente para produzir o efeito esperado.

Para Diaz & Figueras (2002, 253), há uma aproximação entre cultura e estrutura. Elas se complementam, tornando difícil saber-se, na prática, qual das duas é mais

importante na determinação da sociabilidade e do estoque de capital social. Defendem a ideia de ser a cultura fundamental para o estabelecimento de relações sociais, ao fornecer as crenças, valores compartilhados e tecnologias herdadas que orientam determinadas expectativas relacionadas à ordem social.

No pensamento de Diaz & Figueras (2002, 256), restringir o desenvolvimento ao potencial da ação coletiva e aos benefícios daí derivados equivale a condenar o capital social. Segundo eles, há um consenso, entre os que estudam o tema, sobre a necessidade do conjunto dos capitais – natural, físico, humano e social – para que aconteça o desenvolvimento. Assim, o Estado deveria ser fonte essencial dos recursos necessários para impulsionar o capital social dos pobres para se alcançar o desenvolvimento. “El Estado, no obstante, está ausente en forma o em espírito de muchas de las formulaciones teóricas y aplicaciones práctica del capital social”. (DIAZ & FIGUERAS, 2002, 257). Para eles, portanto, “el Estado se convierte así em el primer gran eslabón perdido em muchas de las formulaciones de capital social y esto se traduce em una visión bastante míope del desarrollo entre comunidades y naciones pobres”.

Uma variável importante no conceito de capital social é a confiança. Diaz & Figueras (2002, 262) argumentam que “la confianza es lo que nos permite actuar conjuntamente com miras al futuro, ya alimenta ciertas expectativas y seguridad ante lo desconocido. De ahí que la confianza sea el producto de relaciones sociales concretas, de reciprocidades efectivas y de las obligaciones inherentes a ellas”. Acrescentam que a confiança tem como fundamento três tipos de expectativas: ideologia, competência e cumprimento das obrigações. A confiança nas instituições, porém, fica comprometida, segundo Abramovay (2002, 117), quando os indivíduos percebem a corrupção e o desmando no poder; maior é a propensão a submeterem-se verticalmente a esses poderes e renunciar ao investimento em redes horizontais de cooperação, base do capital social.

Nesse direção, interessante contribuição sobre participação cívica e confiança é dada por Baquero (2003, 98), cuja compreensão é de que, se numa sociedade se estabelecem o medo e a insegurança, compromete-se o desenvolvimento de normas como solidariedade, confiança e tolerância. Em vez disso, emergem práticas autoritárias, verticais, hierarquizadas, mesmo em regimes democráticos. Assim, as instituições passam a ser vistas de forma negativa, possibilitando o surgimento de modos alternativos, que se fundamentam, em parte, em corrupção, em uma burocracia

ineficiente, em supressão de liberdades civis, em falhas na esfera dos direitos de propriedade e em fracasso no processo de se manter a coesão. Conforme Baquero (2003, 98), “no Brasil, tais fatores caracterizaram sua história obrigando as comunidades a tentar resolver por si mesmas problemas que são da responsabilidade do Estado, em um sentido privado e informal”. O autor conclui, enfatizando que

(...) o capital social como instrumento de *empowerment* das pessoas para agir coletivamente pode ser o mecanismo que falta para se gerar uma democracia mais eficiente e com qualidade” e que é importante “reconhecer que os paradigmas tradicionais que privilegiam soluções técnicas devem ser substituídos por outros que incorporem a dimensão subjetiva e social da democracia. (BAQUEIRO, 2003; 98).

Para Putnam, onde o capital social existe, tem-se um contexto cívico, as pessoas são participativas e no caso contrário tem-se práticas que se tornam viciosas. Acentua que

(...) tanto reciprocidade/confiança quanto dependência/exploração podem manter unida uma sociedade, mas com diferentes níveis de eficiência e desempenho institucional. Uma vez inseridos num desses dois contextos, os atores racionais têm motivos para agir conforme suas regras. A história determina qual desses dois equilíbrios estáveis irá caracterizar uma dada sociedade. (PUTNAM, 2000; 188).

Em Bourdieu, está evidenciada a constituição de rede de relações sociais, necessárias para produzir e reproduzir relações duráveis e úteis pelos agentes, em função dos capitais econômico e cultural que, por sua vez, definem a posição do agente no espaço social.

A rede de ligações é o produto de estratégias de investimentos social consciente ou inconscientemente orientadas para a instituição ou a reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis, a curto ou longo prazo, isto é, orientadas para transformação de relações contingentes, como as relações de vizinhança, de trabalho ou mesmo de parentesco, em relações, ao mesmo tempo necessárias e eletivas que implicam obrigações

duráveis subjetivamente sentidas ou constitucionalmente garantidas. (BOURDIEU, 2003a; 68).

Essa concepção tem sua importância por oferecer elementos que apontam as condições sob as quais o capital social pode ou não ser ativado e que não são encontradas em Putnam. Nesse autor, parece ser crítico, quando ele trata o capital social como cumulativo, onde ele existe. Nesse caso, é um círculo virtuoso. O contrário é o círculo vicioso ao qual a comunidade está adaptada, não havendo possibilidades de mudança em sua trajetória.

A consequência da contribuição de Pierre Bourdieu traduz-se na elaboração de uma proposição que vincula capital social ao conceito de *habitus*. No espaço social, os agentes em posições circunvizinhas estão unidos por ligações úteis e permanentes, fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas, cuja instauração e perpetuação supõem o reconhecimento dessa proximidade e um mínimo de homogeneidade “objetiva” (BOURDIEU, 2003a; 67). Argumenta, ainda, que não significa que o efeito multiplicador do capital social, ou seja, seus efeitos sociais, lucros, são conscientemente perseguidos como tais. Bourdieu (2004b; 130) é enfático ao tratar das condutas dos agentes “ao adquirirem a forma de sequência objetivamente orientadas em referência a um fim, sem serem necessariamente produto de uma estratégia consciente, nem de uma determinação mecânica”.

Ora, essa é a questão básica, uma vez que o conceito de capital social contém variáveis que incorporam, primeiro, a ideia de poder que ele expõe quando objetivos são alcançados somente na sua presença. Nesse sentido Abramovay (2000, 7) garante que “a acumulação de capital social é um processo de aquisição de poder e até de mudança na correlação de forças no plano local”. Segundo, deixa entender que são dotadas de racionalidade as ações dos agentes na busca de seus objetivos. Como vimos, estas duas questões são rechaçadas por Pierre Bourdieu.

Com efeito, a distribuição dos agentes no espaço social segundo suas propriedades, em posições hierarquizadas, constituindo uma diferenciação social, pode ocasionar antagonismos individuais e, às vezes, enfrentamentos coletivos entre eles. Melhor expressando, estão em luta pela conservação ou transformação desse espaço (BOURDIEU, 2004, 49). Significa compreender que é praticamente impossível que o capital social opere entre indivíduos de classes distintas, de acordo com as propriedades econômicas. O contrário pode se observar em relação ao capital cultural, em que

alianças entre agentes com volumes diferentes desse capital cultural podem ocorrer, criando as condições para o capital social operar. Segundo Bourdieu (2003b, 152), os dominados no espaço social estão destituídos dos instrumentos de produção simbólica de que necessitam para exprimir o próprio ponto de vista sobre o social. Na homologia de posições entre intelectuais e trabalhadores, contudo, aqueles podem oferecer aos outros os instrumentos de ruptura com as representações produzidas, ou os meios de constituírem objetivamente a sua visão de mundo e a representação de seus interesses.

Nesses termos, os dois projetos são conquistas, mas com trajetórias diferenciadas. Como ficou sublinhado, o São José II conta com dois grupos de disposições distintas. Trata-se de uma configuração irreduzível ao que caracteriza o senso comum, em que os esquemas de classificação, produto de uma matriz social semelhante, são compartilhados pelos conjuntos dos agentes. Nesse projeto, os avanços estão associados àqueles assentados que, por terem seguido percursos heterogêneos, assumiram esquemas de ação propensos ao estabelecimento dessa ordem social em bases compatíveis com os interesses do campo onde agora se inserem.

Já o Aroeira se mostra, ao nosso entendimento, firmar-se numa perspectiva conservadora. Nesse sentido, firmam (tacitamente) acordos que se viabilizam por compartilharem um consenso primordial sobre o sentido do mundo, tornando possíveis o confronto, o diálogo, a concorrência, até mesmo o conflito, e entre os quais dá um lugar à parte aos princípios de classificação, tais como as grandes oposições que estruturam a percepção do mundo (BOURDIEU, 2001; 118/9).

Subjacente aos acordos, não poderia deixar de existir as relações de confiança e reciprocidade, forjadas nas interações de dependência mútua e pelas necessidades de salvaguardar os princípios orientadores da ordem social que está sendo objetivada. Tal estratégia, no entanto, é possível, graças à uniformidade das práticas, percepções predominantes que evidenciam a existência de *habitus espontaneamente* (grifo nosso) orquestrados entre si e ajustados aos interesses dos agentes afetados (BOURDIEU, 2001; 177). Sendo assim, o *habitus*:

(...) constitui o fundamento de um *conluio implícito* entre todos os agentes que são o produto de condições e condicionamentos semelhantes, bem como de uma experiência prática da transcendência do grupo, de suas maneiras de ser e de fazer, cada um encontrando na conduta de todos os seus pares a ratificação e a legitimação (...) de sua própria conduta a qual,

por sua vez, ratifica e, se for o caso, retifica a conduta dos outros. (BOURDIEU, *idem*; 177).

Podemos pensar, então, como sendo essas as bases sobre as quais são efetivadas aquelas relações. Como estão elas presentes nos dois projetos e são as variáveis que dão existência ao capital social, decerto, ele nada mais é do que uma consequência desses esquemas, posto a operar segundo a manifestação das disposições ajustadas entre si e à ordem objetivada. Possivelmente, é esse *conluio implícito*, palavras de Bourdieu, que fortalece a comunidade, por se reconheceres como iguais.

No Aroeira ele teria como missão funcionar como um contramovimento<sup>67</sup> de proteção social às investidas capitalistas, que visam a minar os objetivos do enraizamento: a terra de trabalho e a morada, enfim a liberdade.

Por sua vez, no São José II, a existência de agentes inclinados a imprimir avanços por força da condição de pluralidade, o capital social está concentrado neles:

(...) os grupos instituídos delegam seu capital social a todos os seus membros, mas em graus muito desiguais (...), podendo todo o capital coletivo ser individualizado num agente singular que concentra e que, embora tenha todo seu poder oriundo do grupo, pode exercer sobre o grupo (...) o poder que o grupo lhe permite concentrar. (BOURDIEU, E. de E. 1998; 69).

Essas duas funções do capital social nos parecem ser suficientes para afirmar com convicção de que o *habitus*, como princípio gerador de práticas distintas e distintivas, funciona também como estruturador do capital social.

---

<sup>67</sup> - Termo apropriado de Karl Polanyi.

#### 4 CONCLUSÕES

Pouco a pouco uma vida nova, ainda confusa, se foi esboçando. Acomodar-se-iam num sítio pequeno, o que parecia difícil a Fabiano, criado solto no mato. Cultivariam um pedaço de terra. Mudar-se-iam depois para cidade, e os meninos freqüentariam escolas, seriam diferentes deles. Sinhá Vitória esquentava-se. Fabiano ria, tinha desejo de esfregar as mãos agarradas à boca do saco e à coronha da espingarda de perdineira.

Não sentia a espingarda, o saco, as pedras miúdas que lhe entravam nas alpargatas, o cheiro de carniças que empestavam o caminho. As palavras de sinhá Vitória encantavam-no. Iriam para diante, alcançariam em terra desconhecida. Fabiano estava contente e acreditava nessa terra porque não sabia como ela era nem onde era. Repetia docilmente as palavras de sinhá Vitória, as palavras que sinhá Vitória murmurava porque tinha confiança nele. E andavam para o Sul, metidos naquele sonho. Uma cidade grande, cheia de pessoas fortes. Os meninos em escolas, aprendendo coisas difíceis e necessárias. Eles dois velhinhos, acabando-se como uns cachorros, inúteis, acabando-se como Baleia. Que iriam fazer? Retardaram-se, temerosos. Chegariam a uma terra

desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. E o sertão continuaria a mandar homens fortes, brutos, como Fabiano, sinhá Vitória e os dois meninos. (*Vidas Secas*, GRACILIANO RAMOS).

Os antigos meeiros dos projetos de assentamentos estudados tiveram a constituição de suas disposições em estruturas de condições e condicionamentos semelhantes, sendo, por consequência comum a eles, as estruturas estruturantes. Era de se esperar que a construção social dessas configurações apresentassem razoável aproximação. Atuação de pressões contemporâneas, porém, redirecionou trajetórias que se supunha lineares.

Baseado na hipótese de trabalho, procuramos mostrar que os indivíduos têm condutas influenciadas, em graus variados, por suas trajetórias. Recorremos ao conceito de *habitus* elaborado por Pierre Bourdieu para evidenciar o fenômeno estudado.

A desarticulação do latifúndio significou a ruptura das relações patrimoniais e aniquilamento das formas de dependência pessoal, expressas pelo sistema de compadrio, morada, lealdade e separação do local de trabalho (BARREIRA, 1992; 181), ensejando que o camponês trilhasse uma caminhada em busca da realização de seus devaneios. Obviamente, diante da situação objetiva na qual se encontra, inevitavelmente, entram em confronto o estilo de vida que carrega consigo e as condições existenciais da atual ordem social.

Contudo, a implicação provavelmente mais substantiva é estabelecer outras relações sociais possibilitado pelo acesso à terra, pois dessa forma, eles passam a “ocuparem novos espaços sociais também fora dos assentamentos (...) É nesses espaços que se exprime a nova identidade desses trabalhadores como grupo social”. (HEREDIA ET AL., 2004; 132).

Os assentados vão frequentemente às cidades, sendo as principais motivações destas as compras da casa e a venda de produtos. Outros motivos levam os assentados aos centros urbanos e que aparecem com maior relevância são a busca de serviços de saúde, a ida ao sindicato e a

participação em eventos religiosos e motivos de lazer. (HEREDIA ET AL., 2004; 133).

Isto leva a que, diferente do latifúndio, local onde a família era socializada, agora o processo de socialização ocorre um contexto social de interação plural.

Na perspectiva do Estado, as políticas públicas sinalizam com propostas de transformar esses trabalhadores em agentes empreendedores capazes de alimentar o econômico que, construído socialmente, opera sob o comando dos diversos tipos de capitais. A questão é que esse homem, diante da modernização agropecuária que reestruturou o rural brasileiro, se vê diante de um “mundo” em que prevalece o tecnicismo, quer dizer, suas disposições entram em contradição com esse ambiente social pelo fato de não se ajustarem às condições para sua atualização. Nesse caso, teria que ser operada uma transformação nos esquemas de percepção e nas práticas desses agentes, nas estruturas estruturantes incorporadas.

Assim, a análise da pesquisa de campo revela que nos dois assentamentos os antigos meeiros de mais de 40 anos se apresentaram como os mais reticentes às inovações do processo capitalista. Com efeito, predominam as incorporações passadas.

No grupo de idade entre 25 e 40 anos, num total de cinco, principalmente os do São José II, que viveram ambientes heterogêneos, mostram-se completamente irredutíveis aos esquemas de ação incorporadas no passado em termos de configuração, mas os mantêm ativo como forma de sustentação das relações comunitárias. No Aroeira, nenhum assentado esteve envolvido nas lutas sociais lideradas pelo MST. Por sua vez, observamos que pelo menos três deles se mostraram interessados em outras fontes de renda, como é o caso de um, que plantou aproximadamente 1 ha de cajueiro anão precoce, porém, sem liderança e/ou formação para engendrar um processo como está em curso na cooperativa Che Guevara. Fica patente nessa configuração é a força do passado na “escolha” de sua trajetória.

A forma de ser e de agir desse homem é tomada de maneira equivocada pelo Estado, mas também pelos seus mediadores. Estes ao situarem a concentração da terra como pauta para ser discutida além dos espaços institucionais, consideram as disputas pela terra como uma luta de classe e, nessa direção, a formação de uma “consciência de classe” por parte do campesinato. O “projeto” desses agentes, na qualidade de trabalhadores sem-terra, era o acesso à terra e à morada. É isso que os estimulava à ocupação de áreas rurais, e, nesse sentido, firmaram alianças, em busca da realização de

seus objetivos. Um assentado do Aroeira (idade de mais de 40 anos) se expressou dizendo, **através deles (MST) que a gente está aqui nessa terra e, agradecendo a coragem dessa juventude que desloca a Brasília por todos os canto aí para falar com o governo e eu acho muito importante o trabalho do MST, né.** Achar importante o trabalho do MST é reconhecer a luta por sua liberdade, a conquista da terra, esse é o limite da sua percepção. Revela-se, também, ser a aliança entre os sem-terra e os mediadores um pacto provisório, uma vez que sua busca não é forjada por motivação política como é a ação desse movimento. Em momento algum da pesquisa de campo percebemos uma sinalização nesse sentido. Assentado do São José II deu o seguinte depoimento:

(...) é assim, na verdade a gente teve assim, muita ligação com o MST e hoje em dia a gente nem tanto, mas a gente ainda tem uma certa ligação. Eu acho o seguinte: que tudo é de acordo com a necessidade. Nem sempre um pensamento que o MST tá hoje a nível nacional. então nem sempre um pensamento do MST é, que é visto ou que é pregado e que dá certo num certo local, num certo estado ou região, vai dar certo em outras regiões. E isso a gente tem aprendido aqui, dentro do Che Guevara, que, na verdade, você tem que ver as necessidades. (FAIXA ETÁRIA entre 25 e 40 anos).

A aliança só se torna possível graças ao potencial do *habitus* em fazer o que tem que ser feito (isso se faz), de certo modo criar as condições de sua realização ou, por outro lado, reconhecer situações em que certas coisas não devem ser feitas (BOURDIEU, 2001b; 178).

Assim, a proposta do trabalho e da terra coletiva, de maneira geral, contrapõe-se ao ideal camponês como agente que procede de uma ordem social, objeto de uma luta ideológica para ser transformado em realidade objetivada coletivamente, realização que, certamente, requer disposições que lhes sejam afins. Com efeito, os conflitos tornaram-se inevitáveis, pois que lhes faltaram esses esquemas de ação, essa percepção, ou, por outra, o que foi incorporado foi o instituto da *propriedade privada*. Bourdieu é enfático, ao acentuar que seu empenho intelectual ao tratar da ação subjetiva visa a

(...) explicar o fato de as condutas (econômicas ou outras) adquirirem a forma de seqüências objetivamente orientadas em referência a um fim, sem

serem necessariamente produto nem de uma estratégia consciente, nem de uma determinação mecânica. Os agentes de algum modo caem na sua própria prática, mais do que escolhem de acordo com um projeto livre, ou do que são empurrados para ela por uma coerção mecânica. (BOURDIEU, 2004; 130).

Os assentados do Projeto Aroeira estão construindo a sua comunidade com a “consciência” que assimilaram, ou seja, com suporte na imagem que formavam deles: *incapaz*. Essa condição foi consequência da organização política do latifúndio, pois o trabalhador apenas cumpria ordens. O poder de excluí-lo da posse da terra e a ausência do Estado em termos, principalmente, de educação, produziram o estigma cognitivo. As coerções, como suas fundamentações, o exteriorizaram e com isso produziram um homem reticente nas suas percepções e apreciações do mundo concreto, porém, nas suas relações com a natureza ele incorporou um conhecimento como experiência prática. Este recurso é o que lhe sobrou como “poder” para assegurar as conquistas da terra e da morada, isto é, o meio básico para edificar a configuração.

Por sua vez, essa “consciência”, a classificação que ele faz de si, arraigada como algo que não pode ser tirada, tem sido tomada como uma “peça” que pode ser substituída pelas forças dos estímulos que a sociedade capitalista produz.

Paradoxalmente, é essa própria “consciência” que sinaliza suas possibilidades e sua posição no espaço onde se encontra.

Essa leitura é que nos convence e afirma o que apresentamos em nossa hipótese, de que alguns camponeses se mantêm *irredutíveis* à dinâmica da ordem objetiva, ou seja, no geral, os produtores do Aroeira se mostram desconfiantes de conseguir elevar suas rendas com as alternativas produtivas. Concretamente, predomina nesse projeto o perfil conservador, sustentado nas relações de confiança e solidariedade estabelecidas como lógica ou como autoproteção às influências da sociedade contemporânea. Por outro lado, não podemos afirmar ser uma ação previamente definida, conduzida de forma consciente, para alcançar o fim que se quer. É antes produto de sua trajetória histórica, como disse Pierre Bourdieu, de sua consciência temporal.

Bourdieu (2001b, 182) argumenta que “as disposições não conduzem de modo determinado a uma ação determinada”. Com isso, o capital social deixa de ser pensado como deliberação estratégica para realizar determinado objetivo; ele é a expressão que o *habitus* manifesta conforme as condições do ambiente. Assim, o

coletivismo e/ou uma agricultura voltada predominantemente para o mercado, o que implica uma série de adequações ao econômico, não encontram nesse grupo de produtores as condições subjetivas para sua realização.

Pelas razões anteriormente discutidas, podemos entender a incongruência, a ambiguidade e os conflitos como produtos das políticas geradas no seio do Estado e não forjados nos limites das relações comunitárias.

Noutra direção, se apresenta o São José II. Com efeito, seu avançar foi favorecido pelas transformações globais, mas particularmente pela ação do MST que tornaram possível a constituição de outras disposições correlatas à atual ordem social, favorecendo a ruptura com as práticas tradicionais e, assim, incitadas pelas inovações capitalistas.

Os dois grupos de produtores (os mais jovens com idade entre 25 e 40 anos e os idosos de mais de 40 anos, tidos como conservadores) que constituem esse projeto, e que se distinguem por suas formas de visão do mundo, conseguem avançar sob a liderança do grupo jovem. Eles estão inscritos num meio social transformado, de maior interdependência quando comparado ao tempo vivido no latifúndio. Participam de suas contradições, da sua diversidade, vivem simultaneamente em diferentes espaços sociais, mas de interesses interligados. Estão submetidos a influências sociais globais, de maneira que “os locais são completamente penetrados e moldados por elementos distantes”. (GIDDENS, 1991; 27). Aí são estabelecidas relações que Giddens chama de compromisso sem rostos, nos quais a confiança exerce papel central na interação com os sistemas abstratos.

A introdução das minifábricas de castanha, cajuína e ração estão alterando, parcialmente, as relações familiares, na medida em que a esposa é absorvida como força de trabalho por essas unidades e não mais realiza determinadas atividades domésticas e/ou produtivas, mas ainda não é possível avaliar em profundidade as consequências das mudanças decorrentes da adoção dessas tecnologias.

A confiança em sistemas abstratos, por sua vez, não tem a mesma tonalidade daquela amparada nas relações de pertença ao grupo. Enquanto a primeira expõe a comunidade aos impactos da sociedade contemporânea, a segunda tenta garantir os objetivos do “projeto” inicial. Aos poucos a comunidade vai sendo construída sob a pressão das forças externas.

Como diz Giddens (2002, 13),

(...) quanto mais a tradição perde seu domínio, e quanto mais a vida diária é reconstituída em termos de jogo dialético entre o local e o global, tanto mais os indivíduos são forçados a escolher um estilo de vida a partir de uma diversidade de opções.

Nesse caso, a estrutura da configuração orienta-se pelas pressões da sociedade atual, organizada em torno de redes. Vimos que o grupo conservador reproduz suas práticas e o faz por encontrar espaços que estrategicamente lhe são possibilitados, no entanto, tudo num jogo tacitamente acordado. É impossível, hoje, prever o desdobramento dessa polaridade. Certamente esse contexto nos induz a pensar que o São José II parece caminhar para um processo de desenraizamento.

Santos (2002, 72) vê nesse caso uma estratégia que denomina de paradigma da localização, ou seja, “um conjunto de iniciativas que visam criar ou manter espaços de sociabilidade de pequenas escalas, comunitários, regidos por lógicas cooperativas e participativas”. É uma maneira de se resguardar das tensões geradas pela globalização. Em face disso,

(...) a resistência mais eficaz contra a globalização reside na promoção das economias locais e comunitárias, economias de pequena-escala, diversificadas, auto-sustentáveis, ligadas a forças exteriores, mas não dependentes delas. Segundo essa concepção, numa economia e numa cultura cada vez mais desterritorializadas, a resposta contra seus malefícios não pode deixar de ser a reterritorialização, a redescoberta do sentido de lugar e da comunidade, o que implica a redescoberta ou invenção de actividades produtivas de proximidade. (SANTOS, 2002; 72).

O sentido de lugar, conforme o autor, se expressa na medida em que, o conflito nesse assentamento, como um choque de percepções distintas, é negociado cedendo espaços para as práticas tradicionais, ao tempo em que se beneficiam dos avanços conseguidos com a instauração das redes.

Essas implicações refletem duas vertentes que convergem, atuantes sobre as identidades desses agentes. A primeira é definida por Setton (2002; 69) que destaca:

(...) a nova matriz cultural, particularidade vivida e experimentada pelo agente social da atualidade, pode forjar um novo habitus: habitus compreendido como um sistema flexível de disposição, não apenas visto

como a sedimentação de um passado incorporado em instituições sociais tradicionais, mas um sistema de esquemas em construção, em constante adaptação aos estímulos do mundo moderno.

Essa é uma condição que predispõe o agente para o jogo. Disposições flexíveis incorporadas nas lutas dos movimentos sociais ou por outra, vivência em ambientes heterogêneos.

Evidenciamos o papel do MST<sup>68</sup> como a segunda vertente, de ordem socializadora. A dificuldade que tem o MST de compreender a “individualidade” do assentado está contida na sua perspectiva de mundo, minada pelas pressões do capitalismo, cujos interesses são transversais às diversas dimensões do espaço social. As transformações políticas evidenciadas naqueles que participaram diretamente das lutas do movimento pela reforma agrária, no entanto, como o grupo já assinalado, não deixam qualquer dúvida em relação ao fato de ser ele uma dimensão socializadora.

Caldar (2001, 221) assinala que

(...) a educação dos sem-terra do MST começa com seu enraizamento em uma coletividade, que não nega seu passado mas projeta um futuro que eles mesmos poderão ajudar a construir. (...) Ter projeto, por sua vez é ir transformando estes pressentimentos de futuro em horizonte pelo qual se trabalha, se luta. Não há, pois, como ter projeto sem ter raízes, porque são as raízes que nos permitem enxergar o horizonte. (2001, 221).

É na luta pela terra que ele se politiza, cria uma visão crítica dos interesses em disputa. Desse modo, a convergência dessas duas vertentes socializadoras situa esse agente num patamar de preparação e/ou formação ajustado às pressões da sociedade globalizada, mas sem perda de suas vinculações com sua identidade.

Na perspectiva de socializar o problema social dos sem-terra, o MST está simultaneamente diluindo, perante a sociedade, aqueles valores incorporados e legitimando o próprio movimento. Vários depoimentos afirmam que não são mais vistos como pessoas desordeiras: **antes era assim, hoje já somos elogiados (Presidente da cooperativa Che Guevara); olhe, pelo que a gente tem procurado, é, visto né, que**

---

<sup>68</sup> - Merece relevância o que foi citado em capítulo anterior, em que José de Souza Martins assinala que a Reforma Agrária foi colocada na agenda do Estado pela CPT e MST. Também, tomá-la num sentido bem mais amplo, incluindo as dimensões social, cultural e política.

eles têm feito muitas coisas boas nesses assentamentos, (...) principalmente o Che Guevara tem sido muito importante (Pastor da Igreja Evangélica Filadélfia); quando se fala em sem-terra, já, já tem aquela imagem de baderna, de invasão, que não é bem assim né. Então eles são bem organizados e tem desenvolvido um trabalho excelente, gerando emprego dentro da agricultura, é um desenvolvimento para o assentamento e para o município (Vice Presidente da Sociedade dos Amigos de Ocara). Certamente, tal visão fortalece o movimento e por essa via a política de reforma agrária.

Com a objetivação da rede, conectando a Comunidade a diversos agentes, fica estabelecido um fluxo de informação e distribuição que funciona como um sistema de sua proteção. É o que Boaventura de S. Santos chama de globalização antehegemônica. Assim, as redes operam, nas perspectivas da economia de mercado, formalizando compromissos de tal ordem que as trocas se realizem num plano de equidade, estabelecendo a reciprocidade entre a Comunidade e o econômico.

Resta, assim, evidenciada a manifestação de suas práticas sociais. Num determinado momento e contexto externo, esse grupo age dentro da lógica capitalista, impessoal e racionalmente, enquanto na Comunidade persevera com o outro grupo, as relações de confiança baseadas nos princípios de interconhecimento e inter-reconhecimento. Recorremos ao que um deles falou: **é tanto que esse grupo dentro, hoje, do assentamento, ele não tem nenhuma separação. É um grupo que conhece, que busca, que luta, mas que tá, quando chega dentro do assentamento, todo mundo é igual, não tem desigualdade nenhuma.** Essa cumplicidade entre disposições passadas e presentes revela-se como vital ao ajustamento da Comunidade aos efeitos da globalização.

Entendemos ser importante enfatizar que ainda é cedo para assumir a sustentabilidade do São José II nos parâmetros que estão situados.

A compreensão das atitudes do camponês não será possível senão mediante suas disposições, de suas “vidas secas”, como citado na epígrafe desta Conclusão. Fabiano, personagem do romance *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, retrata esse homem.

## 5 Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios**: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, São Paulo: nº 2, v 4, abr/jun 2000.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas, HUCITEC/ANPOCS, 1992.

ABU-EL-HAJ, J. O debate em torno do capital social: uma revisão crítica. In: **Revista Brasileira de informação bibliográfica em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro. n. 4, p. 65 – 79, 1999.

ABU-EL-HAJ, J. ; SOUZA, J. J. de. As Revoluções silenciosas no Nordeste: eleições e mudança social em Itapiuna. In: CARVALHO, R. V. A. (org.). **A Produção da política em campanhas eleitorais. Eleições municipais de 2000**. Campinas: Pontes; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2003. p 255 – 290.

ALENCAR, F. A. G. de. **Segredos íntimos**: a gestão nos assentamentos de reforma agrária. Fortaleza: EUFC, 2000.

\_\_\_\_\_. **Uma geografia das políticas fundiárias no estado do Ceará**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2005. Tese. (Doutorado em Sociologia) – UFC, Fortaleza.

ANDRADE, M. C. de. **Lutas camponesas no nordeste**. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).

ARAGÃO, L. M. P. **Análise da sustentabilidade do programa reforma agrária solidária** - o caso do Ceará. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará - UFC, 2003. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – UFC, Fortaleza.

ARAÚJO, L. B. de CASTRO. **Sociabilidade no assentamento rural de Santana – CE**: terra e trabalho na construção do ser social. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2006. Tese. (Doutorado em Educação) – UFC, Fortaleza

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>> Acesso em: 19 de fev. 2004.

BARQUETE, P. R. F. **O engodo do novo mundo rural**: reflexões a partir de Canindé-CE. Fortaleza: UFC, 2003. Tese. (Doutorado em Sociologia) – UFC, Fortaleza.

BARREIRA, C. **Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

\_\_\_\_\_. Seca: reprodução do poder e rebelião. In: HEREDIA, B. A. de. (org). **Continuidade e rupturas na política cearense**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Funcap/CNPq-Pronex; Campinas: Pontes, 2008. p 65 – 90.

\_\_\_\_\_. Os Pactos na cena política cearense: passado e presente. In: HEREDIA, B. A. de. (org). **Continuidade e rupturas na política cearense**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Funcap/CNPq-Pronex; Campinas: Pontes, 2008. p 65 – 90.

BARREIRA, I. A. F. Pensamento, palavras e obras. As bases de legitimação do governo Tasso Jereissati. In: HEREDIA, B. A. de. (org). **Continuidade e rupturas na política cearense**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Funcap/CNPq-Pronex; Campinas: Pontes, 2008. p 65 – 90.

BARREIRA, C. & ALENCAR, F. A. G. de. Assentamentos rurais: o sonho da terra conquistada. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. **Revista de Ciências Sociais**, nº 1, v. 38, 2007. p 128 – 142.

BINSWANGER H. P. ; ELGIN, M. Quais são as perspectivas para reforma agrária? Rio de Janeiro: **Pesquisa e Planejamento Econômico**, n. 1, v. 19, p 1 – 18, abril de 1989.

BERGER, L. P. & LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BERNARDES, D. de M. Notas sobre a formação social do nordeste.: **Lua Nova**, São Paulo, n. 71, p 41 – 79, 2007.

BOURDIEU, P. **O desencanto do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

\_\_\_\_\_. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, P. (Ed.). **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, P. et al. **A profissão sociólogo: preliminares epistemológicas**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BOURDIEU, P. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, P. et al.(Ed.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes. 2001a.

\_\_\_\_\_. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001b.

\_\_\_\_\_. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2003 a. p 65 – 69.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrande Brasil, 2003b.

- \_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005a.
- \_\_\_\_\_. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 2004a.
- \_\_\_\_\_. O interesse do sociólogo. In: BOURDIEU, P. (Ed.). **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004b.
- \_\_\_\_\_. O campo econômico. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 1, n. 6, p15 – 51, abr. de 2005b.
- \_\_\_\_\_. **A distinção**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Lei n°. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, DF, 1964.
- BRUNO, R. A. L. et ali. Grupos de solidariedade, frentes parlamentares e pactos de unidade e ação. Em pauta o fortalecimento e a disputa pela representação patronal no campo. Rio de Janeiro: IICA/REDES/CPDA/UFRRJ, 2008.
- CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo v. 15 n 43, p 207 – 224 2001.
- CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35. 1997, Natal. **Anais...** Brasília: SOBER, 1997.
- CARVALHO, H. M. de. Políticas compensatórias de assentamentos rurais como negação da reforma agrária. Disponível em: <[http://www.desempregozero.org.br/artigos/politica compensatória de assuntos rurais](http://www.desempregozero.org.br/artigos/politica_compensatoria_de_assuntos_rurais)>. Acesso em 28 de maio de 2008.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1 e 2.
- CASTRO, P. R. de. Reforma agrária pacificadora. **Agroanálisis**, Rio Janeiro, v 16, n. 3, p 12 – 13, 1996.
- CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: Graziano da Silva, J.; VERENA, S. (orgs). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133 – 163.
- COLEMAN, J. S. **Social cap human capital, Social capital**: a multifacted perspective, Washington, D. C.: Banco Mundial, 2000.
- CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. Relatório de Atividades 2007. Brasília: CNA, 2007. (Coletânea Estudos Gleba 46). Disponível em: <<http://WWW.cna.org.br>> Acesso em: 02 de agosto de 2008.

COPASAT. **Plano de desenvolvimento sustentável do projeto de assentamento Aroeira**. Fortaleza, 2001.

\_\_\_\_\_. **Plano de desenvolvimento sustentável do projeto de assentamento São José II**. Fortaleza, 2001.

DIAZ, J. & FIGUERAS, A. Capital social, organizaciones de base y el Estado: recuperando los eslabones perdidos de la sociabilidad. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/publications>> Acesso em 06 de mar. de 2004.

D'INCAL, M. C. & ROY, G. Nós cidadãos aprendendo e ensinando a democracia. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

DIRVEN, M. **Entre el ideario y la realidad**: capital social y desarrollo agrícola: algunos apuntes para reflexión. Disponível em: <<http://www.eclac.cl>> Acesso em: 14 maio 2003.

DURSTON, J. **Qué es el capital social?** Santiago do Chile: División de Desarrollo Social. CEPAL. 2000. (Série Políticas Sociais 38).

\_\_\_\_\_. **Capital social**: parte del problema, parte de la solución. Su papel e la persistência y em la superación de la pobreza em América Latina y el Caribe. Disponível em: <<http://www.eclac.cl>> Acesso em: 27 maio 2003.

EDER, K. **A nova política de classes**. São Paulo: EDUSC, 2002. (Coleção Ciências Sociais)

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v 2.

\_\_\_\_\_. **Os Alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. **Ensaio & escritos**: estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ELIAS, N. & SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FERRANTE V. L. S. B. & BARONE, L. A. Assentamentos rurais na agenda política do desenvolvimento local: o que desponta no horizonte? Disponível em: <http://www.ucdb.br/coloquio/arquivos/vera.pdf>>. Acesso em: 28 de maio de 2008.

ENCONTRO da via campestina começa sob protesto de fazendeiros do PR. Folha de São Paulo, São Paulo, 24 de julho de 2008.

- FORMAN, S. **Camponeses: sua participação no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 199. (Coleção o Mundo de Hoje, v. 21).
- FUKUYAMA, F. Capital social y desarrollo: la agenda venidera. In: ATRIA, R (Ed.). Naciones Unidas, Santiago do Chile, 2003. Capital social y reducion de la pobreza em la America Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/publications>> Acesso em 28 deabr. De3 2004.
- GARCIA JUNIOR A. R. ; PALMEIRA, M. Transformação agrária. In: SACHS, I.; WILHEIM, J.; PINHEIRO P. **Brasil um século de transformações**. São Paulo: Companhia de Letras. 2001.
- GARCIA, L. A. N. “Acorda Brasil”. Brasília: UDR, **Informativo**, 24 de maio de 2004. (Manifesto).
- GEERTZ, C. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991. – (Biblioteca básica).
- \_\_\_\_\_. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização reflexiva**. São Paulo: UNESP, 1997.
- GIULIANI, G. M. & CASTRO, E. G. Recriando espaços sociais: uma análise de dois assentamentos rurais no Rio de Janeiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 6, p 138 – 169, 1996. (CD).
- GOHN, M. da G. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2004.
- GRAZIANO NETO, F. Recolocando a questão agrária. In: STÉDILE, J. P. (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994. p 238 – 254.
- GRAZIANO DA SILVA, J. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994. p. 137 – 143.
- \_\_\_\_\_. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte v. 7, n 1, maio de1997. p. 43 – 81.
- GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GUIMARÃES NETO, L. Trajetória de uma região periférica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11 n. 29, p 37 – 52, 1997.

HEREDIA, B. A de. Et al. **Impactos dos Assentamentos. Um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: Editora UNESP [co-editora e distribuidora], 2004. (Estudos do NEAD; nº 6).

HOLANDA, F. U. X de. **Mudancismo e conservadorismo no Ceará: o desenvolvimento rural na era Jereissati (1986 – 2002)**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2006.

IANNI, O. **Estado e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

JEREISSATI, T. Pronunciamento de posse do governador na Assembléia Legislativa do Ceará, (1987/1995/1999).

IBGE. Censo agropecuário 1995 – 1996, n 9, Ceará. Rio de Janeiro 1998.

IPECE. **Perfil básico municipal de Ocara**. Fortaleza, 2004.

KOSIL, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAHIRE, B. **Homem plural: os determinantes da ação**. Petrópolis: Vozes, 2003.

LANNA, M. P. D. **A dívida divina: troca e patronagem no Nordeste Brasileiro**. Campina, Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_. Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n. 14: p. 173 – 194, jun de 2000.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revista Florense, 1948.

LEITE, L. A. de S. **A agroindústria de caju no Brasil**. Políticas públicas e transformações econômicas. Fortaleza: EMBRAPA - CNPAT, 1994.

LENOIR, R.; CHAMPAGNE, P.; MERILLÉ, D.; PINTO, L. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MARTINS, J.. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.

\_\_\_\_\_. **Caminhos no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo**. São Paulo: Hucitec. 1989.

MARTINS, M. D. **Os desafios da cooperação nos assentamentos da reforma agrária do Ceará**. São Paulo: Peres, 1994.

MARX, K. O método da economia política. In: Bourdieu, P. (Ed.). **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EPU, 1974. V 1.

- MENEGUETE, A. A obrigação de votar certo. Brasília: Agenda do CNA/CNA, 2006. Disponível em: <<http://WWW.cna.org.br/site/noticia.php>> Acesso em 20 de ago. de 2008.
- MÜLLER, G. São Paulo: o núcleo do padrão agrário moderno. In: STÉDILE, J. P. (org.). **A questão agrária hoje**, Porto Alegre: UFRGS, 1994. p 221 -237.
- NEVES, D. P. Assentamento rural: confluência de formas de inserção social. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro n 13, 1999, p 5 – 28. (CD).
- OLIVEIRA, F de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis: Vozes. 1987.
- PAULA PESSOA, P. F. A. de.; LEITE, L. A. de S. Cadeia produtiva do caju: subsídios para a pesquisa e desenvolvimento. In: CASTRO, A. M. G.; LIMA, S. M. V.; GOEDWERT, W. J.; FREITAS FILHO, A. & VASCONCELOS, J. R. P. (Eds). **Cadeias produtivas e sistemas naturais: prospecção tecnológica**. Embrapa/SPI, Brasília, 1998.
- PALMEIRA, M. & LEITE, S. **Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas: reflexões sobre a questão agrária**. Rio de Janeiro: ICHS/CPDA/UFRRJ, 1997. Disponível em <<http://www.ufrj.br/posgrad/fcpda.htm>> Acesso em 12 de maio de 2000.
- PARRAO, M. B. **Evaluación y fortalecimiento del capital social de comunidades camponesas**. Santiago: CEPAL/IICA/INDA/PRODECOP. 2001.
- PEREIRA, J. M. M. O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial e sua aplicação no Brasil: a experiência do projeto Cédula da Terra. Orientação política, dinâmica e resultados. Disponível em: <<http://www.acaoterra.org/display.php?article=387>>. Acesso em: 20 de ago. 2008.
- POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- POLETTO, I. Aos 25 anos, uma documentação do tempo germinal em que nasceu a CPT. Comissão Pastoral da Terra, 2004. Disponível em <<http://WWW.cptnac.com.br>>. Acesso em 10 de jun. 2008..
- PORTES, A. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. **Revista de Sociologia, Problemas e Práticas**. Lisboa: Centro de Investigações e Estudos da Sociedade. 2000.

- POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- ROMEIRO, A. R. Reforma agrária e distribuição de renda. In: STÉDILE, J. P. (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994. p 105 – 136.
- SANTOS, B. de S. Os processos de globalização. In: SANTOS, B. de S. (org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.
- SCHEFER, S. & JANTCH, A. P. **O conhecimento popular**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Os Economistas).
- \_\_\_\_\_. “A resposta criadora na história econômica”. In: LUCAS, F. (org.). **Economia e ciências sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p 30 – 41.
- SENNETT, R. **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2007.
- SHILS, E. **Centro e periferia**. Lisboa: Difel, 1999.
- STÉDILE, J. P. A questão agrária e o capitalismo. In: STÉDILE, J. P. (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994. p 306 – 322.
- SETTON, M. da G. J. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 20, 2002. p 60 – 70.
- \_\_\_\_\_. A particularidade do processo de socialização contemporâneo. **Tempo Social**, São Paulo v. 17, n 2, 2005. p 335 – 350.
- STRINATI, D. **Cultura popular: uma introdução**. São Paulo: Hedra, 1999.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia de Letras, 1998.
- TOURAINÉ, A. **Um novo paradigma: para compreender o mundo hoje**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Podemos viver juntos? iguais e diferentes**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- UNIÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA. “**Acorda Brasil**”. Brasília: Informativo, 24 de maio de 2004. (Manifesto).
- VEIGA, J. E. Fundamentos do agrorreformismo. In: STÉDILE, J. P. (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994. p 68 – 93.

WEBER, M. **Metodologia das ciências sociais**. S. Paulo: Cortez; Campinas, Unicamp, 2001. Parte 1.

\_\_\_\_\_. **Economia e sociedade**. Brasília, DF: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. V 1.

WEFORTH, F. C. **O populismo na política do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Estudos Brasileiros, vol. 25).

WWF – BRASIL. Redes – uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização. Disponível em: <<http://WWW.wwf.org.br>>. Acesso em: 17 de maio de 2006.

## ANEXO A

**Rede de relações: atividades desenvolvidas.**

Instituições	Che Guevara	Vitória
INCRA	Consolidação do projeto	Consolidação do projeto
Banco Brasil	Financiamento PRONAF	--
Banco do Nordeste	--	Financiamento PRONAF
MDS	Fábricas de ração/cajuína	--
Prefeitura Ocara	Educação/Saúde/estrada	Educação/Saúde/estrada
CNPAT	Tecnologia Agroindustrial	--
FBB	Minifábrica castanha caju	--
SEBRAE	Treinamento empreendedor	--
EMATERCE	Transferência tecnologia	Transferência tecnologia
Incubadora	Desenvolvimento Coop.	--
CONAB	Compra da produção mel	--
MST	Apoio a ocupação/org. política e produção	Apoio a ocupação/org. política
FETRAECE	Apoio a ocupação/org. política e produção	Apoio a ocupação/org. política e produção
CPT	Apoio a ocupação/org. política e produção	--
Mercado regional	Compra da produção	Compra da produção
Mercado nac/internacional	Compra amêndoa de caju	--

**QUESTIONÁRIO PARA SÓCIO: N****Data:****Município:****Projeto de Assentamento:****Número de****famílias:****Associação****Entrevistador****Nome do produtor(a):****Local de nascimento:****Idade:****Grau de instrução:****Casado(a):****Número de filhos com idade até 18 anos:****acima de 18:****Nome da propriedade e área:****Pode informar sua renda bruta em 2006 da agricultura****Quais são seus equipamentos e imóveis?****SISTEMA DE PRODUÇÃO**

Área com caju anão: individual (    ha )            coletivo (            ha )

Área com caju comum: individual (    ha )            coletivo (            ha )

Área com feijão: individual (    ha )            coletivo (            ha )

Área com milho: individual (    ha )            coletivo (            ha )

Área com mandioca: individual (    ha )            coletivo (            ha )

Área com pastagem: individual (    ha )            coletivo (            ha )

Cabeça bovinos: individual (    ha )            coletivo (            ha )

Cabeças ovinos: individual (    ha )            coletivo (            ha )

Cabeças caprinos: individual (    ha )            coletivo (            ha )

Animais de serviço: individual (    ha )            coletivo (            ha )

**ASSOCIAÇÃO**

1 Dos motivos relacionados baixo, quais são considerados importantes e vieram a contribuir para o Sr(a) fazer parte do quadro da associação.

- 1 Melhora a renda atual
- 2 Facilidade de acesso aos serviços públicos e políticas do governo
- 3 Beneficia a nossa comunidade
- 4 Ter segurança no futuro
- 5 Oportunidade de melhorar de vida com minha família
- 6 Outros (especifique)

<b>RESPOSTA</b>	
-----------------	--

2 A associação possibilita o acesso a algum dos seguintes serviços?

1 Sim

2 Não

	Respostas
Educação ou treinamento	
Serviços de saúde	
Comercialização	
Crédito ou poupança	
Insumos agrícolas ou tecnologia	
Irrigação	
Escoamento da produção	
Outros (especifique)	

3 Com relação aos compromissos com os sócios a associação:

1 Cumpre sempre

2 Cumpre na maioria das vezes

3 Cumpre algumas vezes

4 Nunca cumpre

4 Alguns membros são mais ricos ou mais pobres do que os outros, ou todos têm mais ou menos o mesmo nível de renda?

1 Mais ou menos o mesmo nível de renda

2 Varia entre ricos e pobres

Resposta	
----------	--

5 Nos últimos cinco anos, o tamanho da associação diminuiu, permaneceu o mesmo ou aumentou?

1 Diminuiu

2 Permaneceu o mesmo

3 Aumentou

Resposta	
----------	--

6 Quando há uma decisão a ser tomada na associação, geralmente, como isso acontece?

1 A decisão é imposta por pessoas que não são sócios

2 O líder decide e informa os outros membros do grupo

3 O líder pergunta aos outros membros do grupo o que eles acham e então decide

4 Os membros do grupo discutem o assunto e decidem em conjunto

5 Outros (especifique \_\_\_\_\_)

Resposta	
----------	--

7 Como são escolhidos os líderes da associação?

1 Por uma pessoa ou entidade externa

2 Cada líder escolhe o(a) seu/sua sucessor(a)

3 Por decisão de alguns membros

4 Por decisão/voto de todos os membros

5 Outros (especifique \_\_\_\_\_)

Resposta	
----------	--

8 De modo geral, o Sr(a). diria que a liderança da associação é...

1 Muito efetiva

2 Relativamente efetiva

3 Não é efetiva

Resposta	
----------	--

9 Qual é a fonte de financiamento mais importante dessa associação?

1 Os próprios membros financiam

2 Outras fontes dentro da comunidade

3 Fontes de fora da comunidade

Resposta	
----------	--

10 A(s) pessoa(s) mais importante(s) que aconselha(m) ou orientam a associação...

1 Pertence(m) à associação

2 É(são) de fora da associação mas pertence(m) à comunidade

3 É(são) de fora da associação e não pertence(m) à comunidade

Resposta	
----------	--

11 Quem originalmente fundou a associação?

1 O governo federal

2 O governo estadual

3 O governo municipal

4 Um líder local

5 Membros da comunidade

6 Igreja

Resposta	
----------	--

## CONFIANÇA E SOLIDARIEDADE

12 Se de repente o Sr precisasse de uma pequena quantia em dinheiro, quantas pessoas, de fora do seu domicílio, estariam dispostas a lhe fornecer este dinheiro, se você pedisse a elas?

- 1 Ninguém
- 2 Uma ou duas pessoas
- 3 Três ou quatro pessoas
- 4 Cinco ou mais pessoas

13 Essa(s) pessoa(s) tem uma posição social igual/mais alta/mais baixa do que o Sr?

- 1 Igual
- 2 Mais alta
- 3 Mais baixa

14 Se de repente o Sr precisasse viajar por um ou dois dias, o Sr poderia contar com seus vizinhos para tomarem conta das suas crianças?

- 1 Definitivamente sim
- 2 Provavelmente
- 3 Provavelmente não
- 4 Definitivamente não

15 Na comunidade e/ou entre os sócios a troca de favores é uma prática:

- 1 Muito comum
- 2 Acontece somente entre algumas pessoas
- 3 É difícil acontecer

16 Em geral, o Sr concorda ou discorda das seguintes afirmações?

	1. Concordo totalmente 2. Concordo em parte 3. Não concordo nem disc 4. Discordo em parte 5. Discordo totalmente
Pode-se confiar na maioria das pessoas que moram nesta comunidade	
Nesta comunidade, é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você.	
A maioria das pessoas neste comunidade estão dispostas a ajudar caso você precise.	
Nesta comunidade as pessoas geralmente não confiam umas nas outras quanto a emprestar e tomar dinheiro emprestado.	

17 Agora eu quero perguntar ao Sr(A) o quanto confia nas seguintes instituições e pessoas. Numa escala de 1 a 5, onde 1 quer dizer “confio muito pouco” e 5 quer dizer “confio totalmente”:

	1. Confio muito pouco 2. Confio pouco 3. Nem pouco, nem muito 4. Confio muito 5. Confio totalmente
INCRA	
EMATER	
Comerciantes	
Governo municipal	

Governo estadual	
Governo Federal	
Polícia militar	
Secretaria de Educação do Estado Município	
Secretaria de agricultura do Estado município	
Estranhos	
Sebrae	
Banco do Brasil	
Igreja	
CPT	
Sindicato Rural	
Câmara de Vereadores	
Assembléia estadual	
Câmara Federal	
Senado	
Universidade Federal do Ceará	
Embrapa	

18 O Sr. acha que nos últimos cinco anos, o grau de confiança nesta localidade melhorou, piorou ou permaneceu mais ou menos o mesmo?

- 1 Melhorou
- 2 Piorou
- 3 Permaneceu mais ou menos o mesmo

## DISPOSIÇÕES INCORPORADAS

19 Na sua opinião, os itens abaixo são: 1) muito importante; 2) importante; 3) pouco importante;

4) não é importante;

a propriedade/posse de terra ( )

a comunidade ( )

a educação ( )

a política ( )

participar de reuniões ( )

trocar idéias com pessoas desconhecidas ( )

trocar idéias com pessoas da cidade ( )

trocar idéias com pessoas da comunidade ( )

participar de festas na comunidade ( )

participar de festas na cidade ( )

participar de movimentos reivindicatórios ( )

participar de trabalhos coletivos ( )

trabalhar a agricultura de acordo com a sua experiência ( )

a associação ( )

mudar de idéias de acordo com as mudanças na sociedade, no mercado, ( )

trabalhar em outras atividades que não seja agricultura ( )

assistir TV ( )

ouvir rádio ( )

a agricultura e pecuária ( )

crédito rural ( )

liberdade ( )

sindicato ( )

religião ( )

trabalhar a agricultura e pecuária de acordo com as orientações dos técnicos ( )

### **AÇÃO COLETIVA E COOPERAÇÃO**

20 Nos últimos 12 meses, o Sr trabalhou com outros membros na sua localidade para fazer alguma coisa em benefício da comunidade?

1 Sim

2 Não

21 Qual é a possibilidade de uma pessoa que não participe em atividades comunitárias seja criticada ou punida?

1 Muito provável

2 Relativamente provável

3 Nem provável nem improvável

4 Relativamente improvável

5 Muito improvável

22 Quantas pessoas nesta comunidade contribuem com tempo ou dinheiro para objetivos de desenvolvimento comuns

1 Todas

2 Mais da metade

3 Cerca de metade

4 Menos da metade

5 Ninguém

23 Se houvesse um problema na estrada (atoleiro, ponte, árvore caídas) que impedisse o acesso à sede da associação e/ou do município, qual a possibilidade das pessoas cooperarem para tentar resolver o problema?

1 Muito provável

2 Relativamente provável

3 Nem provável nem improvável

4 Relativamente improvável

5 Muito improvável – esperaria pelas autoridades

**SOCIABILIDADE**

24 Além das pessoas de sua comunidade, o Sr também se relaciona com outras que:

	1 Sim 2 Não
Têm situação econômica diferente?	
Têm posição social diferente?	
São de um grupo religioso diferente?	
Moram em Ocara	
Moram em Fortaleza	
Moram em outros estados	

**MIGRAÇÃO**

25 Teve alguma experiência de migração? SIM ( ) NÃO ( )

Que tipo de atividade realizou no destino de migração?

A quais lugares migrou e por quanto tempo?

Em que ano deixou de migrar?

No período de migração, em algum lugar teve alguma experiência de participação em:

organização ( )

partidos políticos ( )

sindicatos ( )

trabalho com pastoral da Igreja ( )

outros (citar) ( )

Que avaliação faz dessa experiência?

### **QUESTÕES DIVERSAS**

26 Desde de que o Sr. é sócio desta associação que mudou em sua vida e na de seus familiares?

27 Que tipo de conflito existe na associação e como é resolvido?

28 A que se deve a associação existir a tantos anos?

29 Existe algum tipo de compromisso entre os sócios que visa beneficiar a comunidade e/ou a associação? SIM ( ) NÃO ( )

30 Que tipo de compromisso?

31 Na sua opinião o futuro da comunidade depende:

Do Governo ( ) Do mercado ( ) Da própria comunidade ( )

Diga-me, mais ou menos, com quem ou onde o Sr(a) adquiriu os seguintes conhecimentos:

1) práticas agropecuárias; 2) educação; 3) comportamento pessoal; 4) associativismo;

- 5) sobre política; 6) caçar, pescar; 7) trabalho coletivo; 8) religião;  
9) movimento reivindicatórios.

Família										
Colégio										
Amigos										
Instituições Governa - mentais										
Igreja										
MST										
ONG										
UFC										
Sindicato										

**GRAVADO**

**FONTES DE DISPOSIÇÕES**

Que conhecimentos o Sr (a) aprendeu com seus pais/avós e que ainda pratica?

Que lição de vida o Sr(a) aprendeu como trabalhador sem terra?

Como era sua vida na juventude, quando morava com seus pais/irmãos ou onde morava.

Como foi sua trajetória até chegar aqui?

Qual sua opinião sobre política?

Se o Sr(a) trabalhou como morador, como era sua vida/trabalho, a vida de sua família.

O que significa essa área de terra pra o Sr(a)?

As pessoas escolhem suas profissões de acordo com o que gostam de fazer. Por que o Sr(a) escolheu ser agricultor?

O Sr(a) gostaria que seus filhos fossem o quê?

Quando o Sr(a) vai tomar uma decisão sobre agricultura, seus negócios aqui na comunidade, o que mais lhe influencia: o conhecimento adquirido com seus pais/avós ( ); a experiência vivida com amigos ( ); a experiência onde trabalhou ( ); a experiência vivida nos movimentos sociais ( ); o conhecimento aprendido em treinamentos ( );

Nem tudo que a gente quer consegue. Que objetivo o Sr tem ou tinha e que não conseguiu porque não depende do Sr(a)?

A Associação de vocês é forte para conseguir tudo que querem ? SIM ( ) NÃO ( )

Por quê?

Por que colocaram o nome da Associação de Che Guevara?

Para o Sr(a) e sua família o que é mais importante para seu futuro: (dar nota variando de 1 a 4)

A propriedade da terra ( );

A comunidade ( );

A educação ( );

A liberdade ( )

Participar de movimentos reivindicatórios ( ).

Em que a vida de hoje é diferente do passado?

Como é a vida do jovem de hoje?

**PERGUNTAS COMPLEMENTARES**

No tempo em que trabalhava como meeiro como tinha acesso as informações, o que acontecia no mundo: (era através do rádio; nas cidades em dias de feira ou nas festas em conversa com outros companheiros ou ainda na propriedade com o patrão)

O que significa melhorar de vida, em sua opinião?

O que entende por pobreza?

Com imagina estar daqui há cinco anos?

### **QUESTIONÁRIO PARA DIRIGENTES**

**Localidade:**

**Data:**

**Associação****Data de fundação da associação****Entrevistador****Dirigente - cargo que ocupa:****Nome do produtor(a):****Local de nascimento:****Idade:****Grau de instrução:****Casado(a):****Nome da propriedade e área:****Perfil da Associação**

- 1 Qual o objetivo da associação?
  
- 2 Quem definiu os objetivos da associação?
  
- 3 A associação tem realizado mudanças em seus objetivos?

Qual a razão?

E como tem procedido para realizar as mudanças?

- 4 Como é o processo para eleger os dirigentes da associação? Existe algum critério para ser candidato?
  
- 5 Quem pode ser sócio e os critérios para ser sócio?

6 A distribuição dos sócios, conforme sua situação econômica - estimar em termos de maioria ( m ), minoria ( mn ), igualdade ( i ) – está distribuída:

1 Pequenos ( )

2 Médios ( )

3 Grandes ( )

7 - A associação tem algum tipo de planejamento? Como são definidas as prioridades?

8 Os sócios cumprem com seus deveres:

1 A maioria ( )

2 Uma parte, cerca de 50% ( )

3 Um número pequeno de sócios ( )

9 Se há conflitos na associação, quais mecanismos são usados para resolver o problema?

10 Que mecanismos são utilizados para manter os sócios motivados?

11 A associação dispõe de algum meio de comunicação para manter os sócios informados?

12 Quais atividades a associação oferece aos seus sócios?

13 Qual a frequência das reuniões de assembléia? E qual a média de presença dos sócios?

14 Como o(a) Sr(a) caracteriza a participação dos sócios nas tomadas de decisões da associação:

1 Muito boa

2 Boa

3 Regular

4 Fraca

### **Relações em Rede**

15 A associação interage com outras, dentro da comunidade, com objetivos semelhantes,?

1 Não

2 Sim, ocasionalmente

3 Sim, freqüentemente

Resposta	
----------	--

16 A associação interage com outras, com objetivos semelhantes, fora da comunidade?

1 Não

2 Sim, ocasionalmente

3 Sim, freqüentemente

Resposta	
----------	--

17 A associação interage com outras, com objetivos diferentes, dentro da comunidade?

1 Não

2 Sim, ocasionalmente

3 Sim, freqüentemente

Resposta	
----------	--

18 A associação interage com outras, com objetivos diferentes, fora da comunidade?

1 Não

2 Sim, ocasionalmente

3 Sim, freqüentemente

Resposta	
----------	--

19 A associação tem parcerias com organizações não governamentais? Quais e a natureza dessas parcerias.

20 A associação tem parcerias com:

1 O governo municipal ( ) Sim ( ) Não

2 O governo Federal ( ) Sim ( ) Não

3 O governo do Estado ( ) Sim ( ) Não

21 Qual a participação da mulher e dos jovens na associação?

22 Quais as ONG que a associação mantém parcerias ?